



INSTITUTO FEDERAL DA BAHIA  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PROPRIEDADE INTELECTUAL E  
TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA PARA A INOVAÇÃO

DALIANE TEIXEIRA SILVA

**DIAGNÓSTICO, POTENCIALIDADE E RESTRIÇÕES PARA O  
DESENVOLVIMENTO DE INDICAÇÃO GEOGRÁFICA DO CAFÉ NA REGIÃO DA  
CHAPADA DIAMANTINA – BAHIA**

Jequié - BA

2023

DALIANE TEIXEIRA SILVA

**DIAGNÓSTICO, POTENCIALIDADE E RESTRIÇÕES PARA O  
DESENVOLVIMENTO DE INDICAÇÃO GEOGRÁFICA DO CAFÉ NA REGIÃO DA  
CHAPADA DIAMANTINA – BAHIA**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado como requisito final para  
obtenção do título de Mestre em  
Propriedade Intelectual e Transferência de  
Tecnologia para Inovação – PROFNIT –  
pelo Instituto Federal da Bahia.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Santana  
Silva  
Coorientador: Prof. Dr. Jerisnaldo Matos  
Lopes

Jequié - BA

2023

## FICHA CATALOGRÁFICA

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELO SISTEMA DE BIBLIOTECAS DO IFBA,  
COM OS DADOS FORNECIDOS PELO(A) AUTOR(A)

S586d Silva, Daliane Teixeira

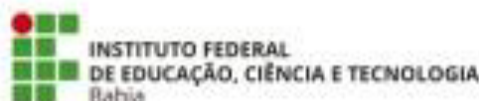
Diagnóstico, potencialidade e restrições para o desenvolvimento de indicação geográfica do café na região da Chapada Diamantina - Bahia / Daliane Teixeira Silva; orientador Marcelo Santana Silva; coorientador Jerisnaldo Matos Lopes -- Jequié, 2023.

198 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para Inovação - PROFNIT) -- Instituto Federal da Bahia, 2023.

1. Indicação geográfica. 2. Cadeia produtiva do café. 3. Círculo virtuoso. I. Silva, Marcelo Santana, orient. II. Lopes, Jerisnaldo Matos, coorient. III. TÍTULO.

CDU 633.73



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA BAHIA  
Av. Araújo Pinho, 39 - Bairro Canaã - CEP 40000-000 - Salvador - BA - www.portal.ifba.edu.br

**INSTITUTO FEDERAL DA BAHIA**  
**PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO**

**PROFNIT - PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PROPRIEDADE INTELECTUAL E  
TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA PARA A INOVAÇÃO**

**DIAGNÓSTICO, POTENCIALIDADE E RESTRIÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO DE  
INDICAÇÃO GEOGRÁFICA (IG) DO CAFÉ NA REGIÃO DA CHAPADA DIAMANTINA –  
BAHIA**

**DALIANE TEIXEIRA SILVA**

Produto(s) Gerado(s): Relatório Técnico Conclusivo e Artigos científicos originais Qualis B1

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Santana Silva

Coorientador: Jerisnaldo Matos Lopes

Banca Examinadora:

---

Prof. Dr. Marcelo Santana Silva

Orientador – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA)

---

Prof. Dr. Jerisnaldo Matos Lopes

Coorientador – Universidade do Estado da Bahia (UNEB)

---

Profa. Dra. Sylvania Naomi Matsumoto (UESB)

Membro Externo - Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB)

---

Prof. Dr Luis Oscar Silva Martins

Membro Externo – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB)

---

Prof. Dr. Euclides Santos Bittencourt (IFBA/PROFNIT)

Membro Interno Suplente – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA)

---

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado pela banca examinadora em 30/03/2023

Em 23 de março de 2023.



Documento assinado eletronicamente por **MARCELO SANTANA SILVA**, Docente da Pós-Graduação em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para a Inovação, em 31/03/2023, às 18:24, conforme decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **EUCLIDES SANTOS BITTENCOURT**, Usuário Externo, em 04/04/2023, às 13:31, conforme decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Sylvana Naomi Matsumoto**, Usuário Externo, em 04/04/2023, às 14:16, conforme decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Luís Oscar Silva Martins**, Usuário Externo, em 04/04/2023, às 17:19, conforme decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **JERISNALDO MATOS LOPES**, Usuário Externo, em 05/04/2023, às 14:13, conforme decreto nº 8.539/2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [http://sei.ifba.edu.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&acao\\_origem=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.ifba.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&acao_origem=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **2821596** e o código CRC **AC9FD075**.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a Jeová Deus pelas bênçãos e conquistas.

À minha família pelo apoio em todas as circunstâncias, meus pais e principalmente a meu esposo Lucas, pela compreensão e incentivo.

Ao IFBA por tornar possível tal oportunidade.

À Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação e ao Programa de Pós-graduação em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para a Inovação – PROFNIT, pelo excelente apoio e contribuição.

Ao professor orientador Dr. Marcelo Santana Silva, pelas contribuições e sugestões no decorrer da pesquisa.

Ao professor coorientador Dr. Jerisnaldo Matos Lopes pelas sugestões e aos demais professores do mestrado.

À Coordenação do PROFNIT-IFBA, em nome das professoras Wagner Piler e Rita Nano.

À Secretaria de Pós-Graduação do IFBA, em nome da Anete Santos.

À FAPESB – Fundação de Amparo à pesquisa do Estado da Bahia (Processo nº 084.0508.2022.0001430-14) pelo apoio financeiro para realização desta pesquisa.

Às pessoas incríveis que tive a satisfação de conhecer no mestrado Tatiane, Edmilson, Ana Rita, Grazielle, Cleiton e aos demais colegas.

Aos cafeicultores da Bahia, em especial aos da região da Chapada Diamantina.

Às Entidades participantes pela disponibilidade em colaborar com preciosas informações.

A todas as pessoas que, de alguma forma, contribuíram para a concretização deste sonho.

*"Um homem é o que ele lê,  
come e bebe na vida.  
Logo, deve escolher a melhor leitura,  
a melhor comida e a melhor bebida, o  
café..."*

Johann Wolfgang von Goethe

SILVA, Daliane Teixeira. **Diagnóstico, potencialidade e restrições para o desenvolvimento de Indicação Geográfica do café na região da Chapada Diamantina – Bahia**. 2023. 201 f. (Mestrado em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para Inovação) – Pró-Reitora de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação. Instituto Federal da Bahia, Jequié, 2023.

## RESUMO

O cultivo de café tem grande importância na economia mundial e brasileira. A região da Chapada Diamantina foi escolhida para o estudo pela notoriedade nacional e internacional pela produção de qualidade de cafés *gourmet* e especial. O objetivo desta pesquisa foi apresentar o diagnóstico, potencialidade e restrições para o desenvolvimento de Indicação Geográfica do café na região da Chapada Diamantina – Bahia. A pesquisa possui caráter exploratório, abordagem qualitativa, com coleta de dados por levantamento bibliográfico e documental, entrevistas com os principais *stakeholders* de café da região e visita técnica. A metodologia utilizada foi a do Círculo Virtuoso de Qualidade ligado à Origem, desenvolvido pela Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), possuindo característica inovadora para esta cadeia produtiva. Mundialmente, constatou-se que os cafés mais comercializados são o Arábica e o Robusta. Os maiores produtores são: Brasil, Vietnã, Colômbia e Indonésia. Melhorias na produção estão sendo implementadas para alcançar a exigência do mercado por produtos de qualidade e com certificações de origem. As Indicações Geográficas (IGs) valorizam produtos e serviços territoriais de qualidade diferenciada. São 126 IGs registradas para o café, a maioria por legislação específica de proteção (*sui generis*) e outras por marcas. A Indonésia possui o maior número de IGs para cafés no mundo, seguida do Brasil. No Brasil, a definição de IG é explicada pelas suas espécies, Indicação de Procedência (IP) e Denominação de Origem (DO). O estado da Bahia é o quarto maior produtor de café do Brasil. Políticas públicas no estado foram incentivadas para fortalecer cadeias produtivas. Uma dessas políticas foi o Projeto Bahia Produtiva. Percebeu-se que as ações desse projeto atingiram associações e cooperativas nas regiões potenciais para novas IGs no estado, propiciando aos agricultores inclusão ao mercado, adicionando valor, ampliando a escala de produção e fortalecendo cadeias produtivas, incluindo a do café. Uma das regiões contempladas pelo projeto foi a Chapada Diamantina e constatou-se que



alguns municípios dessa região possuem fatores humanos e edafoclimáticos, proporcionando um produto de qualidade e características peculiares, por isso a modalidade de IG a ser requerida é a Denominação de Origem (DO). Observou-se como potencialidades que os cafés possuem potencial de mercado, notoriedade e grande importância socioeconômica, para pequenos, médios, grandes produtores e torrefadores locais. Existe padronização dos produtos, marcas próprias, embalagens adequadas, e representação coletiva dos produtores, a Aliança dos Cafeicultores da Chapada Diamantina (ACCD). Uma das principais restrições dizem respeito a políticas públicas para fortalecimento da cadeia produtiva, para auxiliar os processos de logística e comercialização dos produtos. Nesse sentido, a relação da IG com outros setores da economia regional não ocorre de forma autônoma, mas sim com a contribuição da sociedade civil e de atores do ecossistema que fazem parte do objeto da Indicação Geográfica.

Palavras-Chave: Indicação Geográfica; Cadeia Produtiva do Café; Círculo Virtuoso.

SILVA, Daliane Teixeira. **Diagnóstico, potencialidade e restrições para o desenvolvimento de Indicação Geográfica do café na região da Chapada Diamantina – Bahia**. 2023. 201 f. (Mestrado em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para Inovação) – Pró-Reitora de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação. Instituto Federal da Bahia, Jequié, 2023.

## **ABSTRACT**

Coffee cultivation is of great importance in the world and Brazilian economy. The Chapada Diamantina region was chosen for the study due to its national and international notoriety for the quality production of gourmet and specialty coffees. The objective of this research was to present the diagnosis, potentiality and restrictions for the development of Geographical Indication of coffee in the region of Chapada Diamantina - Bahia. The research has an exploratory character, a qualitative approach, with data collection through bibliographical and documental survey, interviews with the main coffee stakeholders in the region and technical visit. The methodology used was the Virtuous Circle of Quality linked to Origin, developed by the Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAO), having an innovative characteristic for this production chain. Worldwide, it was found that the most commercialized coffees are Arabica and Robusta. The biggest producers are: Brazil, Vietnam, Colombia and Indonesia. Production improvements are being implemented to meet the market demand for quality products with origin certifications. Geographical Indications (GIs) value territorial products and services of differentiated quality. There are 126 GIs registered for coffee, the majority by specific protection legislation (*sui generis*) and others by trademarks. Indonesia has the highest number of GIs for coffee in the world, followed by Brazil. In Brazil, the definition of GI is explained by its species, Indication of Origin (IP) and Denomination of Origin (DO). The state of Bahia is the fourth largest coffee producer in Brazil. Public policies in the state were encouraged to strengthen productive chains. One of these policies was the Bahia Productiva Project. It was noticed that the actions of this project reached associations and cooperatives in potential regions for new GIs in the state, providing farmers with inclusion in the market, adding value, expanding the scale of production and strengthening production chains, including coffee. One of the regions contemplated by the project was Chapada Diamantina and it was found that some municipalities in this region have human and

edaphoclimatic factors, providing a quality product and peculiar characteristics, so the GI modality to be required is the Denomination of Origin (DO ). It was observed as potential that coffees have market potential, notoriety and great socioeconomic importance, for small, medium, large producers and local roasters. There is standardization of products, own brands, adequate packaging, and collective representation of producers, the Alliance of Coffee Growers of Chapada Diamantina (ACCD). One of the main constraints concerns public policies to strengthen the production chain, to help the logistics and product marketing processes. In this sense, the GI's relationship with other sectors of the regional economy does not occur autonomously, but with the contribution of civil society and actors of the ecosystem that are part of the object of the Geographical Indication.

Keywords: Geographical Indication; Coffee Production Chain; Virtuous Circle.

## LISTAS DE FIGURAS

### ARTIGO 1

FIGURA 1– Selo Brasileiro para Indicação de Procedência (IP) e Denominação de Origem (DO) .....	31
FIGURA 2 - Símbolos comunitários (selos) para produtos com DOP ou IGP produzidos na União Europeia .....	32

### ARTIGO 2

FIGURA 1 – Territórios de Identidade do Estado da Bahia .....	60
FIGURA 2 – Regiões produtoras de café no estado da Bahia .....	63
FIGURA 3 – Diagrama do Sistema Agroindustrial do café do Brasil .....	65

### ARTIGO 3

FIGURA 1 – Municípios que compõem o Território de Identidade da Chapada Diamantina - Bahia, Brasil .....	83
FIGURA 2 – Círculo Virtuoso da Qualidade ligado à Origem .....	88

## LISTA DE QUADROS

### ARTIGO 1

QUADRO 1 –Etapa da pesquisa documental .....	29
QUADRO 2 – Total de IGs no cenário mundial para o café .....	35
QUADRO 3 – Indicações Geográficas do Brasil para o café registradas no INPI.....	41

### ARTIGO 3

QUADRO 1 - Dimensões e Critérios do Círculo Virtuoso da Qualidade ligado à Origem .....	89
QUADRO 2 - Síntese das potencialidades e restrições para a IG do café da Chapada Diamantina- BA .....	99

## LISTA DE TABELAS

### ARTIGO 1

TABELA 1 –Produção mundial de café verde (milhões de sacas de 60 kg) ...	33
TABELA 2 – Estimativa de produção de café arábica para as safras 2020 a 2022 no Brasil .....	38
TABELA 3 – Estimativa de produção de café conilon para as safras 2020 a2022 no Brasil .....	38

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

<b>ABACAFÉ</b>	Associação dos Cafeicultores do Oeste da Bahia
<b>ABIC</b>	Associação Brasileira da Indústria de Café
<b>ACE</b>	<i>Alliance for Coffee Excellence</i>
<b>APT</b>	Alianças Produtivas Territoriais
<b>ATER</b>	Assistência Técnica e Extensão Rural
<b>BIRD</b>	Banco Interamericano de Reconstrução e Desenvolvimento
<b>BSCA</b>	Associação Brasileira de Cafés Especiais
<b>CAR</b>	Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional
<b>CEDETER</b>	Conselho Estadual de Desenvolvimento Territorial
<b>CODETER</b>	Colegiados de Desenvolvimento Territorial
<b>CONAB</b>	Companhia Nacional de Abastecimento
<b>CUP</b>	Convenção da União de Paris para a Propriedade Industrial
<b>DO</b>	Denominação de Origem
<b>DOP</b>	Denominações de Origem Protegida
<b>EMBRAPA</b>	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
<b>FAO</b>	Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura
<b>IBC</b>	Instituto Brasileiro do Café
<b>IBGE</b>	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
<b>ICO</b>	<i>International Coffee Organization</i>
<b>ICMBIO</b>	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
<b>IEL</b>	Instituto Euvaldo Lodi
<b>IG</b>	Indicação Geográfica
<b>IGP</b>	Indicações Geográficas Protegidas
<b>INCAPER</b>	Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural
<b>INPI</b>	Instituto Nacional da Propriedade Industrial
<b>IP</b>	Indicação de Procedência
<b>LPI</b>	Lei de Propriedade Industrial
<b>MAPA</b>	Ministério da Agricultura, Pecuária e Alimentação
<b>OIC</b>	Organização Internacional do Café
<b>OMC</b>	Organização Mundial do Comércio
<b>OMPI</b>	Organização Mundial da Propriedade Intelectual
<b>ORIGIN</b>	<i>Organization for an International Geographical Indications Network</i>

<b>PEIEX</b>	Programa de Qualificação para Exportação
<b>PRONAT</b>	Programa de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais
<b>PRRC</b>	Plano de Renovação e Revigoramento dos Cafezais
<b>PTC</b>	Programa Territórios da Cidadania
<b>SCAA</b>	<i>Specialty Coffee Association of America</i>
<b>SDR</b>	Secretaria de Desenvolvimento Rural
<b>SDT</b>	Secretaria de Desenvolvimento Territorial
<b>SEAGRI</b>	Secretaria da Agricultura, Pecuária, Irrigação, Pesca e Aquicultura
<b>SEBRAE</b>	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
<b>SEI</b>	Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia
<b>SENAR</b>	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
<b>SEPLAN</b>	Secretaria de Planejamento
<b>TRIPS</b>	Acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio
<b>UE</b>	União Europeia
<b>UESB</b>	Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
<b>USDA</b>	<i>United States Department of Agriculture</i>
<b>WIPO</b>	<i>World Intellectual Property Organization</i>



## SUMÁRIO

<b>1.</b>	<b>APRESENTAÇÃO</b> .....	<b>17</b>
<b>2.</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>18</b>
<b>2.1</b>	<b>Problemática</b> .....	<b>19</b>
<b>2.2</b>	<b>Justificativa</b> .....	<b>19</b>
2.2.1	Lacuna a ser preenchida pelo TCC .....	20
2.2.2	Aderência ao PROFNIT .....	20
2.2.3	Impacto .....	20
2.2.4	Aplicabilidade .....	21
2.2.5	Inovação .....	21
2.2.6	Complexidade.....	21
<b>2.3</b>	<b>Objetivos da pesquisa</b> .....	<b>22</b>
2.3.1	Objetivo Geral.....	22
2.3.2	Objetivos específicos.....	22
<b>2.4</b>	<b>Procedimentos metodológicos</b> .....	<b>22</b>
<b>2.5</b>	<b>Estrutura do trabalho em artigos científicos</b> .....	<b>24</b>
<b>3</b>	<b>ARTIGO 1 – PRODUÇÃO DE CAFÉS E INDICAÇÕES GEOGRÁFICAS (IG): UMA ANÁLISE DO PANORAMA MUNDIAL E DA REALIDADE BRASILEIRA</b> .....	<b>25</b>
<b>3.1</b>	<b>Introdução</b> .....	<b>25</b>
<b>3.2</b>	<b>Metodologia</b> .....	<b>28</b>
<b>3.3</b>	<b>Indicações Geográficas: origens e instrumentos legais internacionais e brasileiro</b> .....	<b>29</b>
<b>3.4</b>	<b>Cenário mundial do café e as Indicações Geográficas</b> .....	<b>32</b>
<b>3.5</b>	<b>Cenário brasileiro do café e indicações geográficas</b> .....	<b>37</b>
<b>3.6</b>	<b>Considerações finais</b> .....	<b>41</b>
<b>3.7</b>	<b>Referências</b> .....	<b>42</b>
<b>4.</b>	<b>ARTIGO 2 – FOMENTO DO PROJETO BAHIA PRODUTIVA PARA A CADEIA PRODUTIVA DO CAFÉ NO ESTADO DA BAHIA, BRASIL: UMA ANÁLISE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS E DE INDICAÇÃO GEOGRÁFICA</b> .....	<b>51</b>
<b>4.1</b>	<b>Introdução</b> .....	<b>51</b>
<b>4.2</b>	<b>Desenvolvimento Rural Sustentável (DRS) e as IGs</b> .....	<b>54</b>
<b>4.3</b>	<b>Metodologia</b> .....	<b>58</b>
<b>4.4</b>	<b>Projeto Bahia Produtiva</b> .....	<b>59</b>
<b>4.5</b>	<b>Cadeia produtiva do café na Bahia</b> .....	<b>63</b>
<b>4.6</b>	<b>Propostas de novas IGs de café na Bahia</b> .....	<b>66</b>
<b>4.7</b>	<b>Considerações finais</b> .....	<b>69</b>
<b>4.8</b>	<b>Referências</b> .....	<b>70</b>
<b>5.</b>	<b>ARTIGO 3 – POTENCIALIDADE DE INDICAÇÃO GEOGRÁFICA DO CAFÉ DA REGIÃO DA CHAPADA DIAMANTINA (BAHIA, BRASIL) SOB A ÓTICA DO CÍRCULO VIRTUOSO DA QUALIDADE</b> .....	<b>78</b>
<b>5.1</b>	<b>Introdução</b> .....	<b>78</b>

5.2	Indicação Geográfica e suas contribuições.....	80
5.3	A Chapada Diamantina e a produção de cafés .....	82
5.4	Materiais e Métodos .....	85
5.5	Resultados e discussões.....	89
5.6	Conclusão .....	99
5.7	Referências .....	100
6.	CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES FINAIS.....	108
7.	PERSPECTIVAS FUTURAS .....	110
8.	REFERÊNCIAS.....	111

APÊNDICE A – Artigo publicado na Journal of Sustainable Development .....	Erro! Indicador não definido.3
APÊNDICE B – Artigo submetido à Revista Mercator .....	137
APÊNDICE C – Artigo submetido à Revista Journal of Open Innovation: Technology, Market and Complexity .....	160
APÊNDICE D - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	188
APÊNDICE E –Roteiro de entrevista para os <i>stakeholders</i> de café da região da Chapada Diamantina – BA para aplicação do Círculo Virtuoso .....	191
APÊNDICE F – Roteiro de entrevista com entidade pública da região da Chapada Diamantina – BA para aplicação do Círculo Virtuoso .....	193
ANEXO A - Comprovante de submissão de artigo à Journal of Sustainable Development .....	194
ANEXO B - Comprovante de submissão de artigo à Revista Mercator.....	195
ANEXO C - Comprovante de submissão de artigo à Revista Journal of Open Innovation: Technology, Market and Complexity.....	196
ANEXO D- Certificado de publicação de artigo no Encontro Nacional de Propriedade Intelectual - ENPI (2021) .....	197
ANEXO E - Menção Honrosa pelo artigo apresentado no Encontro Nacional de Propriedade Intelectual -ENPI (2021) .....	198

## 1. APRESENTAÇÃO

Após estudo sistemático sobre o cultivo do café e sua importância na economia mundial e brasileira, foi observado que os produtores de café no Brasil e no Estado da Bahia estão aperfeiçoando sua produção para alcançar o novo mercado dos cafés especiais e agregando valor ao identificar as características da região produtora, por meio de Indicações Geográficas (IGs). Em um levantamento feito pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) foi destacado que o estado da Bahia possui duas regiões potenciais para novas IGs referentes ao café (BRASIL, 2022). Uma delas é o Território de Identidade da Chapada Diamantina, que possui notoriedade nacional e internacional pela produção de cafés de qualidade. Em 2017 o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) realizou um estudo para avaliar o potencial desse café para Indicação Geográfica (IG), sinalizando duas modalidades de IG, dependendo da delimitação geográfica (SEBRAE, 2017), mas não relacionou potencialidades e entraves (restrições) que a IG pode proporcionar.

Nesse sentido, ressalta-se a relevância da proposta desse Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), uma vez que apresenta o diagnóstico, potencialidade e restrições para o desenvolvimento de Indicação Geográfica do café na região da Chapada Diamantina – Bahia, sob a Ótica do Círculo Virtuoso de Qualidade Ligada à Origem.

## 2. INTRODUÇÃO

O cultivo de café tem grande importância na economia mundial, pois seu processamento, comércio, transporte e marketing geram milhões de empregos (ICO, 2022). Os maiores produtores de café são: Brasil, Vietnã, Colômbia e Indonésia, que concentram 67,8% da produção mundial (USDA, 2022).

A produção de café chegou ao Brasil pelo estado do Pará, em 1727, vindo da Guiana Francesa pelo Sargento-Mor Francisco e Mello Palheta. Devido às condições climáticas, de relevo e de solo favoráveis no país, se espalhou por todas as regiões (BRASIL, 2018).

No Brasil são cultivados dois tipos de cafés, o Arábica e o Robusta. O país, no cenário mundial, é o maior produtor de café Arábica e o segundo maior produtor de Robusta (Conilon) (USDA, 2022). Os maiores estados produtores são: Minas Gerais, Espírito Santo, São Paulo, Bahia, Rondônia, Paraná e Rio de Janeiro (CONAB, 2022).

O setor cafeeiro vem exigindo qualidade e valorização da origem, fazendo com que os cafeicultores melhorem sua produção para alcançar o mercado dos cafés especiais (BOAVENTURA *et al.*, 2018). Por isso, eles estão obtendo registro de Indicação Geográfica (IG) para seus produtos, agregando valor e identificando as características da região produtora (EMBRAPA, 2021).

A IG distingue a origem geográfica de produto ou serviço e é definida como Indicação de Procedência (IP) e Denominação de Origem (DO) (BRASIL, 1996). As IGs trazem benefícios para os produtores, os consumidores e as comunidades locais (BARJOLLE *et al.*, 2017; CEI *et al.*, 2018). Elas incentivam a diversificação da produção, sendo uma excelente ferramenta de acesso ao mercado (ORIGIN, 2022).

Em 06 de dezembro de 2022 estavam registradas no Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) 14 IGs referentes ao café, sendo 9 IPs e 5 DOs. Uma dessas IGs é a IP Oeste da Bahia, referente ao café verde em grãos (Arábica), concedida em 2019 para a Associação dos Cafeicultores do Oeste da Bahia (ABACAFÉ) (INPI, 2022a).

O estado da Bahia é o quarto estado produtor de café do país (CONAB, 2022) e possui duas regiões potenciais para novas IGs referentes ao café: Chapada Diamantina e Planalto de Vitória da Conquista (BRASIL, 2022).

A região da Chapada Diamantina possui notoriedade nacional e internacional pela produção de qualidade de cafés *gourmet* e especial, excelência nas categorias da bebida e dos grãos. Em premiações nacionais e internacionais é destaque em qualidade (SEBRAE, 2018).

Alguns autores, como Oliveira (2017), Santos *et. al* (2020) e SEBRAE (2017), já abordaram a qualidade desse café em seus estudos, mas não foi feito um diagnóstico relacionando potencialidades e restrições do café dessa região com o que a IG pode proporcionar, elaborado a partir da Metodologia do Círculo Virtuoso da Qualidade Ligada à Origem, desenvolvida pela Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) (VANDERCANDELAERE *et al.*, 2010), possuindo característica inovadora na aplicação desta metodologia para esta cadeia produtiva.

## **2.1 PROBLEMÁTICA**

Num contexto de mercado global, com consumidores procurando cada vez mais produtos de qualidade diferenciada, as IGs proporcionam reconhecimento e confiança sobre a procedência do produto, uniformização da produção e a possibilidade que o território possa ser inserido na competitividade comercial (CALDAS; ARAÚJO; COURRY, 2017).

A contribuição que as IGs podem trazer se refletem nos produtos, produtores e desenvolvimento regional, sendo esperado nas esferas econômica, social e ambiental (BARJOLLE *et al.*, 2017; CEI *et al.*, 2018).

Mas no processo de implementação e após o registro da IG algumas dificuldades podem surgir, impedindo produtores de conseguir e manter o registro. Considerando que o café da região da Chapada Diamantina – Bahia possui reputação, notoriedade e qualidade diferenciada, que o leva a possibilidade de registro de Indicação Geográfica, surge a seguinte pergunta: Quais as potencialidades e restrições para o registro da IG do café produzido nos municípios da Chapada Diamantina – Bahia?

## **2.2 JUSTIFICATIVA**

### **2.2.1 Lacuna a ser preenchida pelo TCC**

O tema Indicações Geográficas é de grande relevância pela contribuição que elas podem trazer para os produtores, a região produtora e o produto. Nos últimos anos, vem ganhando destaque no cenário nacional, porém há poucas pesquisas e publicações de impacto.

Como a produção de café é uma das principais atividades agrícolas desenvolvidas em alguns municípios da região da Chapada Diamantina-BA, produzido por pequenos, médios e grandes produtores (BRASIL, 2010), o produto foi escolhido para esta pesquisa por possuir reputação, notoriedade e qualidade diferenciada que o leva a possibilidade de registro de Indicação Geográfica, relacionando as potencialidades e restrições do produto com o que a IG pode proporcionar, determinando assim a importância da elaboração desta pesquisa.

### **2.2.2 Aderência ao PROFNIT**

Destaca-se a aderência deste trabalho pela sua relação direta com um dos temas centrais tratados no PROFNIT, abordando aspectos relacionados à Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia, o segmento da Indicação Geográfica e análise de políticas públicas voltadas para a cadeia produtiva do café no Estado da Bahia, atuando principalmente na região da Chapada Diamantina.

### **2.2.3 Impacto**

Os resultados sobre as potencialidades e restrições do café com o que a IG pode proporcionar na região da Chapada Diamantina poderá gerar impactos e externalidades positivas, tanto para o desenvolvimento de conhecimento científico e tecnológico, ao fornecer subsídios aos acadêmicos e ao mercado, como aos produtores locais e região, impactando diretamente nos aspectos econômicos e sociais, pela importância da produção no território, capacidade de geração de emprego e renda, valorização da cultura regional, sensação de pertencimento ao território e redução do êxodo rural.

#### **2.2.4 Aplicabilidade**

O estudo abrange a região produtora de café da Chapada Diamantina, com capacidade de aplicação e replicação para analisar potencialidades e restrições de implantação de IGs em outras regiões, que tenham potencial na fabricação de produtos com notoriedade e requisitos para o registro de IG, como notoriedade, qualidade e tradição.

#### **2.2.5 Inovação**

A capacidade de inovação da pesquisa é considerada média. O produto final combina conhecimento de Propriedade Intelectual associada à avaliação de viabilidade de implantação do registro de IG, sendo combinação de conhecimentos pré-estabelecidos, agrupamento e compartilhamento de informações já existentes de formas isoladas. A característica inovadora da pesquisa é destacada pela metodologia aplicada, a do Círculo Virtuoso de Qualidade ligado à Origem, desenvolvido pela Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), para verificar a potencialidade e restrições de requisitos para Indicação Geográfica para o café da região da Chapada Diamantina, sendo inovação para esta cadeia produtiva, a nível internacional.

#### **2.2.6 Complexidade**

A pesquisa apresenta média complexidade. Para a análise das potencialidades e restrições para a implantação da IG para o café produzido na região da Chapada Diamantina combinou-se conhecimentos pré-estabelecidos de Propriedade Intelectual, utilizando fontes bibliográficas e documentais. Para a análise de políticas públicas relacionadas a cadeia produtiva do café foi verificado um projeto específico do Estado da Bahia (Bahia Produtiva), por meio de documentos e site, verificando a aplicação de programas para os produtores na região abordada na pesquisa. Foi associado visita técnica e entrevistas a diferentes atores relacionados ao café para a aplicação da metodologia específica.

## 2.3 OBJETIVOS DA PESQUISA

Para alcançar os resultados esperados nesta pesquisa foram abordados os seguintes objetivos:

### 2.3.1 Objetivo Geral

Apresentar o diagnóstico, potencialidade e restrições para o desenvolvimento de Indicação Geográfica do café na região da Chapada Diamantina – Bahia.

### 2.3.2 Objetivos específicos

- a) Levantar o cenário internacional e nacional para a cadeia produtiva do café, a partir da produção e de Indicações Geográficas para o produto;
- b) Analisar o Projeto Bahia Produtiva, a partir do subprojeto voltado para a cadeia produtiva do café, como política pública para Desenvolvimento Rural Sustentável e para Indicações Geográficas no estado da Bahia;
- c) Apresentar as potencialidades e restrições de registro de IG para o café produzido nos municípios da Chapada Diamantina - Bahia, pela ótica do Círculo Virtuoso da Qualidade Ligada à Origem.

## 2.4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

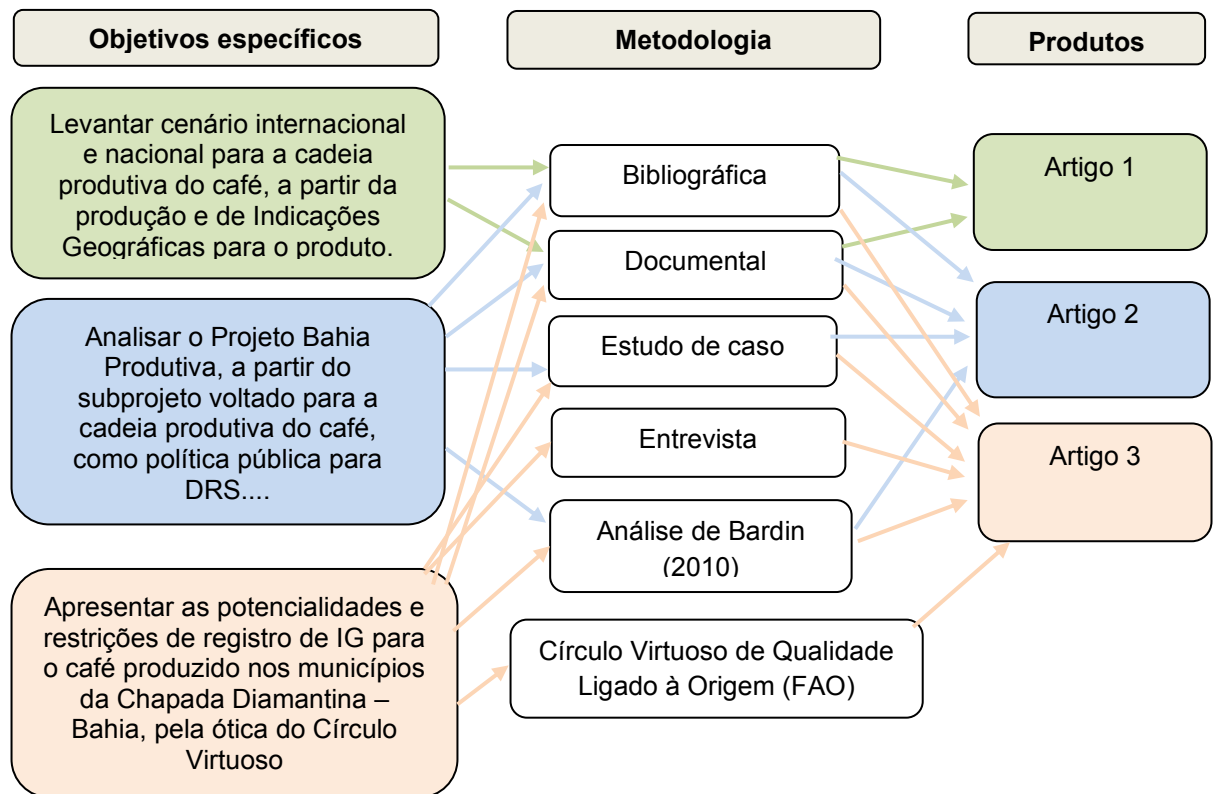
A pesquisa possui caráter exploratório, com coleta de dados por levantamento bibliográfico e documental, entrevistas e visita técnica com os *stakeholders* de café da região da Chapada Diamantina. Foram utilizadas informações de fontes diversas, tais como: livros, artigos, relatórios, legislações, documentos, sites institucionais, dissertações e entrevistas.

Para a análise das informações obtidas no levantamento bibliográfico e documental foi usado o Método de Análise de Conteúdo. Esse tipo de análise é organizada em três etapas: 1) pré-análise, 2) exploração do material e 3) tratamento dos resultados, inferência e interpretação (BARDIN, 2010).



Para alcançar os objetivos específicos da pesquisa, foram elaborados três artigos científicos originais. A FIGURA 1, a seguir, demonstra os procedimentos metodológicos envolvidos na pesquisa conforme cada artigo.

FIGURA 1 – Procedimentos metodológicos envolvidos na pesquisa conforme artigos



No Artigo 1 a pesquisa classificou-se como exploratória, descritiva, bibliográfica e documental.

No Artigo 2 a pesquisa foi qualitativa, bibliográfica, documental e estudo de caso (Projeto Bahia Produtiva). Para a análise das informações foi usada a Análise de Conteúdo.

No Artigo 3 a pesquisa deteve abordagem qualitativa, natureza aplicada, fundamentada em estudo de caso, com coleta de dados por levantamento bibliográfico, documental, entrevistas e visita técnica aos *stakeholders* do café da região da Chapada Diamantina - Bahia. O embasamento da pesquisa se deu pela metodologia do Círculo Virtuoso de Qualidade Ligado à Origem, desenvolvido pela Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO). Foi utilizado o Método de Análise de Conteúdo para a análise das informações obtidas.

## **2.5 ESTRUTURA DO TRABALHO EM ARTIGOS CIENTÍFICOS**

Este trabalho está estruturado em artigos que nortearam os objetivos e são retratados ao longo da pesquisa da seguinte forma: as seções 1 e 2 constituem o tema, justificativa e os objetivos gerais e específicos; a seção 3 é composta pelo Artigo 1 levantando o cenário internacional e nacional para a cadeia produtiva do café, a partir da produção e de Indicações Geográficas para o produto; a seção 4 contém o Artigo 2, onde foi analisado o Projeto Bahia Produtiva pela vertente da cadeia de produção do café como política pública para Desenvolvimento Rural Sustentável e para Indicações Geográficas no estado da Bahia; e a seção 5 apresenta o Artigo 3 apresentando a potencialidade e restrições de registro de Indicação Geográfica para o café produzido nos municípios da região da Chapada Diamantina, pela ótica do Círculo Virtuoso da Qualidade Ligada à Origem.

### 3. ARTIGO 1 – PRODUÇÃO DE CAFÉS E INDICAÇÕES GEOGRÁFICAS (IG): UMA ANÁLISE DO PANORAMA MUNDIAL E DA REALIDADE BRASILEIRA <sup>1</sup>

#### RESUMO

O cultivo de café tem grande importância na economia mundial. Devido à exigência dos consumidores por produtos com certificação de qualidade e geográficas o tema se mostra relevante. O objetivo desta pesquisa é levantar o cenário internacional e brasileiro da cadeia produtiva do café, a partir da produção e de Indicações Geográficas (IGs) para o produto. A pesquisa se classifica como exploratória e descritiva em relação à abordagem, e como bibliográfica e documental em relação aos meios de investigação. Constatou-se que os maiores produtores mundiais de café são: Brasil, Vietnã, Colômbia e Indonésia. Houve redução na produção mundial para a safra 2021/22, devido à baixa produção de café arábica no Brasil, mas para a safra 2022/23 estima-se aumento na produção. A maioria dos países produtores de café seguem legislação específica de proteção às IGs e outros a protegem por marcas. No Brasil, a definição de IG é explicada pelas suas espécies, Indicação de Procedência (IP) e Denominação de Origem (DO). O Brasil é o segundo com maior número de IGs para cafés no mundo. El Salvador possui uma IG que representa toda a cadeia de valor do café. A Indonésia é o país com maior número de IGs para cafés no mundo e tem o apoio do Estado para sua promoção. Diante deste cenário, constata-se à necessidade de se desenvolver políticas públicas voltadas para esse produto. Indica-se para pesquisas futuras o estudo dessas políticas e da atuação de órgãos responsáveis pela consolidação de IGs nos seus respectivos países.

**Palavras-chave:** Cafeicultura; Marcas; Sistema *sui generis*; Indicação Geográfica.

#### 3.1 INTRODUÇÃO

O cafeeiro é um arbusto perene que se desenvolveu nas regiões tropicais e subtropicais. Já foram identificadas cento e vinte e quatro espécies de café (DAVIS *et*

---

<sup>1</sup> O artigo foi publicado, em 06 de abril de 2023, na Journal of Sustainable Development. DOI: <https://doi.org/10.5539/jsd.v16n3p47>.

*al.*, 2011), mas as duas principais comercializadas mundialmente são: *Coffea arabica* (Arábica) e *Coffea canephora* (Robusta). Essas espécies se diferenciam em relação aos aspectos agronômicos, bioquímicos e sensoriais dos grãos, do mercado e do uso dos seus produtos (FERRÃO *et al.*, 2019).

O café Arábica é originário da Etiópia. Teve sua classificação botânica em 1737 e adaptou-se melhor em climas frios (FERRÃO *et al.*, 2019). Sua produção sofre oscilações em decorrência de fatores climáticos (SCHROTH *et al.*, 2009; ZULLO *et al.*, 2011) e da bienalidade, definida por variação de anos com alta e baixa produção (CARVALHO *et al.*, 2004). Possui as variedades: Bourbon, Mundo Novo, Catuaí, Icatu Vermelho e Amarelo, Iapar 59, Tupi, Obatã, Catuaí Rubi, Topázio, Katipó, Catucaí Vermelho e Amarelo, entre outros (SEBRAE, 2013). Corresponde por 53,34% da produção mundial de café (USDA, 2022).

O café Robusta é originário de Guiné, na Bacia do Congo. Teve sua classificação botânica em 1895-1897, com distribuição geográfica no continente africano (FERRÃO *et al.*, 2019), possui maior tolerância ao calor (BUNN *et al.*, 2015). O Conillon é a variedade mais cultivada desse tipo de café, com maior potencial de produtividade (SEBRAE, 2013; BUSATO, 2022). Corresponde por 46,66% da produção mundial de café (USDA, 2022).

O café tem negociação nas principais bolsas de futuros e mercadorias do mundo, como a de Nova Iorque e a de Londres. Seu cultivo é de grande importância na economia mundial, pois seu processamento, comércio, transporte e marketing geram milhões de empregos para pessoas no mundo todo. Essa importância é crucial para as economias de muitos países em desenvolvimento (ICO, 2022; GRÜTER *et al.*, 2022).

A partir da década de 1990, novas estratégias mundiais surgiram, exigindo quantidade e qualidade dos alimentos (BSCA, 2021). Nesse período, o setor cafeeiro brasileiro passou por um processo de desregulamentação decorrente da extinção do Instituto Brasileiro do Café (IBC), que definia a política para o setor, coordenava e controlava estratégias de produção e comercialização dentro e fora do país, oferecia assistência técnica e econômica, e promovia estudo e pesquisa do café (EMBRAPA, 2021).

Essa desregulamentação ocasionou uma nova tendência, a valorização de produtos com atributos diferenciados, tanto pelos aspectos tangíveis como intangíveis

(ZYLBERSZTAJN *et al.*, 2001). Modernização nos sistemas de produção do café e adoção de técnicas inovadoras tiveram de ser adotadas a partir de produção eficiente e de qualidade (CARVALHO; AREVALO; PASSADOR, 2020). Assim, os cafés com qualidade superior passaram a ter preços mais atraentes no mercado nacional e internacional (CARVALHO *et al.*, 2011).

Com consumidores mais exigentes, os produtores de café tiveram que aumentar o valor agregado do seu produto, com produção de cafés especiais com certificações de qualidade e geográficas, com novas formas de comercialização da bebida, maior sensibilidade quanto à sustentabilidade ambiental (BORRELLA; MATAIX; CARRASCO-GALLEGO, 2015; VOLSI *et al.*, 2019) e preocupação social, como as condições da mão de obra utilizada na produção (ZYLBERSZTAJN *et al.*, 2001).

As Indicações Geográficas (IGs) são grandes estratégias para aumentar a força comercial do produto nos canais de escoamento. Buscam distinguir a origem geográfica de um determinado produto ou serviço (RIBEIRO; OLIVEIRA; SILVA, 2020; SILVA; LIMA; SILVA, 2022). Proporcionam reconhecimento e confiança sobre a procedência do produto, uniformização da produção e a possibilidade que o território possa ser inserido na competitividade comercial (CALDAS; ARAÚJO; COURRY, 2017).

A IG no Brasil é reconhecida pela Lei de Propriedade Industrial (Lei nº 9.279/1996) (VALENTE *et al.*, 2012) e normatizada pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) e Ministério da Agricultura, Pecuária e Alimentação (MAPA) (CALDAS, 2013). O INPI é o agente responsável pela análise da pertinência da indicação e realização do registro legal de IG (BRASIL, 1996) e o MAPA fomenta as atividades e ações para IG de produtos agropecuários (BRASIL, 2017).

Em nível internacional, a IG é reconhecida pelo Acordo TRIPS (VALENTE *et al.*, 2012) e normatizada pela Organização Mundial do Comércio (OMC) e Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI) (CALDAS, 2013).

Em 06 de dezembro de 2022 estavam registradas 126 IGs para o café no mundo (ORIGIN, 2022a). A produção total mundial do produto para a safra 2021/22 foi de 167,134 milhões de sacas (60 kg). O Brasil é o maior produtor de café do mundo, representando 36,52% da produção mundial e 1,11% das IGs do produto (USDA, 2022; ORIGIN, 2022a).

Diante da importância do cultivo do café para a economia mundial e brasileira, este trabalho busca levantar o cenário mundial e brasileiro da produção de cafés e das IGs para o produto. A pesquisa busca também saber como as IGs para cafés estão sendo protegidas mundialmente, se sistema *sui generis* ou marcas (marcas registradas, coletivas ou de certificação).

Portanto, a problemática da pesquisa é responder a seguinte questão: Qual o cenário mundial e brasileiro para a produção de cafés e suas IGs, e de forma elas estão sendo protegidas pelos países produtores?

Dessa forma, a pesquisa visa levantar o cenário internacional e brasileiro da cadeia produtiva do café, a partir da mensuração da produção e de IGs para este produto agrícola.

### 3.2 METODOLOGIA

Esta pesquisa se classifica como exploratória e descritiva em relação à abordagem, e como bibliográfica e documental em relação aos meios de investigação. A pesquisa bibliográfica permite uma cobertura maior de fenômenos, se ampara nas contribuições de vários autores sobre o tema. A pesquisa documental conta com materiais que ainda não receberam tratamento analítico (GIL, 2012).

Foram utilizadas informações de fontes diversas, tais como: livros, dissertações, artigos, relatórios, legislações e sites institucionais. Em relação aos panoramas internacionais e brasileiro para o café e para as IGs foram utilizados dados de órgãos governamentais e não-governamentais.

A pesquisa foi dividida em duas fases. A primeira, envolveu a pesquisa bibliográfica, prospectada nas bases Scopus, *Web of Science* e Google Acadêmico, a partir das palavras-chave *Coffee* e *Geographical Indications*, sem delimitação temporal. Foi realizada com a contribuição de vários autores e legislações sobre o tema IG, sua origem e seus instrumentos legais.

A segunda, envolveu a pesquisa documental, onde foram extraídas as informações para o panorama mundial e para a realidade brasileira (QUADRO 1).

Para o panorama mundial foi analisado a quantidade das IGs por continente, países e o nome geográfico protegido. Assim, realizaram-se as observações sobre as proteções *sui generis* ou marcas, a partir de busca avançada no site do ORIGIN,

filtrando por todos os países, todas as proteções legais e “Produtos Alimentares/Café” para o tipo de produto.

Para a produção mundial foi utilizada as informações do *Coffee Summary* do relatório “*Coffee: World Markets and Trade*” da USDA, de 23/06/2022.

#### QUADRO 1 - Etapa da pesquisa documental

Descrição	Panorama Mundial	Panorama Brasileiro
Identificação da produção de café	Relatório “ <i>Coffee: World Markets and Trade</i> ” (USDA), de 23/06/2022 <sup>2</sup>	Boletim de Acompanhamento da Safra de café (CONAB) <sup>3</sup>
Identificação da quantidade de IGS de café	<i>Organization for an International Geographical Indications Network</i> (ORIGIN) Em 06/12/2022	Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI) Em 06/12/2022

Para a realidade brasileira, na quantificação das IGS, foi verificado o ORIGIN e informações do INPI sobre Indicações de Procedência e Denominações de Origem. Foi observado o nome geográfico protegido, o ano de registro, os municípios envolvidos e as características específicas dos cafés.

Para a produção brasileira de café foram utilizados boletins de 2021 e 2022 da CONAB, observando as espécies e quantidades produzidas no país, os estados e as respectivas regiões produtoras.

Para tabulação dos dados foi utilizada a ferramenta Excel do pacote *MS Office* 2019, sendo possível a análise dos resultados desta pesquisa e elaboração das tabelas.

### 3.3 INDICAÇÕES GEOGRÁFICAS: ORIGENS E INSTRUMENTOS LEGAIS INTERNACIONAIS E BRASILEIRO

Embora seja antigo o uso do nome geográfico para indicar a qualidade do produto, a primeira intervenção do Estado em relação à proteção por IG ocorreu em 1756 para o Vinho do Porto de Portugal (CERDAN *et al.*, 2014).

<sup>2</sup> Disponibilizado no site governamental do *United States Department of Agriculture* (USDA), observando os dados das safras 2020/21, 2021/22 e 2022/23 (estimativa), verificado no dia 06/12/2022.

<sup>3</sup> Disponibilizado no site governamental da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), observando os dados das safras 2020, 2021 e 2022, conforme os boletins de setembro de 2022 (3º Levantamento) e dezembro 2021 (4º Levantamento).

Posteriormente, países se organizaram para criar um tratado que abordasse outros direitos de propriedade industrial, sendo concretizado em março de 1883 o tratado da Convenção da União de Paris para a Propriedade Industrial (CUP) (OMPI, 1998).

Com proteção insuficiente para alguns dos países signatários, foi promovido um tratado suplementar para repressão às falsas indicações de procedência. Dessa forma, em 1891 surge o Acordo de Madri. A intenção do acordo era garantir uma repressão que produzisse efeitos mais consistentes contra o uso das indicações de procedência enganosas. Porém, os países que o aderiram foram em quantidade menor que os que se filiaram à CUP (CERDAN *et al.*, 2014).

Como os dois acordos não avançaram na proteção das IGs, em 1958 surge o Acordo de Lisboa, com intuito de Proteção das Denominações de Origem e do seu Registro Internacional. Porém, a adesão ao acordo por parte dos países foi muito baixa, o tornando pouco efetivo (CAMPINOS, 2008).

Em 1994 foi aprovado o Acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio (TRIPS, da sigla em inglês). O TRIPS é um acordo em que os seus membros devem proteger ou garantir a propriedade intelectual de forma mínima, e cada um estabelece as formas mais efetivas de proteção, não constituindo obstáculo ao comércio. Alguns países que o aderiram iniciaram a criação e aprimoramento de suas legislações internas (CERDAN *et al.*, 2014).

O artigo 22 do Acordo TRIPS define a IG como produto originário do território de um Membro, quando certa qualidade, reputação ou outra característica estivesse atribuída a sua origem geográfica (BRASIL, 1994).

O Brasil aderiu o Acordo TRIPS, através do Decreto nº 1.355 de 30 de dezembro de 1994 (BRASIL, 1994). A prática ocorreu com a promulgação da Lei Nº 9.279 de 14 de maio de 1996, conhecida como Lei da Propriedade Industrial (LPI), que aborda sobre a proteção dos direitos de propriedade industrial (BRASIL, 1996).

A LPI estabelece as regras gerais para reconhecimento de IG nos artigos 176 a 182 e define as modalidades de IG como: Indicação de Procedência (IP) e Denominação de Origem (DO), para designar produtos e serviços (BRASIL, 1996).

A IP relaciona ao nome local que se tornou conhecido e a DO ao nome local em que as características ou qualidades se devem ao meio geográfico (BARBOSA, 2003). Na IP, o importante é a notoriedade associada à qualidade do produto, já na



DO, aos aspectos físicos, humanos e culturais do meio onde ocorreu a obtenção ou produção (ANJOS, 2013).

O conceito de IP remete ao que já havia sido previsto no Código da Propriedade Industrial de 1971 e ao artigo 22 do Acordo TRIPS. Já a DO remete ao que foi estabelecido no Artigo 2 do Acordo de Lisboa (1958) e no Regulamento Europeu CE 2.081/1992 (CABRAL, 2019).

Existem outros dispositivos legais que guiam as solicitações de reconhecimento de IG no Brasil: a Resolução INPI nº 55/2013 (INPI, 2013); a Instrução Normativa INPI nº 95/2018 (BRASIL, 2018a); a Resolução INPI nº 233/2019 (INPI, 2019); a Portaria INPI nº 415/2020 (BRASIL, 2020); e a Portaria INPI nº 4/2022<sup>4</sup> (BRASIL, 2022).

Em 2021 foi publicada a Portaria nº 46/2021 que instituiu os selos brasileiros de IGs e dispôs sobre a sua finalidade e utilização (INPI, 2021c). Para cada espécie de IG há um selo específico de IP e DO (FIGURA 1).

FIGURA 1 – Selo Brasileiro para Indicação de Procedência (IP) e Denominação de Origem (DO)



Fonte: (INPI, 2021b).

Os produtores que possuem Indicações Geográficas Brasileiras registradas no INPI podem usar o selo nas embalagens de seus produtos de forma gratuita (INPI, 2021a). O objetivo do selo é identificar os produtos e serviços com alta qualidade e reputação nacional e contribuir para promover e valorizar os pequenos negócios, maioria entre as IGs (SEBRAE, 2021).

---

<sup>4</sup> A Portaria INPI nº 4, de 12 de janeiro de 2022, reuniu a IN nº 95/2018 e a Portaria nº 415/2020, e consolida os atos normativos que estabelecem as condições para o registro das Indicações Geográficas e que dispõem sobre a recepção e o processamento de pedidos e petições e sobre o Manual de Indicações Geográficas (BRASIL, 2022).

Vários países reconhecem a IG como um elemento de distinção, identificação e valorização de produtos e a protegem juridicamente (VALENTE *et al.*, 2012).

A União Europeia, por exemplo, protege as IGs pelos normativos: Regulamento (UE) nº 1151/2012; Regulamento (UE) nº 1308/2013; e Regulamento (UE) 2019/787 (ORIGIN, 2022f).

O Regulamento (UE) nº 1151/2012 especifica que nas Denominações de Origem Protegida (DOP) todas as etapas de produção devem ser realizadas na área geográfica delimitada, e a ênfase do produto está na qualidade e na tipicidade; já nas Indicações Geográficas Protegidas (IGP) pelo menos uma etapa deve acontecer na região demarcada e a ênfase do produto está no vínculo entre sua reputação e a origem geográfica (CABRAL, 2019). Trouxe a obrigatoriedade do uso dos símbolos na rotulagem dos produtos produzidos na União Europeia comercializados sob uma DOP ou IGP (FIGURA 2) (SOEIRO, 2018).

FIGURA 2 - Símbolos comunitários (selos) para produtos com DOP ou IGP produzidos na União Europeia.



Fonte: Adaptada de Soeiro (2018).

Se as únicas cores de tinta utilizadas na embalagem forem pretas e brancas, é autorizado a impressão nesta cor (SOEIRO, 2018).

### 3.4 CENÁRIO MUNDIAL DO CAFÉ E AS INDICAÇÕES GEOGRÁFICAS

Na safra 2021/22, a produção mundial total de café apresentou redução de 5,2% em comparação com a safra 2020/21. Isso ocorreu pelo efeito da baixa produção de café arábica no Brasil, pois o país enfrentou condições climáticas adversas e efeitos fisiológicos da bialidade negativa. Para a produção mundial do café arábica

a redução foi de 12,4%, e para o café robusta um aumento em 4,5% (TABELA 1) (USDA, 2022).

Para a safra 2022/23, a produção mundial total de café é estimada em 175,0 milhões de sacas (60kg), apresentando um aumento de 4,7% em comparação com a safra 2021/22 (TABELA 1) (USDA, 2022). A motivação deste aumento é pela estimativa de maior produção por parte do Brasil, tanto pela bienalidade positiva do café arábica, quanto pelas condições climáticas favoráveis nas regiões produtoras do café robusta (BRAINER, 2022).

Os maiores produtores mundiais de café são: Brasil, Vietnã, Colômbia e Indonésia. Estes quatro países juntos concentram 67,8% da produção mundial (USDA, 2022).

TABELA 1 – Produção mundial de café verde (milhões de sacas de 60 kg)

Tipo de café	Produção	Período		
		2020/21	2021/22	2022/23*
Arábica	Brasil	49,700	36,400	41,500
	Colômbia	13,400	13,000	13,000
	Etiópia	7,600	8,150	8,250
	Honduras	6,500	5,400	6,000
	Peru	3,369	4,200	4,200
	Guatemala	3,810	3,700	3,600
	México	3,095	3,300	3,300
	Nicarágua	2,485	2,680	2,680
	China	1,800	2,000	2,000
	Costa Rica	1,472	1,275	1,365
	Indonésia	1,300	1,280	1,350
	Índia	1,320	1,280	1,320
	Vietnã	950	1,100	1,100
	Uganda	730	950	900
	Papua Nova Guiné	650	700	750
	Outros	3,596	3,734	3,689
	<b>Total</b>	<b>101,777</b>	<b>89,149</b>	<b>95,004</b>
Robusta	Vietnã	28,050	30,500	29,800
	Brasil	20,200	21,700	22,800
	Indonésia	9,400	9,300	10,000
	Uganda	5,900	5,300	5,750
	Índia	3,917	4,250	4,420
	Malásia	2,000	2,000	2,000
	Costa do Marfim	910	800	800

Tailândia	600	650	700
México	530	540	545
Tanzânia	650	550	525
Outros	2,427	2,395	2,606
<b>Total</b>	<b>74,584</b>	<b>77,985</b>	<b>79,946</b>

Legenda: (\*) Relatório de 23 de junho de 2022.

Fonte: Adaptado do *Foreign Agricultural Service – FAS/USDA (2022)*.

O Brasil é o maior produtor de café arábica e o segundo na produção de café robusta, totalizando 34,8% na safra 2021/22. Houve queda na produção brasileira de café arábica em 26,8%, já para a produção de café robusta um aumento de 7,4% em relação à safra 2020/21. Para a safra 2022/23 é estimado aumento de 14% para o café arábica e 5,06% para o robusta (USDA, 2022).

O Vietnã é o segundo maior produtor mundial de café e o primeiro colocado em café robusta. Para a safra 2021/22 a produção de robustas apresentou aumento de 8,73% sobre o período anterior. Para a safra 2022/23 está previsto queda nessa produção, em consequência da redução no uso de fertilizantes nos cafezais, por parte dos produtores, devido a elevação dos preços (USDA, 2022; BRAINER, 2022).

A Colômbia é o terceiro produtor mundial de café e o segundo produtor de café arábica. Para a safra 2021/22 a produção de arábica obteve redução de 2,98% em relação à safra passada. Para a safra 2022/23 a produção deve permanecer inalterada por que os produtores restringiram o uso de fertilizantes nos cafezais, pois o país é dependente de fertilizantes importados, que sofreram elevação dos preços (USDA, 2022; BRAINER, 2022).

A Indonésia é o quarto país na produção mundial de café e o terceiro produtor de café robusta. Para a safra 2021/22 a produção de robustas obteve redução em 1,06%. Para a safra 2022/23 estima-se aumento em 7,52% (USDA, 2022).

Num contexto de mercado global, com consumidores procurando cada vez mais produtos de qualidade únicos, as IGs trazem efeitos benéficos para os produtores, os consumidores e as comunidades locais (ORIGIN, 2022b; BARJOLLE *et al.*, 2017; CEI *et al.*, 2018).

No mundo, as IGs são regulamentadas pelos sistemas *sui generis* ou marcas. No sistema *sui generis* as leis são destinadas, especificamente, à proteção das IGs. O efeito legal é estabelecido a partir do registro, que é obrigatório. Neste sistema a proteção é contra o uso comercial direto da IG (palavra por palavra). No sistema de

marcas a proteção de IGs asseguram a proteção de nomes geográficos por marcas, marcas coletivas e marcas de certificação baseada na iniciativa privada. Nos países que adotam essa legislação, os produtores devem se atentar para a renovação periódica das marcas (geralmente a cada 10 anos) (ORIGIN, 2022c).

Conforme informações da *Organization for an International Geographical Indications Network* (ORIGIN) (2022a), o total de IGs no mundo para o produto agrícola café totalizam 126, sendo 56 IGs na Ásia, 29 IGs na América Central, 27 IGs na América do Sul, 9 IGs na América do Norte e 5 IGs na África. Os registros foram 108 IGs (*sui generis*), 16 IGs marcas comerciais, 1 padrões e regras de rotulagem e 1 outros. A Ásia possui todas as suas IGs para café protegidas pelo sistema *sui generis*. A América Central possui suas IGs registradas da seguinte forma: 23 IGs (*sui generis*), 4 IGs (marcas), 1 padrões e regras de rotulagem e 1 outros. A América do Sul possui 25 IGs (*sui generis*) e 2 IGs por marcas. A América do Norte tem 3 IGs (*sui generis*) e 6 IGs (marcas). E a África possui 1 IG (*sui generis*) e 4 IGs (marcas) (QUADRO 2).

QUADRO 2- Total de IGs no cenário mundial para o café

Continente	IGs	Proteção Legal
África	5	1 <i>sui generis</i> 4 marcas comerciais
Ásia	56	56 <i>sui generis</i>
América Central	29	23 <i>sui generis</i> 4 marcas comerciais 1 outros 1 Padrões e regras de rotulagem
América do Sul	27	25 <i>sui generis</i> 2 marcas comerciais
América do Norte	9	6 marcas comerciais 3 <i>sui generis</i>

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados obtidos no ORIGIN (2022a).

A Indonésia é o país com maior número de IGs (31), todas pelo sistema *sui generis* (ORIGIN, 2022a). No país, os Ministérios da Justiça, Agricultura e Assuntos Internos colaboram, desde 2011, para promover o desenvolvimento de IGs. O Estado atua desde a seleção dos produtos candidatos ao registro até a supervisão da implementação da IG (DURAND; FOURNIER, 2017).

Os países que registraram suas IGs por marcas foram: Estados Unidos (6 IGs), Etiópia (3 IGs), República Dominicana (2 IGs), Panamá (2 IGs), El Salvador (1 IG), Nicarágua (1 IG) e Quênia (1 IG) (ORIGIN, 2022a).

Nos Estados Unidos as IGs são protegidas como marcas registradas, coletivas ou de certificação, registradas pelo *US Patent and Trademark Office* (USPTO) ou pela lei de marcas registradas de direito comum (ORIGIN, 2022d).

No Quênia as IGs são registradas como marca coletiva ou de certificação (BARJOLLE *et al.* 2017) pela Organização Regional Africana da Propriedade Intelectual (ARIPO), conforme adoção do Protocolo de Banjul sobre Marcas (ORIGIN, 2022e).

Na Etiópia, as IGs são protegidas como marcas registradas, conforme Regulamento do Conselho de Ministros nº 273/2012 de 24 de dezembro de 2012 sobre Registro e Proteção de Marcas (WIPO, 2012).

Em El Salvador, as IGs podem ser registradas como marcas, conforme Art. 4º da Lei de Marcas e outros signos distintivos (Modificada pelo Decreto Legislativo nº 986 de 17 de março de 2006), e como *sui generis* (WIPO, 2006). A IG Café de El Salvador é registrada como “de outros”, pois é uma marca que representa toda a cadeia de valor do cultivo de café salvadorenho e faz parte da Política Nacional do Café, cujo objetivo é beneficiar todos os atores dessa cadeia produtiva (CONSEJO SALVADOREÑO DEL CAFÉ, 2021).

No Panamá, a proteção das IGs é baseada na Lei nº35, de 10 de maio de 1996, que dispõe sobre a Propriedade Industrial. A autoridade responsável para conceder o registro de Denominações de Origem é a Direção Geral do Registro da Propriedade Industrial do Ministério de Comercio e Indústrias (DIGERPI) (WIPO, 1996).

Na Nicarágua, com o Decreto nº 25 de 2012 Reformas e Aditamentos ao Decreto nº 83 de 2001, passou a ser aplicável para o registro das IGs disposições relativas às marcas (WIPO, 2012). A IG Café de Nicarágua foi registrada como “Padrões e regras de rotulagem”, pois o café industrializado e verde é regulado por legislações (Decreto nº 408 de 1958 e a Norma Técnica nº 03 025-03). O Decreto nº 408 de 1958 proíbe a venda ou distribuição de café adulterado, seja torrado, moído, em pó ou líquido, quando se encontre misturado com matérias estranhas (OIC, 2018). A Norma Técnica nº 03 025-03 estabelece as especificações, características e métodos de análise para a comercialização do café para exportação e a nível nacional para o café verde (NICARÁGUA, 2003).

Na República Dominicana, as marcas podem consistir em Indicações Geográficas nacionais ou estrangeiras, conforme Art. 72 e inciso II da Lei nº 20-00 de

8 de maio de 2000 sobre Propriedade Industrial, desde que sejam suficientemente arbitrárias e distintivas relativamente aos produtos ou serviços a que se aplicam, e que não criem confusão quanto à origem, procedência, qualidades ou características dos produtos ou serviços para os códigos de uso das marcas (WIPO, 2000).

### 3.5 CENÁRIO BRASILEIRO DO CAFÉ E AS INDICAÇÕES GEOGRÁFICAS

Conforme Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) (2022) o estado de Minas Gerais possui 4 regiões produtoras de café (Sul e Centro-Oeste; Triângulo, Alto Paranaíba e Noroeste; Zona da Mata, Rio Doce e Central; Norte, Jequitinhonha e Mucuri) e o estado da Bahia 3 regiões (Cerrado, Atlântico e Planalto).

Os estados produtores de café Arábica são: Amazonas; Bahia (Cerrado e Planalto); Goiás; Minas Gerais (Sul e Centro-Oeste, Triângulo, Alto Paranaíba e Noroeste, Zona da Mata, Rio Doce e Central, Norte, Jequitinhonha e Mucuri); Espírito Santo; Rio de Janeiro; São Paulo; Paraná; Acre; Ceará; Pernambuco; Mato Grosso do Sul; e Distrito Federal (CONAB, 2022).

Os estados que produzem café Robusta são: Rondônia; Amazonas; Bahia (Atlântico); Mato Grosso; Minas Gerais (Zona da Mata, Rio Doce e Central, Norte, Jequitinhonha e Mucuri); Espírito Santo; Acre; e Ceará (CONAB, 2022).

Conforme Boletim da Safra de Café da CONAB, para a safra de 2022 é estimada uma produção total de 50.380,5 mil sacas (60 Kg) de café beneficiado, representando um aumento de 5,6% em relação à safra de 2021, que apresentou redução na produção devido a várias regiões produtoras enfrentarem efeitos fisiológicos da bienalidade negativa e terem condições climáticas adversas (prolongados períodos de estiagem e geadas) (CONAB, 2022),

A produção de café Arábica está estimada em 32.410,2 mil sacas (60 Kg) beneficiadas, equivalente a 64,33% da produção total brasileira, apontando um aumento de 3,1% em relação à safra de 2021 (TABELA 2) (CONAB, 2022).

TABELA 2 - Estimativa de produção de café arábica para as safras 2020 a 2022 no Brasil

REGIÃO/UF	PRODUÇÃO DE CAFÉ ARÁBICA (mil sacas beneficiadas)
-----------	--

	Safra 2020	Safra 2021	Safra 2022
<b>NORTE</b>	<b>30.6</b>	<b>30.6</b>	<b>30.6</b>
AM	30.6	30.6	30.6
<b>NORDESTE</b>	<b>1,866.7</b>	<b>1,229.0</b>	<b>1,232.0</b>
BA	1,866.7	1,229.0	1,232.0
<i>Cerrado</i>	350.0	250.0	276.0
<i>Planalto</i>	1,516.7	979.0	956.0
<b>CENTRO-OESTE</b>	<b>247.8</b>	<b>231.6</b>	<b>280.0</b>
GO	247.8	231.6	280.0
<b>SUDESTE</b>	<b>45,654.0</b>	<b>29,036.9</b>	<b>30,282.0</b>
MG	34,337.3	21,858.9	21,750.0
<i>Sul e Centro-Oeste</i>	19,152.2	11,751.9	9,761.7
<i>Triângulo. Alto Paranaíba e</i>	6,000.8	4,777.5	4,212.1
<i>Noroeste</i>			
<i>Zona da Mata. Rio Doce e Central</i>	8,589.6	4,735.5	7,072.4
<i>Norte. Jequitinhonha e Mucuri</i>	594.7	594.0	704.8
ES	4,765.0	2,945.0	4,341.0
RJ	371.0	224.0	288.0
SP	6,180.7	4,009.0	3,903.0
<b>SUL</b>	<b>967.5</b>	<b>876.3</b>	<b>558.4</b>
PR	967.5	876.3	558.4
<b>OUTROS (*)</b>	<b>26.8</b>	<b>32.9</b>	<b>27.2</b>
<b>NORTE/NORDESTE</b>	<b>1,866.7</b>	<b>1,259.6</b>	<b>1,262.6</b>
<b>CENTRO-SUL</b>	<b>46,843.7</b>	<b>30,144.8</b>	<b>31,410.2</b>
<b>BRASIL</b>	<b>48,737.2</b>	<b>31,437.3</b>	<b>32,410.2</b>

Legenda: (\*) Acre, Amazonas, Ceará, Pernambuco, Mato Grosso do Sul e Distrito Federal.  
Fonte: Adaptado de CONAB (2022).

A produção de café robusta (conilon) está estimada em 17.970,3 mil sacas, equivalente a 35,67% da produção total brasileira, demonstrando elevação de 10,3% em comparação com a safra de 2021 (TABELA 3). Este aumento se deve pelo fato que houve boas temperaturas e precipitações adequadas nos estágios fenológicos cruciais do cultivo (CONAB, 2022).

TABELA 3 - Estimativa de produção de café conilon para as safras 2020 a 2022 no Brasil

REGIÃO/UF	PRODUÇÃO DE CAFÉ CONILON (mil sacas beneficiadas)		
	Safra 2020	Safra 2021	Safra 2022
<b>NORTE</b>	<b>2,489.6</b>	<b>2,307.7</b>	<b>2,845.1</b>
RO	2,444.9	2,263.1	2,800.5
AM	44.7	44.6	44.6



<b>NORDESTE</b>	<b>2,120.0</b>	<b>2,240.0</b>	<b>2,333.0</b>
BA	2,120.0	2,240.0	2,333.0
<i>Atlântico</i>	2,120.0	2,240.0	2,333.0
<b>CENTRO-OESTE</b>	<b>158.4</b>	<b>194.2</b>	<b>227.9</b>
MT	157.1	194.2	227.9
<b>SUDESTE</b>	<b>9,502.8</b>	<b>11,504.4</b>	<b>12,517.1</b>
MG	309.8	283.4	283.1
<i>Zona da Mata. Rio Doce e Central</i>	201.4	184.2	184.0
<i>Norte. Jequitinhonha e Mucuri</i>	108.4	99.2	99.1
ES	9,2	11,221.0	12,234.0
<b>OUTROS (*)</b>	<b>40,0</b>	<b>46.2</b>	<b>47.2</b>
<b>NORTE/NORDESTE</b>	<b>4,609.6</b>	<b>4,547.7</b>	<b>5,178.1</b>
<b>CENTRO-SUL</b>	<b>9,661.2</b>	<b>11,698.6</b>	<b>12,745.0</b>
<b>BRASIL</b>	<b>14,310.8</b>	<b>16,292.5</b>	<b>17,970.3</b>

Legenda: (\*) Acre e Ceará.

Fonte: Adaptado de CONAB (2022).

O maior estado produtor de café do Brasil é Minas Gerais, com produção total estimada em 22.033,1 mil sacas, na safra 2022, respondendo por 43,73% da produção brasileira. O segundo é o Espírito Santo, com 16.575 mil sacas produzidas, representando 32,9% dessa produção (CONAB, 2022).

A liderança na produção de cafés em Minas Gerais iniciou-se a partir da década de 1970 (SANTOS *et al.*, 2009). Nesse período foi proposto pelo IBC o Plano de Renovação e Revigoração dos Cafezais (PRRC), com o intuito de ampliar a capacidade produtiva do café, visto que os maiores estados produtores na época, São Paulo e Paraná, enfrentavam adversidades climáticas (geadas), comprometendo a produção brasileira. Com os subsídios governamentais para instalação e ampliação da área produtiva, ocorreu a expansão cafeeira no estado (VALE; CALDERARO; FAGUNDES, 2014).

Desde então, Minas Gerais apresenta maior produtividade em relação aos demais estados produtores, em decorrência dos esforços feitos a partir de pesquisa, transferência de tecnologias e aptidão natural da região, relacionada com as condições de clima, relevo e variedades de solo (PEREGRINI; SIMÕES, 2011). Atualmente o estado contabiliza 45.109 cafeicultores, espalhados em 451 municípios e uma área produtiva de aproximadamente 1,3 milhão de hectares para o cultivo do café, sendo o principal produto de exportação agro mineiro (AGÊNCIA MINAS, 2022).

O Estado do Espírito Santo ocupa a primeira colocação no ranking da produção brasileira de café Conilon e a terceira na produção de café Arábica. A cafeicultura é a

principal atividade agrícola dos capixabas, desenvolvida em quase todos os municípios, com participação de 131 mil famílias produtoras (INCAPER, 2022).

Programas para o aumento da produtividade e melhoria da qualidade final do produto é realizado no estado pelo Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural (INCAPER). Esse instituto promove várias ações educativas, tecnológicas, de capacitação e estruturantes, visando a produção de café de excelência no estado. Em 2008 foi divulgado o programa Renovar Café Arábica com o objetivo de renovar e revigorar o parque cafeeiro adotando bases tecnológicas atuais. Em 2012 foi lançado o programa Renova Sul Conilon, com o mesmo objetivo do programa anterior, mas o foco foi contribuir para o desenvolvimento sustentável no estado (FREDERICO, 2013; INCAPER, 2022).

Com consumidores mais exigentes (PIRES *et al.*, 2003), que valorizam a origem e a qualidade do produto, os produtores vêm melhorando sua produção para alcançar o novo mercado dos cafés especiais (GIESBRECHT *et al.*, 2014). Com isso, eles estão obtendo o reconhecimento de IG para seus produtos, que agregam valor e identifica as características da região produtora (EMBRAPA, 2021).

O café é o maior produto agrícola com registros de IGs no INPI. Em 06 de dezembro de 2022 estavam registradas 100 Indicações Geográficas Brasileiras, sendo 24 DOs e 76 IPs. Desse total, 14 IGs se referem ao café, sendo 9 IPs e 5 DOs (INPI, 2022) (QUADRO 3).

QUADRO 3 – Indicações Geográficas do Brasil para o café registradas no INPI

<b>Indicação Geográfica</b>	<b>Espécie/Ano de Registro</b>	<b>Estado</b>	<b>Total de Municípios</b>	<b>Variedades de Cafés</b>	<b>Características</b>
Alta Mogiana	IP/2013	SP	15	café arábica	Café com corpo aveludado e cremoso; forte e frutado aroma com notas suaves de chocolate e frutos secos; acidez média e equilibrada
Campo das Vertentes	IP/2020	MG	17	café arábica	Café doce, com corpo equilibrado e notas de chocolate e nozes
Caparaó	DO/2021	ES, MG	16	café arábica	Café equilibrado entre acidez, doçura e aroma
Espírito Santo	IP/2021	ES	78	café conilon	Café com corpo cremoso, acidez modulada equilibrada e final suave; aromas e sabores intensos

Mantiqueira de Minas	DO/2020	MG	25	café arábica	Café doce e leve com acidez cítrica. <i>Terroir</i> favorável à produção de cafés especiais
Matas de Minas	IP/2020	MG	64	café arábica	Reconhecimento para a produção de cafés especiais
Matas de Rondônia	DO/2021	RO	15	robustas amazônicas	Café encorpado e doce com aromas de chocolate, madeira, frutas, picante, ervas
Montanhas do Espírito Santo	DO/2021	ES	16	café arábica	Café com aroma de chocolate, melão de cana, frutas vermelhas e caramelo, além de sabor suave e final médio
Norte Pioneiro do Paraná	IP/2012	PR	45	café arábica	Café doce com corpo cremoso, acidez cítrica agradável, aromas variando entre chocolate, caramelo, frutas cítricas florais e frutadas
Oeste da Bahia	IP/2019	BA	11	café arábica	Café com sabor agradável, com boa fragrância e aroma levemente frutado e floral, com excelente doçura e boa acidez
Região de Pinhal	IP/2016	SP	7	café arábica	Café equilibrado entre corpo, acidez e doçura, com aroma intenso e final longo
Região do Cerrado Mineiro	DO/2014 e IP/2005	MG	55	café arábica	Café com aromas intensos que vão do caramelo a nozes, com acidez delicadamente cítrica e longa duração
Região de Garça	IP/2022	SP	15	café arábica	Café com notas de chocolate amargo, avelã, amêndoas e castanhas torradas, por vezes floral e frutado, com leve acidez cítrica

Fonte: Adaptado de BRASIL (2021).

A primeira IG reconhecida para o café foi em 2005, a IP Região do Cerrado Mineiro (IG990001). Em 2014, a região também foi reconhecida como primeira DO brasileira para café, DO Região do Cerrado Mineiro (IG201011). Os cafés produzidos nas regiões com IG possuem atributos únicos em relação ao modo produtivo, qualidade desde cultivo, colheita, aspecto do grão, procedência, tipo de preparo, variedade e história construída (INPI, 2022).

### 3.6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da importância do cultivo do café para a economia mundial e brasileira, este estudo objetivou levantar o cenário internacional e do Brasil para o cultivo do café, a partir da produção e de Indicações Geográficas do produto.

Foi observado que o Brasil é o maior produtor mundial de café e o segundo colocado em relação às quantidades de IGs. O estado de Minas Gerais é o primeiro colocado na produção de café e em quantidade de IGs para o produto no país, seguido pelo Espírito Santo.

No mundo os dois tipos de café mais comercializados são o Arábica e o Robusta. A produção mundial apresentou redução para a safra 2021/22, devido à baixa produção de café arábica no Brasil, decorrente de condições climáticas adversas e efeitos fisiológicos da bialidade negativa. Para a safra 2022/23 é estimado aumento, pois o Brasil teve condições climáticas favoráveis nas regiões produtoras do café robusta e a produção se encontra no período da bialidade positiva.

A maioria dos países produtores de café seguem legislação específica de proteção às IGs (sistema *sui generis*), mas há os que a protegem por marcas (marcas registradas, coletivas ou de certificação).

Em El Salvador, uma marca representa toda a cadeia de valor do café do país e beneficia todos os atores dessa cadeia.

Na Nicarágua, uma IG é registrada de forma singular, como “Padrões e regras de rotulagem”, por meio de legislações e regulações sobre a comercialização do café industrializado e verde.

A Indonésia é o país com maior número de IGs para cafés no mundo, é o terceiro produtor de robustas e tem a atuação do Estado no desenvolvimento de IGs.

Diante deste cenário, constata-se à necessidade de se desenvolver políticas públicas voltadas para as Indicações Geográficas do café em cenário mundial e brasileiro. Indica-se para pesquisas futuras o estudo dessas políticas e da atuação de órgãos responsáveis pela consolidação de IGs nos seus respectivos países.

### 3.7 REFERÊNCIAS

AGÊNCIA MINAS. **Maior produtor do mundo, Minas Gerais é protagonista no Dia Mundial do Café**. 2022. Disponível em: <https://www.agenciaminas.mg.gov.br/noticia/maior-produtor-do-mundo-minas-gerais-e-protagonista-no-dia-mundial-do-cafe>. Acesso em: 25 abr. 2022.

ANJOS, F. S. et al. Indicações Geográficas e Desenvolvimento Territorial: Um diálogo entre a realidade europeia e brasileira. **DADOS: Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 56, n. 1, p. 207-236, 2013.

BARBOSA, D. B. **Uma introdução à propriedade intelectual**: introdução, aspectos constitucionais, direito internacional, teoria da concorrência, patentes, segredo industrial, cultivares, topografia de semicondutores, proteção de conhecimento e criações tradicionais, conceito de propriedade industrial e transferência de tecnologia. 2.ed. Rio de Janeiro: Lumens Júris, 2003.

BARJOLLE, D.; QUINONES-RUIZ; X. F.; BAGAL, M.; COMOE, H. The Role of the State for Geographical Indications of Coffee: Case Studies from Colombia and Kenya. **World Development**, v. 98, pp. 105–119, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.worlddev.2016.12.006>

BORRELLA, I.; MATAIX, C.; CARRASCO-GALLEGO, R. Smallholder farmers in the speciality coffee industry: opportunities, constraints and the businesses that are making it possible. **IDS Bulletin**, Brighton, v. 46, n. 3, p. 29-44, 2015. <https://doi.org/10.1111/1759-5436.12142>

BRAINER, Maria Simone de Castro Pereira. Agropecuária: Café. Fortaleza: BNB, ano 7, n. 245, set. 2022. (Caderno Setorial Etene)

BRASIL. **Decreto nº 1.355, de 30 de Dezembro de 1994**. Promulga a Ata Final que Incorpora os Resultados da Rodada Uruguai de Negociações Comerciais Multilaterais do GATT. Acordo TRIPS. 1994. Disponível em: <http://www.inpi.gov.br/legislacao-1/27-trips-portugues1.pdf>. Acesso em: 22 dez. 2022.

BRASIL. Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996. Regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 15 maio 1996. Seção 1, p. 8353.

BRASIL. **Instrução Normativa 095 de 28 de Dezembro de 2018**. Estabelece as condições para o registro das Indicações Geográficas. Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços. 2018a. Disponível em: <https://www.gov.br/inpi/pt-br/backup/centrais-de-conteudo/legislacao/IN0952018.pdf>. Acesso em: 21 jul. 2021.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Política Agrícola. Café no Brasil**. 2017. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/politica-agricola/cafe/cafeicultura-brasileira>. Acesso em: 02 jan. 2022.

BRASIL. Ministério da Economia. INPI. Consolida os atos normativos editados pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial – INPI que estabelecem as condições para o registro das Indicações Geográficas e que dispõem sobre a recepção e o processamento de pedidos e petições e sobre o Manual de Indicações Geográficas, à luz do disposto na Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996. Portaria INPI nº 4, de 12 de janeiro de 2022. **Diário Oficial da União**. Publicado em 25/01/2022, ed. 17, seção 1, página 40. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria/inpi/pr-n-4-de-12-de-janeiro-de-2022-375778644>. Acesso em: 03 mar. 2022

BRASIL. Ministério da Economia. INPI. **Portaria INPI nº 415, de 24 de dezembro de 2020**. Institui a 1ª Edição do Manual de Indicações Geográficas. Disponível em: [https://www.gov.br/inpi/pt-br/servicos/indicacoes-geograficas/arquivos/legislacao-ig/Portaria\\_INPI\\_PR\\_4152020.pdf](https://www.gov.br/inpi/pt-br/servicos/indicacoes-geograficas/arquivos/legislacao-ig/Portaria_INPI_PR_4152020.pdf). Acesso em: 03 mar. 2022.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **No Dia Internacional do Café, conheça tipos únicos da bebida no Brasil**. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/noticias/dia-internacional-do-caffe>. Acesso em: 24 out. 2021.

BSCA - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CAFÉS ESPECIAIS. **A BSCA**. 2021. Disponível em: <https://bsca.com.br/a-bsca>. Acesso em: 24 nov. 2021.

BUNN, C., LÄDERACH, P., OVALLE RIVERA, O. *et al.* Uma xícara amarga: o perfil das mudanças climáticas na produção global de café Arábica e Robusta. *Mudança Climática* 129 , 89–101 (2015). DOI: <https://doi.org/10.1007/s10584-014-1306-x>

BUSATO, C. *et al.* Different nitrogen levels on vegetative growth and yield of conilon coffee (*Coffea canephora*). **Ciência Rural** [online]. 2022, v. 52, n. 12. DOI: <https://doi.org/10.1590/0103-8478cr20200770>.

CABRAL, D. H. Q. Análise comparativa dos sistemas de proteção dos nomes de origem no Brasil e na França. **DRd - Desenvolvimento Regional em debate**, [S. l.], v. 9, n. Ed. esp. 2, p. 184–202, 2019. DOI: <https://doi.org/10.24302/drd.v9iEd.%20esp.%202.2422>

CALDAS, A. S. Indicações Geográficas: marco regulatório e distribuição espacial. In: CALDAS, A. S.; BRITO, C.; FONSECA, A. A. M.; PERTILE, N. (Org.). **Gestão do Território e Desenvolvimento: novos olhares e tendências**. Salvador: JM, 2013, v. 1, p. 127-152.

CALDAS, A. S.; ARAÚJO, C. C.; COURRY, R. L. M. As Indicações Geográficas (IGs) como estratégia de Desenvolvimento Territorial: desafios e potencialidades no Distrito de Maragogipinho, Aratuípe, BA. **Revista de Desenvolvimento Econômico – RDE**, Salvador, BA, ano XIX, v. 3, n. 38, p. 81-108, dezembro de 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.21452/rde.v3i38.5032>

CAMPINOS, A. O sistema de Lisboa: para onde ir? In: **Fórum sobre indicações geográficas e denominações de origem**. WIPO (org.). Lisboa, Portugal, 2008. Disponível em: [https://www.wipo.int/meetings/en/doc\\_details.jsp?doc\\_id=113112](https://www.wipo.int/meetings/en/doc_details.jsp?doc_id=113112). Acesso em: 09 jan. 2022.

CARVALHO, G. R.; REZENDE, J. C.; BOTELHO, C. E.; FERREIRA, A. D.; PEREIRA, A. A.; OLIVEIRA, A. C. B. Melhoramento genético do café visando à qualidade de bebida. **Informe Agropecuário**, Belo Horizonte, v. 32, n. 261, mar./abr. 2011, p. 30-38.

CARVALHO, J. P.; AREVALO, J. L. S.; PASSADOR, J. L. (2020). Interfaces and changes in the institutionalization process of special coffee in Brazil. **Gestão & Produção**, 27(2), e4751. DOI: <https://doi.org/10.1590/0104-530X4751-20>

CARVALHO, L.G.; SEDIYAMA, G.C.; CECON, P.R.; ALVES, H.M.R. A regression model to predict coffee productivity in Southern Minas Gerais, Brazil. **Revista Brasileira de Engenharia Agrícola e Ambiental**, Campina Grande, v.8, n.2/3, p.204-211, 2004. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1415-43662004000200007>

CEI, L.; STEFANIA. G.; DEFRANCESCOB. E.; LOMBARDIA, G. V. Geographical indications: A first assessment of the impact on rural development in Italian NUTS3 regions. **Land Use Policy**, v. 75, pp. 620–630, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.landusepol.2018.01.023>

CERDAN, C. M. T.; BRUCH, K. L.; SILVA, A. L.; COPETTI, M.; FÁVERO, K. C.; LOCATELLI, L. Indicação geográfica de produtos agropecuários: importância histórica e atual. In: PIMENTEL, L. O. (Org.). **Curso de propriedade intelectual e inovação no agronegócio**. 4. ed. Florianópolis, SC: FUNJAB, 2014. Módulo II – Indicação Geográfica. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. 415p.

CONAB - COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO. **BOLETIM DA SAFRA DE CAFÉ**. Disponível em: <https://www.conab.gov.br/info-agro/safras/cafes/boletim-da-safra-de-caffe>. Acesso: 25 nov. 2022.

CONSEJO SALVADOREÑO DEL CAFÉ. **Lanzamiento oficial de la marca Café de el Salvador**. 2021 Disponível em: <http://www.csc.gob.sv/lanzamiento-oficial-de-la-marca-caffe-de-el-salvador/>. Acesso em: 14 abr. 2022.

DAVIS, A. P et al. Cultivo de café: Psilanthus (Rubiaceae) subsumida com base em dados moleculares e morfológicos; implicações para o tamanho, morfologia, distribuição e história evolutiva de Coffea. **Botanical Journal of the Linnean Society**, v.167, n.4, p.357-377, 2011. Disponível em: . Acesso: 26 de novembro de 2021. DOI: <https://doi.org/10.1111/j.1095-8339.2011.01177.x>

DURAND, C.; FOURNIER, S. Can Geographical Indications Modernize Indonesian and Vietnamese Agriculture? Analyzing the Role of National and Local Governments and Producers' Strategies. **World Development**. Volume 98, 2017, p. 93-104. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.worlddev.2015.11.022>

EMBRAPA - EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA. **Embrapa café. História**. Disponível em: <https://www.embrapa.br/cafes/historia>. Acesso em: 10 nov. 2021.

FERRÃO, R. G.; FONSECA, A. F. A.; FERRÃO, M. A. G.; DE MUNER, L. H. Coffea Canephora. In: FERRÃO, R. G.; FONSECA, A. F. A.; FERRÃO, M. A. G.; De MUNER, L. H. Conilon Coffee. 3.ed. Vitória: Incaper, 2019.

FREDERICO, S. Cafeicultura científica globalizada e as Montanhas Capixabas: a produção de café arábica nas regiões do Caparaó e serrana do Espírito Santo. **Revista Sociedade & Natureza**. 2013; 25(1): 7–20. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1982-45132013000100002>

GIESBRECHT, H. O.; MINAS, R. B. A.; GONÇALVES, M. F. W.; SCHWANKE, F. H. **Indicações geográficas brasileiras**. Brasília: SEBRAE, INPI, 2014, 264 p.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2012.

GRÜTER ,R; TRACHSEL,T.; LAUBE, P.; JAISLI, I. Adequação global esperada de café, caju e abacate devido às mudanças climáticas. **PLoS ONE** 17(1): e0261976, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0261976>

ICO - INTERNATIONAL COFFEE ORGANIZATION. A história do café. 2022. Disponível em: [https://www.ico.org/pt/coffee\\_storyp.asp](https://www.ico.org/pt/coffee_storyp.asp). Acesso em: 05 jan. 2022.

INCAPER – INSTITUTO CAPIXABA DE PESQUISA, ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL. **Cafeicultura**.2022. Disponível em: <https://incaper.es.gov.br/cafeicultura>. Acesso em: 20 abr. 2022.

INPI - INSTITUTO NACIONAL DE PROPRIEDADE INDUSTRIAL. **Pedidos de Indicação Geográfica no Brasil**. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/inpi/pt-br/servicos/indicacoes-geograficas/pedidos-de-indicacao-geografica-no-brasil>. Acesso em: 25 nov.2022.

INPI - INSTITUTO NACIONAL DE PROPRIEDADE INDUSTRIAL. **Instituídos os selos brasileiros de indicações geográficas**. 2021a. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/propriedade-intelectual/noticias/2021/10/instituidos-os-selos-brasileiros-de-indicacoes-geograficas>. Acesso em: 28 dez. 2021.

INPI - INSTITUTO NACIONAL DE PROPRIEDADE INDUSTRIAL. **Manual de Identidade Visual e Uso dos Selos Brasileiros de Indicações Geográficas**. 2021b. Disponível em: [https://www.gov.br/inpi/pt-br/servicos/indicacoes-geograficas/arquivos/legislacao-ig/manual\\_identidade\\_visual\\_selos\\_upt.pdf](https://www.gov.br/inpi/pt-br/servicos/indicacoes-geograficas/arquivos/legislacao-ig/manual_identidade_visual_selos_upt.pdf). Acesso em: 28 dez. 2021.

INPI - INSTITUTO NACIONAL DE PROPRIEDADE INDUSTRIAL. Portaria nº046, de 14 de outubro de 2021. **Institui os Selos Brasileiros de Indicações Geográficas e dispõe sobre sua finalidade, direito de uso e formas de utilização**. 2021c. Disponível em: [http://manualdeiq.inpi.gov.br/attachments/download/2885/PORT\\_INPI\\_PR\\_046\\_2021.pdf](http://manualdeiq.inpi.gov.br/attachments/download/2885/PORT_INPI_PR_046_2021.pdf). Acesso em: 28 dez. 2021.

INPI - INSTITUTO NACIONAL DE PROPRIEDADE INDUSTRIAL. **Novas normas para Indicações Geográficas entram em vigor**. 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/inpi/pt-br/assuntos/noticias/novas-normas-para-indicacoes-geograficas-entram-em-vigor>. Acesso em: 22 dez. 2021.



NICARÁGUA. **Norma técnica de café verde nº 03 025-03**. 2003. Disponível em: <http://legislacion.asamblea.gob.ni/normaweb.nsf/fb812bd5a06244ba062568a30051ce81/3b18bf362633187c062572dc006fa835?opendocument>. Acesso em: 22 abr. 2022.

OIC - ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO CAFÉ. 2018. Disponível em: <http://www.ico.org/documents/cy2017-18/icc-122-7p-mixtures-substitutes.pdf>. Acesso em: 19 abr. 2022.

OMPI - ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA PROPRIEDADE INTELECTUAL. Convenção de Paris para a Proteção da Propriedade Industrial. Texto oficial português, Genebra 1998. Disponível em: [wipo.int/edocs/pubdocs/pt/wipo\\_pub\\_201.pdf](http://wipo.int/edocs/pubdocs/pt/wipo_pub_201.pdf). Acesso em: 27 nov. 2021.

ORIGIN - ORGANIZATION FOR AN INTERNATIONAL GEOGRAPHICAL INDICATIONS NETWORK. 2022a. Disponível em: [https://www.origin-gi.com/worldwide-gi-compilation/?or-global\\_search&or-country\\_of\\_origin&or-world\\_regions&or-legal\\_protection&or-type\\_of\\_product=Food\\_Products\\_Coffee&or-product\\_tag&filters-submit=Filtro#038;or-country\\_of\\_origin&or-world\\_regions&or-legal\\_protection&or-type\\_of\\_product=Food\\_Products\\_Coffee&or-product\\_tag&filters-submit=Filtro](https://www.origin-gi.com/worldwide-gi-compilation/?or-global_search&or-country_of_origin&or-world_regions&or-legal_protection&or-type_of_product=Food_Products_Coffee&or-product_tag&filters-submit=Filtro#038;or-country_of_origin&or-world_regions&or-legal_protection&or-type_of_product=Food_Products_Coffee&or-product_tag&filters-submit=Filtro). Acesso em: 22 nov. 2022.

ORIGIN - ORGANIZATION FOR AN INTERNATIONAL GEOGRAPHICAL INDICATIONS NETWORK. **GIs: A Tool for Development**. 2022b. Disponível em: [https://www.origin-gi.com/web\\_articles/gis-a-tool-for-development-en-gb-4/](https://www.origin-gi.com/web_articles/gis-a-tool-for-development-en-gb-4/). Acesso em: 19 jan. 2022.

ORIGIN - ORGANIZATION FOR AN INTERNATIONAL GEOGRAPHICAL INDICATIONS NETWORK. **Legal Systems to Protect GIs**. 2022c. Disponível em: [https://www.origin-gi.com/web\\_articles/legal-systems-to-protect-geographical-indications-en-gb-4/](https://www.origin-gi.com/web_articles/legal-systems-to-protect-geographical-indications-en-gb-4/). Acesso em: 22 abr. 2022.

ORIGIN - ORGANIZATION FOR AN INTERNATIONAL GEOGRAPHICAL INDICATIONS NETWORK. **GI Protection in North America**. 2022d. Disponível em: [https://www.origin-gi.com/web\\_articles/gi-protection-in-north-america/](https://www.origin-gi.com/web_articles/gi-protection-in-north-america/). Acesso em: 14 abr. 2022.

ORIGIN - ORGANIZATION FOR AN INTERNATIONAL GEOGRAPHICAL INDICATIONS NETWORK. **GI Protection in Africa**. 2022e. Disponível em: [https://www.origin-gi.com/web\\_articles/gi-protection-in-africa-en-gb-4/](https://www.origin-gi.com/web_articles/gi-protection-in-africa-en-gb-4/). Acesso em: 14 abr. 2022.

ORIGIN - ORGANIZATION FOR AN INTERNATIONAL GEOGRAPHICAL INDICATIONS NETWORK. **GI Protection in Europe**. 2022f. Disponível em: [https://www.origin-gi.com/web\\_articles/gi-protection-in-europe-en-gb-4/](https://www.origin-gi.com/web_articles/gi-protection-in-europe-en-gb-4/). Acesso em: 16 jul. 2022.

PEREGRINI, D. F.; SIMÕES, J. C. Desempenho e problemas da cafeicultura no Estado de Minas Gerais: 1934 a 2009. **Revista Campo-Território**, Uberlândia, v. 6, n. 12, 2011. Disponível em: [www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/12095](http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/12095). Acesso em: 17 jan. 2022.

PIRES, M.M.; CAMPOS, A.C.; BRAGA, M. J.; RUFINO, J.L.S. Impacto do crescimento do consumo de cafés especiais na competitividade inter-regional da atividade cafeeira. **Rev. Econ. Social. Rural**. 2003; 41(3): 53–71. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-20032003000300003>

RIBEIRO, N. M. ; OLIVEIRA, M. A. R. ; SILVA, M. S. Oportunidades e Entraves Para a Proteção por Indicação de Procedência para os Biscoitos Artesanais de Vitória da Conquista-BA. **REDES**, v. 25, p. 2592-2615, 18 dez. 2020. DOI: <https://doi.org/10.17058/redes.v25i0.15115>

SANTOS, V.E.; GOMES, M.F.M.; BRAGA, M.J.; SILVEIRA, S.F.R. Análise do setor de produção e processamento de café em Minas Gerais: uma abordagem da matriz insumo-produto. **Rev. Econ. Social. Rural**. 2009; 47(2): 363–388. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-20032009000200003>

SCHROTH, G.; LADERACH, P.; DEMPEWOLF, J. *et al.* Rumo a uma estratégia de adaptação às mudanças climáticas para comunidades e ecossistemas cafeeiros na Sierra Madre de Chiapas, México. **Mitig Adapt Strateg Glob Change** 14, 605–625 (2009). DOI: <https://doi.org/10.1007/s11027-009-9186-5>

SEBRAE - SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. **Informações de mercado sobre Café Gourmet e Orgânico**. Série estudos mercadológicos. 138 p., 2013.

SEBRAE - SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. **Agência SEBRAE de Notícias. Brasil lança oficialmente os selos nacionais de Indicações Geográficas**. 2021. Disponível em: <https://www.agenciasebrae.com.br/sites/asn/uf/NA/brasil-lanca-oficialmente-os-selos-nacionais-de-indicacoes-geograficas,8e4a4891dcf8d710VgnVCM100000d701210aRCRD>. Acesso em: 10 mar. 2022.

SILVA, K. F., LIMA, A. F., SILVA, M. S. Potencialidade de Indicação Geográfica do licuri do semiárido baiano sob a ótica do Círculo Virtuoso da Qualidade. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, [S. l.], v.18, n.1, 2022. DOI: <https://doi.org/10.54399/rbqdr.v18i1.6291>.

SOEIRO, A. Estudo sobre a viabilidade de utilização de um símbolo (selo) único para IGS brasileiras. In: Diálogos União Europeia – Brasil. Rio de Janeiro, agosto 2018. Disponível em: <https://datasebrae.com.br/wp-content/uploads/2018/08/Ana-Soeiro.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2022.

USDA - UNITED STATES DEPARTMENT OF AGRICULTURE. **Foreign Agricultural Service**. Dados e análises. Café: Mercados e Comércio Mundial. Disponível em: <https://www.fas.usda.gov/data/coffee-world-markets-and-trade>. Acesso em: 22 nov. 2022.

VALE, A. R.; CALDERARO, R. A. P.; FAGUNDES, F. N. A cafeicultura em Minas Gerais: estudo comparativo entre as regiões Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba e Sul/Sudoeste. **Revista Campo-Território**, Uberlândia, v.9, n.18, 2014. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/26933>. Acesso em: 24 abr. 2022.

VALENTE, M. E. *et al.* Indicação Geográfica de alimentos e bebidas no Brasil e na União Europeia. **Ciência Rural**, Santa Maria, v. 42, n. 3, p. 551-558, mar. 2012. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-84782012000300027>

VOLSI, B.; TELLES, T. S.; CALDARELLI, C. E.; CAMARA, M. R.G. The dynamics of coffee production in Brazil. **Plos One**, v.14, n.7, p.1-15, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0219742>

WIPO - WORLD INTELLECTUAL PROPERTY ORGANIZATION. **Council of ministers regulation nº 273/2012 of december 24, 2012 on trademark registration and protection**. Disponível em: <https://wipolex.wipo.int/en/text/282192>. Acesso em: 09 abr.2022.

WIPO - WORLD INTELLECTUAL PROPERTY ORGANIZATION. **Decreto nº 25-2012 de reformas y adiciones al Decreto nº 83-2001, reguladora de la Ley de Marcas y otros signos distintivos**. Disponível em: <https://wipolex.wipo.int/en/text/497170>. Acesso em: 16 abr. 2022.

WIPO - WORLD INTELLECTUAL PROPERTY ORGANIZATION. **Ley de Marcas y otros signos distintivos** (modificada por el Decreto Legislativo nº 986 de 17 de marzo de 2006. Disponível em: <https://wipolex.wipo.int/en/text/492403>. Acesso em: 15 abr. 2022.

WIPO - WORLD INTELLECTUAL PROPERTY ORGANIZATION. **Ley nº 35 de mayo de 1996 por la cual se dictam disposiciones sobre la Propiedad Industrial**. Disponível em: <https://wipolex.wipo.int/en/text/129260>. Acesso em: 15 abr. 2022.

WIPO - WORLD INTELLECTUAL PROPERTY ORGANIZATION. **Ley nº 20-00 de 8 de mayo de 2000, sobre Propiedad Industrial**. Disponível em: <https://wipolex.wipo.int/en/text/229272>. Acesso em: 18 abr. 2022.

ZULLO, J.; PINTO, H.S.; ASSAD, E.D. *et al.* Potencial para cultivo de café arábica no extremo sul do Brasil em um mundo mais quente. **Mudança Climática** 109 , 535–548 (2011). DOI: <https://doi.org/10.1007/s10584-011-0058-0>

ZYLBERSZTAJN, D.; FARINA, E. M. M. Q.; SAES, M. S. M.; SOUZA, M. C. M. Diagnóstico sobre o sistema agroindustrial de cafés especiais e qualidade superior

do estado de Minas Gerais. São Paulo: Sebrae, 2001. Disponível em:  
[http://www.fundacaofia.com.br/pensa/anexos/biblioteca/632007155943\\_.pdf](http://www.fundacaofia.com.br/pensa/anexos/biblioteca/632007155943_.pdf). Acesso  
em: 19 jul. 2022.

#### **4. ARTIGO 2 – FOMENTO DO PROJETO BAHIA PRODUTIVA PARA A CADEIA PRODUTIVA DO CAFÉ NO ESTADO DA BAHIA, BRASIL: UMA ANÁLISE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS E DE INDICAÇÃO GEOGRÁFICA**

##### **RESUMO**

O objetivo deste artigo é analisar o Projeto Bahia Produtiva, a partir do subprojeto voltado para a cadeia produtiva do café, como política pública para Desenvolvimento Rural Sustentável e para Indicações Geográficas no Estado da Bahia, Brasil, com base no planejamento territorial. A escolha por esta cadeia produtiva se dá pela potencialidade para o café baiano se diferenciar dos demais estados produtores, a partir da produção de uma bebida de qualidade e pelo potencial a Indicação Geográfica (IG). A pesquisa é um estudo de caso que adotou uma abordagem qualitativa, com coleta de dados por levantamento bibliográfico, documental e site institucional da Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR). Para a análise das informações foi utilizado o Método de Análise de Conteúdo. Observa-se que o projeto Bahia Produtiva se despontou como alternativa para que a cadeia produtiva do café no estado se fortaleça, incentivando os produtores a melhorar a qualidade do seu produto para que possam atender as exigências mercadológicas e conquista de novos mercados. As políticas públicas são necessárias para auxiliar cadeias produtivas de produtos que possuam diferenciação em sua produção como incentivo ao fomento do registro das IGs, pois a contribuição que elas podem trazer para o desenvolvimento territorial é esperada principalmente na esfera econômica, tanto para os produtores, como para a região, podendo impulsionar a economia, gerando empregos e melhoria da renda.

**Palavras-chave:** Planejamento Territorial. Desenvolvimento Rural Sustentável. Cadeia Produtiva do café.

##### **4.1 INTRODUÇÃO**

No Brasil, no início do século XXI, houve implementação no meio rural de políticas públicas para aumento da produção agropecuária e melhores condições para a população que estava à margem da sociedade. Entre as principais políticas, têm-se:

a política agrária; a política de fortalecimento da agricultura familiar; e a política de desenvolvimento territorial (MIRANDA, 2017).

Sobre a política de desenvolvimento territorial, em 2003, foi criada no Brasil, a Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) do Ministério do Desenvolvimento Agrário como estratégia de apoio ao desenvolvimento sustentável dos territórios rurais (MDA/SDT, 2005).

Seu objetivo era a promoção e apoio de iniciativas das institucionalidades representativas desses territórios que pretendiam o incremento sustentável dos níveis de qualidade de vida das pessoas que vivem na zona rural, levando em consideração interações entre sistemas socioculturais, ambientais, integração produtiva e cooperação dos diversos atores sociais (MDA/SDT, 2005).

Encorajar a cooperação entre agentes públicos e privados, nacionais e locais é essencial para a gestão das políticas públicas. Como fator articulador dessas políticas e de demandas sociais, a proposta do desenvolvimento territorial deve observar as dimensões: econômica, sociocultural, ambiental e político-institucional (BRASIL, 2005).

No estado da Bahia, com a Lei nº 13.214 de 29 de dezembro de 2014, foi criada a Política de Desenvolvimento Territorial. Essa política tem por objetivo promover desenvolvimento territorial, democrático sustentável e solidário, por intermédio de participação social, de articulação e integração das políticas públicas e ações governamentais, tendo em vista a melhoria da qualidade de vida das pessoas. Sua finalidade é a integração e compatibilização das políticas públicas nos Territórios de Identidade a partir de planos territoriais de desenvolvimento sustentável e solidário, programas e projetos governamentais (BAHIA, 2014).

No mesmo ano, foi articulado um projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável (DRS) para aplicar recursos em investimentos produtivos, ofertar serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), ações de promoção de produtos sustentáveis e acesso a mercados, entre outros (BAHIA, 2017a).

Este projeto é o Bahia Produtiva, que tem, entre seus objetivos: a) aumentar a integração ao mercado, promoção da segurança alimentar e nutricional; b) melhorar infraestrutura básica necessária ao apoio da produção e comercialização; c) promover inclusão econômica e social de mulheres, jovens, povos indígenas, comunidades tradicionais e empreendedores da economia solidária; d) e promover adoção de

práticas de gestão sustentável de recursos naturais em áreas de produção (BAHIA, 2017a).

Pela sua finalidade e enfoque, o projeto é estratégico para o estímulo ao desenvolvimento rural e inclusão produtiva, vindo a se tornar referência nacional e internacional, pela conquista em primeiro lugar do Prêmio de Melhores Práticas em Captação Internacional, na categoria governos estaduais, em 2022. Internacionalmente, obteve a avaliação máxima de projetos financiados pelo Banco Mundial no Brasil, passando a ser considerado referência em desenvolvimento rural em todo o mundo ao compor o “Relatório sobre o Estado de Inclusão Econômica: O Potencial de Escala”, em 2021. Para sua execução, foi considerada a Política de Desenvolvimento Territorial do Estado da Bahia (CERVEIRA *et al.*, 2022).

Além de projetos estratégicos para o estímulo ao desenvolvimento territorial sustentável, existem outros instrumentos de fortalecimento territorial, entre eles, os registros de Indicações Geográficas (IGs). Elas atuam como diferenciadoras de produtos no mercado e esse reconhecimento necessita de articulação social, atrelada às características geográficas do território (MEDEIROS *et al.*, 2020).

Com a abordagem territorial sendo adotada como instrumento articulador de políticas públicas no estado, o fortalecimento de cadeias produtivas locais surge como fomento ao DRS. As IGs valorizam produtos e serviços territoriais de qualidade diferenciada e proporcionam reconhecimento e confiança sobre a procedência do produto, uniformização da produção e a possibilidade do território ser inserido na competitividade comercial, sendo necessária a produção de qualidade por parte dos produtores (CALDAS; ARAÚJO; COURRY, 2017).

Como algumas das finalidades do Projeto Bahia Produtiva é promover o desenvolvimento sustentável, infraestrutura socioprodutiva e acesso ao mercado (BAHIA, 2015), ele foi escolhido para esta pesquisa, voltado para a cadeia produtiva do café, porque o estado possui duas regiões produtoras de café de qualidade e vem ganhando destaque no cenário nacional e internacional. Essas regiões são a Chapada Diamantina e Planalto de Vitória da Conquista que possuem potencialidade a IG para seus cafés, podendo fortalecer esses territórios pelas dimensões: econômica, sociocultural e ambiental.

Dessa forma, questiona-se: O Projeto Bahia Produtiva, a partir do subprojeto da cadeia produtiva do café, é uma política pública para Desenvolvimento Rural Sustentável e também para Indicações Geográficas?

A escolha por esta cadeia produtiva resulta da potencialidade a IG para o café produzido nessas regiões, e pela contribuição que ela pode refletir nos produtos, produtores e desenvolvimento territorial. Por isso, o objetivo deste artigo é analisar o Projeto Bahia Produtiva, a partir do subprojeto da cadeia produtiva do café, como política pública para Desenvolvimento Rural Sustentável e para Indicações Geográficas no Estado da Bahia com base no planejamento territorial.

#### **4.2 DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL (DRS) E A INDICAÇÃO GEOGRÁFICA (IG)**

Conforme Schneider, Silva e Marques (2004), o Desenvolvimento Rural proporciona redução de desigualdades a partir de intervenções governamentais, que objetivam erradicar a pobreza do campo, promover a participação política dos produtores rurais, utilizar o território como referência para formular políticas públicas, e preocupar com a preservação e conservação do meio ambiente.

O surgimento do Desenvolvimento Rural Sustentável (DRS) ocorreu a partir da verificação da fragilidade do padrão de desenvolvimento de sociedades contemporâneas, impulsionando como proposta a agricultura com redução do impacto ambiental e retorno econômico adequado para a diminuição da pobreza da população (ALMEIDA, 2009).

O objetivo do DRS é o incentivo ao uso apropriado da terra e dos recursos naturais nas seguintes áreas: agricultura familiar, assentamentos da reforma agrária, terras indígenas ou comunidades extrativistas, Áreas Susceptíveis à Desertificação (ASD), e de produção agropecuária de grande escala (BRASIL, 2021a).

A proposta territorial apresentada pelo Estado Brasileiro para o DRS envolve integração de espaços, atores sociais, mercados e políticas públicas de intervenção. Envolve também combinações entre as dimensões do desenvolvimento sustentável: econômica, sociocultural, ambiental e político-institucional (BRASIL, 2005).

A partir de 2003, foi implantada em âmbito federal a Política de Desenvolvimento dos Territórios Rurais, tendo os seguintes fatores motivadores:



resgate da importância econômica e dos valores rurais para o desenvolvimento; necessidade de combater todos os tipos de desigualdades; e papel fundamental do sistema familiar de produção e da dinamização socioeconômica local e regional das comunidades rurais (MIRANDA, 2017).

Essa política surge com a criação da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), integrante do Ministério do Desenvolvimento Agrário. A SDT tinha a finalidade de valorizar a agricultura familiar, enfrentar a pobreza rural e as desigualdades regionais e integrar as políticas públicas (MDA/SDT, 2005). Implementou os seguintes programas: o Programa de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (PRONAT) e o Programa Territórios da Cidadania (PTC) (LEITE, S. P.; WESZ JÚNIOR, V. J., 2012).

O PRONAT tinha como objetivo a promoção e apoio de iniciativas das instituições representativas dos territórios rurais que pretendiam o incremento sustentável dos níveis de qualidade de vida das pessoas que viviam na zona rural, levando em consideração interações entre sistemas socioculturais, ambientais, integração produtiva e cooperação dos diversos atores sociais (MDA/SDT, 2005; LEITE *et al.*, 2007).

Em 2008 surgiu o PTC resultante da verificação das desigualdades socioeconômicas entre os territórios rurais. Seu objetivo principal era a superação da pobreza e geração de trabalho e renda no meio rural por meio de uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável (RAMBO; FREITAS, 2019).

Em âmbito estadual, o Estado da Bahia inseriu a perspectiva territorial nas políticas públicas na mesma época da discussão do PRONAT, com implantação a partir de 2007 pela constituição dos Territórios de Identidade, diferentemente da esfera federal, que eram a partir dos territórios rurais e da cidadania (ROCHA, 2010).

Apesar da existência de legislação referente à política territorial, só em 2014 foi instituída a Lei nº. 13.214 de 29 de dezembro (BAHIA, 2014) versando sobre princípios, diretrizes e objetivos da Política de Desenvolvimento Territorial do Estado da Bahia. Foi definida a estratégia territorial como referência para elaboração do planejamento estadual (Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Planos Territoriais), articulação de políticas públicas e a criação de consórcios públicos. Foram criados o Conselho Estadual de Desenvolvimento Territorial (CEDETER) e os

Colegiados de Desenvolvimento Territorial (CODETER) (FORNAZIER; PERAFÀN, 2018).

O CEDETER foi instituído inicialmente em 2010 pelo Decreto nº12.354 e posteriormente, pela Lei nº. 13.214/2014. É um órgão vinculado à Secretaria de Planejamento (SEPLAN), de caráter consultivo e de assessoramento, com finalidade de subsidiar a elaboração de propostas de políticas públicas e estratégias para o desenvolvimento territorial sustentável e solidário do Estado da Bahia (BAHIA, 2022).

O CODETER é o fórum de discussão e de participação social presente nos Territórios de Identidade do estado. O colegiado é composto por representantes de organizações da sociedade e de instituições públicas municipais, estadual e federal (BAHIA, 2022). Além disso, é responsável por elaborar o Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável (PTDS) e definir a visão de futuro, os eixos estratégicos aglutinadores e os principais programas a serem executados no território (ROCHA, 2010).

Com a abordagem territorial sendo adotada como instrumento articulador de políticas públicas no estado, o fortalecimento de cadeias produtivas locais surge como fomento ao DRS. Uma iniciativa que valoriza produtos e serviços territoriais de qualidade diferenciada é a IG. Ela busca distinguir a origem geográfica de um determinado produto ou serviço. Proporciona reconhecimento e confiança sobre a procedência do produto, uniformização da produção e a possibilidade do território ser inserido na competitividade comercial, sendo necessária a produção de qualidade por parte dos produtores (CALDAS; ARAÚJO; COURRY, 2017).

A contribuição que as IGs podem trazer se refletem nos produtos, produtores e desenvolvimento territorial (PEREIRA; LOURENZANI; WATANABE, 2018), sendo isso esperado nas esferas econômica, social, ambiental e cultural.

Na esfera econômica, a contribuição pode vim da diferenciação de produtos no mercado (MEDEIROS *et. al.*, 2020). Na esfera social, possibilita a preservação de tradições locais e fortalecimento de vínculos sociais entre os atores internos e externos. Isso significa que o registro de uma IG em si não promove benefícios imediatos, exige ações dos diversos atores envolvidos (RIBEIRO; OLIVEIRA; SILVA, 2020). Na esfera ambiental, algumas das vantagens para o desenvolvimento de territórios é devido pela preservação da biodiversidade e dos recursos naturais

(MARQUES *et al.*, 2019). Na esfera cultural, encorajar a proteção à biodiversidade regional, reconhecendo o patrimônio biológico e/ou genético (PELLIN; SILVA, 2016).

As IGs são normatizadas pela Organização Mundial do Comércio (OMC) e a Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI), órgãos internacionais (D’ALEXANDRIA, 2020); e pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) e Ministério da Agricultura, Pecuária e Alimentação (MAPA), órgãos nacionais (CALDAS, 2013).

O MAPA fomenta as atividades e ações para IG de produtos agropecuários, ofertando cursos, organizando seminários, reuniões e workshops, distribuindo materiais de divulgação, mapeando produtos com potencial de identificação e promovendo parcerias institucionais (BRASIL, 2017). É incentivador e colaborador na formação de Fóruns Estaduais de Indicações Geográficas e Marcas Coletivas por compreender que são fundamentais para o sucesso enquanto instrumentos de desenvolvimento territorial (BRASIL, 2020b).

Outros atores atuam na promoção de registro de IG no país como as universidades públicas e privadas, o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) (PELLIN, 2019) e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) (REIS, 2015). A contribuição deles é conforme suas especificidades, transformando potenciais IGs em realidade.

O SEBRAE proporciona capacitação e sensibilização dos produtores enfatizando as questões de mercado e economia (PELLIN, 2019). Também realiza estudos, diagnósticos, levantamento histórico e apoio na demarcação de áreas a serem reconhecidas na IG (REIS, 2015).

As universidades públicas e privadas proporcionam entendimento e estímulo das questões sociais, culturais e ambientais. Além disso, por meio de seus pesquisadores desenvolvem projetos de pesquisa em várias áreas do conhecimento, possibilitando discussões em todas as fases de estruturação de uma IG (PELLIN, 2019).

A EMBRAPA pode articular com outras Instituições Científicas, Tecnológicas e de Inovação (ICTs) programas que apoiam e associam os projetos de IGs ao padrão de qualidade e modernização da produção (REIS, 2015).

O INPI é o órgão responsável pelo reconhecimento das IGs no Brasil e atua na orientação sobre a sua solicitação por meio de publicações, palestras e cursos

(PELLIN, 2019). Alguns dispositivos legais que guiam as solicitações de registro de IGs são: a Lei nº 9.279/1996 (BRASIL, 1996); a Resolução INPI nº 55/2013 (INPI, 2013); a Instrução Normativa INPI nº 95/2018 (BRASIL, 2018); a Resolução INPI nº 233/2019 (INPI, 2019); a Portaria INPI nº 415/2020 (BRASIL, 2020a); e a Portaria INPI nº 4/2022 (BRASIL, 2022).

Em 06 de dezembro de 2022 estavam registradas no INPI 100 Indicações Geográficas Brasileiras, sendo 24 DOs e 76 IPs. O estado da Bahia possui 5 IGs reconhecidas: 1) Microrregião de Abaíra, para cachaça; 2) Sul da Bahia, para amêndoas de cacau; 3) Oeste da Bahia, para café verde em grãos (arábica); 4) Vale do Submédio São Francisco, para uvas e mangas; e 5) Vale do São Francisco, para vinho fino, vinho nobre, espumante natural e vinho moscatel espumante (INPI, 2022).

Devido a sua extensão territorial e composição por 417 municípios, o estado da Bahia possui grande potencial para reconhecimento de IGs pela fabricação de produtos diferenciados a partir do saber fazer local e a qualidade dos produtos (SALDANHA; ROCHA; SANTOS, 2022).

Conforme levantamento elaborado pelo MAPA existem 13 regiões com produtos potenciais a IG no estado: Buerarema (farinha de mandioca); Canavieiras (pólen); Chapada Diamantina (café); Costa do Dendê (azeite de dendê); Itororó (carne do sol); Bom Jesus da Lapa (banana); Maragogipe (carne de fumeiro); Planalto de Vitória da Conquista (café); Recôncavo Baiano (farinha de copioba); Recôncavo Baiano (fumo); Sertão do São Francisco (doces e geleias de umbu); Vale do São Francisco (vinhos); e Valente (sisal) (BRASIL, 2021b).

### **4.3 MATERIAIS E MÉTODOS**

Este artigo foi elaborado a partir do estudo de caso do Projeto Bahia Produtiva, analisado pela vertente da cadeia produtiva do café. Foram observados aspectos do projeto, tais como: objetivos, área de atuação, público beneficiário e edital referente à cadeia de produção da fruticultura.

Os dados foram coletados através de levantamento bibliográfico em teses, dissertações, livros, artigos (prospectados a partir das bases *Scielo*, *Scopus* e *Google Acadêmico*), e site institucional da Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional

(CAR), responsável pela divulgação do Projeto Bahia Produtiva; e por levantamento documental, com coleta em documentos oficiais como legislações em geral.

Baseado nas regiões produtoras de café do estado da Bahia, o Projeto Bahia Produtiva selecionou os seguintes Territórios de Identidade como área de abrangência do edital para fruticultura do café: Sudoeste Baiano (24 municípios), Chapada Diamantina (24 municípios), Extremo Sul (13 municípios) e município de Nova Canãa, localizado no Território Médio Sudoeste Baiano (BAHIA, 2021b).

Para a análise das informações obtidas foi usado o método de Análise de Conteúdo. Esse tipo de análise é organizada em três etapas: 1) pré-análise, 2) exploração do material e 3) tratamento dos resultados, inferência e interpretação. A pré-análise é a etapa de organização do material a ser analisado; a exploração do material é a etapa da descrição analítica, submissão a estudo aprofundado; e o tratamento dos resultados, inferência e interpretação é a etapa do tratamento dos resultados e destaque das informações para análise (BARDIN, 2010).

#### **4.4 PROJETO BAHIA PRODUTIVA**

O Bahia Produtiva é um projeto realizado pela Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR), vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR).

Para sua realização foi necessário um Acordo de Empréstimo estabelecido entre o Estado e o Banco Interamericano de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) (Banco Mundial) (BAHIA, 2021a). Contou com a parceria dos Conselhos Municipais, os CEDETERs e outras organizações da sociedade civil. O valor global do projeto é de US\$ 260 milhões, sendo que US\$ 150 milhões financiados pelo BIRD com contrapartida de US\$ 110 milhões concedidos pelo Estado da Bahia (BAHIA, 2017a).

Os objetivos do projeto são: o aumento da integração ao mercado, promoção da segurança alimentar e nutricional; melhoria do acesso a serviço de abastecimento de água e saneamento de domicílios; melhoria da infraestrutura básica necessária ao apoio da produção e comercialização; promoção da inclusão econômica e social de mulheres, jovens, povos indígenas, comunidades tradicionais e empreendedores da economia solidária; fortalecimento das capacidades das associações comunitárias ou organizações de produtores para elaborar e gerir os subprojetos; e promoção da

adoção de práticas de gestão sustentável de recursos naturais em áreas de produção (BAHIA, 2017a).

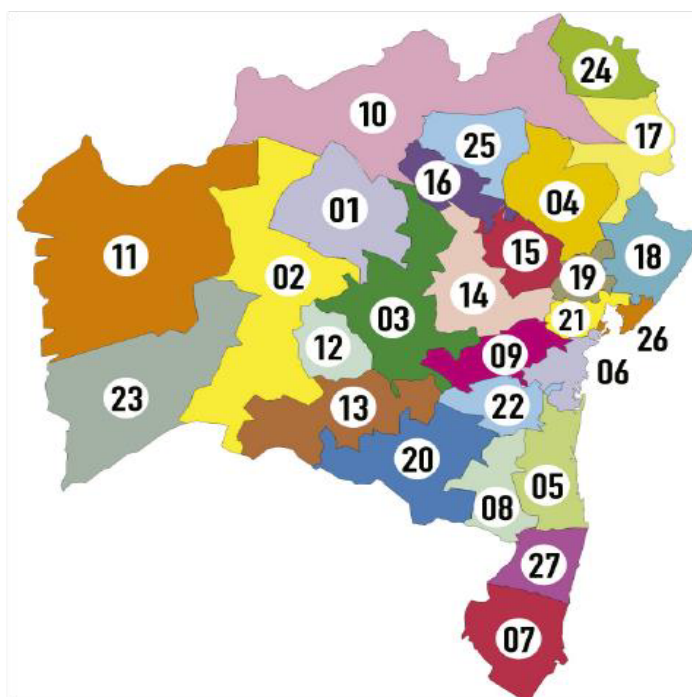
Para alcançar os objetivos propostos, o projeto contou com três componentes operacionais: I) Inclusão Produtiva e Acesso a Mercado, financiando investimentos nas atividades vinculadas às cadeias produtivas estratégicas (Mandiocultura, Caprinovinocultura, Apicultura, Aquicultura, Pesca, Fruticultura, Bovinocultura de Leite, Resíduos Sólidos e Oleaginosos); II) Sistemas de Abastecimento de Água e Saneamento Domiciliar, com investimentos para a melhoria das condições de saneamento e de gestão e uso dos recursos hídricos; e III) Desenvolvimento Institucional, Assistência Técnica e Gestão de Projetos, disponibilizando recursos necessários à Gestão e Execução do Projeto, na Unidade Gestora do Projeto e Escritórios Territoriais, no assessoramento e elaboração de estudos e diagnósticos, na comunicação e na capacitação (BAHIA, 2015). Para a prática desses componentes foi adotada a abordagem territorial e o processo de planejamento integrado e participativo das suas ações (BAHIA, 2017a).

No componente III foi previsto o serviço de ATER que ocorreu por meio de seleção por Território de Identidade (CERVEIRA *et al.*, 2022). A ATER é concebida como modalidade de política agrícola de intervenção no meio rural, com o objetivo de aumentar a produtividade agropecuária e promover o bem-estar social das famílias e comunidades rurais (GONÇALVES *et al.*, 2016).

Para execução do projeto foi considerado a Política de Desenvolvimento Territorial do Estado da Bahia e um levantamento elaborado pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI) sobre os níveis de pobreza do território, que considerou as dimensões: educação, saúde, renda, moradia e demografia. As regiões que apresentassem maior precariedade nas condições de vida das populações deveriam ser priorizadas na atuação do projeto, mas o mesmo envolveu os 27 Territórios de Identidade (FIGURA 1), com exceção do município de Salvador (CERVEIRA *et al.*, 2022).

FIGURA 1- Territórios de Identidade do Estado da Bahia

- 01 - Irecê
- 02 - Velho Chico
- 03 - Chapada Diamantina
- 04 - Sisal
- 05 - Litoral Sul
- 06 - Baixo Sul
- 07 - Extremo Sul
- 08 - Médio Sudoeste da Bahia
- 09 - Vale do Jiquiriçá
- 10 - Sertão do São Francisco
- 11 - Bacia do Rio Grande
- 12 - Bacia do Paramirim
- 13 - Sertão Produtivo
- 14 - Piemonte do Paraguaçu
- 15 - Bacia do Jacuípe
- 16 - Piemonte da Diamantina
- 17 - Semiárido Nordeste II
- 18 - Litoral Norte e Agreste Baiano
- 19 - Portal do Sertão
- 20 - Vitória da Conquista
- 21 - Recôncavo
- 22 - Médio Rio de Contas
- 23 - Bacia do Rio Corrente
- 24 - Itaparica (BA/PE)
- 25 - Piemonte Norte do Itapicuru
- 26 - Metropolitana de Salvador
- 27 - Costa do Descobrimento



Fonte: Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional – CAR (BAHIA, 2021a).

O público beneficiário são agricultores familiares, empreendedores da economia solidária, famílias assentadas da reforma agrária, comunidades tradicionais (os povos indígenas, os quilombolas e as comunidades de fundos e fechos de pasto<sup>5</sup>), estimando um total de 56.200 famílias beneficiadas (BAHIA, 2021a).

A divulgação do projeto foi feita diretamente para a população beneficiária, sendo transmitidos os serviços e ações que seriam feitas. A identificação dos beneficiários considerou a inclusão no Cadastro Único para Programas Sociais; dispor da Declaração de Aptidão ao PRONAF<sup>6</sup> (DAP); estar incluído no Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária e outros sistemas (SIES) (BAHIA, 2017a).

Entre 2015 e 2020 foram lançados 15 editais temáticos divulgados através de reuniões nos territórios e mídias municipais. Para acesso ao projeto foi necessário Manifestação Direta via editais, sendo os diagnósticos e análises nas seguintes cadeias produtivas: apicultura, caprinovinocultura, fruticultura, bovinocultura de leite, mandiocultura, oleaginosas e pesca (CERVEIRA *et al.*, 2022).

<sup>5</sup> “O termo Fundos/Fechos de Pasto pode ser aplicado a toda área onde vive um grupo de famílias que utiliza a terra para o pastoreio de forma comunitária e possuem características culturais, sociais e ambientais próprias” (BAHIA, 2015, p.10).

<sup>6</sup> A Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (DAP) é um instrumento usado para identificação e qualificação das Unidades Familiares de Produção Agrária (UFPA) da agricultura familiar e das formas associativas organizadas em pessoas jurídicas (BRASIL, 2019).

O edital vinculado à cadeia produtiva da fruticultura foi o Edital Nº 9/2017 e mostrou que a inclusão dos agricultores familiares e empreendedores da economia solidária (associações e cooperativas) no processo produtivo são atingidos pelas ações do projeto, para promoção do seu desenvolvimento socioeconômico por meio da inclusão no mercado, adicionando valor e ampliando a escala da produção rural (BAHIA, 2017b).

A abrangência do edital envolveu Manifestações de Interesse dos seguintes Territórios de Identidade, conforme a Cadeia Produtiva: 1) Cacau: Litoral Sul, Baixo Sul e Médio Rio de Contas; 2) Laranja (citrus): Recôncavo Baiano e Litoral Norte/Agreste Baiano; 3) Caju: Semiárido Nordeste II, Sisal e Litoral Norte/Agreste Baiano e o município de Água Fria, localizado no Território Portal do Sertão; 4) Café: Sudoeste Baiano, Chapada Diamantina, Extremo Sul e município de Nova Canãa localizado no Território Médio Sudoeste Baiano; e 5) Coco: Litoral Norte/Agreste Baiano (BAHIA, 2017b).

As ações do Projeto na cadeia produtiva do café atingiram associações e cooperativas nos territórios abrangidos pelo edital, com os seguintes municípios contemplados: Morro do Chapéu; Ibicoara; Barra do Choça; Planalto; Ribeirão do Largo; Vitória da Conquista e Nova Canãa (BAHIA, 2021c). Foram disponibilizados equipamentos para produção, industrialização e comercialização do café, além de ATER, conforme solicitação via chamada pública pelo Edital Nº 9/2017.

Outro edital de grande relevância do Bahia Produtiva para os agricultores familiares e as cooperativas do estado foi o Edital Nº 10/2018 que selecionou Subprojetos Orientados para o Mercado, visando a estruturação de Alianças Produtivas Territoriais (APT). O edital abordou investimentos em infraestrutura e ações de apoio à Gestão Institucional, Assessoria Técnica Especializada, ATER, Produção, Beneficiamento e Comercialização (BAHIA, 2018a). Foram contempladas pelo edital 4 cooperativas relacionadas ao café: duas pertencentes ao Território de Identidade da Chapada Diamantina e duas do Sudoeste Baiano (BAHIA, 2018b).

Os municípios selecionados nos dois editais produzem café com qualidade e fazem parte das regiões potenciais para novas IGs no estado, Chapada Diamantina e Planalto de Vitória da Conquista (BRASIL, 2021b; DUTRA NETO *et al.*, 2017; DAVID *et al.*, 2021). A IG permite relacionar um produto ao seu local de origem e traz informações sobre características de qualidade específicas associadas.

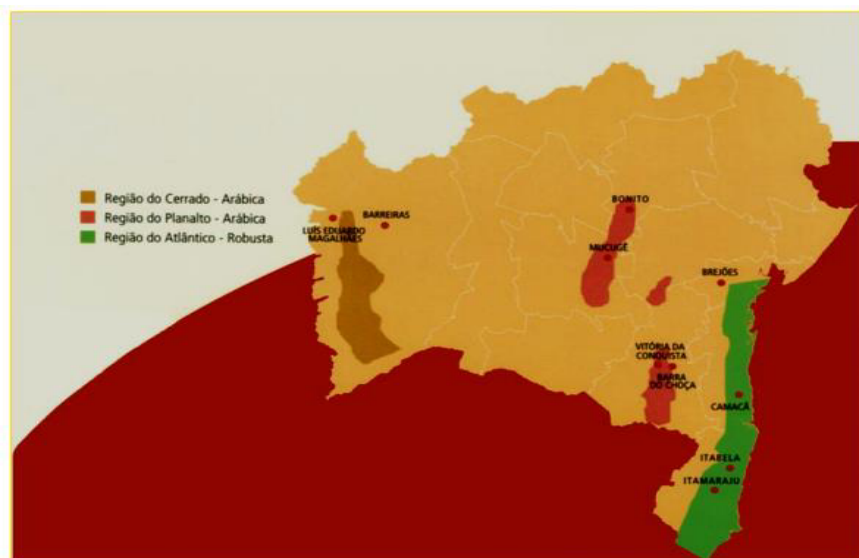


#### 4.5 CADEIA PRODUTIVA DO CAFÉ NA BAHIA

No estado da Bahia são cultivadas duas espécies de cafés, o Arábica (*Coffea arabica*) e o Robusta (*Coffea canephora*). O café Arábica é o mais comercializado no mercado, possui melhores características organolépticas e aroma intenso (SÓRIO, 2015). Detêm sabor e aroma suave e mais adocicado, maior acidez e menor teor de cafeína. É cultivado em áreas de maior altitude, exige maior cuidado e é direcionado ao mercado de alta qualidade (SILVA, 2016). O café Robusta é cultivado em locais com menor altitude, muito utilizado para ligas de café solúvel, possui maior teor de cafeína no grão, e sua produção se concentra no sul do estado (SÓRIO, 2015).

A Bahia conta com três principais regiões produtoras de café: Cerrado, Atlântico e Planalto (FIGURA 2).

FIGURA 2 - Regiões produtoras de café no estado da Bahia



Fonte: SEAGRI (2013, p.6).

Essas regiões foram mapeadas e segmentadas como áreas habilitadas à cafeicultura no estado. A região do Cerrado está localizada no extremo-oeste baiano. Esta região, produz o tipo de café Arábica e faz uso de tecnificação avançada e irrigação. A região do Atlântico está localizada ao sul do estado. Produz o café Robusta e possui boa luminosidade, topografia, clima propício e investimento em manejo agrícola (irrigação e adensamento). A região Planalto está no centro-norte e

centro-sul do estado. Produz o Arábica, café de melhor qualidade, devido ao clima e a altitude (CONAB, 2021).

A implantação da cafeicultura na região denominada Cerrado data do ano de 1994. Os cultivos são irrigados e mecanizados, com estrutura produtiva empresarial, alto nível tecnológico e maior volume de produção do café tipo *commodity*, se inserindo ao mercado da grande indústria e ao mercado de exportação (SILVA, 2016).

A região Planalto abrange pequenos, médios e grandes produtores que produzem vários tipos de qualidade de cafés, destinada ao mercado interno e aos mercados *gourmet*. A região é representada pelos municípios do Planalto de Vitória da Conquista e da Chapada Diamantina, com um modelo de cafeicultura mais tradicional, com produção familiar e empresarial. O segmento empresarial produz cafés tipo *commodity* direcionado ao setor exportador, já os pequenos produtores são integrados a segmentos específicos de café orgânico e *gourmet*. Um bom exemplo são os municípios de Piatã, Seabra e Ibicoara que se destacam pelo cultivo de pequena escala, artesanal e de altíssima qualidade (SILVA, 2016).

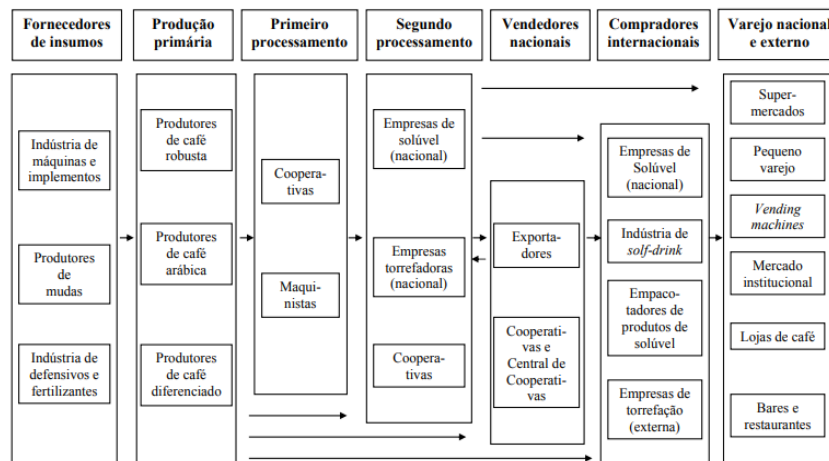
A região Atlântico, implantada a partir da década de 1970, é especializada na produção de café Robusta, direcionada aos mercados internos e internacionais, com atuação de pequenos e médios produtores. Estes produtores se adequaram as normas exigidas no mercado e focaram na capacitação dos processos de colheita, beneficiamento de pós-colheita, realização de processos de lavagem e despolpa para o café e promovem a melhoria da qualidade do café para exportação (SILVA, 2016). Nos últimos anos, a região vem apresentando aumento da produção de café e de produtividade em decorrência dos avanços tecnológicos e condições climáticas favoráveis (COVRE *et al.*, 2016).

As regiões produtoras de café no estado da Bahia, assim como o sistema agroindustrial do café brasileiro, têm os seguintes segmentos de produção: 1) fornecedores de insumos, máquinas e equipamentos; 2) produção primária; 3) primeiro processamento (maquinistas e cooperativas); 4) segundo processamento (empresas de torrefação e moagem, empresas de solúvel e cooperativas); 5) vendedores nacionais (exportadores, cooperativas e atacadistas); 6) compradores internacionais (empresas de solúvel, empresas de torrefação e *dealers*) e 7) varejo nacional e internacional (supermercados, pequeno varejo, mercado institucional, lojas de café e bares e restaurantes) (FIGURA 3).

Os segmentos fornecedores de insumos e produção primária de café necessitam de equipamentos específicos como, por exemplo, as colheitadeiras, os secadores de café, os separadores e descascadores de grãos, entre outros. O primeiro processamento é realizado por meio de cooperativas que adquirem insumos com preços menores decorrente de compras conjuntas, ou por maquinistas que prestam serviços para os produtores (limpeza, descascamento e classificação) (SAES; NAKAZONE, 2002).

O segundo processamento é onde ocorre o beneficiamento, armazenamento e escoamento do café para o mercado interno e internacional. Essa transformação poderá originar: o café torrado, o café torrado e moído e o café solúvel. As vendas são direcionadas aos vendedores nacionais e/ou compradores internacionais, que compram diretamente dos exportadores, das cooperativas e centrais de cooperativas. Finalmente, esses vendedores e compradores venderão o café para o varejo nacional e internacional (SAES; NAKAZONE, 2002).

FIGURA 3 – Diagrama do Sistema Agroindustrial do café do Brasil



Fonte: Saes; Nakazone (2002, p.46).

A cadeia produtiva do café na Bahia, assim como de outras cadeias produtivas, tem a necessidade de efetivação da sua Câmara Setorial, proposta pela Secretaria da Agricultura, Pecuária, Irrigação, Pesca e Aquicultura, para sua governança e representação. Necessita que os atores (instituições) estejam organizados e recebam incentivos do governo estadual e municipal para continuidade, além assistência técnica por intermédio dos atores estatais (FIGUEIREDO FILHO, 2020).

#### 4.6 PROPOSTAS DE NOVAS IGS DE CAFÉ NA BAHIA

O Brasil, e em especial o estado da Bahia, possui enorme potencial para reconhecimento de IGs devido a sua extensão territorial, possibilitando a fabricação de produtos diferenciados. A relação que as IGs têm com o desenvolvimento territorial sustentável surge a partir dos benefícios que elas trazem para algumas dimensões do desenvolvimento, como: a agregação de valor ao produto; o aumento da renda do produtor; a ampliação e acesso a novos mercados; a preservação da biodiversidade, cultura e recursos genéticos locais; e a preservação do meio ambiente (PELLIN; CURADI, 2018).

Em anos recentes, iniciativas inovadoras vêm proporcionando maior agregação de valor à cadeia do café, tanto do ponto de vista de industrialização como de valorização da origem. Essa valorização é importante para busca por bebida de maior qualidade; importância da identificação da região onde ocorre a produção do café; e o fortalecimento da preocupação com responsabilidade ambiental e social no processo produtivo (SÓRIO, 2015).

No estado da Bahia, os produtores da região Oeste investiram na cafeicultura, adotaram tecnologias no processo de irrigação, conjugaram e aperfeiçoaram suas experiências, tornando a região conhecida como centro produtor de café com sabor agradável, com boa fragrância e aroma levemente frutado e floral, com excelente doçura e boa acidez (SEBRAE, 2020).

O café produzido nessa região adquiriu notoriedade no transcorrer do tempo, sendo exportado para vários países e conquistando vários prêmios nacionais e internacionais. Diante dos fatos, a IG, como Indicação de Procedência Oeste da Bahia, para café verdes em grãos, da espécie *Coffea arabica*, foi concedida em nome da Associação dos Cafeicultores do Oeste da Bahia (ABACAFÉ), em 14 de maio de 2019. A extensão territorial dessa IG contempla os seguintes municípios: Formosa do Rio Preto, Santa Rita de Cássia, Riachão das Neves, Barreiras, Luís Eduardo Magalhães, São Desidério, Catolândia, Baianópolis, Correntina, Jaborandi e Cocos (SEBRAE, 2020).

Além dessa região produtora de café, o estado possui duas regiões potenciais para novas IGs referentes ao café: Planalto de Vitória da Conquista e Chapada Diamantina (BRASIL, 2021b).

A região do Planalto de Vitória da Conquista envolve 19 municípios da Bahia (Barra do Choça, Vitória da Conquista, Encruzilhada, Planalto, Poções, Ribeirão do Largo, Cândido Sales, Itambé, Caatiba, Iguaí, Nova Canaã, Dário Meira, Boa Nova, Belo Campo, Anagé, Bom Jesus da Serra, Cordeiros, Piripá e Tremedal) e 3 de Minas Gerais (Mata Verde, Divisópolis e Bandeira), que se destacam na produção de café de qualidade. A qualidade da bebida deste café é comprovada pelos resultados dos concursos em nível estadual e nacional, sendo classificados em primeiras colocações (DUTRA NETO *et al.*, 2017).

O café do Planalto de Vitória da Conquista apresenta características singulares, sendo influenciado diretamente pelo meio geográfico e o saber fazer dos produtores. As condições geográficas desta região oferecem um ambiente muito favorável à cultura do café, onde o clima propicia múltiplas floradas durante o ano, permitindo uma colheita seletiva de cafés maduros, concentrando açúcares e óleos essenciais nos grãos, resultando em cafés mais saborosos e de qualidade, aroma floral de alta densidade e duradouro, doçura leve, acidez cítrica positiva e sabor achocolatado. O saber fazer está ligado à forma como o processamento para despolar e secar os grãos são feitos (DUTRA NETO *et al.*, 2017).

A região da Chapada Diamantina possui notoriedade nacional e internacional pela produção de qualidade de cafés *gourmet* e especial, excelência nas categorias da bebida e dos grãos. Em premiações se destaca nos cenários estadual, nacional e mundial (SEBRAE, 2018). O café dessa região está sendo estudado por um grupo de pesquisadores da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) para comprovação da qualidade do café com o meio geográfico, se a altitude e o manejo pós-colheita determinam as características dos cafés (UESB, 2022a).

Melhorias no processo de produção estão sendo realizadas por parte dos produtores, contando com o apoio do Sebrae através de consultorias. O projeto “Café da Chapada Diamantina” atende os cafeicultores com o objetivo de aumentar a competitividade e sustentabilidade dos empreendimentos rurais e agroindustriais de café da região (SEBRAE, 2016).

Outras contribuições vêm sendo desenvolvidas por instituições em relação à cadeia de produção do café no estado e sobre a potencialidade a IGs.

A Embrapa Café tem por finalidade contribuir para a formulação de políticas públicas para o desenvolvimento da cadeia produtiva do café, coordena o Consórcio Pesquisa Café que tem a missão de promover a conjugação de recursos humanos, físicos, financeiros e materiais das instituições consorciadas. Dentre essas instituições têm-se as universidades: Universidade Federal de Lavras (UFLA); Universidade Federal de Viçosa (UFV) e a UESB (CONSÓRCIO PESQUISA CAFÉ, 2011).

A UESB promove o projeto “Cafeicultura no estado da Bahia”, onde são realizadas ações e capacitações (workshops, encontros, oficinas e cursos) para os atores envolvidos nas três regiões produtoras do estado, visando o desenvolvimento sustentável da produção baiana de café (UESB, 2022b).

O Fórum Estadual de IG e Marcas Coletivas, criado em 2012, é composto por representantes de diferentes entidades. Seu objetivo é apresentar propostas para promover as IGs e Marcas Coletivas de produtos baianos e incentivar a inovação e desenvolvimento social, econômico e tecnológico (DATASEBRAE, 2016).

Além disso, ele promove debates entre diversos atores envolvidos com o tema IG para identificação e análises de potencialidades de IGs e promoção de políticas públicas para aumentar a competitividade de todas as fases das cadeias produtivas dos produtos (DATASEBRAE, 2016).

O projeto Bahia Produtiva manifesta-se como alternativa para que a cadeia produtiva do café no estado possa ser fortalecida, incentivando os produtores a melhorarem a qualidade do seu produto.

A Cooperativa Mista dos Pequenos Cafeicultores de Barra do Choça e Região (COOPERBAC), recebeu incentivos do Bahia Produtiva, e após melhoria da qualidade do seu produto, criou o café COOPERBAC PREMIUM e firmou contrato com a China para exportação de 120 toneladas desse café, que atende a todos requisitos para circulação internacional (BARRA DO CHOÇA, 2021).

Os produtores de café das regiões potenciais a IGs, para exportarem seus produtos, podem contar com o Programa de Qualificação para Exportação (PEIEX), oferecido pela Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex-Brasil) por meio de parcerias com instituições de ensino ou Federações de Indústria. O estado da Bahia conta o Instituto Euvaldo Lodi (IEL) como entidade

executora do PEIEX, com instalações nas seguintes cidades: Salvador, Feira de Santana, Vitória da Conquista, Ilhéus e Luís Eduardo Magalhães (APEX-BRASIL, 2022).

#### **4.7 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A análise do Projeto Bahia Produtiva voltado para a cadeia de produção do café foi observada como política pública para Desenvolvimento Rural Sustentável e para Indicações Geográficas.

As ações do Projeto na cadeia produtiva do café atingiram associações e cooperativas nas regiões potenciais para novas IGs no estado, propiciando aos agricultores a inclusão ao mercado, adicionando valor e ampliando a escala da produção, sendo disponibilizados equipamentos para produção, industrialização e comercialização do café, ações de apoio à Gestão Institucional, Assessoria Técnica Especializada e ATER.

Observou-se que o projeto se manifestou como alternativa para que a cadeia produtiva do café no estado se fortaleça, incentivando os produtores a melhorar a qualidade do seu produto para que possam atender as exigências mercadológicas e conquista de novos mercados. O Projeto se apresenta como política complementar para futura solicitação das IGs.

Dessa forma, as políticas públicas são necessárias para auxiliar cadeias produtivas de produtos que possuam diferenciação em sua produção como incentivo ao fomento do registro das IGs. As políticas públicas poderão contribuir para o desenvolvimento territorial na perspectiva econômica, tanto para os produtores agregando valor ao produto e aumentando as vendas a partir da conquista de novos mercados, bem como para a região através da visibilidade que a IG pode trazer, podendo impulsionar a economia, gerando mais empregos e renda para o local.

O reconhecimento das IGs vem contribuindo na preservação do patrimônio natural e cultural do território; estimulando e consolidando o capital social a partir da organização coletiva dos produtores com reconhecimento da qualidade do seu produto ou serviço; e impulsionando a preservação e valorização da biodiversidade local e regional.

## 4.8 REFERÊNCIAS

ALMEIDA, J. Da ideologia do progresso à ideia de desenvolvimento (rural) sustentável. In: ALMEIDA, J.; NAVARRO, Z. **Reconstruindo a agricultura: ideias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável**. 3. ed. Porto Alegre, RS: Editora da UFRGS, 2009.

APEX-BRASIL. PEIEX – Programa de Qualificação para Exportação. Qualifique sua empresa. Disponível em: <https://portal.apexbrasil.com.br/qualifique-sua-empresa-peiex/>. Acesso em: 01 nov. 2022.

BAHIA. Lei nº 13.214, de 29 de dezembro de 2014. Dispõe sobre os princípios, diretrizes e objetivos da Política de Desenvolvimento Territorial do Estado da Bahia, institui o Conselho Estadual de Desenvolvimento Territorial – Cedeter e os Colegiados Territoriais de Desenvolvimento Sustentável – Codeter's. **Diário Oficial do Estado**, Poder Executivo, Salvador, BA, a. XCIX, n. 21605, seção 1, p. 06-08, 30 de dezembro de 2014.

BAHIA. Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável do Estado da Bahia. Bahia Produtiva. **Anexo 29 Marco de Gestão Socioambiental**. 2015. Disponível em: <http://www.car.ba.gov.br/sites/default/files/2021-02/Anexo%2029%20-%20MARCO%20DE%20GEST%C3%83O%20SOCIOAMBIENTAL.pdf>. Acesso em: 10 out. 2022.

BAHIA. **Manual Operativo: Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável - PDRS (Bahia Produtiva)**. Salvador: BA, 104 p., Jul. 2017a. Disponível em: <http://www.car.ba.gov.br/sites/default/files/2018-02/MOP%20Bahia%20Produtiva%20julho-2017%20-%20Revisado%20PAD%2001-08-17%20-%20site.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2021.

BAHIA. Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional – CAR. (Bahia Produtiva). **Resultado Final do Edital Nº 09 Fruticultura**. 2017b. Disponível em: <http://www.car.ba.gov.br/sites/default/files/2017-12/Resultado-Final-Edital-09-Fruticultura.pdf>. Acesso em: 02 mai. 2021.

BAHIA. Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional – CAR. (Bahia Produtiva). **Edital Nº 10/2018 Seleção de Subprojetos para Alianças Produtivas Territoriais**. 2018a. Disponível em: [http://www.car.ba.gov.br/sites/default/files/2018-02/Edital\\_Bahia\\_Produtiva\\_Aliancas\\_Produtivas\\_10\\_Web.pdf](http://www.car.ba.gov.br/sites/default/files/2018-02/Edital_Bahia_Produtiva_Aliancas_Produtivas_10_Web.pdf). Acesso em: 14 set. 2022.

BAHIA. Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional – CAR. (Bahia Produtiva). **Resultado Final do Edital Nº 10/2018 Seleção de Subprojetos para Alianças Produtivas Territoriais**. 2018b. Disponível em: [http://www.car.ba.gov.br/sites/default/files/2018-07/Resultado%20Final%20Edital%20Bahia%20Produtiva%20010.2018\\_Alian%C3%A7a%20Produtiva%20Territorial.pdf](http://www.car.ba.gov.br/sites/default/files/2018-07/Resultado%20Final%20Edital%20Bahia%20Produtiva%20010.2018_Alian%C3%A7a%20Produtiva%20Territorial.pdf). Acesso em: 16 set. 2022.



BAHIA. Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional – CAR. **BAHIA PRODUTIVA**. 2021a. Disponível em: <http://www.car.ba.gov.br/projetos/bahia-produtiva>. Acesso em: 19 abr. 2021.

BAHIA. Secretaria de Planejamento – SEPLAN. **Territórios de Identidade**. 2021b. Disponível em: <http://www.seplan.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=17>. Acesso em: 30 abr. 2021.

BAHIA. Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional – CAR. BAHIA PRODUTIVA. **Resultado Final do Edital Nº 09 Fruticultura**. 2021c. Disponível em: <http://www.car.ba.gov.br/sites/default/files/2017-12/Resultado-Final-Edital-09-Fruticultura.pdf>. Acesso em: 02 mai. 2021.

BAHIA. Secretaria do Planejamento. Diretoria de Planejamento Territorial. **A política Territorial do Estado da Bahia**. Histórico e Estratégias de Implementação. 2022. Disponível em: [https://www.seplan.ba.gov.br/wp-content/uploads/Texto-DPT-Politica-Territorial\\_-V-2.0-2022.pdf](https://www.seplan.ba.gov.br/wp-content/uploads/Texto-DPT-Politica-Territorial_-V-2.0-2022.pdf). Acesso em: 16 set. 2022.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Edições 70. 2010.

**BARRA DO CHOÇA**. Cooperativa lança café premium e fecha contrato internacional para exportação de café. Disponível em: <https://www.barradochoca.ba.gov.br/portal/portal/viewnoticia/321>. Acesso em: 31 out. 2022.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Desenvolvimento Rural**. 2021a. Disponível em: <https://www.mma.gov.br/desenvolvimento-rural.html>. Acesso em: 25 maio 2021.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP)**. 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/agricultura-familiar/dap>. Acesso em: 30 nov. 2022.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento- MAPA. Mapa Interativo-Signos distintivos registrados e produtos potenciais. 2021b. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/sustentabilidade/indicacao-geografica/dados-sobre-igs-registradas-e-produtos-tipicos-potenciais/mapa-interativo-1>. Acesso em: 12 jun. 2021.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Referências para uma Estratégia de Desenvolvimento Rural Sustentável**. Brasília: MDA. 2005. Disponível em: [https://www.agencia.cnptia.embrapa.br/Repositorio/SDT+MDA\\_000fbi2wrvh02wx5eo0sawqe3v5le2e4.pdf](https://www.agencia.cnptia.embrapa.br/Repositorio/SDT+MDA_000fbi2wrvh02wx5eo0sawqe3v5le2e4.pdf). Acesso em: 30 maio 2021.

BRASIL. Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996. Regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 15 maio 1996. Seção 1, p. 8353.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Indicação Geográfica. O que é Indicação Geográfica? Como obter o registro?** 2017.

Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/sustentabilidade/indicacao-geografica/o-que-e-indicacao-geografica-ig>. Acesso em: 02 out. 2022.

BRASIL. **Instrução Normativa 095 de 28 de Dezembro de 2018**. Estabelece as condições para o registro das Indicações Geográficas. Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços. Disponível em: <https://www.gov.br/inpi/pt-br/backup/centrais-de-conteudo/legislacao/IN0952018.pdf>. Acesso em: 21 jul. 2021.

BRASIL. Ministério da Economia. INPI. Institui a 1ª Edição do Manual de Indicações Geográficas. **Portaria INPI nº 415, de 24 de dezembro de 2020**. 2020a. Disponível em: [https://www.gov.br/inpi/pt-br/servicos/indicacoes-geograficas/arquivos/legislacao-ig/Portaria\\_INPI\\_PR\\_4152020.pdf](https://www.gov.br/inpi/pt-br/servicos/indicacoes-geograficas/arquivos/legislacao-ig/Portaria_INPI_PR_4152020.pdf). Acesso em: 03 mar. 2022.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Indicação Geográfica. **Fóruns Estaduais de Indicação Geográfica e Marcas Coletivas**. 2020b. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/sustentabilidade/indicacao-geografica/foruns-estaduais-ig-marcas-coletivas>. Acesso em: 20 out. 2022.

BRASIL. Ministério da Economia. INPI. Consolida os atos normativos editados pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial – INPI que estabelecem as condições para o registro das Indicações Geográficas e que dispõem sobre a recepção e o processamento de pedidos e petições e sobre o Manual de Indicações Geográficas, à luz do disposto na Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996. Portaria INPI nº 4, de 12 de janeiro de 2022. **Diário Oficial da União. Publicado em 25/01/2022, ed. 17, seção 1, página 40**. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria/inpi/pr-n-4-de-12-de-janeiro-de-2022-375778644>. Acesso em: 03 mar. 2022.

CALDAS, A. S. Indicações Geográficas: marco regulatório e distribuição espacial. In: CALDAS, A. S.; BRITO, C.; FONSECA, A. A. M.; PERTILE, N. (Org.). **Gestão do Território e Desenvolvimento: novos olhares e tendências**. Salvador: JM, 2013, v. 1, p. 127-152.

CALDAS, A. S.; ARAÚJO, C. C.; COURRY, R. L. M. As Indicações Geográficas (IGs) como estratégia de Desenvolvimento Territorial: desafios e potencialidades no Distrito de Maragogipinho, Aratuípe, BA. **Revista de Desenvolvimento Econômico – RDE**, Salvador, BA, ano XIX, v. 3, n. 38, p. 81-108, dezembro de 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.21452/rde.v3i38.5032>

CERVEIRA, R.; OGANAUSKAS FILHO, V.; FERRAZ, W. A.; CUNHA, C. F. Um modelo de avaliação de executoras de projetos em assistência técnica e extensão rural. In: ENCONTRO DA ANPAD, 46, 2022, on-line. Anais eletrônicos [...]. Maringá: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração, 2022. Disponível em: <http://www.anpad.org.br>. Acesso em: 10 out. 2022.

CONAB. Companhia Nacional de Abastecimento. **Acompanhamento da Safra Brasileira de Café**, v. 8, Safra 2021, n.2 - Segundo levantamento, Brasília, p. 1-63, maio 2021. Disponível em: [http://www.sapc.embrapa.br/arquivos/consorcio/levantamento/Conab\\_safra\\_2021\\_n2.pdf](http://www.sapc.embrapa.br/arquivos/consorcio/levantamento/Conab_safra_2021_n2.pdf). Acesso: 12 jun. 2021.

CONSÓRCIO PESQUISA CAFÉ. Apresentação do Consórcio. 2011. Disponível em: <http://www.consorcioquesquisacafe.com.br/index.php/consorcio/separador2/apresentacao>. Acesso em 26 set. 2022.

COSTABEBER, J. A.; CAPORAL, F. R. Possibilidades e alternativas do desenvolvimento rural sustentável. In: VELA, H. (Org.). **Agricultura familiar e desenvolvimento rural sustentável no Mercosul**. Santa Maria, RS: Editora da UFSM, 2003.

COVRE, A. M.; PARTELLI, F. L.; BONOMO, R.; BRAUN, H.; RONCHI, C. P. Vegetative growth of Conilon coffee plants under two water conditions in the Atlantic region of Bahia State, Brazil. **Acta Scientiarum. Agronomy**, v. 38, n. 4, p. 535-545, 2 set. 2016. DOI: <https://doi.org/10.4025/actasciagron.v38i4.30627>

D'ALEXANDRIA, M. AS INDICAÇÕES GEOGRÁFICAS DO MUNDO PARA O BRASIL: A construção do conceito brasileiro. **Revista de Geografia e Ordenamento do Território**, nº 20 (Dezembro). Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território, 2020, p. 03 – 26. DOI: <http://dx.doi.org/10.17127/got/2020.20.001>

DATASEBRAE. Ações Fórum Baiano de Indicações Geográficas e Marcas Coletivas. 2016. Disponível em: <https://datasebrae.com.br/wp-content/uploads/2018/09/ANA-BA.pdf>. Acesso em: 03 set. 2022.

DAVID, A. M. T. F. S.; SARMENTO, C. S. A. G.; MATSUMOTO, S. N.; LOPES, J. M.; OLIVEIRA, E.; LEMOS, O. L. Análise dos registros de Indicação Geográfica depositados no Instituto Nacional da Propriedade Industrial – INPI. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 10, 2021. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/19031>. Acesso em: 28 abr. 2022.

DUTRA NETO, C.; UETANABARO, A. P. T.; OLIVEIRA, E.; SILVA, G. R.; OLIVEIRA, D. P. A.; SOUZA, E. Q. Indicação Geográfica do Planalto de Vitória da Conquista, Denominação de Origem para o café. **Revista Extensão & Cidadania**. Vitória da Conquista v. 4, n. 7 p. 103-114. 2017. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/recuesb/article/view/2414>. Acesso em: 29 jul. 2021.

FIGUEIREDO FILHO, W. B. Algumas estruturas de governança no interior da Bahia, de Minas Gerais e de São Paulo: mais inércia institucional e menos modernização política entre 2002 e 2014. **Redes**, v. 25, n. 3, p. 1009-1031, 28 set. 2020. DOI: <https://doi.org/10.17058/redes.v25i3.15161>

FORNAZIER, A.; PERAFÁN, M. E. V. Os arranjos das Políticas Territoriais no Estado da Bahia. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**.

v.14, n. 5, p.17-30, set-dez, 2018, Taubaté, SP, Brasil. Disponível em: <https://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/4087/715>. Acesso em: 05 jun. 2021.

GONÇALVES, L. C., RAMIREZ, M. A., TEIXEIRA, A. M., OLIVEIRA, J. P. C. A., SANTOS, D., PIRES, F. P. A. A., MENEZES, R. A.; TEIXEIRA, F. M. (2016). Políticas de extensão rural no Brasil. In: Gonçalves, L. C., Ramirez, M. A., & Santos, D. (org.). Extensão rural e conexões. 1ª ed. Belo Horizonte: FEPE, 2016.

INPI - INSTITUTO NACIONAL DE PROPRIEDADE INDUSTRIAL. **Pedidos de Indicação Geográfica no Brasil**. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/inpi/pt-br/servicos/indicacoes-geograficas/pedidos-de-indicacao-geografica-no-brasil>. Acesso em: 25 nov.2022.

INPI – INSTITUTO NACIONAL DE PROPRIEDADE INDUSTRIAL. Novas normas para Indicações Geográficas entram em vigor. 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/inpi/pt-br/assuntos/noticias/novas-normas-para-indicacoes-geograficas-entram-em-vigor>. Acesso em: 21 jul. 2021.

INPI – INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL. Dispõe sobre o depósito dos pedidos de registro de desenho industrial e dos pedidos de registro de indicação geográfica e dos procedimentos relativos à numeração destes pedidos. **Resolução nº 55, de 18 de março de 2013**. Disponível em: [https://www.gov.br/inpi/pt-br/servicos/desenhos-industriais/arquivos/legislacao-di/resolucao\\_55-2013.pdf](https://www.gov.br/inpi/pt-br/servicos/desenhos-industriais/arquivos/legislacao-di/resolucao_55-2013.pdf). Acesso em: 03 mar. 2022.

LEITE, S.; DELGADO, N.; BONNAL, P.; KATO, K. Desenvolvimento territorial: articulação de políticas e atores sociais. OPPA/CPDA/UFRRJ-IICA/Fórum DRS. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ. (Relatório de Pesquisa) 2007.

LEITE, S. P.; WESZ JÚNIOR, V. J. Um estudo sobre o financiamento da política de desenvolvimento territorial no meio rural brasileiro. **Revista de Economia e Sociologia Rural** [online]. 2012, v. 50, n. 4. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-20032012000400004>.

MARQUES, B. N.; BULCAO, C. S.; LIMA, A. M. F.; LOPES, J. M.; SILVA, M. S. Artefatos de Couro de Ipirá: potencial de Indicação Geográfica no território da Bacia do Jacuípe/Bahia. **Cadernos de Prospecção**, v. 12, p. 1598-1611, 2019.

MDA/SDT. **Marco Referencial para o apoio ao Desenvolvimento de Territórios Rurais**. Documentos Institucionais 02-2005. Disponível em: [http://sge.mda.gov.br/bibli/documentos/tree/doc\\_214-28-11-2012-11-32-675117.pdf](http://sge.mda.gov.br/bibli/documentos/tree/doc_214-28-11-2012-11-32-675117.pdf). Acesso: 31 maio 2021.

MEDEIROS, M. L.; TERRA, L. A. A.; PASSADOR, C. S.; PASSADOR, J. L. Indicação Geográfica para o Desenvolvimento Territorial: Críticas e dimensões no caso da Indicação de Procedência Serro (Brasil). **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**. V. 16, n. 3, p.108- 121, set-dez, 2020, Taubaté, SP, Brasil. Disponível em:

<https://www.rbqdr.net/revista/index.php/rbqdr/article/view/5874/979>. Acesso em: 01 set. 2021.

MIRANDA, C. (org). **O Legado das Políticas Públicas de Desenvolvimento Rural para a Inclusão Socioprodutiva no Brasil/Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura**. Universidade Federal de Santa Catarina, Universidade Federal do Cariri, Universidade Latino Americana. San Jose, C.R.: IICA, 2017. 212 p. Série Desenvolvimento Rural Sustentável; v. 24.

PELLIN, V. Indicações Geográficas e desenvolvimento regional no Brasil: a atuação dos principais atores e suas metodologias de trabalho. **INTERAÇÕES**, Campo Grande, MS, v. 20, n. 1, p. 63-78, jan./mar. 2019. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/inter/v20n1/1518-7012-inter-20-01-0063.pdf>. Acesso em: 05 out. 2022.

PELLIN, V.; SILVA, L. F. CONTRIBUIÇÕES E DESAFIOS DAS INDICAÇÕES GEOGRÁFICAS PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL NO BRASIL. In: Workshop Catarinense de Indicação Geográfica, 4., Joinville. **Anais...** Santa Catarina: UNIVILLE, 2016. p.79-86.

PELLIN, V.; CURADI, F. C. Potencialidades e limites das indicações geográficas (IGs) como estratégia de desenvolvimento territorial sustentável em Santa Catarina. **Revista Metropolitana de Governança Corporativa**, São Paulo, Vol. 3, N. 2, p. 03-18, Jul./Dez. 2018.

PEREIRA, M. E. B. de G.; LOURENZANI, A. E. B. S.; WATANABE, K. Indicações Geográficas como estratégia de desenvolvimento: o caso do Norte Pioneiro do Paraná. **Interações (Campo Grande)**, [S. l.], v. 19, n. 3, p. 515–528, 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.20435/inter.v19i3.1654>

RAMBO, A. G.; FREITAS, T. D. Reconexão entre produção e consumo de alimentos e a política territorial de desenvolvimento rural no Brasil. **Redes**, v. 24, n. 3, , p. 118-141, 3 setembro 2019. DOI: <https://doi.org/10.17058/redes.v24i3.14121>

REIS, Livia Liberato de Matos. Indicação Geográfica no Brasil: determinantes, limites e possibilidades. Tese (Doutorado) – Universidade Federal da Bahia. Instituto de Geociências, 2015. Disponível em: [https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/19772/1/Livia Liberato Matos Reis Tese Doutorado Final.pdf](https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/19772/1/Livia%20Liberato%20Matos%20Reis%20Tese%20Doutorado%20Final.pdf). Acesso em: 05 out. 2022.

RIBEIRO, N. M.; OLIVEIRA, M. A. R.; SILVA, M. S. Oportunidades e Entraves Para a Proteção por Indicação de Procedência para os Biscoitos Artesanais de Vitória da Conquista-BA. **REDES (SANTA CRUZ DO SUL. ONLINE)**, v. 25, p. 2592-2615, 2020. DOI: <https://doi.org/10.17058/redes.v25i0.15115>.

ROCHA, A. G. P. **Políticas públicas e participação**: os atores sociais na política de desenvolvimento territorial do estado da Bahia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural. Tese de Doutorado. Porto Alegre, UFRGS, 2010.

SAES, M. S. M.; NAKAZONE, D. **Estudo da competitividade de cadeias integradas no Brasil: impactos das zonas de livre comércio**. Cadeia: Café. Campinas: UNICAMP-IE-NEIT/MDIC, 2002.

SALDANHA, C. B. .; ROCHA, U. B.; SANTOS, W. P. C. Análise do Desenvolvimento Territorial no Cenário das Indicações Geográficas Reconhecidas na Bahia. **Cadernos de Prospecção**, v. 15, n. 2, p. 649-666, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/nit/article/view/46268>. Acesso em: 24 set. 2022.

SCHNEIDER, S.; SILVA, M. K.; MARQUES, P. E. M. (Orgs). **Políticas públicas e participação social no Brasil rural**. Porto Alegre, RS: UFRGS Editora, 2004.

SEAGRI – Secretaria da Agricultura, Pecuária, Irrigação, Pesca e Aquicultura. **A atividade cafeeira como sustentabilidade e inclusão social**. Disponível em: [http://www.seagri.ba.gov.br/sites/default/files/atividade\\_cafeeira\\_com\\_sustentabilidade\\_e\\_inclus%C3%A3o\\_social.pdf](http://www.seagri.ba.gov.br/sites/default/files/atividade_cafeeira_com_sustentabilidade_e_inclus%C3%A3o_social.pdf). Acesso em: 30 jul. 2021.

SEBRAE – SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. Agência SEBRAE de Notícias. Projeto Café da Chapada é tema de encontros. 2016. Disponível em: <http://www.ba.agenciasebrae.com.br/sites/asn/uf/BA/projeto-cafe-da-chapada-e-tema-de-encontros,fb5102b561ae2510VgnVCM1000004c00210aRCRD>. Acesso em: 01 dez. 2021. 61 p.

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. **Agência Sebrae de Notícias. Produtores da Chapada Diamantina buscam Identificação Geográfica para café da região**. 2018. Disponível em: <https://www.agenciasebrae.com.br/sites/asn/uf/BA/produtores-da-chapada-diamantina-buscam-identificacao-geografica-para-cafe-da-regiao,dc130cb5bfab2610VgnVCM1000004c00210aRCRD>. Acesso em: 01 de ago. 2021.

SEBRAE – SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. **Indicações Geográficas Brasileira** (Datasebrae). 2020. Disponível em: <https://datasebrae.com.br/ig-oeste-da-bahia>. Acesso em: 11 jun. 2021.

SILVA, M. F. O. **Dinâmica territorial da cafeicultura baiana: uma análise sistêmica e especial**. 2016. 165f. Dissertação (Mestrado em Economia Regional e Políticas Públicas), Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus, 2016.

SÓRIO, A. (Coord.) **Reposicionamento estratégico das indústrias processadoras de café do Brasil: propostas para sistematização de políticas públicas e estratégias de negócio**. Passo Fundo: Méritos, 2015. 222 p.

UESB – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Notícias. **Uesb busca Indicação Geográfica dos cafés do Planalto da Conquista e da Chapada Diamantina**. 2022a. Disponível em: <http://www.uesb.br/noticias/uesb-busca->

**indicacao-geografica-dos-cafes-do-planalto-de-conquista-e-da-chapada-diamantina/**. Acesso em: 09 set. 2022.

UESB – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Revista Eletrônica da UESB. **17 ações da UESB com a comunidade para acompanhar**. 2022b. Disponível em:<http://www2.uesb.br/revistaeletronica/17-acoes-da-uesb-com-a-comunidade-para-acompanhar/>. Acesso em: 15 out. 2022.

## 5. ARTIGO 3 – POTENCIALIDADE DE INDICAÇÃO GEOGRÁFICA DO CAFÉ DA REGIÃO DA CHAPADA DIAMANTINA (BAHIA, BRASIL) SOB A ÓTICA DO CÍRCULO VIRTUOSO DA QUALIDADE

### RESUMO

A região da Chapada Diamantina vem se destacando na produção de cafés especiais e *gourmet*, com características peculiares. O objetivo deste estudo foi apresentar as potencialidades e restrições para o registro da IG do café produzido nos municípios da Chapada Diamantina-Bahia, pela Metodologia do Círculo Virtuoso da Qualidade Ligada à Origem, desenvolvida pela Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), possuindo característica inovadora na aplicação desta metodologia para esta cadeia produtiva a nível mundial. A pesquisa tem abordagem qualitativa com coleta de dados por levantamento bibliográfico, documental e entrevistas com as principais entidades de café da região. Constatou-se que alguns municípios da região possuem fatores humanos e edafoclimáticos, que proporcionam um produto de qualidade e características peculiares, por isso a modalidade de IG a ser requerida é a Denominação de Origem (DO). Observou-se como potencialidades que os cafés possuem potencial de mercado, notoriedade e grande importância socioeconômica, para pequenos, médios, grandes produtores e torrefadores locais. Existe padronização dos produtos, marcas próprias, embalagens adequadas, e representação coletiva dos produtores, a Aliança dos Cafeicultores da Chapada Diamantina (ACCD). Uma das principais restrições dizem respeito a políticas públicas para fortalecimento da cadeia produtiva, para auxiliar os processos de logística e comercialização dos produtos. Nesse sentido, a relação da IG com outros setores da economia regional não ocorre de forma autônoma, mas sim com a contribuição da sociedade civil e de atores do ecossistema que fazem parte do objeto da Indicação Geográfica.

**Palavras-chave:** Denominação de Origem; Cadeia produtiva; Círculo Virtuoso da Qualidade Ligada à Origem.

### 5.1 INTRODUÇÃO



A produção de café no Brasil foi iniciada no estado do Pará, em 1727, vindo da Guiana Francesa pelo Sargento-Mor Francisco e Mello Palheta. Devido às condições climáticas, de relevo e de solo favoráveis do país, se espalhou por todas as regiões (BRASIL, 2018; ALMEIDA; ZYLBERSZTAJN, 2017).

A produção é de extrema importância para sua economia, pois o país é o maior produtor (USDA, 2022) e exportador de café no mercado internacional (ABIC, 2022b), movimentando mais de US\$ 9,24 bilhões nas exportações de 2022 (BRASIL, 2023).

São mais de 300 mil estabelecimentos produtores de café, com produção em 17 estados brasileiros, sendo Minas Gerais, Espírito Santo, São Paulo, Bahia, Rondônia e Paraná os maiores produtores (BRASIL, 2022b).

São cultivados dois tipos de café: o Arábica e o Robusta (Conilon) (CONAB, 2022). Em Minas Gerais está concentrada a maior produção de Arábica (RAIMUNDI *et al.* 2022) e o Espírito Santo com a maior produção de Robusta (FERRÃO *et al.*, 2021).

O setor cafeeiro vem exigindo qualidade, maior preocupação com os aspectos sociais e ambientais na produção (TURCO *et al.*, 2013) e valorização da origem, fazendo com que os cafeicultores brasileiros melhorem sua produção para alcançar o mercado dos cafés especiais (BOAVENTURA *et al.*, 2018).

Esse mercado privilegia a qualidade e a experiência (CARVALHO; AREVALO; PASSADOR, 2020). A bebida é qualificada acima de 80 pontos na análise sensorial (BSCA, 2022c). Na Europa ele já é consolidado, mas em outras partes do mundo está em expansão (GIESBRECHT *et al.*, 2014; GUIMARÃES *et al.*, 2019).

Por isso, os produtores de cafés especiais estão obtendo registro de Indicação Geográfica (IG) para seus produtos, agregando valor e identificando as características da região produtora (EMBRAPA, 2021). A IG distingue a origem geográfica de produto ou serviço e, conforme Lei brasileira nº 9.279/1996, é definida como Indicação de Procedência (IP) e Denominação de Origem (DO) (BRASIL, 1996).

A primeira IG reconhecida para o café no país foi a IP Região do Cerrado Mineiro, em 2005. Posteriormente, ela foi reconhecida como DO, a partir da identificação do clima e de características geográficas únicas da região sobre a produção de café (SABIO; SPERS, 2020).

Em 2022, havia o registro de 14 IGs para café no Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), órgão que estabelece as condições de registrabilidade no Brasil, sendo 9 IPs e 5 DOs (INPI, 2022).

Em 2019, houve o primeiro reconhecimento de IG para café no estado da Bahia, a IP Oeste da Bahia, em nome da Associação dos Cafeicultores do Oeste da Bahia (ABACAFÉ) (INPI, 2022).

O estado é o quarto maior produtor de café do país, com produção de 3.565 mil sacas (60kg) beneficiadas (CONAB, 2022), e uma área total de 114.287 hectares (IBGE, 2022). Possui duas regiões potenciais para novas IGs referentes ao café: a Chapada Diamantina e o Planalto de Vitória da Conquista (BRASIL, 2022a).

A região da Chapada Diamantina possui notoriedade nacional e internacional pela produção de qualidade de cafés especiais e *gourmets* – cafés finos, exclusivos e de alta qualidade, alcançando nota de Qualidade Global pela Associação Brasileira da Indústria de Café (ABIC) de 7,3 até 10 (ABIC, 2021), além de excelência nas categorias da bebida e dos grãos (SEBRAE, 2018).

A qualidade do café dessa região já foi abordada por alguns autores, como: Oliveira (2017), sobre os parâmetros físico-químicos; Santos *et. al* (2020), pela composição química proporcionar características únicas ao produto final; e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE, 2017), sobre o potencial desse café para IG. O SEBRAE fez o diagnóstico a partir da delimitação geográfica, mas não relacionou potencialidades e entraves (restrições) que a IG pode proporcionar.

Por isso, o objetivo deste estudo foi apresentar as potencialidades e restrições para o registro da IG do café produzido nos municípios da Chapada Diamantina - Bahia, pela Metodologia do Círculo Virtuoso da Qualidade Ligada à Origem, desenvolvida pela Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) (VANDERCANDELAERE *et al.*, 2010), possuindo característica inovadora na aplicação desta metodologia para esta cadeia produtiva, a nível mundial.

## **5.2 INDICAÇÃO GEOGRÁFICA E SUAS CONTRIBUIÇÕES**

O conceito de Indicação Geográfica surgiu quando produtores e consumidores perceberam que alguns produtos de determinadas localidades possuíam sabores e

qualidades peculiares. Essa qualidade provinha do ambiente em que os produtos eram elaborados, envolvendo as condições naturais (edafoclimáticas), os fatores humanos e as relações sociais (CERDAN *et al.*, 2014; NIEDERLE *et al.*, 2016).

A primeira intervenção estatal oficializada para proteger uma IG ocorreu em Portugal, no século XVIII, através de decreto para registrar o nome “Porto” para vinhos, como meio de proteção para produtores locais (INPI, 2020).

No Brasil, a Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996 (Lei da Propriedade Industrial) regulamenta a matéria acerca de IG nos artigos 176 a 182. A IG é definida por suas modalidades: Indicação de Procedência (IP) e Denominação de Origem (DO) (BRASIL, 1996; VALENTE *et al.* 2013).

Segundo Cerdan *et al.* (2014), a IP exige a notoriedade do local de origem dos produtos ou serviços e a DO exige elementos que comprovem que o produto ou serviço possui uma qualidade ou característica que se deve essencialmente ao local (meio geográfico) de origem, considerando os fatores naturais (clima, solo, etc.) e humanos (a forma de elaborar o produto).

A contribuição que as IGs podem trazer se refletem nos produtos, produtores e desenvolvimento regional, sendo esperado externalidades nas esferas econômica, social e ambiental (BARJOLLE *et al.*, 2017; CEI *et al.*, 2018).

Na esfera econômica, a contribuição pode ser pela diferenciação de produtos no mercado (NIEDERLE, 2012; MEDEIROS *et al.*, 2020), do beneficiamento de toda a cadeia produtiva e a possibilidade do aumento da oferta de emprego (VANDERCANDELAERE *et al.*, 2010). Na esfera social, pode preservar tradições locais e fortalecer vínculos sociais entre os atores envolvidos (VIEIRA; PELLIN, 2015; RIBEIRO; OLIVEIRA; SILVA, 2020). E na esfera ambiental, promover a preservação da biodiversidade, do conhecimento e dos recursos naturais (MARQUES *et al.*, 2019).

A IG pode ser vista como agregadora de valor; promotora do desenvolvimento local, gerando efeitos para produtores, prestadores de serviço e consumidores (PELLIN; SILVA 2016; BEZERRA *et al.*, 2019); motivadora das tradições ligadas à produção; e estimuladora da criação de produtos únicos com apelo ao turismo local (D’ALEXANDRIA, 2015; SCHENEIDER; ZILLI; VIEIRA, 2017).

A IG pode estimular a criação de roteiros turísticos, com potencialização de empreendimentos nas áreas de gastronomia, hotelaria, agências de turismo e novos modelos de negócio (D’ALEXANDRIA, 2015; BELLETTI *et al.*, 2017).

Para as comunidades rurais, a contribuição que elas podem trazer são a redução do êxodo rural e a geração de emprego, proporcionando que a população permaneça no local e se sinta satisfeita e orgulhosa do seu produto (CEI *et al.*, 2018; BEZERRA *et al.*, 2019).

São muitas as contribuições que as IGs podem proporcionar, mas existem também as dificuldades, que precisam contar com ações de políticas públicas para sua promoção e desenvolvimento (BELLETTI *et al.*, 2017; RINALLO; PITARDI, 2019) e após o registro (PELLIN, 2019).

As dificuldades enfrentadas pelos produtores no processo de implementação e pós IG podem ser a incompreensão dos consumidores sobre esse instrumento, os elevados custos de produção para o produto atender às normas de qualidade exigidas pelas autoridades competentes e a baixa escala de produção em virtude das especificidades do produto (BELLETTI *et al.*, 2017; PELLIN, 2019).

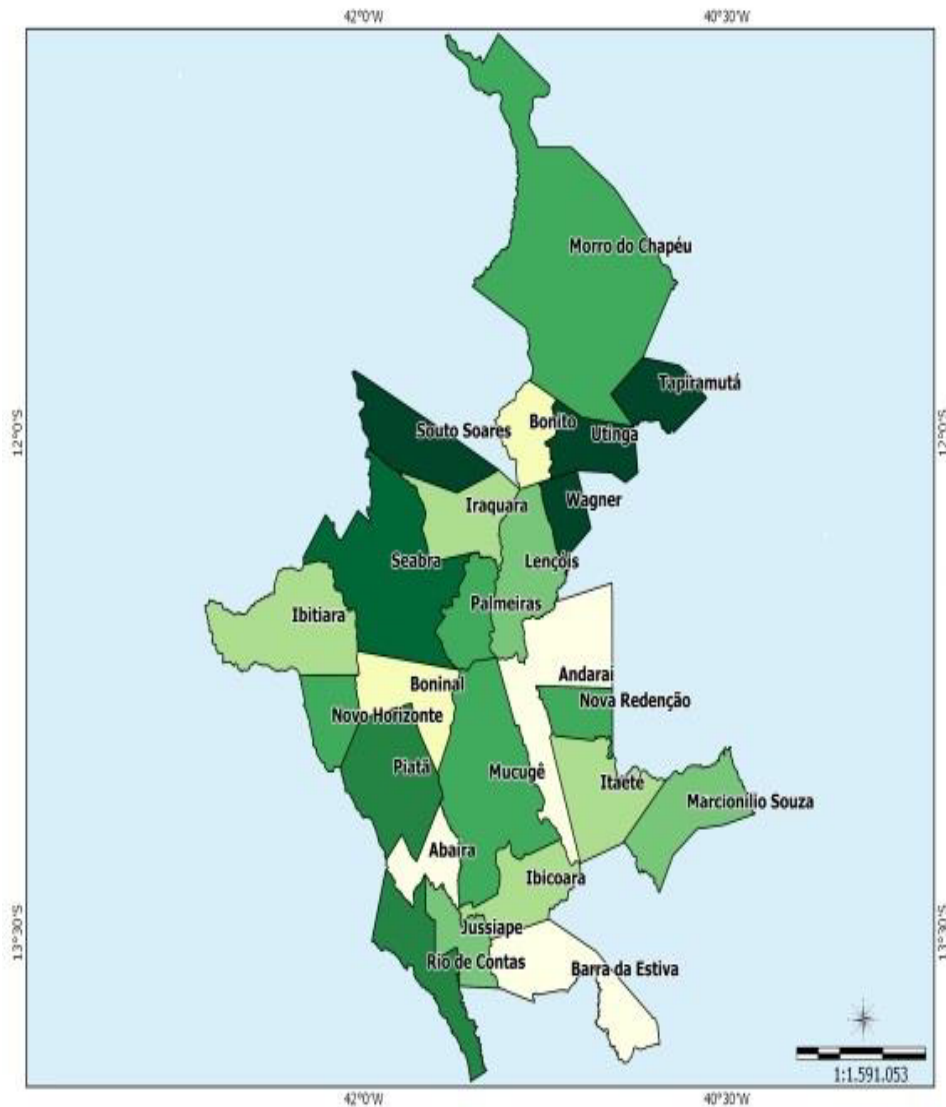
### **5.3 A CHAPADA DIAMANTINA E A PRODUÇÃO DE CAFÉS**

A Chapada Diamantina é um Território de Identidade do Estado da Bahia (Brasil) que abrange 24 municípios: Abaíra, Andaraí, Barra da Estiva, Boninal, Bonito, Ibicoara, Ibitiara, Iramaia, Iraquara, Itaetê, Jussiape, Lençóis, Marcionílio Souza, Morro do Chapéu, Mucugê, Nova Redenção, Novo Horizonte, Palmeiras, Piatã, Rio de Contas, Seabra, Souto Soares, Utinga e Wagner (FIGURA 1) (BRASIL, 2015).

A região possui relevo caracterizado por áreas serranas e planálticas, intercaladas por depressões periféricas e interplanálticas. O clima apresenta características tropicais, com temperaturas amenas, proporcionando a presença de vales úmidos (BRASIL, 2010).

A altitude oscila de 200 a 1.800m. A vegetação é caracterizada por diversas formações (biomas): a) Caatinga, ocupa grande extensão, em altitudes de até 1.000m; b) Cerrado, onde o solo é mais arenoso; c) Campos rupestres, em que há maior afloramentos rochosos, em altitude acima de 1.000m; e d) Mata Atlântica, predominantemente nas encostas (VELLOSO *et al.*, 2002). A altitude e temperatura amena se tornam características ideais para o cultivo de café Arábica na região (BSCA, 2022b).

FIGURA 1– Municípios que compõem o Território de Identidade da Chapada Diamantina - Bahia, Brasil.



(BRASIL, 2015, p. 1).

O cultivo de café é uma das principais atividades agrícolas desenvolvidas na região, produzido por pequenos, médios e grandes produtores. A produção teve sua expansão a partir de incentivos do Governo Federal, que buscou o desenvolvimento do cultivo em outras áreas diferentes das principais regiões produtoras do país (BRASIL, 2010).

Os maiores municípios produtores de café da região, na safra 2021 com produção acima de 150 toneladas, são: Barra da Estiva (7.560 t.), Bonito (7.400 t.), Ibicoara (5.251 t.), Mucugê (4.425 t.), Piatã (800 t.), Seabra (800 t.), Iraquara (488 t.), Lençóis (307 t.), Morro do Chapéu (300 t.) e Rio de Contas (168 t.) (IBGE, 2022).

O método de produção empregado para os cafés especiais e *gourmets* da região é focado na qualidade da bebida (SEBRAE, 2018). Os produtores seguem algumas condições para manter essa qualidade, assim como Kobayashi *et al.* (2007) informa: características genéticas das cultivares adequadas a localidade; as condições ambientais apropriadas (altitude, temperatura e pluviosidade); o pH e matéria orgânica dos solos; e os fatores pós-colheita, principalmente o processo para despolar e secar os grãos.

A colheita é realizada de forma manual e seletiva, com os grãos sendo retirados quando completamente maduros, em conformidade com os procedimentos mencionados pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) (2017b) e corroborado pela Associação Brasileira de Cafés Especiais (BSCA) (2022b).

O processamento pós-colheita ocorre de duas formas na região: via seca e via úmida, reiterado pelo concurso “Florada Premiada” (PROJETO FLORADA, 2022).

Conforme SENAR (2017a, 2017b) e *International Coffee Organization* (ICO) (2022), foi verificado que a maioria dos cafeicultores da Chapada Diamantina utilizam-se da via seca (Café Natural) para processar seus cafés, e seguem as seguintes etapas: limpeza, secagem e beneficiamento.

A limpeza ocorre com a utilização de peneiras grandes (abanação) ou tanques de lavagem para a retirada de sujeiras (gravetos, folhas, etc.). A secagem é feita diretamente ao sol, ainda com cascas, espalhados em terreiros de concreto ou suspensos (esteiras sobre cavaletes, posicionado à altura da cintura), cobertos para proteger das chuvas e sereno, característico do inverno local. Nesse processo, necessita-se de revolvimento várias vezes ao dia, com utilização de rodo manual ou as próprias mãos, para que a secagem fique uniforme.

Após a secagem, os cafés são armazenados em sacarias, para posterior beneficiamento (descascamento, separação, classificação e ensacamentos), que podem ocorrer na propriedade rural ou em cooperativas.

Alguns produtores utilizam-se da via úmida para o processamento dos seus cafés, obtendo assim os Cerejas Descascados. Os processos são idênticos ao da via seca, a distinção ocorre na retirada das cascas, após a limpeza, de forma mecânica com descascador, acelerando assim o processo de secagem. Outros produtores, utilizam essa via, mas na forma química, onde os cafés são despolidos passando por tanques de fermentação. No final do processo, geram bebida com maior acidez e

permite desenvolver aromas e sabores diferenciados (OLIVEIRA, 2017; SENAR, 2017a).

Com os grãos secos, limpos e descascados, alguns produtores e cooperativas vendem o café verde em grãos, ou optam pela próxima etapa, a torrefação. Na torrefação, cada produtor possui padrão próprio, se baseando pelos Discos de Agtron, da *Specialty Coffee Association* (SCA), classificando em torra clara, média e escura. Após esse processo, os grãos são embalados para comercialização em grãos inteiros ou triturados (café moído) (OLIVEIRA, 2017).

A qualidade final dos cafés da região pode ser verificada, também através das premiações em concursos, como “Origens do Brasil” da Associação Brasileira da Indústria de Café (ABIC) (ABIC, 2022a); o “*Cup of Excellence*”, principal concurso de café do mundo, promovido pela Associação Brasileira de Cafés Especiais (BSCA) (BSCA, 2022a); e “Concurso Florada Premiada”, feito para mulheres e realizado pela 3 Corações em parceria com a BSCA (PROJETO FLORADA, 2022).

#### **5.4 MATERIAIS E MÉTODOS**

A abordagem da pesquisa é qualitativa e a natureza aplicada. O levantamento de informações, para o estudo das potencialidades e restrições para o registro da IG do café produzido nos municípios da Chapada Diamantina – Bahia, foi realizado por levantamento bibliográfico, documental e entrevistas.

No levantamento bibliográfico foram utilizados artigos científicos, dissertações e publicações de instituições que apoiam a atividade agrícola ou estão relacionadas ao cultivo de café, como Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), Associação Brasileira da Indústria de Café (ABIC), Associação Brasileira de Cafés Especiais (BSCA), *International Coffee Organization* (ICO); Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI); e Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR).

Para o levantamento documental foram utilizados: o “Diagnóstico Potencial para Indicação Geográfica “Piatã” ou “Chapada Diamantina” para café” do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), elaborado em 2017, obtido na Unidade Regional do município de Irecê, responsável por atender a região da Chapada Diamantina-Ba; o relatório “Café: Mercados e Comércio Mundial” da *United States Department of Agriculture* (USDA), para verificar a produção a nível

mundial; o “Boletim da safra de café 2022” da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), para questões relacionadas a produção no Brasil; e a “Produção Agrícola Municipal” de 2021 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), para dados da região abordada.

Foram realizadas 9 entrevistas estruturadas, no período de 09 a 16 de janeiro de 2023, para aplicação da Metodologia do Círculo Virtuoso, com algumas das principais empresas de café da região.

Foi dispensada a submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa, com base no Art. 1, parágrafo único, incisos II, III, V, IV e VII, da Resolução nº 510/2016, da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) (BRASIL, 2016).

Por isso, as entidades não foram identificadas nominalmente, sendo apenas mencionados os respectivos municípios de atuação e, no transcorrer do texto, por siglas (codificação) em PJ1, PJ2, PJ3, PJ4, PJ5, PJ6, PJ7, PJ8 e PJ9. Foram:

- a) duas torrefadoras de cafés especiais, uma em Piatã (PJ1) e outra em Rio de Contas (PJ2);
- b) três cooperativas, uma em Piatã (PJ3), outra em Seabra (PJ4) e a terceira, em Ibicoara (PJ5);
- c) uma empresa familiar tradicional em Mucugê (PJ6);
- d) um produtor jovem de café especial, representando os que comercializam café verde em grãos, em Ibicoara (PJ7); e
- e) dois representantes de entidade pública, vinculados a área da agricultura, dos municípios de Bonito (PJ8) e de Barra da Estiva (PJ9).

Foram feitas 2 visitas técnicas, uma a PJ3 e outra a PJ5 para análise dos processos produtivos do café, nos dias 10 e 12 de janeiro de 2023, respectivamente.

Para a pesquisa foi adotado a Metodologia do Círculo Virtuoso de Qualidade Ligado à Origem, desenvolvido pela Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) (VANDERCANDELAERE *et al.*, 2010).

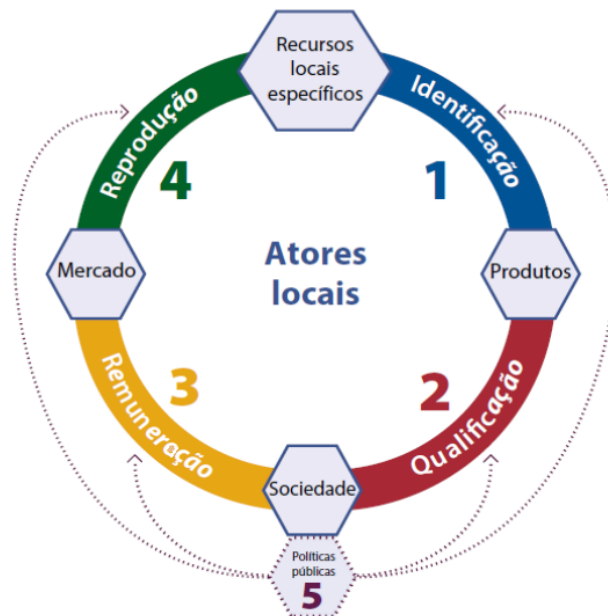
A equipe multidisciplinar de pesquisadores da FAO elaborou o material com o objetivo de conscientizar partes interessadas sobre o potencial dos produtos ligados a origem, orientando a organização e realizando ações coletivas (TEIXEIRA, 2021).

O Círculo Virtuoso estabelece referências para o desenvolvimento e fortalecimento de IGs e soma forças para a qualidade dos produtos gerados por ela (ALMEIDA SILVA *et al.* 2022). São cinco as etapas do Círculo Virtuoso: 1.



Identificação de recursos; 2. Qualificação do produto; 3. Remuneração; 4. Reprodução local dos recursos e 5. Políticas públicas (FIGURA 2).

FIGURA 2 – Círculo Virtuoso da Qualidade ligado à Origem



Fonte: ALMEIDA SILVA *et al.* (2022, p.252), adaptado de VANDECANDELAERE *et al.* (2010).

Todas essas cinco etapas devem estar articuladas para a produção se tornar um Círculo Virtuoso, originando-se dos agentes locais interessados na valorização do território (TEIXEIRA, 2021).

A etapa da Identificação dos recursos locais envolve conscientizar os produtores e avaliar a potencialidade do produto em nível local (VANDERCANDELAERE *et al.*, 2010; CALDAS; ARAÚJO; COURY, 2017).

A Qualificação do produto exige que os produtores elaborem os critérios e requisitos para que a qualidade seja alcançada (descrição) e que façam uso de ferramentas adequadas para identificar, desenvolver e proteger características (VANDERCANDELAERE *et al.*, 2010; RIBEIRO; OLIVEIRA; SILVA, 2020).

Na Remuneração são estabelecidas as questões sobre à comercialização e gerenciamento do sistema local garantindo a renda e sustentabilidade da produção (VANDERCANDELAERE *et al.*, 2010; SILVA; LIMA; SILVA, 2022).

Na Reprodução local dos recursos pode haver efeitos positivos sobre outras atividades econômicas, sociais e preservação dos recursos naturais e culturais (VANDERCANDELAERE *et al.*, 2010; ALMEIDA SILVA *et al.* 2022).

E as Políticas Públicas desempenham papel de apoio para todas as etapas, pois as estruturas institucionais e legais permitem o reconhecimento, a regulação e a proteção dos direitos coletivos de propriedade sobre IGs (VANDERCANDELAERE *et al.*, 2010; RIBEIRO; OLIVEIRA; SILVA, 2020; ALMEIDA SILVA *et al.* 2022; SILVA; LIMA; SILVA, 2022).

No QUADRO 1, a seguir, são demonstradas as etapas e critérios do Círculo Virtuoso da Qualidade ligado à Origem utilizados na pesquisa, e os principais pontos norteadores utilizados nas entrevistas.

QUADRO 1 – Etapas e Critérios do Círculo Virtuoso da Qualidade ligado à Origem

<b>Etapas do Círculo Virtuoso da Qualidade ligada à origem</b>	<b>Critérios</b>	<b>Principais Pontos Norteadores</b>
.....	Características do empreendimento	Características físicas do estabelecimento (sede própria, abrangência, entre outras). Surgimento e objetivos Quantidade de funcionários/cooperados Trabalhadores com carteira assinada Principais dificuldades e conflitos
IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS LOCAIS	Identificação do produto	Características específicas do produto Atributos de qualidade do produto Destaque da região na produção de café (produto)
	Identificação dos atores envolvidos	Atores envolvidos no processo de produção Atores externos interessados no produto (governo, varejistas, empresas de processamento, entre outros)
QUALIFICAÇÃO DO PRODUTO	Informações sobre processo de produção e sobre gestão da qualidade do produto	Características tecnológicas dos sistemas de produção Inspeção da Vigilância Sanitária Certificação do produto Controle de qualidade e especificações (controle interno) Embalagem e rotulagem apropriadas
REMUNERAÇÃO	Informações sobre a comercialização do produto	Locais de comercialização Volume de produção Concorrência (preços) Margem de lucratividade (%) dos produtos Divulgação do produto
REPRODUÇÃO LOCAL DOS RECURSOS	Sustentabilidade econômica	Dificuldades na comercialização dos produtos
	Sustentabilidade sociocultural	Sentimento de identidade local e autoestima dos produtores
	Sustentabilidade ambiental	Contaminação ou escassez de água durante o processo de produção Medidas para proteção e melhoria dos recursos naturais
POLÍTICAS PÚBLICAS	Conhecimento sobre	Conhecimento sobre Indicação Geográfica Benefícios para a região com a Indicação Geográfica

	IG e relação com o poder público	Apoio do governo (municipal, estadual ou federal) nas atividades desenvolvidas
		Apoio de Instituições
		Atendimento por algum programa do poder público

Fonte: adaptado de VANDECANDELAERE *et al.* (2010).

Para a análise das informações obtidas foi utilizada o Método de Análise de Conteúdo, de grande relevância para descrever e interpretar conteúdos (BARDIN, 2010).

## 5.5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Para se verificar as potencialidades e restrições relacionadas ao registro de IG para os cafés da região da Chapada Diamantina, foi construído um diagnóstico de potencialidades baseado em literatura acadêmica, documentações, visitas técnicas e entrevistas a representantes da cafeicultura da região.

Foi observado o papel desempenhado pelo SEBRAE como agente principal articulador das discussões e ações desenvolvidas para o registro da IG para os cafés da região da Chapada Diamantina. Isso ocorreu pelas seguintes ações: diagnóstico e sensibilização (juntamente com a Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SFA)); organização do setor; levantamento histórico cultural; capacitação; apoio financeiro; e auxílio na configuração territorial para a IG, conforme reiterado por Garrido (2019).

Em 2017, o SEBRAE realizou um diagnóstico para avaliar a potencialidade para IG dos cafés da região da Chapada Diamantina. O levantamento demonstrou o potencial por duas modalidades, IP e DO, a depender da delimitação geográfica. Foi sinalizado que se a delimitação fosse composta por vários municípios produtores de café da região, seria necessário estabelecer padrões modestos de qualidade e peculiaridade para a DO. Para isso, seria necessário contar com o apoio de entidades para contribuir atestando essas características, como: a Universidade Federal de Lavras (UFLA); a Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB); e *Q Graders* (SEBRAE, 2017). Os *Q Graders*, certificados pelo Coffee Quality Institute (CQI), são profissionais qualificados para a avaliação sensorial do café verde (CQI, 2023).

O SEBRAE implantou o Projeto “Crescer no Campo - Café Chapada Diamantina”, cujo objetivo foi colaborar para o aumento da competitividade e

sustentabilidade dos empreendimentos rurais e agroindustriais de café da região. Para isso, desenvolveu consultorias para a melhoria de práticas de colheita, pós-colheita e armazenagem dos cafés (SEBRAE, 2016).

Em 2019, os produtores de cafés especiais de alguns municípios da região se organizaram, em associação, para criar uma entidade representativa, a Aliança dos Cafeicultores da Chapada Diamantina (ACCD) (SEBRAE, 2019). Neste período, outros agentes se somaram para o futuro reconhecimento da IG, como universidades e algumas prefeituras municipais (UESB, 2022; IBICOARA, 2021).

A UESB, por meio de seus pesquisadores e professores, estruturou um grupo de pesquisa multidisciplinar e multi-institucional para comprovação da qualidade do café da Chapada Diamantina com o meio geográfico. Cada grupo coletou as amostras georreferenciadas e foram submetidas a um painel sensorial, que avaliou as características relacionadas a altitude e manejo pós-colheita desses cafés (UESB, 2022).

Algumas prefeituras fizeram Acordo de Cooperação com a ACCD, para apoiar na capacitação de técnicos para coletar cafés com os produtores (amostras) para a pesquisa da UESB; arcar com algumas despesas para executar determinadas ações necessárias para estudar o vínculo da qualidade com o meio geográfico; e facilitar a acessibilidade a espaços públicos, para que reuniões fossem realizadas em prol desse objetivo (IBICOARA, 2021).

Discussões em grupo ocorreram sobre a configuração territorial, em parceria com o SEBRAE, a UESB e as Prefeituras Municipais. Em conformidade com os dados de maiores áreas produtoras de café da região (IBGE, 2022), interesse dos produtores de cafés especiais, comprovação da interferência do meio geográfico na qualidade do café (UESB, 2022), e de gestores municipais com os Acordos de Cooperações (IBICOARA, 2021), concluíram a abrangência para a IG Região Chapada Diamantina para cafés dos seguintes municípios: Barra da Estiva, Bonito, Ibicoara, Mucugê, Piatã, Seabra, Morro do Chapéu, Rio de Contas e Ituaçu.

O município de Ituaçu fica próximo à Barra da Estiva e foi incluído na delimitação geográfica por ter boa produção (2.208 toneladas de café, em 2021 (IBGE, 2022)), qualidade e características similares aos demais cafés da Chapada, verificadas no estudo da UESB (UESB, 2022).

As potencialidades e restrições para o registro da IG do café produzido nos municípios da Chapada Diamantina - Bahia, neste estudo, foi baseada nas cinco etapas do Círculo Virtuoso da Qualidade Ligada à Origem:

### **Etapa 1 - Identificação de recursos locais**

Na primeira etapa do Círculo Virtuoso são identificados os recursos locais, que envolvem a identificação do produto vinculado ao território e os atores envolvidos (VANDECANDELAERE *et al.*, 2010).

Todas as entidades informaram que o cultivo de café tem grande importância socioeconômica para os municípios envolvidos na pesquisa. No que tange aos cafés especiais, foram unânimes em dizer que estes possuem especificidades em sabor e aroma decorrente dos fatores climáticos, geográficos e humanos (produção e secagem) vinculado ao território (Chapada Diamantina). Essa informação é reforçada por alguns autores, como Oliveira (2017); Santos, Alvarenga e Boffo (2020); e Sabio, Spers (2020).

PJ1, PJ2 e PJ6 informaram algumas características específicas relacionadas a esses cafés, como: sabor, aroma, intensidade e leveza (frutado e achocolatado; leve doçura; com notas de caramelo e melão de cana; amargor acentuado e café encorpado).

As entrevistadas destacaram três produtos advindo do café especial da região: café verde em grãos, grãos torrados e café torrado e moído. PJ3 e PJ7 informaram sobre a comercialização do café verde em grãos; e as demais entidades, sobre o café em grão torrado, e o café torrado e moído. Essas informações são reiteradas por Oliveira (2017).

Na identificação dos atores envolvidos na produção, as entidades relataram sobre os pequenos e médios produtores rurais (agricultura familiar), as associações, as cooperativas e empresas privadas cooperadas (grandes produtores) que se destacam na produção dos cafés especiais (arábica). PJ3 informou os fornecedores de fertilizantes e adubação química. PJ1, PJ2, PJ3 e PJ6 relataram os trabalhadores envolvidos no processo de produção, como aqueles que auxiliam nos tratos culturais; os que ficam responsáveis pela colheita, e os que auxiliam no beneficiamento,

incluindo o papel de torrefadores locais, conforme observado por Saes e Nakazone (2002) no diagrama do sistema agroindustrial do café do Brasil.

Como atores externos interessados no café da região, todas as entrevistadas informaram que são as cafeterias e varejistas (pequenos e médios). PJ3 relatou sobre os exportadores (mercado internacional). PJ7 informou a existência de atravessadores, que intermediam a comercialização. PJ2 e PJ5 informaram o interesse de torrefadoras externas, verificado por Saes e Nakazone (2002).

## **Etapa 2 - Qualificação do Produto**

Na segunda etapa do Círculo Virtuoso é verificada a qualificação do produto, a partir de informações sobre o processo de produção e sobre a gestão da qualidade do produto (VANDECANDELAERE *et al.*, 2010).

Todas as entrevistadas informaram o uso de sistemas de produção artesanal para os cafés especiais pela maioria dos produtores: sem uso de agrotóxico no cultivo; uso de adubos orgânicos; a colheita manual e seletiva, geralmente por pequenas equipes (membros familiares) e torra artesanal.

PJ5 e PJ6 afirmaram o uso de sistema artesanal e semi-industrial. Empresas (cooperadas) utilizam adubação química e variedades mais produtivas, observadas por Turco *et al.* (2013). A colheita é manual e seletiva; beneficiamento e classificação com uso de maquinários que utilizam os seguintes processos: ventilação, catador de pedra e peneirão (separa por tamanho dos grãos). A torra é artesanal, e a moagem é de boa performance. PJ2 possui torrador com uso de monitoramento por software, e alto controle de qualidade na produção.

A gestão da qualidade do café especial na região da Chapada Diamantina é feita utilizando-se o Protocolo da Specialty Coffee Association (SCA) para definir a qualidade, com regras que se iniciam nos tratos culturais, na colheita (grãos maduros), no pós colheita (secagem, armazenamento) e no laboratório (análise sensorial), conforme sinalizada por todas as entrevistadas, e corroborado por SENAR (2017a, 2017b) e ICO (2022). Além disso, existem órgãos certificadores, que atestam qualidade por meio de certificações.

Sobre as certificações, PJ5 informou que cooperados utilizam selo referente a certificações da ABIC (qualidade) e Orgânico (por certificadora credenciada ao MAPA

(orgânicos do Brasil) e pelo Instituto Biodinâmico de Desenvolvimento Rural (IBD)). PJ4 informou que existe inspeção do IBD para seus cafés. PJ3, PJ4, PJ5 e PJ6 fazem utilização do Selo de Identificação da Participação da Agricultura Familiar (SIPAF), que identificam os produtos da agricultura familiar do Estado da Bahia, garantindo aos consumidores um produto livre de agrotóxicos, baseado nas relações de comércio justo e solidário e do respeito à natureza e as relações sociais (BAHIA, 2023).

PJ1, PJ2, PJ3, PJ4 e PJ6 relataram que possuem marcas próprias para a comercialização de seus produtos e têm embalagens e rótulos apropriados, com todas as informações necessárias para a venda. PJ5 ainda não possui marca própria para o café torrado e moído, mas muitos dos seus cooperados possuem. PJ7 ainda não possui marca própria, nem embalagens e rótulos, mas está em processo de criação.

A parceria dos produtores com o SEBRAE, prefeituras e universidades, proporcionaram a estruturação para a futura IG do café da Chapada Diamantina (IBICOARA, 2021; SEBRAE, 2019; UESB, 2022). A ACCD em parceria com o Sebrae elaborou o Caderno de Especificações Técnicas baseados nos processos exigidos para o café *gourmet* e especial, ABIC e BSCA, respectivamente.

Com regras e especificações bem estabelecidas, o uso de embalagens, rótulos adequados e marcas próprias, garantem a qualidade e origem do produto, transmitindo confiança para o consumidor. Isso permite que produtores que estão instalados fora da delimitação geográfica não usem indevidamente o nome da IG, comercializando produto de qualidade inferior (VANDERCANDELAERE *et al.*, 2010).

### **Etapa 3 - Remuneração**

A terceira etapa do Círculo Virtuoso aborda a remuneração do produto, estabelecendo as questões da comercialização, garantindo a sustentabilidade da produção. Nesta etapa é necessário que os produtores conheçam o mercado, as demandas dos consumidores, tracem as estratégias de marketing para promover e comercializar seus produtos (VANDERCANDELAERE *et al.*, 2010; RIBEIRO; OLIVEIRA; SILVA, 2020).

PJ1 comercializa cafés em grãos torrados, e torrado e moído, através de empórios, feiras, mercados e varejistas (lojas físicas e on-line). Presta serviço de

torrefação para outros produtores parceiros da agricultura familiar no município em que está situado. Produz em média 500 kg por mês.

PJ2 comercializa café torrado e moído através de redes sociais, e de varejistas parceiros localizados em Salvador, Feira de Santana, Jequié, Santo Antônio de Jesus e Amargosa. Presta serviço de torrefação para produtores localizados na região da Chapada Diamantina. Tem produção em média 500 kg de café mensal da sua propriedade e 600 kg prestando serviços.

PJ3 comercializa café verde em grãos, grão torrado, e torrado e moído. Comercializa na sede da cooperativa, varejistas (sites eletrônicos) e empórios. Também comercializa 8 marcas de seus cooperados. Atende os clientes do estado da Bahia e de 18 estados brasileiros, além de 4 países (exportação). Tem produção anual média de 3.000 mil sacas (60 Kg).

PJ4 comercializa café em grão torrado, e torrado e moído. Ocorre na região e no estado por meio de varejistas e em feiras expositoras. Já exportou para Portugal.

PJ5 ainda não comercializa em nome da cooperativa. Alguns cooperados comercializam café em grão torrado, e torrado e moído, em sites próprios e cafeterias. A maioria os vendem em nível local e em algumas cidades do estado.

PJ6 comercializa o café em grão torrado, e torrado e moído. No estabelecimento também é vendido outros produtos à base de café, como licor e balas. A venda ocorre por meio de site próprio, em feiras, cafeterias, varejistas e lojas on-line parceiras.

PJ7 comercializa o café verde em grão através de rede social, lojas e cafeterias parceiras.

As entidades informaram que seus concorrentes são outros cafés especiais da região da Chapada Diamantina e de outros estados, com qualidade similar. A forma de divulgação do produto é realizada pelas redes sociais. PJ3, PJ4 e PJ6 relataram também a divulgação em feiras e eventos.

Sobre os preços do café PJ4, PJ5 e PJ6 praticam preços similares, com margem de lucratividade de 30%. PJ1 e PJ3 possuem preços mais elevados, com margem que pode variar de 30% a 80%. Essa variação de preços ocorre devido aos valores recebidos dos lotes premiados em concursos. PJ2 informou uma margem entre 10 a 15%.



#### **Etapa 4 - Reprodução local dos recursos**

A quarta etapa do Círculo Virtuoso retrata a reprodução local dos recursos, garantindo que os recursos humanos e naturais sejam preservados, renovados e aprimorados em todo o círculo para proporcionar a sustentabilidade (econômica, social e ambiental) em longo prazo (VANDERCANDELAERE *et al.*, 2010; RIBEIRO; OLIVEIRA; SILVA, 2020; SILVA; LIMA; SILVA, 2022).

Foi observado que a produção de café na região, com as entidades envolvidas, representam sua fonte principal de renda (empresas) e de cooperados (agricultores familiares). Por isso, no transcorrer do tempo, foram aprimorando seus métodos de produção para que seus cafés fossem valorizados por seus clientes, atendendo a nova demanda, dos cafés especiais e *gourmet*.

No que tange a sustentabilidade econômica envolvendo o café, todas as entrevistadas informaram que as principais dificuldades enfrentadas na comercialização dos seus produtos são questões relacionadas a logística, principalmente distribuição.

PJ1 mencionou que o município é pouco atendido por empresas de logística. PJ2 relatou ter também dificuldade em estratégias de comercialização. PJ3 informou dificuldade em logística.

PJ5 tratou das questões legais sanitárias. Foi observado e informado por todas as entidades que a vigilância sanitária não faz inspeção periódica, apesar de requisitarem.

PJ6 tem dificuldade em mão de obra no período de colheita. Como a área produtiva é grande, requer maior número de pessoas para recolher os grãos maduros.

PJ7, PJ8 e PJ9 informaram sobre preços abaixo do esperado. PJ8 frisou sobre os valores altos dos fertilizantes. PJ9 mencionou sobre organização dos produtores no município, em associação ou cooperativa, para comercialização dos seus cafés e compra de insumos.

Na questão sociocultural foi abordado que deve haver maior reconhecimento e valorização dos profissionais envolvidos em todo o processo produtivo e dos produtos, conforme PJ3, PJ4, PJ7, PJ8 e PJ9. Foi informado por PJ1 sobre a consolidação a partir da procedência dos produtos, para atrair e fixar o jovem no campo, conforme reiterado por Bezerra *et al.* (2019). PJ2 relata sobre haver um incentivo para a compra

e divulgação dos produtos. PJ5 e PJ6 abordam também que deve haver ações públicas para incentivar a produção de cafés especiais.

Sobre a sustentabilidade ambiental foi observado que a maior parte das áreas de produção de café na região envolve café de sequeiro, o que não requer grandes quantidades de água para seu cultivo. No período que a planta necessita de uma absorção maior de água, e não ocorrem as chuvas, alguns produtores utilizam-se da irrigação, geralmente de tanques ou poços artesianos da própria propriedade rural.

Todas entrevistadas informaram que as cascas e polpas resultantes do beneficiamento do café são utilizadas como adubo nos cafezais. PJ3 informou que alguns de seus cooperados que produzem pela via úmida, que utilizam água na fermentação, a mesma é reutilizada na irrigação.

PJ5 informou que existe projetos e parcerias com governos e empresas privadas de recomposição de Áreas de Preservação Permanente (APP). PJ6 possui um tanque de criatório de tilápia e utiliza dessa água para irrigar, pois a mesma contém ureia liberada pelos peixes, auxiliando nos tratamentos com os cafezais.

## **Etapa 5 - Políticas Públicas**

A quinta etapa do Círculo Virtuoso trata do conhecimento sobre IG e a relação com o poder público (VANDERCANDELAERE *et al.*, 2010). Todas as entidades entrevistadas afirmaram conhecer o que é a IG, de ter participado de palestras, reuniões e discussões sobre o tema e falaram dos benefícios que ela poderá trazer para a região no sentido de fortalecer a cadeia produtiva, como também o estímulo ao turismo, já que a região possui muitos atrativos naturais que incentivam as visitas de turistas, muito bem ressaltada por PJ3.

Esse tema sobre as IGs e estímulo ao turismo local com a criação de produtos peculiares foi abordado nos estudos de D'Alexandria (2015) e Scheneider; Zilli; Vieira (2017). Conforme Belletti *et al.* (2017), a IG pode proporcionar a criação de roteiros turísticos, potencializando alguns empreendimentos relacionados a gastronomia, hotelaria, agências de turismo e novos modelos de negócio.

PJ8 e PJ9 informaram ter apoiado a cadeia de produção do café, nos respectivos municípios, com assistência técnica e cursos de qualificação profissional aos produtores, em parceria com o SEBRAE e SENAR.

As demais entidades relataram o apoio do SENAR e SEBRAE em cursos e capacitações, e para participação em eventos e feiras. PJ1 mencionou também que a cooperativa tem um papel importante nesse processo, com orientações e informações aos cooperados. PJ2 disse não ter apoio municipal para suas atividades, mas recebeu apoio da Federação das Indústrias do Estado da Bahia (FIEB) para empréstimo.

PJ3, PJ4 e PJ5 apontaram o apoio do governo estadual, pelo Projeto Bahia Produtiva, com assistência técnica e investimentos em infraestrutura para a cadeia produtiva do café, com disponibilização de equipamentos para produção, industrialização e comercialização do café; assistência técnica; e ações de apoio à gestão institucional (cooperativas). Este projeto se apresentou como a única política pública que destina recursos à cadeia do café na região.

As demais entidades informaram que o município apoia com capacitações, mas não há nenhuma política vinculada do governo federal para a cadeia produtiva do café.

PJ3 relatou sentir falta de Instituições Científicas, Tecnológicas e de Inovação (ICT's) para pesquisas relacionadas aos cafés da região.

Conforme Vandercandelaere *et al.* (2010), as políticas públicas são necessárias em todas as fases de implantação de uma IG, incentivando a produção e o uso dos recursos locais; a representação dos atores da IG; e considerando os aspectos econômicos, sociais, culturais e ambientais. A interação de políticas públicas entre setores da agricultura e turismo podem dar maior visibilidade ao produto e a região. A junção de iniciativas públicas e privadas poderão garantir que a IG funcione corretamente.

Foi observado como potencialidades que os cafés (grão verde, grãos torrados e grãos torrados e moídos) da região da Chapada Diamantina possuem potencial de mercado, notoriedade e de grande importância socioeconômica, para pequenos, médios, grandes produtores e torrefadores locais. Existe padronização para os produtos (cafés especiais e *gourmet*), marcas próprias, embalagens apropriadas e qualidade certificada. Existe ação coletiva, pois um grupo de produtores criaram uma associação representativa (ACCD).

As restrições observadas dizem respeito a políticas públicas, para o fortalecimento da cadeia produtiva e dos processos de logística e comercialização dos produtos.

Conforme estudos de Belletti *et al.* (2017) e Pellin (2019), pode ser que os produtores, após a concessão do registro da IG, necessitem de apoio para atender a escala de produção, os custos envolvidos na produção e a incompreensão de consumidores que não querem pagar o valor estabelecido do produto com qualidade certificada.

Foi verificado que alguns municípios ainda não possuem organização dos produtores de forma efetiva (associação ou cooperativas), devendo iniciar esse processo para auxiliá-los na comercialização e em compras de insumos, para aquisição a menores preços, conforme orientação de Saes e Nakazone (2002).

O QUADRO 2, a seguir, representa a síntese das potencialidades e restrições identificadas para a futura IG do café da Chapada Diamantina-BA.

QUADRO 2 - Síntese das potencialidades e restrições para a IG do café da Chapada Diamantina- BA

Dimensão do Círculo Virtuoso	Diagnóstico das potencialidades e restrições
IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS LOCAIS	Importância socioeconômica, cultural, fatores edafoclimáticos e saber-fazer estabelecem o vínculo com a região Chapada Diamantina.
	O café especial e <i>gourmet</i> possuem potencial de mercado e notoriedade.
	Os produtos de destaque da cadeia do café são grãos verdes; grãos torrados; e grãos torrados e moídos.
	A abrangência territorial de cafés de qualidade envolve 9 municípios: Barra da Estiva, Bonito, Ibicoara, Mucugê, Piatã, Seabra, Morro do Chapéu, Rio de Contas e Ituaçu
	Pequenos, médios e grandes produtores; associações; cooperativas e torrefadores compõem os principais atores envolvidos na cadeia produtiva do café da região.
QUALIFICAÇÃO DO PRODUTO	Padronização dos produtos conforme regras para cafés especiais (SCA) e <i>Gourmet</i> (ABIC).
	Marcas próprias e embalagens adequadas.
	Qualidade garantida por órgãos certificadores (ABIC, MAPA, IBD) e selo (SIPAF).
REMUNERAÇÃO	Comercialização local, regional, estadual e, algumas entidades, interestadual e exterior.
	Preços e margens de lucratividade similares. A exceção envolve os produtos que são premiados em concursos.
	Divulgação em redes sociais, feiras e eventos.

REPRODUÇÃO LOCAL DOS RECURSOS	Possui entidade representativa dos produtores de café especiais da região, a ACCD (associação). Existem entidades coletivas bem organizadas (cooperativas).
	Os cafeicultores seguem boas práticas agrícolas (segurança alimentar, preservação do meio ambiente e responsabilidade social).
	Restrições enfrentadas pelos produtores: logística de distribuição; aspectos legais sanitários; melhoria de estratégias para comercialização interestadual; mão de obra para colheita; e alguns dos municípios envolvidos não contam com organização dos produtores (associações ou cooperativas).
POLÍTICAS PÚBLICAS	Conhecimento adequado sobre IG.
	Atuação municipal em cursos e capacitações em parceria com SENAR e SEBRAE.
	Atuação estadual pelo Projeto Bahia Produtiva. Garantir a continuidade das políticas implementadas.
	Falta iniciativa de ICT's em pesquisas.
	Escassa atuação do governo federal.

A ACCD e parceiros, elaboraram o Caderno de Especificações Técnicas, o elemento figurativo para a IG e deu início aos procedimentos legais para protocolar junto ao INPI o pedido de reconhecimento da IG café da Chapada Diamantina, como Denominação de Origem, sendo realizado em 14 de dezembro de 2022 (INPI, 2022)

A expectativa é que o INPI analise a documentação enviada e conceda favoravelmente a DO Café da Chapada Diamantina.

## 5.6 CONCLUSÃO

A pesquisa alcançou seu objetivo de apresentar as potencialidades e restrições para o registro da IG do café produzido nos municípios da Chapada Diamantina - Bahia, pela Metodologia do Círculo Virtuoso da Qualidade Ligada à Origem, possuindo característica inovadora na aplicação desta metodologia para esta cadeia produtiva, a nível mundial.

Constatou-se que alguns municípios da região possuem fatores humanos e edafoclimáticos, que proporcionam um produto de qualidade e características peculiares, vinculadas ao território. Por isso, a modalidade de IG a ser requerida é a Denominação de Origem.

Observou-se como potencialidades que os cafés (grãos verdes, grãos torrados e grãos torrados e moídos) da região da Chapada Diamantina possuem potencial de mercado, notoriedade e de grande importância socioeconômica, para pequenos, médios, grandes produtores e torrefadores locais. Há padronização dos produtos, marcas próprias e embalagens adequadas, apropriados para a comercialização de produto com IG.

Além disso, possuem representação coletiva, pela Aliança dos Cafeicultores da Chapada Diamantina (ACCD), representando os produtores de café especial da região, e substituta processual da IG.

As principais restrições observadas dizem respeito a políticas públicas para fortalecimento da cadeia produtiva, para auxiliar os processos de logística e comercialização dos produtos.

Nesse sentido, a relação da IG com outros setores da economia regional não ocorre de forma autônoma, mas sim com a contribuição da sociedade civil e de atores do ecossistema que fazem parte do objeto da Indicação Geográfica.

## 5.7 REFERÊNCIAS

ABIC – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DE CAFÉ. **Certificações. Qualidade.** 2021. Disponível em: <https://www.abic.com.br/certificacoes/qualidade/>. Acesso em: 20 nov. 2021.

ABIC – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DE CAFÉ. Concurso Nacional ABIC de Qualidade do Café – Origens do Brasil. 2022a. Disponível em: <https://www.abic.com.br/category/concurso-abic-origens/#:~:text=19%C2%BA%20Concurso%20Nacional%20ABIC%20de,per%C3%ADodo%20de%20in%C3%ADcio%20da%20colheita>. Acesso em: 15 nov. 2022.

ABIC – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DE CAFÉ. **O café brasileiro na atualidade.** 2022b. Disponível em: <https://www.abic.com.br/tudo-de-cafe/o-cafe-brasileiro-na-atualidade/>. Acesso em: 18 nov. 2022.

ALMEIDA, L. F.; ZYLBERSZTAJN, D. Key Success Factors in the Brazilian Coffee Agrichain: Present and Future Challenges. **International Journal on Food System Dynamics.** v. 8, 2017; p. 45–53. DOI: <https://doi.org/10.18461/ijfsd.v8i1.814>

ALMEIDA SILVA, A.; RODRIGUES, B.; DA SILVA, G. F. Breve panorama das Indicações Geográficas do nordeste brasileiro e reflexões sobre os negócios locais/ Brief overview of geographical indications of northeast Brazil and reflections on local

business. **Informe GEPEC**, v. 26, n. 1, p. 238–256, 2022. DOI: <https://doi.org/10.48075/igepec.v26i1.28146>.

BAHIA. Porta SDR. **SIPAF Selo de Identificação da Participação da Agricultura Familiar**. Disponível em: <http://portalsdr.ba.gov.br/sipaf/Produto>. Acesso em: 20 jan. 2023.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Edições 70. 2010.

BARJOLLE, Dominique; QUINˆONES-RUIZ; Xiomara F; BAGAL, Monique; COMOE, Hermann. The Role of the State for Geographical Indications of Coffee: Case Studies from Colombia and Kenya. **World Development**, v. 98, pp. 105–119, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.worlddev.2016.12.006>

BELLETTI, Giovanni; MARESCOTTI, Andrea; TOUZARD, JEAN-MARC. Geographical Indications, Public Goods, and Sustainable Development: The Roles of Actors' Strategies and Public Policies. **World Development**, v. 98, pp. 45–57, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.worlddev.2015.05.004>

BEZERRA, M. G. F.; SARTORI, R.; SANTOS, W. P. C.; SEGUNDO, G. S. A. Indicação Geográfica: conceitos, legislação e proposição. In: SANTOS, W. P. C. dos (org.). **Conceitos e aplicações de propriedade intelectual**. 2 ed. v. 2. Salvador: IFBA, 2019.

BOAVENTURA, P. S. M.; ABDALLA, C. C.; ARAÚJO, C. L.; ARAKELIAN, J. S. Cocriação de valor na cadeia do café especial: O movimento da terceira onda do café. **RAE-Revista de Administração de Empresas**, [S. l.], v. 58, n. 3, p. 254–266, 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-759020180306>

BRASIL. Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996. Regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 15 maio 1996. Seção 1, p. 8353.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário/ Secretaria de Desenvolvimento Territorial. MDA/SDT. **Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável do Território Chapada Diamantina – BA**. Bahia, 2010. Disponível em: [http://sit.mda.gov.br/download/ptdrs/ptdrs\\_qua\\_territorio031.pdf](http://sit.mda.gov.br/download/ptdrs/ptdrs_qua_territorio031.pdf). Acesso em: 24 de mar. de 2022.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário/ Secretaria de Desenvolvimento Territorial. MDA/SDT. **PERFIL Territorial**. Chapada Diamantina – BA. Desenvolvimento Territorial. Dados básicos do Território. Bahia, 2015. Disponível em: [http://sit.mda.gov.br/download/caderno/caderno\\_territorial\\_031\\_Chapada%20Diamantina%20-%20BA.pdf](http://sit.mda.gov.br/download/caderno/caderno_territorial_031_Chapada%20Diamantina%20-%20BA.pdf). Acesso em: 24 de mar. de 2022.

BRASIL. Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 24 maio 2016. Disponível em:

<http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf>. Acesso em: 05 jan. 2022.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA. Política Agrícola. **Café no Brasil**. 2018. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/politica-agricola/cafes/cafecultura-brasileira>. Acesso em: 02 jan. 2022.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento- MAPA. **Mapa Interativo-Signos distintivos registrados e produtos potenciais**. 2022a. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/sustentabilidade/indicacao-geografica/mapa-interativo-1>. Acesso em: 12 jan. 2022.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento- MAPA. Dia Mundial do café. Conheça a história do café no mundo e como o Brasil se tornou o maior produtor e exportador da bebida. 2022b. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/noticias/conheca-a-historia-do-caffe-no-mundo-e-como-o-brasil-se-tornou-o-maior-produtor-e-exportador-da-bebida#:~:text=O%20Brasil%20possui%20aproximadamente%20300,s%C3%A3o%20os%20maiores%20estados%20produtores>. Acesso em: 20 jan. 2023.

BRASIL. Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços MDIC. **COMEX STAT-COMEX VIS**. 2023. Disponível em: <http://comexstat.mdic.gov.br/pt/comex-vis>. Acesso em: 02 maio 2023.

BSCA – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CAFÉS ESPECIAIS. **Concursos. Cup of Excellence**. 2022a. Disponível em: <https://brazilcoffeenation.com.br/contest/show/id/1>. Acesso em: 27 nov. 2022.

BSCA – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CAFÉS ESPECIAIS. **Chapada Diamantina**. 2022b. Disponível em: <https://brazilcoffeenation.com.br/region/show/id/9>. Acesso em: 22 dez. 2022.

BSCA – Associação Brasileira de Cafés Especiais. **A BSCA**. 2022c. Disponível em: <https://bsca.com.br/a-bsca>. Acesso em: 22 dez. 2022.

CALDAS, A. S.; ARAÚJO, C. C.; COURRY, R. L. M. As Indicações Geográficas (IGs) como estratégia de Desenvolvimento Territorial: desafios e potencialidades no Distrito de Maragogipinho, Aratuípe, BA. **Revista de Desenvolvimento Econômico – RDE**, Salvador, BA, ano XIX, v. 3, n. 38, p. 81-108, dezembro de 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.21452/rde.v3i38.5032>

CARVALHO, J. P.; ARÉVALO, J. L. S.; PASSADOR, J. L. Interfaces and changes in the institutionalization process of special coffee in Brazil. **Gestão & produção**, v. 27, n. 2, 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/0104-530X4751-20>.

CEI, Leonardo; STEFANIA. Gianluca; DEFRANCESCOB. Edi; LOMBARDIA, Ginevra Virginia. Geographical indications: A first assessment of the impact on rural



development in Italian NUTS3 regions. **Land Use Policy**, v. 75, pp. 620–630, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.landusepol.2018.01.023>

CERDAN, C. M. T.; BRUCH, K. L.; SILVA, A. L.; COPETTI, M.; FÁVERO, K. C.; LOCATELLI, L. Indicação geográfica de produtos agropecuários: importância histórica e atual. In: PIMENTEL, L. O. (Org.). **Curso de propriedade intelectual e inovação no agronegócio**. 4. ed. Florianópolis, SC: FUNJAB, 2014. Módulo II – Indicação Geográfica. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. 415p.

CONAB - COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO. **BOLETIM DA SAFRA DE CAFÉ**. 2022. Disponível em: <https://www.conab.gov.br/info-agro/safras/cafes/boletim-da-safra-de-caffe>. Acesso: 25 nov. 2022.

CQI - COFFEE QUALITY INSTITUTE. **Q Graders - Profissionais internacionalmente reconhecidos na avaliação da qualidade**. Disponível em: <https://pt.coffeeinstitute.org/certification/people/q-graders>. Acesso em: 10 fev. 2023.

D'ALEXANDRIA, Marcel Azevedo Batista. O Turismo nas Indicações Geográficas: a Potencialidade do Turismo de Experiência na Denominação de Origem Vale dos Vinhedos. **Cad. Prospec.**, Salvador, v. 8, n. 2, p. 395-405, abr./jun. 2015.

Disponível em:

<https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/desenvolvimentoemquestao/article/view/3062>. Acesso em: 01 mai. 2022.

EMBRAPA – EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA. **Café é o produto com maior número de Indicações Geográficas no Brasil**. 2021. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/62550507/cafes-o-produto-com-maior-numero-de-indicacoes-geograficas-no-brasil>. Acesso: 05 mar. 2022.

FERRÃO, M. A. G. *et al.* Characterization and genetic diversity of *Coffea canephora* accessions in a germplasm bank in Espírito Santo, Brazil. **Crop Breeding and Applied Biotechnology** [online]. 2021, v. 21, n. 2. DOI: <https://doi.org/10.1590/1984-70332021v21n2a32>.

GARRIDO, E. C. Indicações geográficas na Bahia: a segurança jurídica do saber-fazer e os desafios e oportunidades pós-concessão do registro. 2019. 101 f. TCC (Graduação) - Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Direito, Salvador, 2019. Disponível em: <http://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/33361>. Acesso em: 03 dez. 2022.

GIESBRECHT, H. O.; MINAS, R. B. A.; GONÇALVES, M. F. W.; SCHWANKE, F. H. **Indicações geográficas brasileiras**. Brasília: SEBRAE, INPI, 2014, 264 p.

GUIMARÃES, E. R. *et al.* The brand new Brazilian specialty coffee market. **Journal of Food Products Marketing**, v. 25, n. 1, p. 49–71, 2019. <https://doi.org/10.1080/10454446.2018.1478757>

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Produção Agrícola Municipal de 2021**. 2022. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/1613#resultado>. Acesso em: 15 nov. 2022.

IBICOARA. Acordo de Cooperação que Entre si Celebram a Aliança dos Cafeicultores da Chapada Diamantina, e as Prefeituras que Compõem a IG do Café da Chapada Diamantina. Diário Oficial do Município de Ibicoara. Ibicoara, ano IX, nº 2573, 5 p., 8 setembro 2021. Disponível em: <https://www.ibicoara.ba.gov.br/Handler.ashx?f=diario&query=2573&c=297&m=0>. Acesso em: 10 jan. 2023.

ICO – INTERNATIONAL COFFEE ORGANIZATION. **A história do café**. 2022. Disponível em: [https://www.ico.org/pt/coffee\\_storyp.asp](https://www.ico.org/pt/coffee_storyp.asp). Acesso em: 05 jan. 2022.

INPI – INSTITUTO NACIONAL DE PROPRIEDADE INDUSTRIAL. Indicações geográficas. **Indicação Geográfica no Brasil**. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/inpi/pt-br/servicos/indicacoes-geograficas/indicacao-geografica-no-brasil>. Acesso em: 29 abr. 2022.

INPI - INSTITUTO NACIONAL DE PROPRIEDADE INDUSTRIAL. **Pedidos de Indicação Geográfica no Brasil**. 2022a. Disponível em: <https://www.gov.br/inpi/pt-br/servicos/indicacoes-geograficas/pedidos-de-indicacao-geografica-no-brasil>. Acesso em: 07 dez.2022.

KOBAYASHI, E. S. *et al.* Condições ambientais e o manejo da irrigação influenciando a qualidade do café. O Agrônomo, Campinas, v. 59, n. 1, p. 30-32, jan. 2007.

MARQUES, B. N.; BULCAO, C. S.; LIMA, A. M. F.; LOPES, J. M.; SILVA, M. S. Artefatos de Couro de Ipirá: potencial de Indicação Geográfica no território da Bacia do Jacuípe/Bahia. **Cadernos de Prospecção**, v. 12, p. 1598-1611, 2019.

MEDEIROS, M. L.; TERRA, L. A. A.; PASSADOR, C. S.; PASSADOR, J. L. Indicação Geográfica para o Desenvolvimento Territorial: Críticas e dimensões no caso da Indicação de Procedência Serro (Brasil). **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**. V. 16, n. 3, p.108- 121, set-dez, 2020, Taubaté, SP, Brasil. Disponível em: <https://www.rbqdr.net/revista/index.php/rbqdr/article/view/5874/979>. Acesso em: 01 set. 2021.

NIEDERLE, P. A. O mercado vitivinícola e a reorganização do sistema de indicações geográficas na região do Languedoc, França. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, [S.l.]. v. 14, n. 2, 2012.

NIEDERLE, P. A.; WILKINSON, J.; MASCARENHAS, G. C. C. (2016). Introdução, In: J. WILKINSON, P. A. NIEDERLE & G. MASCARENHAS. O sabor da origem (pp. 257-316). Porto Alegre: Escritos.

OLIVEIRA, M. V. F. **Avaliação de amostras de café Arábica procedentes da Chapada Diamantina quanto aos parâmetros físico-químicos específicos**. 2017. 65 f. Dissertação (Mestrado em Ciência de Alimentos) – Faculdade de Farmácia da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017.

PELLIN V.; SILVA, L. F. CONTRIBUIÇÕES E DESAFIOS DAS INDICAÇÕES GEOGRÁFICAS PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL NO BRASIL. In: Workshop Catarinense de Indicação Geográfica, 4., Joinville. **Anais...** Santa Catarina: UNIVILLE, 2016. p.79-86.

PELLIN, Valdinho Pellin. Indicações Geográficas e desenvolvimento regional no Brasil: a atuação dos principais atores e suas metodologias de trabalho. **Interações (Campo Grande)**, v. 20, n. 1, p. 63-78, 2019. DOI: <https://doi.org/10.20435/inter.v20i1.1792>

PROJETO FLORADA. **Concurso 3 Corações Florada Premiada 2022**. Disponível em: <https://projetoFlorada.com.br/florada/concurso-florada-premiada/>. Acesso em: 18 dez. 2022.

RAIMUNDI, M. K. *et al.* Diagnosis of leaf bacterial diseases of coffee reveals the prevalence of halo blight. *Ciência e Agrotecnologia [online]*. 2021, v. 45. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-7054202145000121>.

RIBEIRO, N. M. ; OLIVEIRA, M. A. R. ; SILVA, M. S. Oportunidades e Entraves Para a Proteção por Indicação de Procedência para os Biscoitos Artesanais de Vitória da Conquista-BA. **REDES**, v. 25, p. 2592-2615, 18 dez. 2020. DOI: <https://doi.org/10.17058/redes.v25i0.15115>

RINALLO, D.; PITARDI, V. Open conflict as differentiation strategy in geographical indications: the Bitto Rebels case British. **Food Journal**, v. 121, n. 12, pp. 3102-3118, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1108/BFJ-11-2018-0738>

SABIO, R. P.; SPERS, E. E. Chapter 15 - Does coffee origin matter? An analysis of consumer behavior based on regional and national origin. Editor(s): Luciana Florêncio de Almeida, Eduardo Eugênio Spers. In Woodhead Publishing Series in Consumer Sci & Strat Market, Coffee Consumption and Industry Strategies in Brazil, Woodhead Publishing, 2020, p.297-320. DOI: <https://doi.org/10.1016/B978-0-12-814721-4.00011-1>.

SAES, M. S. M.; NAKAZONE, D. **Estudo da competitividade de cadeias integradas no Brasil: impactos das zonas de livre comércio**. Cadeia: Café. Campinas: UNICAMP-IE-NEIT/MDIC, 2002.

SANTOS, H. D.; ALVARENGA, Y. A.; BOFFO, E. F. 1H NMR metabolic fingerprinting of Chapada Diamantina/Bahia (Brazil) coffees as a tool to assessing their qualities. **Microchemical Journal**, v.152, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.microc.2019.104293>.

SCHNEIDER, M. D.; ZILLI, J. C.; VIEIRA, A. C. P. Os Impactos da Indicação de Procedência no Desenvolvimento Econômico na Produção de Uva, nos Municípios dos Vales da Uva Goethe-SC. **Cadernos de Prospecção**, Salvador, v. 10, n. 2, p. 327-340, abr./jun. 2017.

SEBRAE – SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. Agência SEBRAE de Notícias. Projeto Café da Chapada é tema de encontros. 2016. Disponível em: <http://www.ba.agenciasebrae.com.br/sites/asn/uf/BA/projeto-cafe-da-chapada-e-tema-de-encontros,fb5102b561ae2510VgnVCM1000004c00210aRCRD>. Acesso em: 01 dez. 2021.

SEBRAE – SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. **Diagnóstico Potencial para Indicação Geográfica Piatã ou Chapada Diamantina para Café**. UNIDADE DE ACESSO A INOVAÇÃO E TECNOLOGIA – UAIT. Unidade Regional 08 – Irecê. 2017. 10 p.

SEBRAE – SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. Agência SEBRAE de Notícias. **Produtores da Chapada Diamantina buscam Identificação Geográfica para café da região**. 2018. Disponível em: <http://www.ba.agenciasebrae.com.br/sites/asn/uf/BA/produtores-da-chapada-diamantina-buscam-identificacao-geografica-para-cafe-da-regiao,dc130cb5bfab2610VgnVCM1000004c00210aRCRD>. Acesso em: 01 dez. 2022.

SEBRAE – SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. Agência SEBRAE de Notícias. Reunião institui a Aliança dos Cafeicultores da Chapada Diamantina. 2019. Disponível em: <http://www.ba.agenciasebrae.com.br/sites/asn/uf/BA/reuniao-institui-a-alianca-dos-cafeicultores-da-chapada-diamantina,cc6edf3476959610VgnVCM1000004c00210aRCRD>. Acesso em: 03 dez. 2021.

SENAR – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural. **Café: cafés especiais**. Brasília: SENAR, 2017a. 104 p. Disponível em: <https://www.cnabrazil.org.br/assets/arquivos/193-CAF%C3%89.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2022.

SENAR – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural. **Café: colheita e pós-colheita**. Brasília: SENAR, 2017b. 104 p. Disponível em: <https://www.cnabrazil.org.br/assets/arquivos/191-CAF%C3%89.pdf>. Acesso em: 28 dez. 2022.

SILVA, K. F., LIMA, A. F., SILVA, M. S. Potencialidade de Indicação Geográfica do licuri do semiárido baiano sob a ótica do Círculo Virtuoso da Qualidade. **Revista Brasileira De Gestão E Desenvolvimento Regional**, [S. l.], v.18, n.1, 2022. DOI: <https://doi.org/10.54399/rbgdr.v18i1.6291>.

TEIXEIRA, A. S. **O azeite da Costa do Dendê: um produto do território.** Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2020, 151 f.

TURCO, P. H. N.; FRONZAGLIA, T.; VEGRO, C. L. R.; FIRETTI, R.; TÔSTO, S. G.; BLISKA, F. M. M. Trajetória Tecnológica cafeeira no Brasil, 1924 a 2012. Revista de Economia Agrícola, São Paulo, v. 60, n. 2, p. 105-119, 2013. Disponível em: <http://www.iea.agricultura.sp.gov.br/ftpiea/publicar/rea2013-2/rea7.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2023.

UESB – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Notícias. **Uesb busca Indicação Geográfica dos cafés do Planalto da Conquista e da Chapada Diamantina.** 2022. Disponível em: <http://www.uesb.br/noticias/uesb-busca-indicacao-geografica-dos-cafes-do-planalto-de-conquista-e-da-chapada-diamantina/>. Acesso em: 09 set. 2022.

USDA - UNITED STATES DEPARTMENT OF AGRICULTURE. **Foreign Agricultural Service.** Dados e análises. Café: Mercados e Comércio Mundial. Disponível em: <https://www.fas.usda.gov/data/coffee-world-markets-and-trade>. Acesso em: 22 nov. 2022

VALENTE, M. E. R.; PEREZ, R.; FERNANDES, L. R. R. M. V. O processo de reconhecimento das indicações geográficas de alimentos e bebidas brasileiras: regulamento de uso, delimitação da área e diferenciação do produto. Ciência Rural, v. 43, n.7, p. 1330-1336, 2013. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-84782013005000076>

VANDECANDELAERE, E.; ARFINI, F.; BELLETTI, G.; MARESCOTTI, A. Uniendo personas, territorios y productos. **Guía para fomentar la calidad vinculada al origen y las indicaciones geográficas sostenibles.** 2010. Disponível em: <http://www.fao.org/3/a-i1760s.pdf>. Acesso em: 20 set. 2021.

VELLOSO, A. L.; SAMPAIO, E. V. S. B.; PAREYN, F. G. C. **Ecorregiões propostas para o bioma Caatinga.** Recife: Associação Plantas do Nordeste; Instituto de Conservação Ambiental The Nature Conservancy do Brasil. 76 p. 2002. Disponível em: <http://www.bibliotecaflorestal.ufv.br/bitstream/handle/123456789/5391/Ecorregioes-Propostas-para-o-bioma-da-caatinga.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 07 nov. 2022.

VIEIRA, A. C. P.; PELLIN, V. As Indicações Geográficas como Estratégia para Fortalecer o Território: o caso da indicação de procedência dos vales da uva Goethe. **Desenvolvimento em Questão.** v. 13, n. 30, p. 155-174, 2015.

## 6. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES FINAIS

A pesquisa propôs fazer a apresentação da potencialidade de Indicação Geográfica para o café produzido nos municípios da Chapada Diamantina – Bahia, demonstrando as oportunidades e entraves dessa cadeia produtiva.

No Artigo 1 foi elaborado um estudo sistemático sobre o cultivo do café, história e importância na economia mundial e brasileira, em termos de produção e de Indicações Geográficas para o produto. Foi observado que no mundo são mais comercializados dois tipos de café: o Arábica e o Robusta. Verificou-se que os produtores de café dos países produtores estão melhorando sua produção para alcançar a exigência do mercado com produtos de qualidade e com certificações de origem, como é percebido pelo número de Indicações geográficas para o produto, 126 IGs no total. A maioria dessas IGs possuem legislação específica (sistema *sui generis*), mas há proteção também por marcas (marcas registradas, coletivas ou de certificação). A Indonésia é o país com maior número de IGs para cafés no mundo (31 IGs pelo sistema *sui generis*), seguido do Brasil (14 IGs pelo sistema *sui generis*). Constatou-se à necessidade de desenvolvimento de políticas públicas voltadas para as Indicações Geográficas do café em cenário mundial e brasileiro, por isso sugere-se para pesquisas futuras, a atuação de órgãos responsáveis pela consolidação de IGs nos seus respectivos países.

No Artigo 2 foi abordado de que forma as políticas públicas de Desenvolvimento Rural Sustentável e de Indicações Geográficas estão sendo propostas pelo governo do estado da Bahia, voltados para a cadeia produtiva do café. Foi analisado o Projeto Bahia Produtiva e constatou-se que as ações do projeto na cadeia produtiva do café atingiram associações e cooperativas nas regiões potenciais para novas IGs no estado, propiciando aos agricultores a inclusão ao mercado, adicionando valor e ampliando a escala da produção. O projeto se manifestou como alternativa para que a cadeia produtiva do café no estado se fortaleça, incentivando os produtores a melhorar a qualidade do seu produto para que possam atender as exigências mercadológicas e conquista de novos mercados. O Projeto se apresenta como política complementar para solicitação das IGs. Dessa forma, as políticas públicas são necessárias para auxiliar cadeias produtivas de produtos que possuam diferenciação em sua produção como incentivo ao fomento do registro das IGs.

No Artigo 3 buscou-se apresentar as potencialidades e restrições do café da região da Chapada Diamantina para implementação da IG, a partir da ótica do Círculo Virtuoso de Qualidade Ligada à Origem. Foi constatado que alguns municípios dessa região possuem fatores humanos e edafoclimáticos, proporcionando um produto de qualidade e características peculiares, por isso a modalidade de IG a ser requerida é a Denominação de Origem (DO). Observou-se como potencialidades que os cafés possuem potencial de mercado, notoriedade e grande importância socioeconômica, para pequenos, médios, grandes produtores e torrefadores locais. Existe padronização dos produtos, marcas próprias, embalagens adequadas, e representação coletiva dos produtores, a Aliança dos Cafeicultores da Chapada Diamantina (ACCD). Uma das principais restrições dizem respeito a políticas públicas para fortalecimento da cadeia produtiva, para auxiliar os processos de logística e comercialização dos produtos. Nesse sentido, a relação da IG com outros setores da economia regional não ocorre de forma autônoma, mas sim com a contribuição da sociedade civil e de atores do ecossistema que fazem parte do objeto da Indicação Geográfica

Portanto, as análises realizadas atestam a potencialidade do Café da Chapada Diamantina para Indicação Geográfica, tendo como base os requisitos legais e a metodologia aplicada.

## **7.PERSPECTIVAS FUTURAS**

Espera-se que o exposto nesta pesquisa possa contribuir para aumento da produção científica acerca do tema café da Bahia, cafés da região da Chapada Diamantina e as Indicações Geográficas; para difusão do conhecimento; estímulo a inovação; e subsídios para a cadeia produtiva do produto para que consumidores e produtores possam desfrutar da qualidade excelente do café e os benefícios que a IG pode trazer aos atores envolvidos.

Sugere-se, após o aceite da IG para os cafés da Chapada Diamantina pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), a ampliação desta pesquisa em relação aos entraves verificados nas políticas públicas sobre a cadeia produtiva do café na região e relacionar com outros setores da economia local, principalmente o turismo, visto que a região recebe visitação turística o ano inteiro, com pessoas vindas de todo o Brasil e do mundo.



## 8. REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Edições 70. 2010.

BARJOLLE, Dominique; QUINONES-RUIZ; Xiomara F; BAGAL, Monique; COMOE, Hermann. The Role of the State for Geographical Indications of Coffee: Case Studies from Colombia and Kenya. **World Development**, v. 98, pp. 105–119, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.worlddev.2016.12.006>

BRASIL. Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996. Regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 15 maio 1996. Seção 1, p. 8353.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário/ Secretaria de Desenvolvimento Territorial. MDA/SDT. **Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável do Território Chapada Diamantina – BA**. Bahia, 2010. Disponível em: [http://sit.mda.gov.br/download/ptdrs/ptdrs\\_qua\\_territorio031.pdf](http://sit.mda.gov.br/download/ptdrs/ptdrs_qua_territorio031.pdf). Acesso em: 24 de mar. de 2022.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA. Política Agrícola. **Café no Brasil**. 2018. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/politica-agricola/cafe/cafeicultura-brasileira>. Acesso em: 02 jan. 2022.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento- MAPA. **Mapa Interativo-Signos distintivos registrados e produtos potenciais**.2022. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/sustentabilidade/indicacao-geografica/mapa-interativo-1>. Acesso em: 12 jan. 2022.

BOAVENTURA, P. S. M.; ABDALLA, C. C.; ARAÚJO, C. L.; ARAKELIAN, J. S. Cocriação de valor na cadeia do café especial: O movimento da terceira onda do café. **RAE-Revista de Administração de Empresas**, [S. l.], v. 58, n. 3, p. 254–266, 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-759020180306>

CALDAS, A. S.; ARAÚJO, C. C.; COURRY, R. L. M. As Indicações Geográficas (IGs) como estratégia de Desenvolvimento Territorial: desafios e potencialidades no Distrito de Maragogipinho, Aratuípe, BA. **Revista de Desenvolvimento Econômico – RDE**, Salvador, BA, ano XIX, v. 3, n. 38, p. 81-108, dezembro de 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.21452/rde.v3i38.5032>

CEI, Leonardo; STEFANIA. Gianluca; DEFRANCESCOB. Edi; LOMBARDIA, Ginevra Virginia. Geographical indications: A first assessment of the impact on rural development in Italian NUTS3 regions. **Land Use Policy**, v. 75, pp. 620–630, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.landusepol.2018.01.023>

CONAB - COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO. **Boletim da safra de café**. 2022. Disponível em: <https://www.conab.gov.br/info-agro/safras/cafe/boletim-da-safra-de-cafe>. Acesso: 25 nov. 2022.

EMBRAPA - EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA. **Embrapa café. História.** Disponível em: <https://www.embrapa.br/cafe/historia>. Acesso em: 10 nov. 2021.

ICO – INTERNATIONAL COFFEE ORGANIZATION. **A história do café.** 2022. Disponível em: [https://www.ico.org/pt/coffee\\_storyp.asp](https://www.ico.org/pt/coffee_storyp.asp). Acesso em: 05 jan. 2022.

INPI - INSTITUTO NACIONAL DE PROPRIEDADE INDUSTRIAL. **Pedidos de Indicação Geográfica no Brasil.** 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/inpi/pt-br/servicos/indicacoes-geograficas/pedidos-de-indicacao-geografica-no-brasil>. Acesso em: 07 dez.2022.

ORIGIN - ORGANIZATION FOR AN INTERNATIONAL GEOGRAPHICAL INDICATIONS NETWORK. 2022. Disponível em: [https://www.origin-gi.com/worldwide-gi-compilation/?or-global\\_search&or-country\\_of\\_origin&or-world\\_regions&or-legal\\_protection&or-type\\_of\\_product=Food\\_Products\\_Coffee&or-product\\_tag&filters-submit=Filtro#038;or-country\\_of\\_origin&or-world\\_regions&or-legal\\_protection&or-type\\_of\\_product=Food\\_Products\\_Coffee&or-product\\_tag&filters-submit=Filtro](https://www.origin-gi.com/worldwide-gi-compilation/?or-global_search&or-country_of_origin&or-world_regions&or-legal_protection&or-type_of_product=Food_Products_Coffee&or-product_tag&filters-submit=Filtro#038;or-country_of_origin&or-world_regions&or-legal_protection&or-type_of_product=Food_Products_Coffee&or-product_tag&filters-submit=Filtro). Acesso em: 07 dez. 2022.

SEBRAE – SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. **Diagnóstico Potencial para Indicação Geográfica Piatã ou Chapada Diamantina para Café.** UNIDADE DE ACESSO A INOVAÇÃO E TECNOLOGIA – UAIT. Unidade Regional 08 – Irecê. 2017. 10 p.

SEBRAE – SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. Agência SEBRAE de Notícias. **Produtores da Chapada Diamantina buscam Identificação Geográfica para café da região.** 2018. Disponível em: <http://www.ba.agenciasebrae.com.br/sites/asn/uf/BA/produtores-da-chapada-diamantina-buscam-identificacao-geografica-para-cafe-da-regiao,dc130cb5bfab2610VqnVCM1000004c00210aRCRD>. Acesso em: 01 dez. 2022.

USDA - UNITED STATES DEPARTMENT OF AGRICULTURE. **Foreign Agricultural Service.** Dados e análises. Café: Mercados e Comércio Mundial. Disponível em: <https://www.fas.usda.gov/data/coffee-world-markets-and-trade>. Acesso em: 22 nov. 2022

**APÊNDICE A - Artigo publicado na Journal of Sustainable Development –  
Qualis A3 (2017-2020)**

**Coffee production and Geographical Indications (GI): An analysis of the world panorama and the Brazilian reality**

**Daliane T. Silva<sup>a,\*</sup>, Marcelo Silva<sup>a</sup>, Jerisnaldo Lopes<sup>a</sup>, Cleiton Braga<sup>a</sup>, Luís O. Martins<sup>b</sup>**

<sup>a</sup> *Federal Institute of Education, Science and Technology of Bahia, R. Emídio dos Santos, s/n, Barbalho, Salvador, BA, Brazil*

<sup>b</sup> *Center for Science and Technology in Energy and Sustainability, Federal University of Recôncavo da Bahia, Av. Centenário, 607, Feira de Santana, BA, Brazil*

**ABSTRACT**

Coffee cultivation is of great importance in the world economy. Due to consumers' demand for products with quality and geographic certification, the topic is relevant. The objective of this research is to portray the international and Brazilian scenario of the coffee production chain, based on production and Geographical Indications (GIs) for the product. The research is classified as exploratory and descriptive in relation to the approach, and as bibliographical and documental in relation to the means of investigation. It was found that the world's largest coffee producers are Brazil, Vietnam, Colombia and Indonesia. There was a reduction in world production for the 2021/22 crop, due to the low production of arabica coffee in Brazil, but for the 2022/23 crop an increase in this production is estimated. Most coffee producing countries follow specific legislation to protect Geographical Indications and others protect it through trademarks. In Brazil, the definition of GI is explained by its species, Indication of Origin (IO) and Denomination of Origin (DO). The Brazil is the second with the highest number of GIs for coffees in the world. El Salvador has a GI that represents the entire coffee value chain. Indonesia is the country with the highest number of GIs for coffees in the world and has state support for its promotion. Given this scenario, there is a need to develop public policies aimed at this product. It is indicated for future research the study of these policies and the performance of bodies responsible for the consolidation of GIs in their respective countries.

*Keywords:* Coffee growing; brands; Sui generis system.

**1. Introduction**

The coffee tree is an evergreen plant that has grown in tropical and subtropical regions. One hundred and Twenty-four coffee species have already been identified (Davis et al., 2011), but the two main ones commercialized worldwide are: *Coffea arabica* (arabica) e *Coffea*

---

\*Corresponding author.

*E-mail address:* daliane.economia@gmail.com (D. T. Silva), profmarceloifba@gmail.com (M. S. Santana), jerislopes@hotmail.com (J. M. Lopes), clayton\_bs@hotmail.com (C. B. Saldanha), luisoscar@ufrb.edu.br (L. O. S. Martins).

*canephora* (Robusta). These species differ in terms of agronomic, biochemical, and sensory aspects of the grain, the market, and the use of their products (Ferrão et al., 2019).

Arabica coffee originates from Ethiopia. It has its botanical classification in 1737 and adapted in cold climates (Ferrão et al., 2019). Its production suffers fluctuations due to climatic factors (Schroth et al., 2009; Zullo et al., 2011) and the biennial, defined by variation of years with high and low production (Carvalho et al., 2004). It has the following varieties: Bourbon, Catuaí, Catucaí, Icatu, Iapar 59, Mundo Novo, Obatã, Tupi, Topázio among others (Brazilian Service of Support for Micro and Small Enterprises [SEBRAE], 2013). It accounts for 53.34% of world coffee production (United States Department of Agriculture [USDA], 2022).

Robusta coffee originates from Guinea in the Congo Basin. It had its botanical classification in 1895-1897, with geographic distribution in the African continent (Ferrão et al., 2019), has greater heat tolerance (Bunn et al., 2015). Conilon is the most cultivated variety of this type of coffee, with the highest productivity potential (Busato, 2022; SEBRAE, 2013). It accounts for 46.66% of world coffee production (USDA, 2022).

Coffee is traded on the world's main future and commodity exchanges, such as New York and London. Its cultivation is of great importance in world economy, as its processing, trade, transport, and marketing generate millions of jobs for people around the world. This importance is crucial for the economies of many developing (Grüter et al., 2022).

Since the 1990s, new world behaviors emerged, demanding quantity and quality of food (Brazil Specialty Coffee Association [BSCA], 2021). During this period, Brazilian coffee sector experienced a deregulation process resulting from the extinction of the Brazilian Coffee Institute (IBC). This institute defined the policy for the sector, coordinated as well as controlled production and commercialization strategies both inside and outside the country. Additionally, it offered technical and economic assistance, along with promotion of study and research on coffee (Brazilian Agricultural Research Corporation [EMBRAPA], 2021).

This deregulation led to a new trend, the appreciation of products with peculiar attributes, both in terms of tangible and intangible aspects (Zylbersztajn et al., 2001). Modernization in coffee production systems and the adoption of innovative techniques had to be adopted based on efficient and quality production (Carvalho et al., 2020). Thus, coffees with superior quality started to have more attractive prices in both national and international market (Carvalho et al., 2011).

With more demanding consumers, coffee producers had to increase the added value of their product, with the production of special coffees with quality and geographic certifications, with new ways of selling the drink, and greater sensitivity regarding environmental sustainability (Borrella et al., 2015; Volsi et al., 2019) and social concern, such as conditions of labor used in production (Zylbersztajn et al., 2001).

Geographical Indications (GIs) seek to distinguish the geographical origin of a particular product or service (Ribeiro et al., 2020; Silva et al., 2022). They provide recognition and confidence about the origin of the product, standardization of production, and the possibility of inserting the territory in commercial competitiveness (Caldas et al., 2017).

GI in Brazil is recognized by the Industrial Property Law (Law nº 9.279,1996) (Valente et al., 2012) and standardized by the Brazilian National Institute of Industrial Property (INPI) and the Ministry of Agriculture, Livestock and Food Supply (MAPA) (Caldas, 2013). INPI is the responsible agent for analyzing the pertinence of the indication and carrying out the legal registration of GI (Law nº 9.279,1996) and MAPA encourages GI activities and actions for agricultural products (Ministry of Agriculture, Livestock and Food Supply [MAPA], 2017).

At the international level, GI is recognized by the TRIPS Agreement (Valente et al., 2012) and regulated by the World Trade Organization (WTO) and the World Intellectual Property Organization (WIPO) (Caldas, 2013).

On December 6, 2022, 126 GIs were registered for coffee in the world (Organization for an International Geographical Indications Network [ORIGIN], 2022a). Coffee production represented, in the 2021/2022 harvest, 167,134 million bags (60 kg). It is important to highlight that Brazil is the largest coffee producer in the world (USDA, 2022).

Given the importance of coffee cultivation for the world and Brazilian economy, this work addresses the world and Brazilian panorama of coffee production, relating it to climatic and fertilization conditions. It also considers how GIs for coffees are being protected worldwide, whether sui generis system or trademarks (registered, collective or certification marks).

Therefore, the research aims to answer the following question: How can climatic and fertilization factors affect world coffee production? And how are most producing countries protecting their coffee GIs?

Thus, the research aims to portray international and Brazilian scenario of the coffee production chain, based on the measurement of production and GIs for this agricultural product.

The article is structured in six sections, in addition to the introduction. The second section describes the methodology used in the work. The third section discusses GIs, their origins, and legal instruments at international and Brazilian levels. The fourth section, results and discussions, discuss the world and Brazilian coffee scenario and GIs. Finally, the research conclusions.

## **2. Methodology**

This research is classified as exploratory and descriptive in relation to the approach, and as bibliographical and documental in relation to the means of investigation. Bibliographical research allows a greater coverage of phenomena, it is supported by the contributions of several authors on the subject. Documentary research relies on material that have not yet received analytical treatment (Gil, 2012).

Information from different sources was used, such as books, dissertations, articles, reports, legislation, and institutional websites. Regarding the international and Brazilian panoramas for coffee and GIs, data from governmental and non-governmental bodies were used.

The research was divided into two phases. The first involved bibliographical research, prospected in the Scopus, Web of Science and Google Scholar databases, based on the keywords “Coffee” and “Geographical Indications”, without temporal delimitation. It was carried out with the contribution of several authors and legislation on the GI theme, its origin, and its legal instruments.

The second stage documental research was conducted, where information was extracted from the global panorama and Brazilian reality, as shown in Figure 1.

**Figure 1.**  
Stage of documentary research

Description	World Overview	Brazilian Overview
Identification of coffee production	Report “Coffee: World Markets and Trade” (USDA), of 06/23/2022 <sup>1</sup>	Bulletins of Monitoring of Coffee harvest (CONAB) <sup>2</sup>
Identification of quantity of coffee GIs	Organization for an International Geographical Indications Network (ORIGIN) In 12/06/2022	National Institute of Industrial Property (INPI) In 12/06/2022

For the world panorama, the number of GIs by continent, countries, and protected geographic name was analyzed. Thus, observations were made on sui generis protection or trademarks, based on an advanced search on the ORIGIN website, filtering by all countries, all legal protections, and Food Products/Coffee” for the type of product.

As for world production, information from Coffee Summary of the USDA “Coffee: World Markets and Trade<sup>7</sup>” report of 06/23/2022 was used.

<sup>7</sup> Available at governmental website of United States Department of Agriculture (USDA), observing the data of 2020/21, 2021/22 e 2022/23 harvests (estimative), verified at 12/06/2022.

For the Brazilian reality, in the quantification of GIs, the ORIGIN and INPI information on Indications of Origin and Denomination of Origin were verified. The protected geographical name, the year of registration, the municipalities involved and the specific characteristics of the coffees were observed.

CONAB bulletins<sup>8</sup> for 2021 and 2022 were used for Brazilian coffee production, observing the species and quantities produced in the country, the states, and the respective producing regions.

Excel tool of MS Office 2019 package was used to data tabulation, making it possible to analyze the results of this research and prepare the tables.

]

### **3. Geographical Indications: origins and international and Brazilian legal**

Although the use of the geographical name to indicate the quality of the product is outdated, the first intervention by the State regarding GI protection occurred in 1756 for Port Wine from Portugal (Cerdan et al., 2014).

Later, countries organized themselves to create a treaty that addressed other industrial property rights, and in March of 1883 the treaty of the Paris Convention for the Protection of Industrial Property was implemented (World Intellectual Property Organization [WIPO], 1998).

With insufficient protection for some of the signatory countries, a supplementary treaty was promoted to repress false indications of origin. In 1891, the Madrid Agreement was signed. The intention of the agreement was to guarantee a repression that produced more consistent effects against the use of misleading indications of origin. However, the number of countries that joined it was smaller than those that joined the Paris Convention for the Protection of Industrial Property (Cerdan et al., 2014).

As both agreements did not advance in protecting GIs, in 1958 the Lisbon Agreement was created, with the aim of protecting Denominations of Origin and their international Registration. However, adherence to the agreement by countries was very low, making it ineffective (Campinos, 2008).

In 1994, the Agreement on Trade-Related Aspects of Intellectual Property Rights (TRIPS) was approved. TRIPS is an agreement in which its members must protect or guarantee intellectual property in a minimum way possible and each one established the most effective forms of protection, not constituting an obstacle to trade. Some countries that adhered to it started creating and improving their internal legislation (Cerdan et al., 2014).

---

<sup>8</sup> Available at governmental website of National Supply Company (CONAB observing the data of 2020, 2021 e 2022 harvests, according to September 2022, bulletin (3° survey) and December 2021 (4° survey)).

The article 22 of TRIPS Agreement defines a GI as a product originating in the territory of a Member when a particular quality, reputation or other characteristic is attributable to its geographical origin (*Decree N° 1.355, 1994*).

Brazil adhered to the TRIPS Agreement, through *Decree N° 1,355 of December 30, 1994*. It occurred with the authorization of *Law N° 9,279 of May 14, 1996*, known as the Industrial Property Law (IPL), which deals with the protection of industrial property rights.

IPL establishes the general rules for the recognition of GI in articles 176 to 182 and defines the modalities of GI as: Indication of Origin (IO) and Denomination of Origin (DO), to designate products and services (*Law n° 9.279, 1996*).

The IO relates to the local name that has become known and the DO to the local name in which the characteristics or qualities are due to the geographic environment (Barbosa, 2003). In IO, what is important is the peculiarity with the quality of the product, whereas in DO, the physical, human, and cultural aspects of the environment where it was obtained or produced (Anjos, 2013).

The concept of IO refers to what had already been foreseen in the Industrial Property Code of 1971 and to article 22 of the TRIPS Agreement. The DO refers to what was established in Article 2 of the Lisbon Agreement (1958) and in the European Regulation ER 2081/1992 (Cabral, 2019).

There are other legal provisions that guide GI recognition requests in Brazil: *INPI Resolution n° 55 (2013)*; *Normative Instruction INPI n° 95 (2018)*; *INPI Resolution n° 233 (2019)*; *INPI Ordinance n° 415 (2020)*; and *INPI Ordinance n° 4 (2022)*<sup>9</sup>.

In 2021, *Ordinance n° 46 (2021)* was published, and established the Brazilian seals of GIs and provided for their purpose and use. For each GI species there is a specific IO and DO seal (Figure 2).

**Figure 2.**

Brazilian Seal for Denomination of Origin (DO) and Indication of Origin (IO)



<sup>9</sup> INPI Ordinance n° 4, of January 12, 2022, brought together IN n° 95/2018 and Ordinance n° 415/2020, and consolidates the normative acts that establish the conditions for the registration of Geographical Indications and that provide for the reception and the processing of requests and petitions and on the Geographical Indications Manual (*Ordinance n° 4, 2022*).



Source: Brazilian National Institute of Industrial Property [INPI] (2021b).

Producers who have Brazilian Geographical Indications registered with INPI can use the seal on their product packing free of charge (INPI, 2021a). The purpose of the seal is to identify products and services with high quality and national reputation and to contribute in promoting and valuing small businesses, the majority among GIs (SEBRAE, 2021).

Several countries recognize the GI as an element of distinction, identification, and excellence of products and legally protect it (Valente et al., 2012).

The European Union, for example, protects GIs through regulations: Regulation (EU) n° 1151/2012; Regulation (EU) n° 1308/2013; and Regulation (EU) 2019/787 (ORIGIN, 2022f).

Regulation (EU) n° 1151/2012 specifies that in Protected Designations of Origin (PDO) all production steps must be carried out inside the delimited geographical area, and the emphasis of the product is on quality and typicality; in the case of Protected Geographical Indication (PGI), at least one step must take place inside the demarcated region and the emphasis of the product is on the link between its reputation and geographical origin (Cabral, 2019). This regulation brought the mandatory use of symbols on the labeling of products produced in the European Union commercialized under PDO or PGI (Figure 3) (Soeiro, 2018).

**Figure 3.**

Community symbols (seals) for products with PDO or PGI produced in the European Union.



Source: Adapted from Soeiro (2018).

If the only ink colors used on the packaging are black and white, printing in this color is authorized (Soeiro, 2018).

## 4. Results and Discussions

### 4.1 World coffee scenario and Geographical Indications

In the 2021/22 harvest, the total world coffee production decreased by 5.2% when compared to the 2020/21 harvest. This occurred because of the low production of arabica coffee in Brazil, as the country faced adverse weather conditions and the physiological effects

of the negative biennial. The reduction was 12.4% for world production of arabica coffee, and as for Robusta coffee, an increase of 4.5% (Table 1) (USDA, 2022).

For the 2022/23 crop, the total world coffee production is estimated at 175 million bags (60kg), representing an increase of 4.7% when compared to the 2021/22 harvest (Table 1) (USDA, 2022). The reason for this increase is the estimative of greater production by Brazil, both due to the positive biennially of arabica coffee and the favorable climatic conditions in the Robusta coffee producing regions (Brainer, 2022).

**Table 1**

World production of green coffee (millions of 60 kg bags)

Coffee type	Production	Period		
		2020/21	2021/22	2022/23*
<b>Arabica</b>	Brazil	49,700	36,400	41,500
	Colombia	13,400	13,000	13,000
	Ethiopia	7,600	8,150	8,250
	Honduras	6,500	5,400	6,000
	Peru	3,369	4,200	4,200
	Guatemala	3,810	3,700	3,600
	México	3,095	3,300	3,300
	Nicaragua	2,485	2,680	2,680
	China	1,800	2,000	2,000
	Costa Rica	1,472	1,275	1,365
	Indonesia	1,300	1,280	1,350
	India	1,320	1,280	1,320
	Vietnam	950	1,100	1,100
	Uganda	730	950	900
	Papua New Guinea	650	700	750
	Other	3,596	3,734	3,689
	<b>Total</b>	<b>101,777</b>	<b>89,149</b>	<b>95,004</b>
<b>Robusta</b>	Vietnam	28,050	30,500	29,800
	Brazil	20,200	21,700	22,800
	Indonesia	9,400	9,300	10,000
	Uganda	5,900	5,300	5,750
	India	3,917	4,250	4,420
	Malaysia	2,000	2,000	2,000
	Ivory Coast	910	800	800
	Thailand	600	650	700
	Mexico	530	540	545
	Tanzania	650	550	525
	Other	2,427	2,395	2,606

<b>Total</b>	<b>74,584</b>	<b>77,985</b>	<b>79,946</b>
--------------	---------------	---------------	---------------

Graphic subtitle: (\*) Reports of June 23, 2022.  
Source: Adapted from Foreign Agricultural Service – FAS/USDA (2022).

The world's largest coffee producers are Brazil, Vietnam, Colombia and, Indonesia. These four countries together concentrate 67.8% of world production (USDA, 2022).

Brazil is the largest producer of arabica coffee and the second largest producer of Robusta coffee, totaling 34.8% in the 2021/22 harvest. There was a 26.8% drop in Brazilian arabica coffee production, while Robusta coffee production increased by 7.4% if compared to the 2020/21 harvest. For the 2022/23 harvest, an increase of 14% is estimated for arabica coffee and 5.06% for Robusta (USDA, 2022).

Vietnam is the second largest producer of coffee in the world and largest producer of Robusta coffee. For the 2021/22 harvest, production of Robusta increased by 8.73% over the previous period. For the 2022/23 harvest, a drop in this production is expected, as a result of the reduction in use of fertilizers in coffee plantations by producers, due to rising prices (Brainer, 2022; USDA, 2022).

Colombia is the world's third largest producer of coffee and the second largest producer of arabica coffee. For the 2021/22 harvest, arabica production was reduced by 2.98% compared to the previous harvest. For the 2022/23 harvest, production should remain unaffected because producers have restricted the use of fertilizers in coffee plantations, as the country is dependent on imported fertilizers, which have risen in prices (Brainer, 2022; USDA, 2022).

Indonesia is the fourth country in the world coffee production and third producer of Robusta coffee. For the 2021/22 harvest, production of Robusta coffee reduced by 1.06%. For the 2022/23 harvest, an increase of 7.52% is estimated (USDA, 2022).

In a global market context, with consumers increasingly looking for unique quality products, GIs bring beneficial effects to producers, consumers and local communities (Barjolle et al., 2017; Cei et al., 2018; ORIGIN, 2022b).

Worldwide, GIs are regulated by sui generis or trademarks. In sui generis system, laws are specifically designed to protect GIs. The legal effect is established from the registration, which is mandatory. In this system, protection is against direct commercial use of the GI (word for word). In trademarks system, the protection of GIs safeguards the protection of geographic names by trademarks, collective marks and certification marks based on private initiative. In countries that adopt this legislation, producers must pay attention to the periodic renewal of brands (generally every ten years) (ORIGIN, 2022c).

According to information from the Organization for an International Geographical Indications Network (ORIGIN) (2022a), the total GIs in the world for the agricultural product

coffee is a total of 126, with 56 GIs in Asia, 29 GIs in Central America, 27 GIs in South America, 9 GIs in North America and 5 GIs in Africa. The records were 108 GIs (sui generis), 16 GIs trademarks, 1 standard and labeling rules and 1 as others kind of records. Asia has all its GIs for coffee protected by the sui generis system. Central America has its GIs registered as follows: 23 GIs (sui generis), 4 GIs (brands), 1 standards and labeling rules and 1 as others kind of records. South America has 25 GIs (sui generis) and 2 GIs by brands. North America has 3 GIs (sui generis) and 6 GIs (brands) And Africa has 1 GI (sui generis) and 6 GIs (brands). (Figure 4).

**Figure 4.**  
Total GIs on the world scenario for coffee

Continent	GIs	Legal Protection
Africa	5	1 sui generis 4 trademarks
Asia	56	56 sui generis
Central America	29	23 sui generis 4 trademarks 1 other 1 standard and lable rules
South America	27	25 sui generis 2 trademarks
North America	9	6 trademarks 3 sui generis

Source: Authors based in data obtained at ORIGIN (2022a).

Indonesia is the country with the highest number of GIs (31) all by sui generis system (ORIGIN, 2022a). In the country, the Ministries of Justice, Agriculture, and Internal Affairs collaborate, since 2011, to promote the development of GIs. The State acts from the selection of candidate products for registration to the supervision of the implementation of the GI (Durand and Fournier, 2017).

Countries that registered their GIs by trademarks were United States (6 GIs), Ethiopia (3 GIs), Dominican Republic (2 GIs), Panama (2GIs), El Salvador (1GIs), Nicaragua (1GI) and Kenya (1 GIs) (ORIGIN, 2022a).

In the United States, GIs are protected as registered, as collective or certification marks, registered by the US Patent and Trademark Office (USPTO) or common law trademark (ORIGIN, 2022d).

In Kenya, GIs are registered as a collective or certification mark (Barjolle et al. 2017) by the African Regional Intellectual Property Organization (ARIPO), in accordance with the adoption of the Banjul Protocol on Trademarks (ORIGIN, 2022e).

In Ethiopia, GIs are protected as trademarks, as per *Council of Ministers Regulation n° 273/2012 of December 24, 2012, on Trademark Registration and Protection* (2012).

In El Salvador, GIs can be registered as trademarks, according to Art. 4° da of the *Law on Trademarks and Other Distinctive Signs (Modified by Legislative Decree n° 986 of March 17, 2006)* and as sui generis. GI Café de El Salvador is registered as “of others”, as it is a brand that represents the entire value chain of Salvadoran coffee cultivation and is part of the National Coffee Policy, whose objective is to benefit all actors in this production chain (Consejo Salvadoreño del Café, 2021).

In Panama, the protection of GIs is based on *Law n°35, of May 10, 1996, which provides for Industrial Property* (1996). The authority responsible for granting the registration of Denominations of Origins is the General Directorate of Industrial Property Registration of the Ministry of Commerce and Industries (DIGERPI).

In Nicaragua, with *Decree No. 25 of 2012 Reforms and Amendments to Decree No. 83 of 2001, provisions relating to trademarks became applicable to the registration of GIs* (2012). IG Café de Nicaragua was registered as “Standards and labeling rules”, as industrialized and green coffee are regulated by legislation (Decree No. 408 of 1958 and Technical Standard No. 03 025-03). Decree No. 408 of 1958 prohibits the sale or distribution of adulterated coffee, whether roasted, ground, powdered or liquid, when it is mixed with foreign matter (ICO, 2018). *Technical Standard Green Coffee No. 03 025-03* (2003) establishes the specifications, characteristics and analysis methods for the commercialization of coffee for exportation and at the national level for green coffee.

In the Dominican Republic, marks may consist of national or foreign Geographical Indications, according to Art. 72 and item II of *Law N° 20-00 of May 8, 2000 on Industrial Property* (2000). This is applicable only if there are sufficiently arbitrary and distinctive in relation to the products or services to which they apply, and that they do not create confusion as to the origin, source, qualities or characteristics of the products or services for the codes of use of the marks.

#### *4.2 Brazilian coffee scenario and Geographical Indications*

In Brazil, two types of coffee are cultivated, arabica and robusta (conilon). According to the National Supply Company (CONAB) (2022) the state of Minas Gerais has 4 coffee producing regions (South and Midwest; Triângulo, Alto Parnaíba and Northwest; Zona da Mata, Rio Doce and Central, North, Jequitinhonha and Mucuri) and the state of Bahia 3 regions (Cerrado, Atlantic and Planalto).

The states that produce arabica coffee are Amazonas; Bahia (Cerrado and Planalto); Goiás; Minas Gerais (South and Midwest; Triângulo, Alto Parnaíba and Northwest; Zona da Mata, Rio Doce and Central, North, Jequitinhonha and Mucuri); Espírito Santo; Rio de Janeiro; São Paulo, Paraná; Acre, Ceará; Pernambuco; Mato Grosso do Sul and Distrito Federal (National Supply Company [CONAB], 2022).

The states that produce robusta coffee are: Rondônia; Amazonas; Bahia (Atlantic); Mato Grosso; Minas Gerais (Zona da Mata, Rio Doce and Central, North, Jequitinhonha and Mucuri); Espírito Santo; Acre; and Ceará (CONAB, 2022).

According to CONAB Coffee Crop Bulletin, a total production of 50,380.5 thousand bags (60kg) of processed coffees estimated for the 2022 harvest, representing an increase of 5.6% in relation to the 2021 harvest, which presented reduction in production due to several producing regions facing physiological effects of the negative biennial and having adverse climatic conditions (long periods of drought and frost) (CONAB, 2022),

Arabica coffee production is estimated are 32,410.2 thousand bags (60kg) processed, equivalent to 64.33% of total Brazilian production, indicating an increase of 3.1% if compared to the 2021 harvest. (TABLE 2) (CONAB, 2022).

**Table 2.**

Arabica coffee production estimative for the 2020 to 2022 harvests in Brazil

Region/UF	ARABICA COFFEE PRODUCTION (thousand bags beneficiated)		
	Harvest 2020	Harvest 2021	Harvest 2022
<b>NORTH</b>	<b>30.6</b>	<b>30.6</b>	<b>30.6</b>
AM	30.6	30.6	30.6
<b>NORTHEAST</b>	<b>1,866.7</b>	<b>1,229.0</b>	<b>1,232.0</b>
BA	1,866.7	1,229.0	1,232.0
<i>Cerrado</i>	350.0	250.0	276.0
<i>Planalto</i>	1,516.7	979.0	956.0
<b>MIDWEST</b>	<b>247.8</b>	<b>231.6</b>	<b>280.0</b>
GO	247.8	231.6	280.0
<b>SOUTHEAST</b>	<b>45,654.0</b>	<b>29,036.9</b>	<b>30,282.0</b>
MG	34,337.3	21,858.9	21,750.0
<i>Sul e Centro-Oeste</i>	19,152.2	11,751.9	9,761.7
<i>Triângulo. Alto Paranaíba e Noroeste</i>	6,000.8	4,777.5	4,212.1
<i>Zona da Mata. Rio Doce e Central</i>	8,589.6	4,735.5	7,072.4
<i>Norte. Jequitinhonha e Mucuri</i>	594.7	594.0	704.8
ES	4,765.0	2,945.0	4,341.0
RJ	371.0	224.0	288.0
SP	6,180.7	4,009.0	3,903.0
<b>SOUTH</b>	<b>967.5</b>	<b>876.3</b>	<b>558.4</b>

PR	967.5	876.3	558.4
<b>OTHERS (*)</b>	<b>26.8</b>	<b>32.9</b>	<b>27.2</b>
<b>NORTH/NORTHEAST</b>	<b>1,866.7</b>	<b>1,259.6</b>	<b>1,262.6</b>
<b>MIDSOUTH</b>	<b>46,843.7</b>	<b>30,144.8</b>	<b>31,410.2</b>
<b>BRAZIL</b>	<b>48,737.2</b>	<b>31,437.3</b>	<b>32,410.2</b>

Subtitles: (\*) Acre, Amazonas, Ceará, Pernambuco, Mato Grosso do Sul and Distrito Federal.  
Source: Adapted from CONAB (2022).

Robusta coffee (conilon) production is estimated at 17,970.3 thousand bags, equivalent to 36.67% of total Brazilian production, showing an increase of 10.3% when compared to the 2021 harvest (Table 3). This increase is due to the fact that there were good temperatures and adequate precipitation in crucial phenological stages of the crop (CONAB, 2022).

**Table 3.**

Conilon coffee production estimate for the 2020 to 2022 harvests in Brazil

REGION/UF	CONILON COFFEE PRODUCTION (thousand bags beneficiated)		
	Harvest 2020	Harvest 2021	Harvest 2022
<b>NORTH</b>	<b>2,489.6</b>	<b>2,307.7</b>	<b>2,845.1</b>
RO	2,444.9	2,263.1	2,800.5
AM	44.7	44.6	44.6
<b>NORTHEAST</b>	<b>2,120.0</b>	<b>2,240.0</b>	<b>2,333.0</b>
BA	2,120.0	2,240.0	2,333.0
<i>Atlântico</i>	2,120.0	2,240.0	2,333.0
<b>MIDWEST</b>	<b>158.4</b>	<b>194.2</b>	<b>227.9</b>
MT	157.1	194.2	227.9
<b>SOUTHEAST</b>	<b>9,502.8</b>	<b>11,504.4</b>	<b>12,517.1</b>
MG	309.8	283.4	283.1
<i>Zona da Mata. Rio Doce e Central</i>	201.4	184.2	184.0
<i>Norte. Jequitinhonha e Mucuri</i>	108.4	99.2	99.1
ES	9.2	11,221.0	12,234.0
<b>OTHERS (*)</b>	<b>40.0</b>	<b>46.2</b>	<b>47.2</b>
<b>NORTH/NORTHEAST</b>	<b>4,609.6</b>	<b>4,547.7</b>	<b>5,178.1</b>
<b>MIDSOUTH</b>	<b>9,661.2</b>	<b>11,698.6</b>	<b>12,745.0</b>
<b>BRAZIL</b>	<b>14,310.8</b>	<b>16,292.5</b>	<b>17,970.3</b>

Subtitles: (\*) Acre and Ceará.

Source: Adapted from CONAB (2022).

The largest coffee producing state in Brazil is Minas Gerais, with total production estimated at 22,033.1 thousand bags, in the 2022 harvest, accounting for 43.73% of Brazilian production. The second is Espírito Santo, with 16,575 thousand bags produced, representing 32.9% of production (CONAB, 2022).

Leadership in coffee production in Minas Gerais began in the 1970s (Santos et al., 2009). During this period, the IBC proposed the Plan for Renewal and Reinvigoration of Coffee Fields (PRRC), with the aim of expanding coffee production capacity, since the largest producing states at the time, São Paulo and Paraná, faced climatic adversities (frosts), compromising Brazilian production. With government subsidies for the installation and expansion of the productive area, coffee expansion took place in Minas Gerais state (Vale, 2014).

Since then, Minas Gerais has shown greater productivity in relation to other producing states, as a result of efforts made from research, technology transfer and the region's natural aptitude, related to climate conditions, terrain and soil varieties (Peregrini and Simões, 2011). Currently, the state accounts for 45,109 coffee growers spread across 451 municipalities and productive area of approximately 1.3 million hectares for coffee cultivation, being the main agricultural export product (Agência Minas, 2022).

The state of Espírito Santo occupies first place in the ranking of Brazilian production of conilon coffee and third in the production of arabica coffee. Coffee growing is the main agricultural activity of Espírito Santo, developed in almost all municipalities, with the participation of 131,000 producing families (State by the Capixaba Institute for Research, Technical Assistance and Rural Extension [INCAPER], 2022).

Programs to increase productivity and improve the final quality of the product are carried out in the State by the Capixaba Institute for Research, Technical Assistance and Rural Extension (INCAPER). This institute promotes various educational, technological, training, and structuring actions, aimed at producing excellent coffee in the State. In 2008, Renovar Café Arabica program was announced, with the objective of renewing and reinvigorating the coffee park by adopting current technological bases. In 2012, the Renova Sul Conilon program was launched, with the same goal as the previous program, but the focus was on contributing to sustainable development in the State (Frederico, 2013; INCAPER, 2022).

The coffee production chain is extremely important for the Brazilian economy, as it has been the country's export agenda for years. With more demanding consumers (Pires et al., 2003), who value the origin and quality of the product, producers have been improving their production to reach the new special coffee market (Giesbrecht et al., 2014). As a result, they are obtaining GI recognition for their products, which add value and identify the characteristics of the producing region (EMBRAPA, 2021).

Coffee is the largest agricultural product with GI records at the INPI. On December 6, 2022, 100 Brazilian Geographical Indication were registered at the INPI, with 24 DOs and 76 IOs. Of this total, 14 GIs refers to coffee, 9 IOs and 5 DOs. (INPI, 2022) (Figure 5).



The first GI recognized for coffee was in 2005, the IO Região do Cerrado Mineiro (IG990001). In 2014, the region was also recognized as the first Brazilian DO for coffee, DO Região do Cerrado Mineiro (IG2010111). Coffee produced in regions with GI have unique attributes in relation to the production method, quality from cultivation, harvest, appearance of the grain, origin, type of preparation, variety and built history (INPI, 2022).

**Figure 5.**  
Brazilian Geographical Indications for coffee registered with the INPI

Geographical Indication	Species/Year of Register	State	Total of Municipalities	Coffee Variety	Characteristics
Alta Mogiana	IO/2013	SP	15	arabica coffee	Coffee with a velvety body and creamy; Strong and fruity aroma with soft notes of chocolate and nuts; medium and balanced acidity
Campo das Vertentes	IO/2020	MG	17	arabica coffee	Sweet coffee, with balanced body and notes of chocolate and nuts
Caparaó	DO/2021	ES, MG	16	arabica coffee	Balanced coffee, between acidity, aroma and sweetness
Espirito Santo	IO/2021	ES	78	Conilon coffee	Coffee with a creamy body, modulated acidity with smooth finish; intense aromas and flavors
Mantiqueira de Minas	DO/2020	MG	25	arabica coffee	Sweet and light coffee with citrus acidity. Favorable <i>terroir</i> to the production of special coffees
Matas de Minas	IO/2020	MG	64	arabica coffee	Recognition for the production of special coffees production
Matas de Rondônia	DO/2021	RO	15	Robusta's Amazonia's	Full bodied coffee and Sweet with chocolate, wood, fruit, spice and herbaceous aromas
Montanhas do Espírito Santo	DO/2021	ES	16	arabica coffee	Coffee with chocolate, sugar cane, red fruits and caramel aromas and a light flavor and medium finish
Norte Pioneiro do Paraná	IO/2012	PR	45	arabica coffee	Sweet coffee with a creamy body, pleasant citrus acidity, aroma ranging from chocolate, caramel, floral citric fruits and fruity
Oeste da Bahia	IO/2019	BA	11	arabica coffee	Coffee with a pleasant flavor, with good aroma and fragrance, slightly fruity and floral with excellent sweetness and good acidity
Região de Pinhal	IO/2016	SP	7	arabica coffee	Balanced coffee between body, acidity, sweetness, with intense aroma and long finish
Região do Cerrado Mineiro	DO/2014 e IO/2005	MG	55	arabica coffee	Coffee with intense aromas ranging from caramel to nuts, with a delicate acidity and long duration
Região de Garça	IO/2022	SP	15	arabica coffee	Coffee with dark chocolate, hazelnut, almond and chestnuts notes, sometimes floral and fruity with light citric acidity

Adapted from MAPA (2021).

## 5. Conclusion

Given the importance of coffee cultivation for both the world and Brazilian economy, this study aimed to verify international and Brazilian scenario for the coffee cultivation, based on production and Geographical Indications of the product.

Brazil is the world's largest coffee producer and second in terms of quantities of GIs. The state of Minas Gerais is ranked first in coffee production and in the number of GIs for the product in the country, followed by Espírito Santo. According to Law nº 9.279/1996, GI is used to designate products and services, and uses the IO or DO species for this definition.

In the European Union, the concept of GI is defined by Regulation (EU) nº 1151/2012 as: IGP, in which at least one production step must take place in an outlined region and the emphasis of the product is on the link between its reputation and geographical origin; and PDO, in which all stages of fabrication of the product must be carried out within the delimited geographical area, and the emphasis is on quality and typicality.

It was observed that two most commercialized types of coffee in the world are arabica and Robusta. World production showed a reduction for the 2021/22 harvest, due to the low production of arabica coffee in Brazil, because of adverse weather conditions and physiological effects of the negative biennial. For the 2022/23 harvest, an increase is estimated, as Brazil had favorable weather conditions in Robusta coffee producing regions and production is in positive biennial period.

Most coffee-producing countries follow specific legislation to protect GIs (*sui generis* system), but there are those that protect them through trademarks (registered, collective or certification marks).

In El Salvador, a brand represents the entire coffee value chain in the country and benefits all actor in that chain.

In Nicaragua, GI is registered in a unique way, as "Standard and labeling rules", through legislation and regulations on the commercialization of industrialized and green coffee.

Indonesia is the country with the highest number of GI for coffee in the world, it is the third producer of Robusta and has the State's role in the development of GIs.

Given this scenario, there is need to develop public policies aimed at the Geographical Indications of coffee in the world and in Brazil. It is indicated for future research the study of these policies and the performance of bodies responsible for the consolidation of GIs in their respective countries.

### **Author contribution**

Conceptualization, D.S, M.S; methodology, D.S, M.S, L.O.M; investigation D.S, M.S; writing-original draft preparation, D. S.; writing-review and editing D.S, M.S, L.O.M, C.S. and J.L;

visualization and supervision, D.S, M.S, L.O.M, C.S. and J.L. All authors have read and agreed to the published version of the manuscript.

### **Funding**

This research received no external funding.

### **Institutional Review Board Statement**

Not applicable.

### **Informed Consent Statement**

Not applicable.

### **Data Availability**

Not applicable.

### **Conflicts of interest**

The authors declare no conflicts of interest.

### **References**

- Agência Minas, 2022. Maior produtor do mundo, Minas Gerais é protagonista no Dia Mundial do Café. Website: <https://www.agenciaminas.mg.gov.br/noticia/maior-produtor-do-mundo-minas-gerais-e-protagonista-no-dia-mundial-do-cafe>. (Accessed on: 25.04.2022).
- Anjos, F. S.; Criado, E. A. Caldas, N. V, 2013. Geographical indications, identity and development: a dialogue between the European and Brazilian reality. *Dados: Revista de Ciências Sociais*. 56 (1), 207-236. <https://doi.org/10.1590/S0011-52582013000100009>
- Barbosa, D. B., 2003. *Uma introdução à propriedade intelectual: introdução, aspectos constitucionais, direito internacional, teoria da concorrência, patentes, segredo industrial, cultivares, topografia de semicondutores, proteção de conhecimento e criações tradicionais, conceito de propriedade industrial e transferência de tecnologia*. 2.ed. Lumens Júris.
- Barjolle, D.; Quin~ Ones-Ruiz; X. F.; Bagal, M.; Comoe, H., 2017. The Role of the State for Geographical Indications of Coffee: Case Studies from Colombia and Kenya. *World Development*, (98), 105–119. <https://doi.org/10.1016/j.worlddev.2016.12.006>
- Borrella, I.; Mataix, C.; Carrasco-Gallego, R., 2015. Smallholder farmers in the speciality coffee industry: opportunities, constraints and the businesses that are making it possible. *IDS Bulletin*, Brighton, v. 46, n. 3, p. 29-44. <https://doi.org/10.1111/1759-5436.12142>

- Brainer, M. S. C. P., 2022. Agropecuária: Café. Fortaleza: BNB, ano 7, n. 245, set. (Caderno Setorial Etene). [https://www.bnb.gov.br/s482-dspace/bitstream/123456789/1439/1/2022\\_CDS\\_245.pdf](https://www.bnb.gov.br/s482-dspace/bitstream/123456789/1439/1/2022_CDS_245.pdf)
- BSCA. Brazil Specialty Coffee Association, 2021. A BSCA. Website: <https://bsca.com.br/ab-sca>. (Accessed on: 24.11. 2021).
- Bunn, C., Läderach, P., Ovalle Rivera, O. Kirschke, D., 2015. A bitter cup: climate change profile of global production of Arabica and Robusta coffee. *Climatic Change*. 129 , 89–101. <https://doi.org/10.1007/s10584-014-1306-x>
- Busato, C.; Reis, E. F.; Oliveira, M. G.; Garcia, G. O.; Busato, C. C. M.; Partelli, F. L., 2022. Different nitrogen levels on vegetative growth and yield of conilon coffee (*Coffea canephora*). *Ciência Rural*. 52 (12). <https://doi.org/10.1590/0103-8478cr20200770>.
- Cabral, D. H. Q., 2019. Análise comparativa dos sistemas de proteção dos nomes de origem no Brasil e na França. *Desenvolvimento Regional em debate, [S. l.]* 9, (2), 184–202. <https://doi.org/10.24302/drd.v9iEd.esp.2.2422>
- Caldas, A. S., 2013. Indicações Geográficas: marco regulatório e distribuição espacial. In: Caldas, A. S; Brito, C.; Fonseca, A. A. M.; Pertile, N. (Org.). *Gestão do Território e Desenvolvimento: novos olhares e tendências*. Salvador: JM, v. 1, 127-152.
- Caldas, A. S.; Araújo, C. C.; Coury, R. L. M., 2017. As Indicações Geográficas (IGs) como estratégia de Desenvolvimento Territorial: desafios e potencialidades no Distrito de Maragogipinho, Aratuípe, BA. *Revista de Desenvolvimento Econômico*, Salvador, BA, ano XIX, v. 3, n. 38, p. 81-108, dezembro. <http://dx.doi.org/10.21452/rde.v3i38.5032>
- Campinos, A., 2008. O sistema de Lisboa: para onde ir? In: Fórum sobre indicações geográficas e denominações de origem. WIPO (org.). Lisboa, Portugal. Website: [https://www.wipo.int/meetings/en/doc\\_details.jsp?doc\\_id=113112](https://www.wipo.int/meetings/en/doc_details.jsp?doc_id=113112). (Accessed on: 09.01. 2022).
- Carvalho, G. R.; Rezende, J. C.; Botelho, C. E.; Ferreira, A. D.; Pereira, A. A.; Oliveira, A. C. B., 2011. Melhoramento genético do café visando à qualidade de bebida. *Informe Agropecuário*, v. 32, n. 261, mar./abr., 30-38.
- Carvalho, J. P.; Arevalo, J. L. S.; Passador, J. L., 2020. Interfaces and changes in the institutionalization process of special coffee in Brazil. *Gestão & Produção*, 27(2), e4751. <https://doi.org/10.1590/0104-530X4751-20>
- Carvalho, L. G.; Sedyama, G. C.; Cecon, P. R.; Alves, H. M. R., 2004. A regression model to predict coffee productivity in Southern Minas Gerais, Brazil. *Revista Brasileira de Engenharia Agrícola e Ambiental*, Campina Grande, 8, (2-3), dec.204-211. <https://doi.org/10.1590/S1415-43662004000200007>
- Cei, L.; Stefani, G.; Defrancesco, E.; Lombardi, G. V., 2018. Geographical indications: A first assessment of the impact on rural development in Italian NUTS3 regions. *Land Use Policy*, 75, 620–630. <https://doi.org/10.1016/j.landusepol.2018.01.023>
- Cerdan, C. M. T.; Bruch, K. L.; Silva, A. L.; Copetti, M.; Fávero, K. C.; Locatelli, L., 2014. Indicação geográfica de produtos agropecuários: importância histórica e atual. In: Pimentel, L. O. (Org.). *Curso de propriedade intelectual e inovação no agronegócio*.

4. ed. Florianópolis. Módulo II – Indicação Geográfica. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. 415p.

- CONAB. National Supply Company, 2022. Boletim da safra de café. Website: <https://www.conab.gov.br/info-agro/safras/cafe/boletim-da-safra-de-cafe>. (Accessed on: 26.12.2022).
- Consejo Salvadoreño del Café, 2021. Lanzamiento oficial de la marca Café de el Salvador. Website: <http://www.csc.gob.sv/lanzamiento-oficial-de-la-marca-cafe-de-el-salvador/>. (Accessed on: 14.04.2022).
- Council of ministers regulation n° 273/2012 of december 24, 2012 on trademark registration and protection. <https://wipolex.wipo.int/en/text/282192>
- Davis, A. P.; Tosh, J.; Ruch, N.; Fay, M. F., 2011. Growing coffee: *Psilanthus* (Rubiaceae) subsumed on the basis of molecular and morphological data; implications for the size, morphology, distribution and evolutionary history of *Coffea*. *Botanical Journal of the Linnean Society*, 167 (4), 357-377. <https://doi.org/10.1111/j.1095-8339.2011.01177.x>
- Decree n° 1.355,1994. (30 de Dezembro de 1994). Promulga a Ata Final que Incorpora os Resultados da Rodada Uruguai de Negociações Comerciais Multilaterais do GATT. Acordo TRIPS. 1994. <http://www.inpi.gov.br/legislacao-1/27-trips-portugues1.pdf>
- Decree N°. 25 of 2012 Reforms and Amendments to Decree No. 83 of 2001, provisions relating to trademarks became applicable to the registration of GIs (2012). <https://wipolex.wipo.int/en/text/497170>
- Durand, C.; Fournier, S., 2017. Can Geographical Indications Modernize Indonesian and Vietnamese Agriculture? Analyzing the Role of National and Local Governments and Producers' Strategies. *World Development*. 98, 93-104. <https://doi.org/10.1016/j.worlddev.2015.11.022>
- EMBRAPA. Brazilian Agricultural Research Corporation, 2021. Website: <https://www.embrapa.br/cafe/historia>. (Accessed on: 10.11.2021).
- Ferrão, R. G.; Fonseca, A. F. A.; Ferrão, M. A. G.; Muner, L. H., 2019. *Coffea Canephora*. In: Ferrão, R. G.; Fonseca, A. F. A.; Ferrão, M. A. G.; MUNER, L. H. *Conilon Coffee*. 3.ed. Vitória: INCAPER.
- Frederico, S., 2013. Global scientific coffee growing and the montanhas Capixabas: the production of arabic coffee growing in Caparaó and Serrana regions of the Espírito Santo state (Brazil). *Revista Sociedade & Natureza*. 25(1): 7–20. <https://doi.org/10.1590/S1982-45132013000100002>
- Giesbrecht, H. O.; Minas, R. B. A.; Gonçalves, M. F. W.; Schwanke, F. H., 2014. Indicações geográficas brasileiras. Brasília: SEBRAE, INPI, 2014, 264 p.
- Gil, A. C., 2012. Como elaborar projetos de pesquisa. 4ª. ed. São Paulo: Editora Atlas.
- Grüter, R; Trachsel, T.; Laube, P.; Jaisli, I., 2022. Adequação global esperada de café, caju e abacate devido às mudanças climáticas. *PLOS ONE*. 17(1): e0261976. <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0261976>

- ICO. International Coffee Organization, 2018. Website: <http://www.ico.org/documents/cy2017-18/icc-122-7p-mixtures-substitutes.pdf>. (Accessed on: 19.04. 2022).
- INCAPER. State by the Capixaba Institute for Research, Technical Assistance and Rural Extension, 2022. Website: <https://incaper.es.gov.br/cafeicultura>. (Accessed on: 20.04.2022).
- INPI. National Institute of Industrial Property, 2021a. Instituídos os selos brasileiros de indicações geográficas. Website: <https://www.gov.br/pt-br/propriedade-intelectual/noticias/2021/10/instituidos-os-selos-brasileiros-de-indicacoes-geograficas>. (Accessed on: 28.12.2022).
- INPI. National Institute of Industrial Property, 2021b. Manual de Identidade Visual e Uso dos Selos Brasileiros de Indicações Geográficas. Website: [https://www.gov.br/inpi/pt-br/servicos/indicacoes-geograficas/arquivos/legislacao-ig/manual\\_identidade\\_visual\\_selos\\_upt.pdf](https://www.gov.br/inpi/pt-br/servicos/indicacoes-geograficas/arquivos/legislacao-ig/manual_identidade_visual_selos_upt.pdf). (Accessed on : 28.12.2022).
- INPI. National Institute of Industrial Property, 2022. Pedidos de Indicação Geográfica no Brasil. Website: <https://www.gov.br/inpi/pt-br/servicos/indicacoes-geograficas/pedidos-de-indicacao-geografica-no-brasil>. (Accessed on: 25.11.2022).
- INPI Ordinance nº 4 (12 de janeiro de 2022). Diário Oficial da União. Publicado em 25/01/2022, ed. 17, seção 1, página 40. <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria/inpi/pr-n-4-de-12-de-janeiro-de-2022-375778644>
- INPI Ordinance nº 415 (24 de dezembro de 2020). Institui a 1ª Edição do Manual de Indicações Geográficas. [https://www.gov.br/inpi/pt-br/servicos/indicacoes-geograficas/arquivos/legislacao-ig/Portaria\\_INPI\\_PR\\_4152020.pdf](https://www.gov.br/inpi/pt-br/servicos/indicacoes-geograficas/arquivos/legislacao-ig/Portaria_INPI_PR_4152020.pdf)
- INPI Resolution nº 55/2013. Dispõe sobre o depósito dos pedidos de registro de desenho industrial e dos pedidos de registro de indicação geográfica e dos procedimentos relativos a numeração destes pedidos. [https://www.gov.br/inpi/pt-br/servicos/desenhos-industriais/arquivos/legislacao-di/resolucao\\_55-2013.pdf](https://www.gov.br/inpi/pt-br/servicos/desenhos-industriais/arquivos/legislacao-di/resolucao_55-2013.pdf)
- Law Nº 20-00 (May 8, 2000). Industrial Property. <https://wipolex.wipo.int/en/text/229272>.
- Law nº 9.279 (14 of May 1996). Regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 15 maio 1996. Seção 1, p. 8353. [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19279.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19279.htm)
- Law nº35 (May 10, 1996). Which provides for Industrial Property. <https://wipolex.wipo.int/en/text/129260>
- Law on Trademarks and Other Distinctive Signs (Modified by Legislative Decree nº 986 of March 17, 2006). <https://wipolex.wipo.int/en/text/492403>
- Ministry of Agriculture, Livestock and Food Supply, 2017. Política Agrícola. Café no Brasil. Website: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/politica-agricola/cafe/cafeicultura-brasileira>.(Accessed on: 02.01.2022).
- Ministry of Agriculture, Livestock and Food Supply, 2021. No dia Internacional do café, conheça tipos únicos da bebida. Website: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/noticias/dia-internacional-do-cafe>. (Accessed on: 24.10.2021).

- Normative Instruction INPI nº 95 (December 28, 2018). Estabelece as condições para o registro das Indicações Geográficas. Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços. <https://www.gov.br/inpi/pt-br/backup/centrais-de-conteudo/legislacao/IN0952018.pdf>
- Ordinance nº 46 (14 de outubro de 2021). Institui os Selos Brasileiros de Indicações Geográficas e dispõe sobre sua finalidade, direito de uso e formas de utilização. [http://manualdeig.inpi.gov.br/attachments/download/2885/PORT\\_INPI\\_PR\\_046\\_2021.pdf](http://manualdeig.inpi.gov.br/attachments/download/2885/PORT_INPI_PR_046_2021.pdf)
- ORIGIN. Organization for an International Geographical Indications Network. 2022a. Website: [https://www.origin-gi.com/worldwide-gi-compilation/?or-global\\_search&or-country\\_of\\_origin&or-world\\_regions&or-legal\\_protection&or-type\\_of\\_product=Food\\_Products\\_Coffee&or-product\\_tag&filters-submit=Filtro#038;or-country\\_of\\_origin&or-world\\_regions&or-legal\\_protection&or-type\\_of\\_product=Food\\_Products\\_Coffee&or-product\\_tag&filters-submit=Filtro](https://www.origin-gi.com/worldwide-gi-compilation/?or-global_search&or-country_of_origin&or-world_regions&or-legal_protection&or-type_of_product=Food_Products_Coffee&or-product_tag&filters-submit=Filtro#038;or-country_of_origin&or-world_regions&or-legal_protection&or-type_of_product=Food_Products_Coffee&or-product_tag&filters-submit=Filtro). (Accessed on: 22.11.2022).
- ORIGIN. Organization for an International Geographical Indications Network. 2022b. GIs: A Tool for Development. Website: [https://www.origin-gi.com/web\\_articles/gis-a-tool-for-development-en-gb-4/](https://www.origin-gi.com/web_articles/gis-a-tool-for-development-en-gb-4/). (Accessed on: 19.01.2022).
- ORIGIN. Organization for an International Geographical Indications Network. 2022c. Legal Systems to Protect GIs. Website: [https://www.origin-gi.com/web\\_articles/legal-systems-to-protect-geographical-indications-en-gb-4/](https://www.origin-gi.com/web_articles/legal-systems-to-protect-geographical-indications-en-gb-4/). (Accessed on: 22.04.2022).
- ORIGIN. Organization for an International Geographical Indications Network. 2022d. GI Protection in North America. Website: [https://www.origin-gi.com/web\\_articles/gi-protection-in-north-america/](https://www.origin-gi.com/web_articles/gi-protection-in-north-america/). (Accessed on: 14.04.2022).
- ORIGIN. Organization for an International Geographical Indications Network. 2022e. GI Protection in Africa. Website: [https://www.origin-gi.com/web\\_articles/gi-protection-in-africa-en-gb-4/](https://www.origin-gi.com/web_articles/gi-protection-in-africa-en-gb-4/). (Accessed on: 14.04.2022).
- ORIGIN. Organization for an International Geographical Indications Network. 2022f. GI Protection in Europe. Website: [https://www.origin-gi.com/web\\_articles/gi-protection-in-europe-en-gb-4/](https://www.origin-gi.com/web_articles/gi-protection-in-europe-en-gb-4/). (Accessed on: 14.04.2022).
- Peregrini, D. F; Simões, J. C., 2011. Desempenho e problemas da cafeicultura no Estado de Minas Gerais: 1934 a 2009. *Revista Campo-Território*. 6 (12). <https://doi.org/10.14393/RCT61212095>
- Pires, M. M.; Campos, A. C.; Braga, M. J.; Rufino, J. L. S., 2003. Impacto do crescimento do consumo de cafés especiais na competitividade inter-regional da atividade cafeeira. *Revista de Economia e Sociologia Rural*. 41(3): 53–71. <https://doi.org/10.1590/S0103-20032003000300003>
- Ribeiro, N. M. ; Oliveira, M. A. R.; Silva, M. S., 2020. Oportunidades e Entraves Para a Proteção por Indicação de Procedência para os Biscoitos Artesanais de Vitória da Conquista-BA. *Revista do Desenvolvimento Regional*. 25, 2592-2615. <https://doi.org/10.17058/redes.v25i0.15115>



- Santos, V. E.; Gomes, M. F. M.; Braga, M. J.; Silveira, S. F. R., 2009. Análise do setor de produção e processamento de café em Minas Gerais: uma abordagem da matriz insumo-produto. *Revista de Economia e Sociologia Rural*. 47(2): 363–388.  
<https://doi.org/10.1590/S0103-20032009000200003>
- Schroth, G.; Laderach, P.; Dempewolf, J. et al., 2009. Towards a climate change adaptation strategy for coffee communities and ecosystems in the Sierra Madre de Chiapas, Mexico. *Mitigation and Adaptation Strategies for Global Change*. 14, 605–625.  
<https://doi.org/10.1007/s11027-009-9186-5>
- SEBRAE. Brazilian Service of Support for Micro and Small Enterprises, 2013. Informações de mercado sobre Café Gourmet e Orgânico. Série estudos mercadológicos. 138 p.
- SEBRAE. Brazilian Service of Support for Micro and Small Enterprises, 2021. Agência SEBRAE de Notícias. Brasil lança oficialmente os selos nacionais de Indicações Geográficas. Website: <https://www.agenciasebrae.com.br/sites/asn/uf/NA/brasil-lanca-oficialmente-os-selos-nacionais-de-indicacoes-geograficas,8e4a4891dcf8d710VgnVCM100000d701210aRCRD>. (Accessed on: 10.03.2022).
- Silva, K. F., Lima, A. F., Silva, M. S., 2022. Potencialidade de Indicação Geográfica do licuri do semiárido baiano sob a ótica do Círculo Virtuoso da Qualidade. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, [S. l.], 18 (1).  
<https://doi.org/10.54399/rbgdr.v18i1.6291>.
- Soeiro, A, 2018. Estudo sobre a viabilidade de utilização de um símbolo (selo) único para IGs brasileiras. In: Diálogos União Europeia – Brasil. <https://datasebrae.com.br/wp-content/uploads/2018/08/Ana-Soeiro.pdf>
- Technical Standard Green Coffee No. 03 025-03, 2003.  
<http://legislacion.asamblea.gob.ni/normaweb.nsf/fb812bd5a06244ba062568a30051ce81/3b18bf362633187c062572dc006fa835?opendocument>
- USDA. United States Department of Agriculture, 2022. Foreign Agricultural Service. Dados e análises. Café: Mercados e Comércio Mundial. <https://www.fas.usda.gov/data/coffee-world-markets-and-trade>
- Vale, A. R.; Calderaro, R. A. P.; Fagundes, F. N., 2014. A cafeicultura em Minas Gerais: estudo comparativo entre as regiões Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba e Sul/Sudoeste. *Revista Campo-Território*. 9 (18).  
<https://doi.org/10.14393/RCT91826933>
- Valente, M. E.; Perez, R.; Ramos, A. M.; Chaves, J. B. P., 2012. Geographical indication of food and beverages in Brazil and European Union. *Ciência Rural*. 423, 551-558.  
<https://doi.org/10.1590/S0103-84782012000300027>
- Volsi, B.; Telles, T. S.; Caldarelli, C. E.; Camara, M. R.G., 2019. The dynamics of coffee production in Brazil. *PLOS ONE*. 14 (7), 1-15.  
<https://doi.org/10.1371/journal.pone.0219742>
- WIPO. World Intellectual Property Organization, 1998. Convenção de Paris para a Proteção da Propriedade Industrial. Texto oficial português, Genebra.  
[https://www.wipo.int/edocs/pubdocs/pt/wipo\\_pub\\_201.pdf](https://www.wipo.int/edocs/pubdocs/pt/wipo_pub_201.pdf)

Zullo Jr., J.; Pinto, H. S.; Assad, E. D.; Ávila, A. M. H., 2011. Potential for growing Arabica coffee in the extreme south of Brazil in a warmer world. *Climatic Change*. 109, 535–548. <https://doi.org/10.1007/s10584-011-0058-0>

Zylbersztajn, D.; Farina, E. M. M. Q.; Saes, M. S. M.; Souza, M. C. M., 2001. Diagnóstico sobre o sistema agroindustrial de cafés especiais e qualidade superior do estado de Minas Gerais. São Paulo: SEBRAE.  
[http://www.fundacaofia.com.br/pensa/anexos/biblioteca/632007155943\\_.pdf](http://www.fundacaofia.com.br/pensa/anexos/biblioteca/632007155943_.pdf)

## APÊNDICE B - Artigo submetido à Revista Mercator – Qualis A1

### Promotion of the Bahia Produtiva Project for the coffee production chain in the state of Bahia, Brazil: An analysis of public policies and Geographical Indication

Daliane T. Silva<sup>a,\*</sup>, Marcelo Silva<sup>a</sup>, Jerisnaldo Lopes<sup>a</sup>, Cleiton Braga<sup>a</sup>, Luís O. Martins<sup>b</sup>

<sup>a</sup> *Federal Institute of Education, Science and Technology of Bahia, R. Emídio dos Santos, s/n, Barbalho, Salvador, BA, Brazil*

<sup>b</sup> *Center for Science and Technology in Energy and Sustainability, Federal University of Recôncavo da Bahia, Av. Centenário, 607, Feira de Santana, BA, Brazil*

#### ABSTRACT

The objective of this article is to analyze the Bahia Produtiva Project, based on the subproject focused on the coffee production chain, as a public policy for Sustainable Rural Development and Geographical Indications in the State of Bahia, Brazil, based on territorial planning. The choice for this production chain is due to the potential for Bahian coffee to differentiate itself from other producing states, based on the production of a quality drink and the potential for Geographical Indication (GI). The research is a case study with an exploratory character, a qualitative approach, with data collection through bibliographical and documentary surveys and the institutional website of the Regional Development and Action Company (CAR). For the analysis of the information a Content Analysis was used. It is observed that the project manifested itself as an alternative for the coffee production chain in the state to be strengthened, encouraging producers to improve the quality of their product so that they can meet market requirements and conquer new markets. Public policies are necessary to help productive chains of products that have differentiation in their production as an incentive to promote the registration of GIs, since the contribution they can bring to territorial development is expected mainly in the economic sphere, both for producers and for the region, being able to boost the economy, generating jobs and improving income. The Project presents itself as a complementary policy for future requests from GIs.

*Keywords:* Territorial Development. Sustainable Rural Development. Coffee growing.

#### 1. Introduction

In Brazil, at the beginning of the 21st century, there was the implementation, in rural areas, of public policies to increase agricultural production and better conditions for the

---

\*Corresponding author.

*E-mail address:* [daliane.economia@gmail.com](mailto:daliane.economia@gmail.com) (D. T. Silva), [profmarceloifba@gmail.com](mailto:profmarceloifba@gmail.com) (M. S. Santana), [jerislopes@hotmail.com](mailto:jerislopes@hotmail.com) (J. M. Lopes), [clayton\\_bs@hotmail.com](mailto:clayton_bs@hotmail.com) (C. B. Saldanha), [luisoscar@ufrb.edu.br](mailto:luisoscar@ufrb.edu.br) (L. O. S. Martins).

population that were on the margins of society. Among the main policies there are agrarian policy, a policy to strengthen family farming and the territorial development (Miranda, 2017).

Regarding territorial development policy, in 2003, the Territorial Development Department (SDT) of the Ministry of Agrarian Development was created in Brazil as a strategy to support the sustainable development of rural territories. (Ministry of Agrarian Development [MDA], 2005a).

Its objective was to promote and support initiatives by representative institutions of these territories that sought to sustainably increase the levels in quality of life of people living in rural areas, considering interactions between sociocultural and environmental systems, productive integration, and cooperation of various social agents (MDA, 2005a).

Encouraging cooperation between public and private, national and local agents is essential for the management of public policies. As an articulating factor of these policies, the territorial development proposal must observe the dimensions: economic, sociocultural, environmental and political-institutional (MDA, 2005b).

In the state of Bahia, with *Law nº 13,214 of December 2 (2014)*, the Territorial Development Policy was created. This policy aims to promote territorial, democratic, sustainable, and solidary development, through social participation, articulation and integration of public policies and government actions, with the intention of improve people's quality of life. Its purpose is the integration and compatibility of public policies in Identity Territories based on strategy, territorial plan for sustainable and solidary development, government programs and projects.

In the same year, a Sustainable Rural Development (DRS) project was articulated to apply resources in productive investments, offer Technical Assistance and Rural Extension (ATER) services, actions to promote sustainable products and access to markets, among others (Regional Development and Action Company [CAR], 2017a).

This project is Bahia Produtiva, which has, among other objectives: a) increasing market integration, promoting food and nutritional security; b) improve basic infrastructure necessary to support production and commercialization; c) promote economic and social inclusion of women, young people, indigenous people, traditional communities, and solidary economy entrepreneurs; d) and promote the adoption of sustainable management practices for natural resources in production areas. (CAR, 2017a).

Due to its purpose and focus, the project is strategic for stimulating rural development and product inclusion, becoming a national and international reference, for winning first place in the Best Practice in International Fundraising Award, in the state governments category, in 2022. Internationally, it obtained the highest evaluation of projects financed by the World Bank in Brazil, starting to be considered a reference in rural development worldwide once figures in

the “Report on the State of Economic Inclusion: The Potential of Scale”, in 2021 (Cerveira et al, 2022).

For the execution of the project was considered the Territorial Development Policy of the State of Bahia (Cerveira et al, 2022).

In addition to strategic projects to encourage sustainable territorial development, there are other instruments for territorial strengthening, including Geographical Indication (GI) records. They act as differentiators of products in the market and this recognition requires social articulation, linked to the geographical characteristics of the territory, and these characteristics may involve more than one municipality or even parts of municipalities in specific areas (Medeiros et al., 2020).

Given these topics, the aim of this article is to analyze Bahia Produtiva Project, based on the subproject of the coffee production chain, as a public policy for Sustainable Rural Development and Geographical Indications in the State of Bahia based on territorial planning.

The choice for this production chain results from the potentiality of the Geographical Indication for the coffee produced in two regions of the State (*Chapada Diamantina* and *Planalto de Vitória da Conquista*), which produce quality drink and differ themselves from other producing regions of the country.

This article is divided into five sections, in addition to this introduction. The second section presents Sustainable Rural Development and Geographical Indication (GI). The third section describes the methodology used in the research. The fourth section, Results and discussions, details the Bahia Produtiva project, aimed at the fruit growing chain (coffee); illustrates the Coffee Production Chain in Bahia; and reports the proposals for new coffee GIs in Bahia. And finally, the conclusion.

## **2. Sustainable Rural Development (DRS) and Geographical Indication (GI)**

According to Schneider, Silva e Marques (2004), Rural Development reduce inequalities based on government intervention, which aim to eradicate rural poverty, promote the political participation of producers, use the territory as a reference to formulate public policies, and concerned with the preservation and conservation of the environment.

The emergence of Sustainable Rural Development occurred from the verification of the fragility of the pattern of development of contemporary societies, promoting as a proposal agriculture with a reduction of the environmental impact and adequate economic return for the reduction of the poverty of the population (Almeida, 2009).

The objective of Sustainable Rural Development is to encourage the appropriate use of land and natural resources in the following areas: family agriculture, agrarian reform

settlement, indigenous lands, or extractive communities, Areas Susceptible to Desertification (ASD), and large-scale agricultural production (Ministry of the Environment [MMA], 2021).

The territorial proposal presented by the Brazilian State for Sustainable Rural Development involves integration of spaces, social agents, markets, and public intervention policies. It also involves combinations between the dimensions of sustainable development: economic, sociocultural, environmental, and political-institutional (MDA, 2005b).

As of 2003, the Policy for the Development of Rural Territories was implemented at federal level, with the motivating factors of recovering the economic importance and rural values for development, need to combat all types of inequalities, and fundamental role of the family production system, and the local and regional socioeconomic dynamization of rural communities (Miranda, 2017).

This policy emerged with creation of the SDT, part of the Ministry of Agrarian Development. The purpose of the SDT was to value family farming, tackle rural poverty and regional inequalities, and integrate public policies (MDA, 2005a). Implemented the following programs: the Program for the Sustainable Development of Rural Territories (PRONAT) and the Territories of Citizenship Program (PTC) (Leite and Wesz Jr., 2012).

PRONAT had the objective of promoting and supporting initiatives by institutions representing rural territories that sought to sustainably increase the quality-of-life levels of people living in rural areas, taking into account interaction between sociocultural and environmental system, productive integration and cooperation of the various social actors (Leite et al., 2007, MDA, 2005a).

In 2008, the PTC emerged as a result of the verification of socioeconomic inequalities between rural territories. Its main objective was to overcome poverty and generate work and income in rural areas through a sustainable territorial development strategy (Rambo and Freitas, 2019).

At the state level, the State of Bahia inserted the territorial perspective into public policies at the same time as the PRONAT discussion, with implementation starting in 2007 through the constitution of Territories of Identity, unlike the federal sphere, which were based on rural territories and citizenship (Rocha, 2010).

Despite the existence of legislation regarding territorial policy, it was only in 2014 that *Law n°. 13,214 of December 29 (2014)* dealing with principles, guidelines, and objectives of the Territorial Development Policy of the State of Bahia. The territorial strategy was defined as a reference for the elaboration of state planning (Pluriannual Plan, Law of Budgetary Guidelines and Territorial Plans), articulation of public policies and the creation of public consortia. The State Council for Territorial Development (CEDETER) and the territorial Development Boards were created (CEDETER) (Fornazier and Perafàn, 2018).

CEDETER was initially instituted in 2010 by Decree nº. 12,354 and later by Law nº. 13.214/2014. It is a body linked to the Planning Secretariat (SEPLAN), with an advisory and accessory nature, with the purpose of funding the elaboration of proposals for public policies and strategies for the sustainable and solidary territorial development of the State of Bahia (Planning Secretariat [SEPLAN], 2022a).

CEDETER is the forum for discussion and social participation present in the state's Identity Territories. The collegiate is composed of representatives of civil society organization and municipal, state, and federal public institutions (SEPLAN, 2022a). In addition, it is responsible for preparing the Territorial Plan for Sustainable Development (PTDS) and defining the vision of the future, the unifying strategic axes, and the main programs to be implemented in the territory (Rocha, 2010).

With the territorial approach being adopted as an articulating instrument for public policies in the state, the strengthening of local production chains emerges as an initiative to Sustainable Rural Development. An initiative that values territorial products and services of noteworthy quality is the Geographical Indication (GI). GI seeks to distinguish the geographical origin of a given product or service. Provides recognition and confidence about the origin of the product, standardization of production and the possibility of the territory being inserted in commercial competitiveness, requiring quality production by producers (Caldas et al., 2017).

The contribution that GIs can bring is reflected in product, producers and territorial development (Pereira et al., 2018), which is expected in the economic, social, environmental and cultural spheres.

In the economic sphere, the contribution can come from the differentiation of products in the market (Medeiros et al., 2020).

In the social sphere, it enables the preservation of local traditions and the strengthening of social ties between internal and external agents. This means that the registration of a GI, in itself, does not promote immediate benefits, it requires actions from the various agents involved. (Ribeiro et al., 2020).

In the environmental realm, some of the advantages for the development of territories are due to the preservation of biodiversity and natural resources (Marques et al., 2019).

And in the cultural sphere, encourage the protection of regional biodiversity, recognizing the biological and/or genetic legacy (Pellin and Silva, 2016).

GIs are standardized by the World Trade Organization (WTO) and the World Intellectual Property Organization (WIPO), international bodies (D'Alexandria, 2020); and by the National Institute of Industrial Property (INPI) and the Ministry of Agriculture, Livestock and Food Supply (MAPA), national bodies (Caldas, 2013).

MAPA encourages activities and actions for the GI of agricultural products, offering courses, organizing seminars, meeting, and workshops, distributing promotional materials, mapping products with identification potential and promoting institutional partnerships (Ministry of Agriculture, Livestock and Food Supply [MAPA], 2017). It encourages and collaborates in the formation of State Forums for Geographical Indications and Collective Trademarks, as it understands that they are fundamental to success as instruments of territorial development (MAPA, 2020).

Other agents work to promote GI registration in the country, such as public and private universities, the Brazilian Service of Support for Micro and Small Enterprises (SEBRAE) (Pellin, 2019), and the Brazilian Agricultural Research Corporation (EMBRAPA) (Reis, 2015). Their contribution is according to their specificities, turning potential GIs into reality.

SEBRAE provides training and awareness of producers, emphasizing market and economic issues (Pellin, 2019). It also carries out studies, diagnoses, historical survey, and support in the demarcation of areas to be recognized as an GI (Reis, 2015).

Public and private universities provide understanding and stimulation of social, cultural and environmental issues. In addition, through its researchers, they develop research projects in various areas of knowledge, enabling discussions at all stages of structuring a GI (Pellin, 2019).

EMBRAPA can articulate with other Scientific, Technological and Innovation Institutions (ICTs) programs that support and associate GI projects with the quality standard and modernization of production (Reis, 2015).

INPI is the body responsible for recognizing GIs in Brazil and provides guidance on their request through publications, lectures and courses (Pellin, 2019). Some legal provisions that guide GI registration requests are: *Law nº 9.279* (1996) and *INPI Ordinance nº 4* (2022b).

On December 6, 2022, 100 Brazilian Geographical Indications were registered at the INPI, with 24 Dos and 76 IOs. The state of Bahia has recognized GIs: 1) Microregion of Abaíra, for cachaça; 2) South of Bahia, for cocoa beans; 3) Western Bahia, for green coffee beans (arabica); 4) Vale do Submédio São Francisco, for grapes and mangoes; and 5) São Francisco Valley, for fine wine, noble wine, natural sparkling wine, and sparkling muscatel wine (National Institute of Industrial Property [INPI], 2022a).

Due to its territorial extension and composition of 417 municipalities, the state of Bahia has great potential for recognition of GIs for the manufacture of differentiated products based on local know-how and product quality (Saldanha et al.; 2022).

According to a survey prepared by MAPA, there are 13 regions with potential GI products in the state of Bahia: *Buerarema* (cassava flour); *Canavieiras* (pollen); *Chapada Diamantina* (coffee); *Costa do Dendê* (palm oil); *Itororó* (sun meat); *Lapa* (banana);



*Maragogipe* (smoked meat); *Planalto de Vitória da Conquista* (coffee); *Recôncavo Baiano* (copioba flour); *Recôncavo Baiano* (tobacco); *Sertão do São Francisco* (umbu jams and jellies); *Vale do São Francisco* (wines); e *Valente* (sisal) (MAPA, 2021).

This research addresses the two potential coffee producing regions in the state of Bahia: Chapada Diamantina and Planalto de Vitória da Conquista.

### 3. Methodology

This article was prepared from the case study of the Bahia Produtiva Project, analyzes by the aspect of the coffee production chain. Aspects of the project were observed, such as objectives, area of operation, beneficiary public and notice referring to the fruit production chain.

The research is characterized as exploratory, allowing greater familiarity with the theme, making it clearer (Gil, 2010). The approach is qualitative, in which the phenomenon is contextualized and investigated intensely.

Data were collected through a bibliographic survey of theses, dissertations, books, articles (prospected from the Scielo, Scopus and Google Scholar databases), and the institutional website of Regional Development and Action Company (CAR), responsible for publicizing Bahia Produtiva Project; and by documentary survey, with collection in official documents such as legislation in general.

Based on the coffee producing regions of the state of Bahia, Bahia Produtiva Project selected the following Identity Territories as the area covered by the public notice for coffee fruit growing: Southwest Bahia (24 municipalities), *Chapada Diamantina* (24 municipalities), Extreme South (13 municipalities), and the municipality of *Nova Canaã*, located in *Território Médio Sudoeste Baiano*. (SEPLAN, 2022b).

Content Analysis was used to analyze the collected information. This type of analysis is organized into three stages: 1) pre-analysis, 2) material exploration and 3) treatment of results, inference, and interpretation. Pre-analysis is the stage of organizing the material to be analyzes; exploration of the material is the stage of analytical description, submission to in-depth study; and treatment of results, inference and interpretation is the stage of treatment of results and highlighting of information for analysis (Bardin, 2010).

### 4. Results and Discussions

#### 4.1 Bahia Produtiva Project

Bahia Produtiva is a project carried out by the Regional Development and Action Company (CAR), linked to the Rural Development Secretariat (SDR). The main purpose of the project is to promote sustainable development, focusing on family farming, agroecology, food and nutrition security, water and socio-productive infrastructure and market access (CAR, 2015).

For realization, a Loan Agreement established between the State and the Inter-American Bank for Reconstruction and Development (IBRD) (World Bank) was necessary (CAR, 2021a). It had the partnership of Municipal Councils, CEDETERs and other civil society organizations. The global value of the project is US\$ 260 million, of which US\$ 150 million financed by IBRD with a counterpart of US\$ 110 million granted by the State of Bahia (CAR, 2017a).

The project objectives are: increasing market integration, promoting food and nutritional security; improved access to water supply and sanitation services for households; improvement of the basic infrastructure necessary to support production and marketing; promotion of the economic and social inclusion of women, young people, indigenous peoples, traditional communities and solidary economy entrepreneurs; strengthening the capacities of community associations or producer organizations to design and manage subprojects; and promoting the adoption of sustainable management practices for natural resources in production areas (CAR, 2017a).

In order to achieve the proposed objectives, the project had three operational components: I) Productive Inclusion and Market Access, financing investments in activities linked to strategic production chains (cassava, goat and sheep farming, apiculture, aquaculture, fishing, fruit, bovine milk culture, solid waste and oilseed); II) Water supply and Household Sanitation Systems, with investments to improve sanitation conditions and the management and use of water resources; and III) Institutional Development, Technical Assistance and Project Management Unit and Territorial Offices, in advising and preparing studies and diagnoses, in communication and training (CAR, 2015). For the practice of these components, the territorial approach and the process of integrated and participatory planning of its actions were adopted (CAR, 2017a).

In component III, the ATER service was provided, which occurred through selection by Identity Territory (Cerveira et al., 2022). ATER is conceived as a modality of agricultural intervention policy in rural areas, with the objective of increasing agricultural productivity and promoting the social well-being of rural families and communities (Gonçalves et al., 2016).

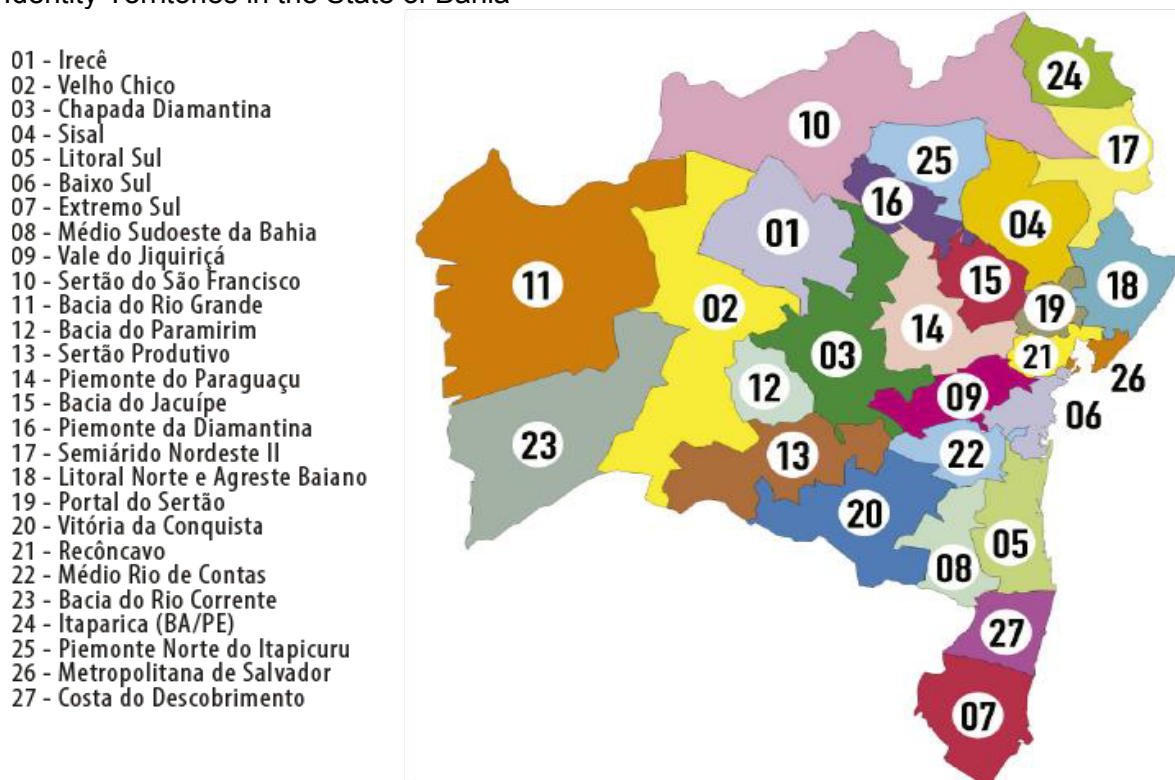
For the execution of the project, the Territorial Development Policy of the State of Bahia and a survey prepared by the Superintendency of Economic and Social Studies of Bahia (SEI) on the levels of poverty in the territory were considered, which considered the dimensions:

education, health, income, housing and demography. The regions that presented greater precariousness in the living conditions of the populations should be prioritized in the project's performance, but it involved the 27 Territories of Identity (Figure 1), except for the municipality of Salvador (Cerveira et al., 2022).

The beneficiary public are family farmers, solidarity economy entrepreneurs, settled families from the agrarian reform, traditional communities (indigenous peoples quilombolas and communities of funds and pasture closures), estimating a total of 56,200 families benefited (CAR, 2021a).

The project was released directly to the beneficiary population, with the services and actions to be carried out being communicated. The identification of beneficiaries considered inclusion in the Unified Registry for Social Programs; have the Declaration of Aptitude for PRONAF<sup>10</sup> (DAP); be included in the National System in Solidarity Economy (SIES) (CAR, 2017a).

**Figure 1.**  
Identity Territories in the State of Bahia



Source: Regional Development and Action Company (2021a).

<sup>10</sup> The Declaration of Eligibility for the National Program for the Strengthening of Family Agriculture (DAP) is a tool used to identify and certify Family Agricultural Production Units (UFPA) of family farming and associative forms organized in legal entities (MAPA, 2019).

Between 2015 and 2020, 15 thematic public notices were released through meetings in territories and municipal media. In order to access the project, a Direct Manifestation was required via public notices, with diagnoses and analyzes in the following production chains: apiculture, goat and sheep farming, fruticulture, cattle farming, dairy farming, cassava farming, oil seeds and fishing (Cerveira et al., 2022).

The public notice linked to the fruit production chain was Public Notice N° 9/2017 and demonstrated that the inclusion of family farmers and entrepreneurs of the solidarity economy (associations and cooperatives) in the production process are affected by the project's actions, to promote their socioeconomic development through the inclusion in the market, adding value and expanding the scale of rural production (CAR 2017b).

The range of the notice comprised Expressions of Interest from the following Identity Territories, according to the Production Chain: 1) Cocoa: *Litoral Sul, Baixo Sul* and *Médio Rio de Contas*; 2) Oranges (citrus): *Recôncavo Baiano* and *Litoral Norte/Agreste Baiano*; 3) Cashew: *Semiárido Nordeste II, Sisal e Litoral Norte/Agreste Baiano* and the municipality of *Água Fria*, located in *Território Portal do Sertão*; 4) Coffee: *Sudoeste Baiano, Chapada Diamantina, Extremo Sul* and the municipality of *Nova Canãa* located in *Território Médio Sudoeste Baiano*; and 5) Coconut: *Litoral Norte/Agreste Baiano* (CAR, 2017b).

The project's actions in the coffee production chain reached associations and cooperatives in the territories covered by the notice, with the following municipalities contemplated: *Morro do Chapéu; Ibicoara; Barra do Choça; Planalto; Ribeirão do Largo; Vitória da Conquista e Nova Canãa* (CAR, 2021b). Equipment for the production, industrialization and marketing of coffee was made available, in addition to ATER, as requested via public call the Notice N° 9/2017.

Another public notice of great relevance from Bahia Produtiva for family farmers and cooperatives in the state was Public Note N° 10/2018 which selected Market Oriented Subprojects, aiming at structuring Territorial Productive Alliances (APT). The notice addressed investments in infrastructure and actions to support Institutional Management, Specialized Technical Assistance, ATER, Production, Processing and Marketing (CAR, 2018a). Four coffee-related cooperatives were contemplated by the notice: two belonging to the Identity Territory of Chapada Diamantina and two from Southwest Bahia (CAR, 2018b).

The municipalities selected in the two public notices produce quality coffee and are part of the potential regions for new GIs in the state, Chapada Diamantina and Planalto de Vitória da Conquista (David et al., 2021; Dutra Neto et al., 2017; MAPA, 2021). The GI makes it possible to link a product to its place of origin and provide information on specific associated quality characteristics.

#### 4.2 Coffee production chain in Bahia

In the state of Bahia, two types of coffee are cultivated, arabica (*Coffea arabica*) and robusta (*Coffea canephora*). Arabica coffee is the most commercialized on the market, has better organoleptic characteristics and intense aroma (Sório, 2015). They have mild and sweeter flavor and aroma, higher acidity, and lower caffeine content. It is grown in higher altitude areas, requires greater cater care and is directed at the high-quality market (Silva, 2016). Robusta coffee is grown in places with lower altitude, it is widely used for soluble coffee mixtures, it has a higher caffeine content in the grain, and its production is concentrated in the south of the state (Sório, 2015).

Bahia has three main coffee producing regions: Cerrado, Atlântico e Planalto (Figure2).

**FIGURE 2.**  
Coffee production region in the State of Bahia



Source: Secretary of Agriculture, Livestock, Irrigation, Fisheries and Aquaculture (2013, p.6).

These regions were mapped and segmented as areas qualified for coffee growing in the state. The Cerrado region is located in the extreme west of Bahia. This region produces arabica coffee and uses advanced technology and irrigation. The Atlantic region is in the south of the state. It produces the robusta type and has good luminosity, topography, favorable climate, and investment in agricultural management (irrigation and consolidation). The Planalto region is in the center-north and center-south of the state. It produces the arabica type, the

best quality coffee, due to the climate and altitude. (National Supply Company [CONAB], 2021).

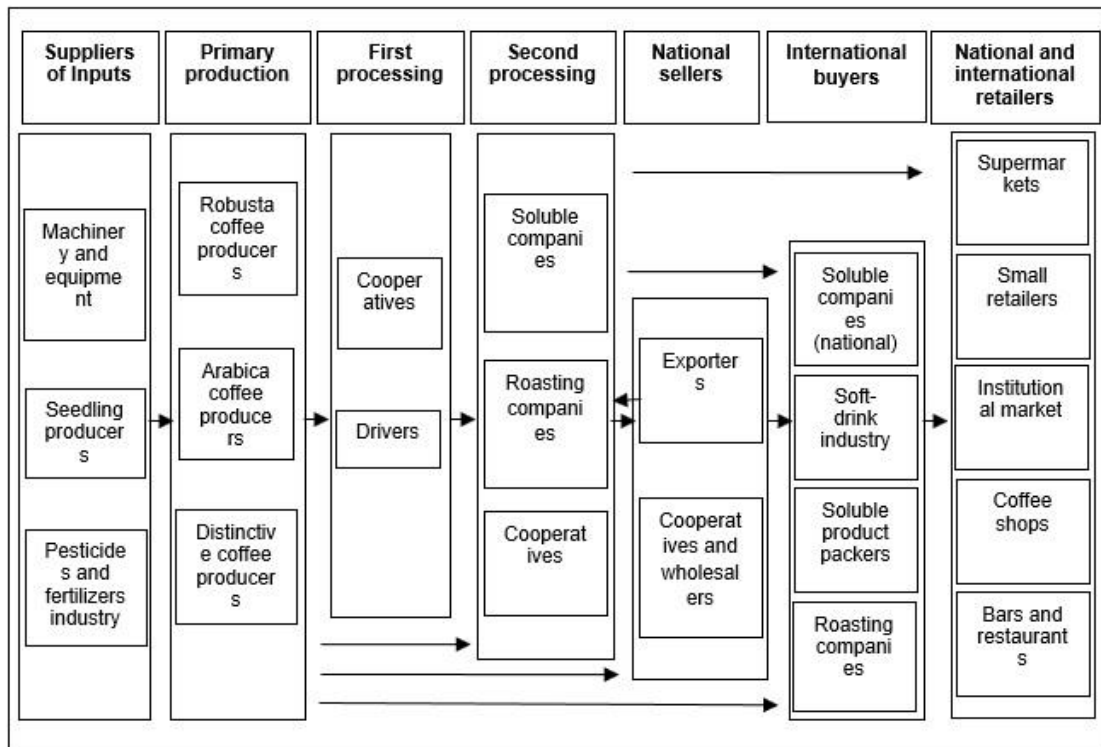
The implementation of coffee growing in the region called Cerrado dates back to 1994. The crops are irrigated and mechanized, with a business productive structure, a high technological level, and a greater volume of production of *commodity* type coffee, inserting itself into the large industry market and the exportation market (Silva, 2016).

*Planalto* Region encompasses small, medium, and large producers that produce various types of coffee quality, destined for the domestic market and *gourmet* markets. The region is represented by the municipalities of *Planalto de Vitória da Conquista* and of *Chapada Diamantina*, with a more traditional coffee growing model, with family and businesses production. The business segment produces commodity-type coffees aimed at the exportation sector, while small producers are integrated into specific segments of organic and gourmet coffee. The municipalities of *e Piatã*, *Seabra e Ibicoara* are good examples, they stand out for their small-scale, artisanal, and high-quality cultivation (Silva, 2016).

The *Atlântico* region, established in the 1970s, specializes in the production of robusta coffee, aimed at domestic and international markets, with small and medium-sized producers. These producers have adapted to the standards required in the market and have focused on training harvesting processes, post-harvest processing, carrying out washing and pulping processes for coffee and promoting the improvement of coffee quality for export (Silva, 2016). In recent years, the region has shown an increase in coffee production and productivity as a result of technological advances in favorable weather conditions (Covre et al., 2016).

The coffee producing regions in the state of Bahia, as well as the Brazilian coffee agro-industrial system, have the following production segments: 1) suppliers of inputs, machinery and equipment; 2) primary production; 3) first processing (drivers and cooperatives); 4) second processing (roasting and processing companies, soluble coffee companies and cooperatives); 5) national sellers (exporters, cooperatives and wholesalers); 6) international buyers (soluble companies, roasting companies and dealers) and 7) national and international retailers (supermarkets, small retailers, institutional market, coffee shops and bars and restaurants (Figure 3).

**Figure 3.**  
Diagram of Agro-industrial System of coffee in Brazil



Source: Adapted from Saes and Nakazone (2002).

The segments that supply inputs and primary coffee production need specific equipment, such as harvesters, coffee dryers, grain separators and huskers, among others. The first processing is carried out through cooperatives that purchase inputs at lower prices as a result of joint purchases, or by machinists who provide services to producers (cleaning, peeling and classification of coffees) (Saes and Nakazone, 2002).

The second processing is where coffee is processed, stored and shipped to the domestic and international markets. This transformation may originate roasted coffee, roasted and ground coffee and soluble coffee. Sales are direct to national sellers and/or international buyers, who buy directly from exporters, cooperatives and cooperative centrals. Finally, these sellers and buyers will sell the coffee to national and international retailers (Saes and Nakazone, 2002).

The coffee production chain in Bahia, as well as other production chains, needs to implement its Sectorial Chamber, proposed by the Secretariat of Agriculture, Livestock, Irrigation, Fishing and Aquaculture, for its governance and representation. It requires that the agents (institutions) are organized and receive financial incentives from the state and municipal government for continuity, in addition to technical assistance through state (Figueiredo Filho, 2020).

#### 4.3 Proposals for new coffee GIs in Bahia

Brazil, and in particular the state of Bahia, has enormous potential for recognition of GIs due to its territorial extension, enabling the manufacture of distinguished products. The relationship that GIs have with sustainable territorial development arises from the benefits they bring to some dimensions of development, such as adding value to the product; the increase in producer income; expansion and access to new markets; preservation of local biodiversity, culture and genetic resources, and preservation of the environment (Pellin and Curadi, 2018).

In recent years, innovative initiatives have provided greater added value to the coffee chain, both from the point of view of industrialization and appreciation of the origin. This valuation is important for the search for a higher quality drink; importance of identifying the region where coffee production takes place; and the strengthening of concern with environmental and social responsibility in the production (Sório, 2015).

In the state of Bahia, producers in the west region invested in coffee growing, adopted technologies in the irrigation process, combined and perfected their experiences, making the region known as a coffee producing center with a pleasant flavor, with good fragrance and slightly fruity and floral aroma, with excellent sweetness and good acidity (Brazilian Service of Support for Micro and Small Enterprises [SEBRAE], 2020).

The coffee produced in this region acquired notoriety over time, being exported to several countries and winning several national and international awards. In view of the facts, the GI, as an Indication of Origin West of Bahia, for green coffee beans, of the *Coffea arabica* species, was granted on behalf of the Association of Coffee Growers of West Bahia (ABACAFÉ), on May 14, 2019. The territorial extension of this GI includes the following municipalities: *Formosa do Rio Preto, Santa Rita de Cássia, Riachão das Neves, Barreiras, Luís Eduardo Magalhães, São Desidério, Catolândia, Baianópolis, Correntina, Jaborandi and Cocos* (SEBRAE, 2020).

In addition to this coffee producing region, the state has two potential regions for new GIs related to coffee: Planalto de Vitória da Conquista and Chapada Diamantina (MAPA, 2021).

Planalto de Vitória da Conquista region comprises 19 municipalities in Bahia (*Barra do Choça, Vitória da Conquista, Encruzilhada, Planalto, Poções, Ribeirão do Largo, Cândido Sales, Itambé, Caatiba, Iguai, Nova Canaã, Dário Meira, Boa Nova, Belo Campo, Anagé, Bom Jesus da Serra, Cordeiros, Piripá and Tremedal*) and three from Minas Gerais (*Mata Verde, Divisópolis and Bandeira*), which stand out in the production of quality coffee. The quality of this coffee drink is proven by the results of competitions at state and national level, being classified in first place (Dutra Neto et al., 2017).



Coffee from *Planalto de Vitória da Conquista* presents unique characteristics, being directly influenced by geographical environment and the know-how of producers. The geographical conditions of this region offer a very favorable environment for coffee growing, where the climate favors multiple flowerings during the year, allowing a selective harvest of mature coffees, concentrating sugars and essential oils in the beans, resulting in tastier and better-quality coffees, high-density, long-lasting floral aroma, light sweetness, positive citric acidity and chocolate flavor. The know-how is linked to the way the processing to pulp and dry grains is done (Dutra Neto et al., 2017).

*Chapada Diamantina* region has national and international notoriety for the production of quality gourmet and special coffees, excellence in the beverage and grain categories. In awards, it stands out in the state, national and world scenarios (SEBRAE, 2018). The coffee in this region is being studied by a group of researchers from the State University of Southwest Bahia (UESB) to prove the quality of the coffee with the geographical environment, if the altitude and post-harvest management determine the characteristics of the coffees (State University of Southwest Bahia [UESB], 2022a).

Improvements in the production process are being carried out by the producers, with the support of SEBRAE through consultancies. The “Café da Chapada Diamantina” project serves coffee growers with the aim of increasing the competitiveness and sustainability of rural and agro-industrial coffee enterprises in the region (SEBRAE, 2016).

Other contributions have been developed by institutions in relation to the coffee production chain in the state and on the potential for GIs.

Embrapa Café aims to contribute to the formulation of public policies for the development of the coffee production chain, coordinates the “Consórcio Pesquisa Café”, whose mission is to promote the combination of human, physical, financial, and material resources of the partner institutions. Among these institutions are the universities: Federal University of Lavras (UFLA); Federal University of Viçosa (UFV) and UESB (Consórcio Pesquisa Café, 2011).

UESB promotes the project “Cafeicultura no estado da Bahia”, where actions and training are carried out (workshops, meetings, OFICINAS, and courses) for the agents involved in the three producing regions of the state, aiming at the sustainable development of coffee production in Bahia (UESB, 2022b).

The State Forum of Geographical Indications and Collective Marks, created in 2012, is composed of representatives of different entities. Its goal is to present proposals to promote Geographical Indications and Collective Marks of Bahian products and encourage innovation and social, economic, and technological development. In order to do so, this body promotes debates between different agents involved with the GI theme to identify and analyze the

potential of GIs and promote public policies so that it can increase the competitiveness of all stages of the production chains (DATASEBRAE, 2016).

Bahia Produtiva project is an alternative for strengthening the coffee production chain in the state, encouraging producers to improve the quality of their product.

Mixed Cooperative of Small Coffee Growers of Barra do Choça and Region (COOPERBAC), received incentives from Bahia Produtiva, and after improving the quality of its product, creates COOPERBAC PREMIUM coffee and signs a contract with China for the export of 120 tons of this coffee, that meets all requirements for international circulation (Barra do Choça, 2021).

Coffee producers in potential regions for GIs, in order to export their products, can rely on the Export Qualification Program (PEIEX), offered by the Brazilian Trade and Investment Promotion Agency (Apex-Brasil) through partnerships with institutions of education of Industry Federations. The state of Bahia has the Euvaldo Lodi Institute (IEL) as the executing entity of PEIEX, with facilities in the following cities: *Salvador, Feira de Santana, Vitória da Conquista, Ilhéus* and *Luis Eduardo Magalhães* (APEX-BRASIL, 2022).

## **5. Conclusion**

The analysis of Bahia Produtiva Project focused on the coffee production chain was observed as a public policy for Sustainable Rural Development and for Geographical Indications.

The project's actions in the coffee production chain reached associations and cooperatives in potential regions for new GIs in the state, allowing farmers to be included in the market, adding value and expanding the scale of production, industrialization and marketing of coffee, actions to support Institutional Management, Specialized Technical Assistance and ATER.

It was observed that the project demonstrated to be an alternative for the state's coffee production chain to strengthen itself, encouraging producers to improve the quality of their product so that they can meet market requirements and conquer new markets. The Project is presented as a complementary policy for future requests from GIs.

In this way, public policies are necessary to help productive chains of products that have differentiation in their production as an incentive to promote the registration of GIs, since the contribution that they can bring to territorial development is expected mainly in the economic sphere, both for the producers adding value to the product and increasing sales from the conquest of new markets, such as for the region through the visibility that GI can bring, which can boost the economy, generating more jobs and income for the place.

The recognition of GIs has contributed to the preservation of the territory's natural and cultural heritage; stimulating and consolidating social capital from the collective organization of producers with recognition of the quality of their product or service; and promoting the preservation and enhancement of local and regional biodiversity.

### **Author contribution**

Conceptualization, D.S, M.S; methodology, D.S, M.S, L.O.M; investigation D.S, M.S; writing—original draft preparation, D. S.; writing—review and editing D.S, M.S, L.O.M, C.S. and J.L; visualization and supervision, D.S, M.S, L.O.M, C.S. and J.L. All authors have read and agreed to the published version of the manuscript.

### **Funding**

This research received no external funding.

### **Institutional Review Board Statement**

Not applicable.

### **Informed Consent Statement**

Not applicable.

### **Data Availability**

Not applicable.

### **Conflicts of interest**

The authors declare no conflicts of interest.

### **References**

- Almeida, J., 2009. Da ideologia do progresso à ideia de desenvolvimento (rural) sustentável. In: Almeida, J.; Navarro, Z. *Reconstruindo a agricultura: ideias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável*. 3. ed. Porto Alegre, RS: Editora da UFRGS.
- APEX-BRASIL, 2022. Programa de Qualificação para Exportação. Qualifique sua empresa. Website: <https://portal.apexbrasil.com.br/qualifique-sua-empresa-peix/>. (Accessed on: 01.11.2022).
- Bardin, L., 2010. *Análise de Conteúdo*. Edições 70.

- Barra do Choça, 2022. Cooperativa lança café premium e fecha contrato internacional para exportação de café. Website: <https://www.barradochoça.ba.gov.br/portal/portal/viewnoticia/321>. (Accessed on: 31.10.2022).
- Caldas, A. S., 2013. Indicações Geográficas: marco regulatório e distribuição espacial. In: Caldas, A. S; Brito, C.; Fonseca, A. A. M.; Pertile, N. (Org.). *Gestão do Território e Desenvolvimento: novos olhares e tendências*. Salvador: JM, 1, p. 127-152.
- Caldas, A. S.; Araújo, C. C.; Cury, R. L. M., 2017. As Indicações Geográficas (IGs) como estratégia de Desenvolvimento Territorial: desafios e potencialidades no Distrito de Maragogipinho, Aratuípe, BA. *Revista de Desenvolvimento Econômico*, Salvador, BA, ano XIX, v. 3, n. 38, p. 81-108, dezembro. <http://dx.doi.org/10.21452/rde.v3i38.5032>
- CAR. Regional Development and Action Company, 2015. Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável do Estado da Bahia. Bahia Produtiva. Anexo 29 Marco de Gestão Socioambiental. 2015. <http://www.car.ba.gov.br/sites/default/files/2021-02/Anexo%2029%20-%20MARCO%20DE%20GEST%C3%83O%20SOCIOAMBIENTAL.pdf>
- CAR. Regional Development and Action Company, 2017a. Manual Operativo: Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável (Bahia Produtiva). Salvador: BA, 104 p. <http://www.car.ba.gov.br/sites/default/files/2018-02/MOP%20Bahia%20Produtiva%20julho-2017%20-%20Revisado%20PAD%2001-08-17%20-%20site.pdf>
- CAR. Regional Development and Action Company, 2017b. Resultado Final do Edital N° 09 Fruticultura. <http://www.car.ba.gov.br/sites/default/files/2017-12/Resultado-Final-Edital-09-Fruticultura.pdf>
- CAR. Regional Development and Action Company, 2018a. Edital N° 10/2018 Seleção de Subprojetos para Alianças Produtivas Territoriais. [http://www.car.ba.gov.br/sites/default/files/2018-02/Edital Bahia Produtiva Aliancas Produtivas 10 Web.pdf](http://www.car.ba.gov.br/sites/default/files/2018-02/Edital%20Bahia%20Produtiva%20Aliancas%20Produtivas%2010%20Web.pdf)
- CAR. Regional Development and Action Company, 2018b. Resultado Final do Edital N° 10/2018 Seleção de Subprojetos para Alianças Produtivas Territoriais. [http://www.car.ba.gov.br/sites/default/files/2018-07/Resultado%20Final%20Edital%20Bahia%20Produtiva%20010.2018 Alian%C3%A7a%20Produtiva%20Territorial.pdf](http://www.car.ba.gov.br/sites/default/files/2018-07/Resultado%20Final%20Edital%20Bahia%20Produtiva%20010.2018%20Alian%C3%A7a%20Produtiva%20Territorial.pdf)
- CAR. Regional Development and Action Company, 2021a. Website: <http://www.car.ba.gov.br/projetos/bahia-produtiva>. (Accessed on: 19.04.2022).
- CAR. Regional Development and Action Company, 2021b. Resultado Final do Edital N° 09 Fruticultura. <http://www.car.ba.gov.br/sites/default/files/2017-12/Resultado-Final-Edital-09-Fruticultura.pdf>
- Cerveira, R.; Oganauskas Filho, V.; Ferraz, W. A.; Cunha, C. F., 2022. Um modelo de avaliação de executoras de projetos em assistência técnica e extensão rural. In: encontro da ANPAD, 46, 2022, on-line. Anais eletrônicos [...]. Maringá: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração. Website: <http://www.anpad.org.br>. (Accessed on:10.10.2022).

- CONAB. National Supply Company, 2021. Acompanhamento da Safra Brasileira de Café, v. 8, Safra 2021, n.2 - Segundo levantamento, Brasília, p. 1-63, maio 2021. Website: [http://www.sapc.embrapa.br/arquivos/consorcio/levantamento/Conab\\_safra\\_2021\\_n2.pdf](http://www.sapc.embrapa.br/arquivos/consorcio/levantamento/Conab_safra_2021_n2.pdf). (Accessed on: 12.06.2021).
- Consórcio Pesquisa Café, 2011. Apresentação do Consórcio. Website: <http://www.consorciopesquisacafe.com.br/index.php/consorcio/separador2/apresentacao>. (Accessed on: 26.09.2022).
- Costabeber, J. A. and Caporal, F. R., 2003. Possibilidades e alternativas do desenvolvimento rural sustentável. In: VELA, H. (Org.). *Agricultura familiar e desenvolvimento rural sustentável no Mercosul*. Santa Maria, RS: Editora da UFSM.
- Covre, A. M.; Partelli, F. L.; Bonomo, R.; Braun, H.; Ronchi, C. P., 2016. Vegetative growth of Conilon coffee plants under two water conditions in the Atlantic region of Bahia State, Brazil. *Acta Scientiarum. Agronomy*, 38 (4), 535-545, 2 set. <https://doi.org/10.4025/actasciagron.v38i4.30627>
- D’Alexandria, M., 2020. As Indicações Geográficas do mundo para o Brasil: a construção do conceito brasileiro. *Revista de Geografia e Ordenamento do Território*, nº 20 (Dezembro). Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território, 03 – 26. <http://dx.doi.org/10.17127/got/2020.20.001>
- DATASEBRAE, 2016. Ações Fórum Baiano de Indicações Geográficas e Marcas Coletivas. <https://datasebrae.com.br/wp-content/uploads/2018/09/ANA-BA.pdf>
- DATASEBRAE, 2020. Indicações Geográficas Brasileira. Website: <https://datasebrae.com.br/ig-oeste-da-bahia>. (Accessed on: 20.10.2021).
- David, A. M. T. F. S.; Sarmiento, C. S. A. G.; Matsumoto, S. N.; Lopes, J. M.; Oliveira, E.; Lemos, O. L., 2021 Análise dos registros de Indicação Geográfica depositados no Instituto Nacional da Propriedade Industrial. *Research, Society and Development*, 10 (10). <https://doi.org/10.33448/rsd-v10i10.19031>
- Dutra Neto, C.; Uetanabaro, A. P. T.; Oliveira, E.; Silva, G. R.; Oliveira, D. P. A.; Souza, E. Q., 2017. Indicação Geográfica do Planalto de Vitória da Conquista, Denominação de Origem para o café. *Revista Extensão & Cidadania*. Vitória da Conquista, 4 (7), 103-114. <https://doi.org/10.22481/recuesb.v4i7.2414>
- Figueiredo Filho, W. B., 2020. Algumas estruturas de governança no interior da Bahia, de Minas Gerais e de São Paulo: mais inércia institucional e menos modernização política entre 2002 e 2014. *Revista do Desenvolvimento Regional*, 25 (3), 1009-1031. <https://doi.org/10.17058/redes.v25i3.15161>
- Fornazier, A.; Perafán, M. E. V., 2018. Os arranjos das Políticas Territoriais no Estado da Bahia. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*. 14 (5), 17-30. <https://doi.org/10.54399/rbgdr.v14i5.4087>
- GIL, A. C. , 2010. *Como Elaborar Projetos de Pesquisa*. 5ª ed. São Paulo: Atlas.
- Gonçalves, L. C., Ramirez, M. A., Teixeira, A. M., Oliveira, J. P. C. A., Santos, D., Pires, F. P. A. A., Menezes, R. A.; Teixeira, F. M., 2016. Políticas de extensão rural no Brasil. In: Gonçalves, L. C., Ramirez, M. A., & Santos, D. (org.). *Extensão rural e conexões*. 1ª ed. Belo Horizonte: FEPE, 2016.

- INPI. National Institute of Industrial Property, 2022a. Pedidos de Indicação Geográfica no Brasil. Website: <https://www.gov.br/inpi/pt-br/servicos/indicacoes-geograficas/pedidos-de-indicacao-geografica-no-brasil>. (Accessed on: 06.12.2022).
- INPI Ordinance nº 4 (12 de janeiro de 2022), 2022b. Portaria INPI nº 4, de 12 de janeiro de 2022. Diário Oficial da União. Publicado em 25/01/2022, ed. 17, seção 1, página 40. <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria/inpi/pr-n-4-de-12-de-janeiro-de-2022-375778644>
- Lei nº 9.279 (14 de maio de 1996). Regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 15 maio 1996. Seção 1, p. 8353.
- Lei nº 13.214 (29 de dezembro de 2014). Dispõe sobre os princípios, diretrizes e objetivos da Política de Desenvolvimento Territorial do Estado da Bahia, institui o Conselho Estadual de Desenvolvimento Territorial (Cedeter) e os Colegiados Territoriais de Desenvolvimento Sustentável (Codeter's). Diário Oficial do Estado, Poder Executivo, Salvador, BA, a. XCIX, n. 21605, seção 1, p. 06-08, 30 de dezembro de 2014.
- Leite, S.; Delgado, N.; Bonnal, P.; Kato, K., 2007. Desenvolvimento territorial: articulação de políticas e atores sociais. OPPA/CPDA/UFRRJ-IICA/Fórum DRS. (Relatório de Pesquisa)
- Leite, S. P.; Wesz Júnior, V. J., 2012. Um estudo sobre o financiamento da política de desenvolvimento territorial no meio rural brasileiro. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, 50 (4). <https://doi.org/10.1590/S0103-20032012000400004>.
- MAPA. Ministry of Agriculture, Livestock and Food Supply, 2017. Indicação Geográfica. O que é Indicação Geográfica? Como obter o registro? Website: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/sustentabilidade/indicacao-geografica/o-que-e-indicacao-geografica-ig>. (Accessed on: 02.10. 2022).
- MAPA. Ministry of Agriculture, Livestock and Food Supply, 2019. Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP). Website: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/agricultura-familiar/dap>. (Accessed on: 30.11. nov.2022).
- MAPA. Ministry of Agriculture, Livestock and Food Supply, 2021. Mapa Interativo-Signos distintivos registrados e produtos potenciais. Website: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/sustentabilidade/indicacao-geografica/dados-sobre-igs-registradas-e-produtos-tipicos-potenciais/mapa-interativo-1>. (Accessed on: 12.06.2021).
- MAPA. Ministry of Agriculture, Livestock and Food Supply, 2020. Fóruns Estaduais de Indicação Geográfica e Marcas Coletivas. Website: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/sustentabilidade/indicacao-geografica/foruns-estaduais-ig-marcas-coletivas>. (Accessed on: 20.10.2022).
- Marques, B. N.; Bulcao, C. S.; Lima, A. M. F.; Lopes, J. M.; Silva, M. S., 2019. Artefatos de Couro de Ipirá: potencial de Indicação Geográfica no território da Bacia do Jacuípe/Bahia. *Cadernos de Prospecção*, 12, 1598-1611. <https://doi.org/10.9771/cp.v12i5.31018>

- MDA. Ministry of Agrarian Development, 2005a. Referências para uma Estratégia de Desenvolvimento Rural Sustentável. Brasília: MDA. 2005.  
[https://www.agencia.cnptia.embrapa.br/Repositorio/SDT+MDA\\_000fbi2wrvh02wx5eo0sawqe3v5le2e4.pdf](https://www.agencia.cnptia.embrapa.br/Repositorio/SDT+MDA_000fbi2wrvh02wx5eo0sawqe3v5le2e4.pdf)
- MDA. Ministry of Agrarian Development, 2005b. Marco Referencial para o apoio ao Desenvolvimento de Territórios Rurais. Documentos Institucionais 02-2005.  
[http://sge.mda.gov.br/bibli/documentos/tree/doc\\_214-28-11-2012-11-32-675117.pdf](http://sge.mda.gov.br/bibli/documentos/tree/doc_214-28-11-2012-11-32-675117.pdf).
- Medeiros, M. L.; Terra, L. A. A.; Passador, C. S.; Passador, J. L., 2020 Indicação Geográfica para o Desenvolvimento Territorial: Críticas e dimensões no caso da Indicação de Procedência Serro (Brasil). *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, 16 (3), 108- 121. <https://doi.org/10.54399/rbgdr.v16i3.5874>
- Miranda, C., 2017. *O Legado das Políticas Públicas de Desenvolvimento Rural para a Inclusão Socioprodutiva no Brasil/Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura*. Universidade Federal de Santa Catarina, Universidade Federal do Cariri, Universidade Latino Americana. San Jose, C.R.: IICA, 212 p. Série Desenvolvimento Rural Sustentável; v. 24.
- MMA. Ministry of the Environment, 2021. Desenvolvimento Rural. Website:  
<https://www.mma.gov.br/desenvolvimento-rural.html>. (Accessed on: 25.05.2021).
- Pellin, V.; Silva, L. F., 2016. Contribuições e desafios das Indicações Geográficas para o Desenvolvimento Rural no Brasil. In: Workshop Catarinense de Indicação Geográfica, 4., Joinville. UNIVILLE, 79-86.
- Pellin, V.; Curadi, F. C., 2018. Potencialidades e limites das indicações geográficas (IGs) como estratégia de desenvolvimento territorial sustentável em Santa Catarina. *Revista Metropolitana de Governança Corporativa*, 3 (2), 03-18.
- Pellin, V., 2019. Indicações Geográficas e desenvolvimento regional no Brasil: a atuação dos principais atores e suas metodologias de trabalho. *Interações*, 20 (1), 63-78.  
<https://doi.org/10.20435/inter.v20i1.1792>
- Pereira, M. E. B. G.; Lourenzani, A. E. B. S.; Watanabe, K., 2018. Indicações Geográficas como estratégia de desenvolvimento: o caso do Norte Pioneiro do Paraná. *Interações*, 19 (3), 515–528. <https://doi.org/10.20435/inter.v19i3.1654>
- Rambo, A. G.; Freitas, T. D., 2019. Reconexão entre produção e consumo de alimentos e a política territorial de desenvolvimento rural no Brasil. *Revista do Desenvolvimento Regional*, 24 (3), 118-141. <https://doi.org/10.17058/redes.v24i3.14121>
- Reis, L. L. M., 2015. *Indicação Geográfica no Brasil: determinantes, limites e possibilidades*. Tese (Doutorado) – Universidade Federal da Bahia. Instituto de Geociências.  
[https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/19772/1/Livia\\_Liberato\\_Matos\\_Reis\\_Tese\\_Doutorado\\_Final.pdf](https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/19772/1/Livia_Liberato_Matos_Reis_Tese_Doutorado_Final.pdf)
- Ribeiro, N. M.; Oliveira, M. A. R.; Silva, M. S., 2020. Oportunidades e Entraves Para a Proteção por Indicação de Procedência para os Biscoitos Artesanais de Vitória da Conquista-BA. *Revista do Desenvolvimento Regional*, 25, 2592-2615.  
<https://doi.org/10.17058/redes.v25i0.15115>.

- Rocha, A. G. P., 2010. *Políticas públicas e participação: os atores sociais na política de desenvolvimento territorial do estado da Bahia*. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural. Tese de Doutorado. Porto Alegre, UFRGS.  
<https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/40243/000822699.pdf?sequence=1&isAllowed=y>
- Saes, M. S. M. and Nakazone, D., 2002. *Estudo da competitividade de cadeias integradas no Brasil: impactos das zonas de livre comércio*. Cadeia: Café. Campinas: UNICAMP-IE-NEIT/MDIC.
- Saldanha, C. B.; Rocha, U. B.; Santos, W. P. C., 2022. Análise do Desenvolvimento Territorial no Cenário das Indicações Geográficas Reconhecidas na Bahia. *Cadernos de Prospecção*, 15 (2), 649-666. <https://doi.org/10.9771/cp.v15i2.46268>
- Schneider, S.; Silva, M. K.; Marques, P. E. M., 2004. *Políticas públicas e participação social no Brasil rural*. UFRGS Ed.
- SEAGRI. Secretary of Agriculture, Livestock, Irrigation, Fisheries and Aquaculture, 2013. A atividade cafeeira como sustentabilidade e inclusão social. [http://www.seagri.ba.gov.br/sites/default/files/atividade\\_cafeeira\\_com\\_sustentabilidade\\_e\\_inclus%C3%A3o\\_social.pdf](http://www.seagri.ba.gov.br/sites/default/files/atividade_cafeeira_com_sustentabilidade_e_inclus%C3%A3o_social.pdf)
- SEBRAE. Brazilian Service of Support for Micro and Small Enterprises, 2016. Agência SEBRAE de Notícias. Projeto Café da Chapada é tema de encontros. Website: <http://www.ba.agenciasebrae.com.br/sites/asn/uf/BA/projeto-cafe-da-chapada-e-tema-de-encontros,fb5102b561ae2510VgnVCM1000004c00210aRCRD>. (Accessed on: 01.10.2021).
- SEBRAE. Brazilian Service of Support for Micro and Small Enterprises, 2018. Agência SEBRAE de Notícias. Produtores da Chapada Diamantina buscam Identificação Geográfica para café da região. Website: <https://www.agenciasebrae.com.br/sites/asn/uf/BA/produtores-da-chapada-diamantina-buscam-identificacao-geografica-para-cafe-da-regiao,dc130cb5bfab2610VgnVCM1000004c00210aRCRD>. (Accessed on: 01.08.2021).
- SEPLAN. Planning Secretariat, 2022a. Diretoria de Planejamento Territorial. A política Territorial do Estado da Bahia. Histórico e Estratégias de Implementação. [https://www.seplan.ba.gov.br/wp-content/uploads/Texto-DPT-Politica-Territorial\\_-V-2.0-2022.pdf](https://www.seplan.ba.gov.br/wp-content/uploads/Texto-DPT-Politica-Territorial_-V-2.0-2022.pdf)
- SEPLAN. Planning Secretariat, 2022b. Territórios de Identidade. <http://www.seplan.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=17>
- Silva, M. F. O., 2016. Dinâmica territorial da cafeicultura baiana: uma análise sistêmica e especial. 165f. Dissertação (Mestrado em Economia Regional e Políticas Públicas), Universidade Estadual de Santa Cruz. <http://www.biblioteca.uesc.br/biblioteca/bdtd/201460090D.pdf>
- Sório, A., 2015. Reposicionamento estratégico das indústrias processadoras de café do Brasil: propostas para sistematização de políticas públicas e estratégias de negócio. Passo Fundo: *Méritos*, 222 p.



- UESB. State University of Southwest Bahia, 2022a. Notícias. Uesb busca Indicação Geográfica dos cafés do Planalto da Conquista e da Chapada Diamantina. Website: <http://www.uesb.br/noticias/uesb-busca-indicacao-geografica-dos-cafes-do-planalto-de-conquista-e-da-chapada-diamantina/>. (Accessed on: 09.10.2022).
- UESB. State University of Southwest Bahia, 2022b. Revista Eletrônica da UESB. 17 ações da UESB com a comunidade para acompanhar. Website: <http://www2.uesb.br/revistaeletronica/17-acoes-da-uesb-com-a-comunidade-para-acompanhar/>. (Accessed on: 15.10.2022).

**APÊNDICE C - Artigo submetido à Revista Journal of Open Innovation:  
Technology, Market and Complexity – Qualis A1**

**Potentiality of Geographical Indication of coffee from the Chapada Diamantina Region  
(Bahia, Brazil) from the Perspective of the Virtuous Circle of Quality**

**Daliane Teixeira Silva<sup>a,\*</sup>, Marcelo Santana Silva<sup>a</sup>, Jerisnaldo Matos Lopes<sup>a</sup>, Cleiton Braga Saldanha<sup>a</sup>, Luís Oscar Silva Martins<sup>b</sup>**

<sup>a</sup> *Federal Institute of Education, Science and Technology of Bahia, R. Emídio dos Santos, s/n, Barbalho, Salvador, BA, Brazil*

<sup>b</sup> *Center for Science and Technology in Energy and Sustainability, Federal University of Recôncavo da Bahia, Av. Centenário, 607, Feira de Santana, BA, Brazil*

**ABSTRACT**

The Chapada Diamantina region has been standing out in the production of specialty and gourmet coffees, with peculiar characteristics. The objective of this study was to present the potentialities and restrictions for the registration of the GI of coffee produced in the municipalities of Chapada Diamantina – Bahia, by the Methodology of the Virtuous Circle of Quality Linked to Origin, developed by the Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAO), possessing innovative technology in the application of this methodology for this production chain worldwide. The research has a qualitative approach with data collection through bibliographical and documentary surveys and interviews with the main coffee entities in the region. It was found that some municipalities in the region have human and edaphoclimatic factors, which provide a product of quality and peculiar characteristics, so the GI modality to be needed is the Denomination of Origin (DO). Observe as potentialities that coffees have market potential, importance, and great socioeconomic importance, for small, medium, large producers and local roasters. There is standardization of products, own brands, adapted packaging, and collective representation of producers, the Alliance of Coffee Growers of Chapada Diamantina (ACCD). One of the main restrictions concerns public policies to strengthen the production chain, to help the logistics and product distribution processes. In this sense, the GI's relationship with other sectors of the regional economy does not occur autonomously, but with the contribution of civil society and actors of the ecosystem that are part of the object of the Geographical Indication.

**Keywords:** Denomination of Origin; Production Chain; Virtuous Circle of Quality Linked to Origin.

---

\*Corresponding author.

*E-mail address:* daliane.economia@gmail.com (D. T. Silva), profmarceloifba@gmail.com (M. S. Santana), jerislopes@hotmail.com (J. M. Lopes), clayton\_bs@hotmail.com (C. B. Saldanha), luisoscar@ufrb.edu.br (L. O. S. Martins).

## 1. Introduction

Coffee production in Brazil began in the state of Pará in 1727, coming from French Guiana by Sargent Major Francisco and Mello Palheta. Due to the country's favorable climatic, relief features and soil conditions, it spread to all regions (Ministry of Agriculture, Livestock and Food Supply [MAPA], 2018; Almeida; Zylbersztajn, 2017).

The production is extremely important for its economy, as Brazil is the largest producer (United States Department of Agriculture [USDA], 2022) and exporter of coffee in the international market (Brazilian Coffee Industry Association [ABIC], 2022b), moving more than US\$ 9.24 billion in exports in 2022 (Ministry of Development, Industry, Commerce and Services [MDIC], 2023).

There are more than 300,000 coffee producing establishments, with production in 17 Brazilian states, with Minas Gerais, Espírito Santo, São Paulo, Bahia, Rondônia and Paraná being the largest producers (MAPA, 2022b).

Two types of coffee are cultivated: Arabica and Robusta (Conilon) (National Supply Company [CONAB], 2022). In Minas Gerais is concentrated the highest production of Arabica (Raimundi et al. 2022) and Espírito Santo with the highest production of Robusta (Ferrão et al., 2021).

The coffee sector has been demanding quality, greater concern with social and environmental aspects in production (Turco et al., 2013) and appreciation of origin, making Brazilian coffee growers improve their production to reach the specialty coffee market (Boaventura et al., 2018).

This market privileges quality and experience (Carvalho et al., 2020). The drink is qualified above 80 points in the sensory analysis (Brazil Specialty Coffee Association [BSCA], 2022c). In Europe specialty coffee is already consolidated, but in other parts of the world it is expanding (Giesbrecht et al., 2014; Guimarães et al., 2019).

Therefore, specialty coffee producers are obtaining Geographical Indication (GI) registration for their products, adding value and identifying the characteristics of the producing region (Brazilian Agricultural Research Corporation [EMBRAPA], 2021). The GI distinguishes the geographic origin of the product or service and, according to Brazilian Law nº 9.279/1996, it is defined as Indication of Origin (IO) and Denomination of Origin (DO) (*Law nº 9.279,1996*).

The first GI recognized for coffee in Brazil was the IO Region of Cerrado Mineiro, in 2005. Later, it was recognized as a DO, based on the identification of the climate and unique geographic characteristics of the region on coffee production (Sabio and Spers, 2020).

In 2022, 14 GIs for coffee were registered at the National Institute of Industrial Property (INPI), the body that establishes the conditions for registration in Brazil, 9 IOs and 5 DOs (Brazilian National Institute of Industrial Property [INPI], 2022).

In 2019, the first GI for coffee in the state of Bahia was recognized, *IO Oeste da Bahia*, on behalf of the West Bahia Coffee Growers Association (ABACAFÉ) (INPI, 2022).

The state of Bahia is the fourth largest coffee producer in the country, with a production of 3,565 thousand bags (60 kg) processed (CONAB, 2022), and a total area of 114,287 hectares (Brazilian Institute of Geography and Statistics [IBGE], 2022). It has two potential regions for new GIs related to coffee: Chapada Diamantina and Planalto de Vitória da Conquista (MAPA, 2022a).

Chapada Diamantina region has national and international importance for the quality production of specialty and gourmet coffees – fine, exclusive, and high-quality coffees, reaching a Global Quality score for the Brazilian Association of the Coffee Industry (ABIC) from 7.3 to 10 (ABIC, 2021), in addition to excellence in the drink and grain categories (Brazilian Service of Support for Micro and Small Enterprises [SEBRAE], 2018).

The quality of coffee in this region has already been addressed by some authors, such as: Oliveira (2017), on the physical-chemical parameters; Santos et. al (2020), due to the chemical composition providing unique characteristics to the final product; and the Brazilian Micro and Small Business Support Service (SEBRAE, 2017), on the potential of this coffee for GI. SEBRAE has made the diagnosis based on geographic delimitation but did not list potentialities and obstacles (restrictions) that GI can provide.

Therefore, the goal of this study was to present the potentialities and restrictions for the registration of the GI of coffee produced in municipalities of Chapada Diamantina - Bahia, by the Methodology of the Virtuous Circle of Quality Linked to Origin, developed by the United Nations Food and Agriculture Organization (FAO) (Vandercandelaere et al., 2010), having an innovative feature in the application of this methodology for this production chain, worldwide.

The article is structured in 6 sections, in addition to this introduction. Section 2 presents GI and its contributions. Section 3 reports the Identity Territory of Chapada Diamantina and coffee production. Section 4 presents the Research Materials and Methods. Section 5 addresses the results and discussions. Finally, the conclusion.

## **2. Geographic Indication and its contributions**

The concept of Geographical Indication emerged when producers and consumers realized that some products from certain locations had peculiar flavors and qualities. This quality came from the environment in which the products were made, enfolding natural

conditions (edaphoclimatic), human factors and social relations. (Cerdan et al., 2014; Niederle et al., 2016).

The first official State intervention to protect a GI took place in Portugal, in the 18th century, through a decree to register the name “Porto” for wines, as a means of protection for local producers. (INPI, 2020).

In Brazil, Law No. 9,279, of May 14, 1996 (Industrial Property Law) regulates the matter about GI in Articles 176 to 182. GI is defined by its modalities: Indication of Origin (IO) and Denomination of Origin (DO) (*Law nº 9.279,1996*; Valente et al. 2013).

According to Cerdan et al. (2014), the IO requires the importance of the place of origin of the products or services and the DO requires elements that prove that the product or service has a quality or characteristic that is essentially due to the place of origin (geographical environment), considering the natural features (climate, soil, etc.) and human aspects (how to make the product).

The contribution that GIs can bring reflect in products, producers and regional development, with expected results in the economic, social and environmental spheres (Barjolle et al., 2017; Cei et al., 2018).

In the economic sphere, the contribution can be the differentiation of products in the market (Niederle, 2012; Medeiros et al., 2020), the improvement of the entire production chain and the possibility of increasing the job offer (Vandercandelaere et al., 2010). In the social sphere, it can preserve local traditions and strengthen social bonds between the actors involved (Vieira and Pellin, 2015; Ribeiro et al., 2020). In the environmental sphere, it is possible to promote the preservation of biodiversity, knowledge, and natural resources (Marques et al., 2019).

GI can be seen as an adding value feature; promoter of local development, generating effects for producers, service providers and consumers (Pellin and Silva, 2016; Bezerra et al., 2019); motivator of traditions linked to production; and stimulating the creation of unique products with an appeal to local tourism (D’Alexandria, 2015; Scheneider et al., 2017).

GI can encourage the creation of tourist itineraries, enhancing ventures in the areas of gastronomy, hotels, tourism agencies and new business models (D’Alexandria, 2015; Belletti et al., 2017).

For rural communities, the contribution they can bring is the reduction of the rural exodus and the generation of jobs, allowing the population to remain in the locality and feel satisfied and proud of their product. (Cei et al., 2018; Bezerra et al., 2019).

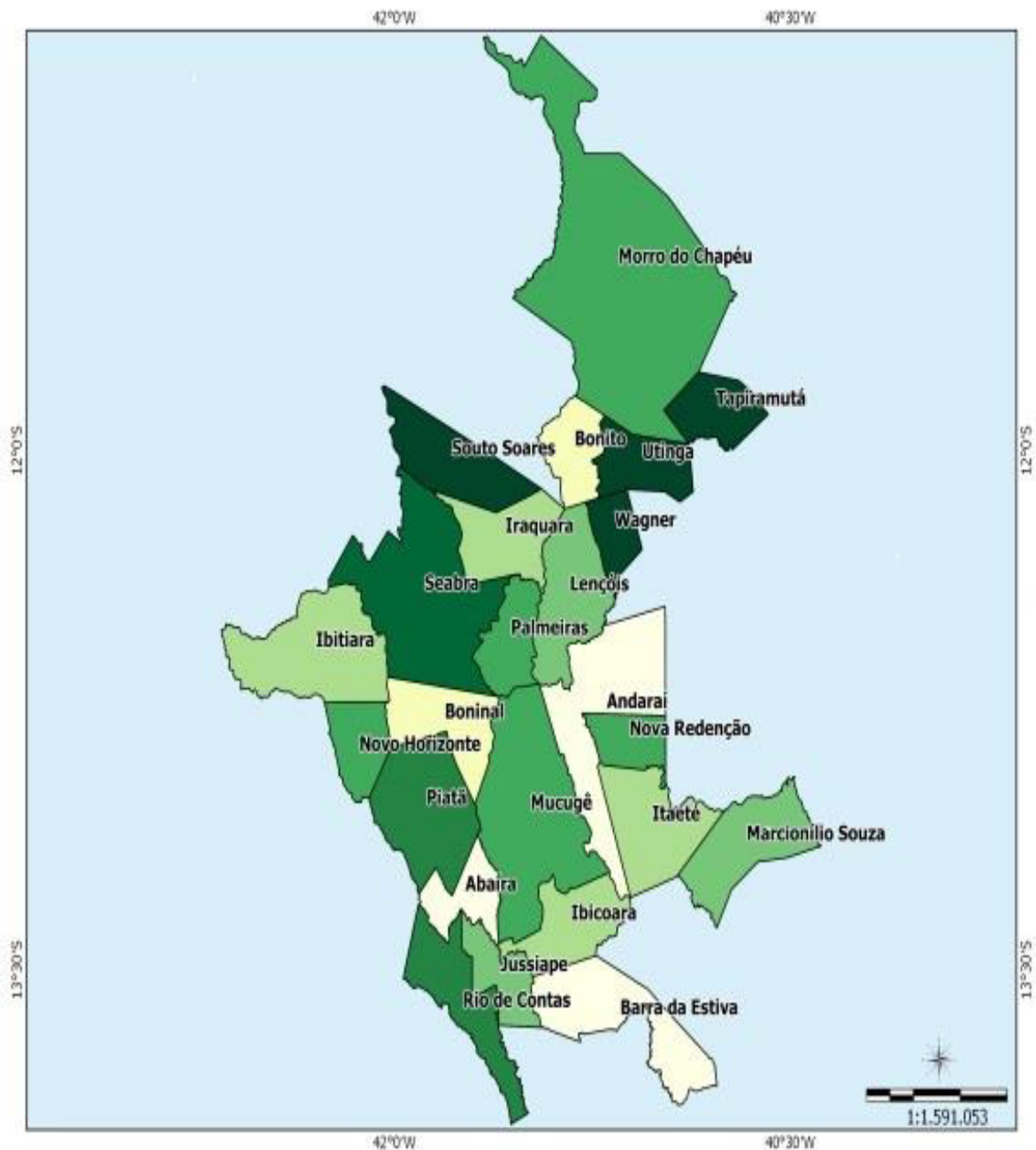
There are many contributions that GIs can provide, but there are also difficulties, which need to be addressed by public policy actions for their promotion and development (Belletti et al., 2017; Rinallo and Pitardi, 2019) and after registration (Pellin, 2019).

The difficulties faced by producers in the GI implementation process and after it is finished, are a possible lack of understanding by consumers about this instrument, the high production costs for the product to meet the quality standards required by the competent authorities, and the low scale of production due to the specificities of the product (Belletti et al., 2017; Pellin, 2019).

### **3. Chapada Diamantina and the coffee production**

Chapada Diamantina is an Identity Territory of the State of Bahia (Brazil) that covers 24 municipalities: Abaíra, Andaraí, Barra da Estiva, Boninal, Bonito, Ibicoara, Ibitiara, Iramaia, Iraquara, Itaetê, Jussiape, Lençóis, Marcionílio Souza, Morro do Chapéu, Mucugê, Nova Redenção, Novo Horizonte, Palmeiras, Piatã, Rio de Contas, Seabra, Souto Soares, Utinga and Wagner (Figure 1) (Ministry of Agrarian Development/ Secretary of Territorial Development, [MDA/SDT], 2015).

Figure 1– Municipalities that compose the Identity Territory of Chapada Diamantina - Bahia, Brazil.



(MDA/SDT, 2015, p. 1).

The region has relief features characterized by mountainous and plateau areas, combined with depressions. The climate has tropical characteristics, with mild temperatures, providing the presence of humid valleys (MDA/SDT, 2010).

The altitude ranges from 200 to 1,800m. The vegetation is characterized by several biomes: a) *Caatinga*, occupies a large area, at altitudes of up to 1,000m; b) *Cerrado*, where the soil is sandy; c) Rupestrian grassland, where there are rocky outcrops, at altitudes above 1,000m; and d) Atlantic Forest, mostly on the slopes (Velloso et al., 2002). The altitude and mild temperature make it ideal for growing Arabica coffee in the region. (BSCA, 2022b).

Coffee cultivation is one of the main agricultural activities developed in the region, produced by small, medium and large producers. Production had its expansion based on incentives from the Federal Government, which sought to develop cultivation in areas other than the main producing regions of the country (MDA/SDT, 2010).

The largest coffee producing municipalities in the region, in the 2021 harvest with production above 150 tons, were: Barra da Estiva (7,560 t.), Bonito (7,400 t.), Ibicoara (5,251 t.), Mucugê (4,425 t.), Piatã (800 t.), Seabra (800 t.), Iraquara (488 t.), Lençóis (307 t.), Morro do Chapéu (300 t.) and Rio de Contas (168 t.) (IBGE, 2022).

The production method used for specialty and gourmet coffees in the region is focused on the quality of the drink (SEBRAE, 2018). Producers follow some conditions to maintain this quality, as Kobayashi et al. (2007) reports: genetic characteristics of cultivars suitable for the locality; appropriate environmental conditions (altitude, temperature and rainfall); soil pH and organic matter; and post-harvest factors, mainly the process for pulping and drying the grains.

Harvesting is carried out manually and selectively, with the beans being removed when completely ripe, in accordance with the procedures mentioned by the National Rural Learning Service (SENAR) (2017b) and corroborated by the Brazilian Association of Special Coffees (BSCA) (2022b).

Post-harvest processing takes place in two techniques in the region: dry and wet way, reiterated by the *Florada Premiada* contest. (Projeto Florada, 2022).

According to SENAR (2017a, 2017b) and International Coffee Organization (ICO) (2022), it was verified that most coffee growers in Chapada Diamantina use the dry way (Café Natural) to process their coffees, and follow the stages: cleaning, drying and processing.

Cleaning takes place using large sieves (shaking) or washing tanks to remove dirt (sticks, leaves, etc.). Drying is done directly in the sun, still with husks, spread on concrete or suspended patios (mats on trestles, positioned at waist height), covered to protect from rain and serene, characteristic of the local winter. In this process, it is necessary to turn it over several times a day, using a manual squeegee or your own hands, so that the drying is uniform.

After drying, the coffees are stored in bags for further processing (peeling, separation, classification and bagging), which can take place on the rural property or in cooperatives.

Some producers use the wet method to process their coffees, thus obtaining Peeled Cherries. The processes are identical to the dry way, the difference is in the removal of the peels, after cleaning, mechanically with a peeler, thus accelerating the drying process. Other producers use this way, but in a chemical way, where the coffees are pulped passing through fermentation tanks. At the end of the process, they generate a drink with greater acidity and allow the development of different aromas and flavors (Oliveira, 2017; SENAR, 2017a).



With the beans dried, cleaned and peeled, some producers and cooperatives sell green coffee beans, or opt for the next stages, roasting. In roasting, each producer has its own standard, based on the Agron Discs, of the Specialty Coffee Association (SCA), classifying light, medium and dark roasting. After this process, the beans are packaged for sale in whole or ground beans (ground coffee) (Oliveira, 2017).

The final quality of coffees in the region can also be verified through awards in competitions, such as Brazilian Origins by the Brazilian Coffee Industry Association (ABIC) (ABIC, 2022a); the Cup of Excellence, the main coffee competition in the world, promoted by the Brazilian Specialty Coffee Association (BSCA) (BSCA, 2022a); and Awarded Flowering Contest, made for women and carried out by 3 *Corações* in partnership with BSCA (Projeto Florada, 2022).

#### **4. Materials and methods**

The research approach is qualitative. The survey of information, for the study of the potentialities and restrictions for the registration of the GI of the coffee produced in the municipalities of Chapada Diamantina – Bahia, was carried out by bibliographical survey, documental and interviews.

In the bibliographic survey, scientific articles, dissertations, and publications from institutions that support agricultural activity or are related to coffee cultivation were used. Some examples are the Ministry of Agriculture, Livestock and Supply (MAPA), Brazilian Association of the Coffee Industry (ABIC), Brazilian Association of Special Coffees (BSCA), International Coffee Organization (ICO), National Institute of Industrial Property (INPI), and National Service of Rural Learning (SENAR).

For the documentary survey, the following were used: the “Potential Diagnosis for Geographical Indication “Piatã” or “Chapada Diamantina” for coffee” from the Brazilian Service to Support Micro and Small Companies (SEBRAE), prepared in 2017, obtained at the Regional Unit of the municipality of Irecê, responsible for serving the region of Chapada Diamantina-Ba; the “Coffee: Markets and World Trade” report by the United States Department of Agriculture (USDA), to verify production worldwide; the “2022 coffee harvest bulletin” from the National Supply Company (CONAB), for issues related to production in Brazil; and the “Municipal Agricultural Production” of 2021 from the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE), for data from the region covered.

Nine structured interviews were carried out, from January 9 to 16, 2023, for the application of the Virtuous Circle Methodology, with some of the main coffee companies in the region.

Submission to the Research Ethics Committee was exempted, based on art. 1, sole paragraph, items II, III, V, IV and VII, of Resolution No. 510/2016, of the National Research Ethics Committee (CONEP) (Resolution nº 510/2016).

Therefore, the entities were not identified by name, only the respective municipalities where they operate were mentioned and, throughout the text, by acronyms (coding) in PJ1, PJ2, PJ3, PJ4, PJ5, PJ6, PJ7, PJ8 and PJ9. They were:

- f) a) two specialty coffee roasters, one in Piatã (PJ1) and the other in Rio de Contas (PJ2);
- g) b) three cooperatives, one in Piatã (PJ3), another in Seabra (PJ4) and the third in Ibicoara (PJ5);
- h) a traditional family business in Mucugê (PJ6);
- i) a young specialty coffee producer, representing those who sell green coffee beans, in Ibicoara (PJ7); and
- j) e) two representatives of a public entity, linked to the area of agriculture, from the municipalities of Bonito (PJ8) and Barra da Estiva (PJ9).

Two technical visits were made, one to PJ3 and the other to PJ6 to analyze the coffee production processes, on January 10 and 12, 2023, respectively.

For the research, it was adopted the Methodology of the Virtuous Circle of Quality Linked to Origin, developed by the Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAO) (Vandercandelaere et al., 2010).

FAO's multidisciplinary team of researchers prepared the material with the aim of making interested parties aware of the potential of origin-related products, guiding the organization and carrying out collective actions (Teixeira, 2021).

The Virtuous Circle sets benchmarks for the development and strengthening of GIs and empowers the quality of the products generated by it (Almeida Silva et al., 2022). There are five stages of the Virtuous Circle: 1. Identification of resources; 2. Product qualification; 3. Remuneration; 4. Local reproduction of resources and 5. Public policies (Figure 2).

All these five stages must be articulated for production to become a Virtuous Circle, originating from local agents interested in valuing the territory (Teixeira, 2021).

Figure 2 – Virtuous Circle of Quality linked to Origin



Source: FAO (2010, p. 21).

The Identification of local resources stages involves making producers aware and assessing the potential of the product at the local level (Vandercandelaere et al., 2010; Caldas et al., 2017).

Product Qualification requires producers to elaborate the criteria and requirements for achieving quality (description) and to make use of adequate tools to identify, develop and protect characteristics (Vandercandelaere et al., 2010; Ribeiro et al., 2020).

In Remuneration, questions are established about the commercialization and management of the local system, guaranteeing the sustainability of income and production (Vandercandelaere et al., 2010; Silva et al., 2022).

The local Reproduction of resources may have positive effects on other economic and social activities, also on the preservation of natural and cultural resources (Vandercandelaere et al., 2010; Almeida Silva et al., 2022).

And Public Policies play a supporting role at all stages, as institutional and legal structures allow for the recognition, regulation and protection of collective property rights over GIs (Vandercandelaere et al., 2010; Ribeiro et al., 2020; Almeida Silva et al. 2022; Silva et al., 2022).

Figure 3 below shows the stages and criteria of the Virtuous Circle of Quality linked to Origin used in the research, and the main guiding points used in the interviews.

Figure 3 – Stages and Criteria of the Virtuous Circle of Quality linked to Origin

Stages and Criteria of the Virtuous Circle of Quality linked to Origin	Criteria	Main Guiding Points
-----	Characteristics of the business	Physical characteristics of the establishment (headquarters, scope, among others).
		Emergence and objectives
		Number of employees/members
		Workers with a formal contract
IDENTIFICATION OF LOCAL RESOURCES	Product Identification	Main difficulties and conflicts
		Product specific features
	Identification of actors involved	Product quality attributes
		Highlight of the region in coffee production (product)
PRODUCT QUALIFICATION	Information about the production process and product quality management	Actors involved in the production process
		External actors interested in the product (government, retailers, processing companies, among others)
		Technological characteristics of production systems
		Inspection the Brazilian Health Regulatory Agency
REMUNERATION	Information about the commercialization of product	Product certification
		Quality control and specifications (internal control)
		Appropriate packaging and labeling
		Marketing locations
LOCAL REPRODUCTION RESOURCES	Economic sustainability	Volume of production
		Difficulties in marketing the products
	Sociocultural sustainability	Competition (prices)
		Feeling of local identity and self-esteem of producers
Environmental sustainability	Profit margin (%) of products	
	Contamination or shortage of water during the production process	
	Measures to protect and improve natural resources	
PUBLIC POLICIES	Knowledge about GI and relationship with the government	Product advertising
		Knowledge about Geographical Indication
		Benefits for the region with Geographical Indication
		Government support (Municipal, State, or Federal) in the activities carried out
		Support from Institutions
		Attendance by some public power program

Source: Adapted from Vandecandelaere et al. (2010).

For the analysis of the information obtained, the Content Analysis Method was used, which is of great relevance to describe and interpret contents (Bardin, 2010).

## 5. Results and discussion

In order to verify the potentialities and restrictions related to the registration of GI for the coffees from the Chapada Diamantina region, a diagnosis of potentialities was built based on academic literature, documentation, technical visits and interviews with representatives of coffee growing in the region.

The role played by SEBRAE as the main articulator of the discussions and actions developed for the registration of the GI for coffees from the Chapada Diamantina region was observed. This occurred through the following actions: diagnosis and awareness together with the Federal Superintendence of Agriculture, Livestock and Supply (SFA) sector organization; cultural historical survey; training; financial support; and assistance in the territorial configuration for the GI, as reiterated by Garrido (2019).

In 2017, SEBRAE carried out a diagnosis to assess the GI potential of coffees from the Chapada Diamantina region. The survey demonstrated the potential for two modalities, IP and DO, depending on the geographical delimitation. It was pointed out that if the delimitation consisted of several coffee producing municipalities in the region, it would be necessary to establish modest standards of quality and peculiarity for the DO. For this, it would be necessary to have the support of entities to contribute by attesting these characteristics, such as: the Federal University of Lavras (UFLA); the State University of Southwest Bahia (UESB); and Q Graders (SEBRAE, 2017). Q Graders are qualified professionals for the sensory evaluation of green coffee, certified by the Coffee Quality Institute (CQI) (CQI, 2023).

SEBRAE implemented the Project “Growing in the Countryside - Chapada Diamantina Coffee”, with the objective of collaborating to increase the competitiveness and sustainability of rural and agro-industrial coffee enterprises in the region. To this end, it developed consultancies to improve harvesting, post-harvesting, and coffee storage practices. (SEBRAE, 2016).

In 2019, specialty coffee producers from some municipalities in the region organized themselves, in an association, to create a representative entity, the Alliance of Coffee Growers of Chapada Diamantina (ACCD) (SEBRAE, 2019). During this period, other agents joined with the view of the future recognition of the GI, such as universities and some city halls (UESB, 2022; Ibicoara, 2021).

UESB, through its researchers and professors, structured a multidisciplinary and multi-institutional research group to prove the quality of Chapada Diamantina coffee with the geographical setting. Each group collected georeferenced samples and were submitted to a sensory panel, which evaluated the characteristics related to altitude and post-harvest handling of these coffees (UESB, 2022).

Some city halls entered into a Cooperation Agreement with the ACCD, to support the training of technicians to collect coffee samples from producers for UESB research; bear some expenses to carry out certain actions necessary to study the link between quality and the geographic environment; and facilitate accessibility to public spaces, so that meetings could be held in support of this objective (Ibicoara, 2021).

Group discussions took place on the territorial configuration, in partnership with SEBRAE, UESB and the City Halls. In accordance with data from the largest coffee producing areas in the region (IBGE, 2022), interest from specialty coffee producers, proof of the interference of the geographic environment in coffee quality (UESB, 2022), and from municipal managers with the Agreements of Cooperations (Ibicoara, 2021), concluded the coverage for the GI Chapada Diamantina Region for coffees in the following municipalities: Barra da Estiva, Bonito, Ibicoara, Mucugê, Piatã, Seabra, Morro do Chapéu, Rio de Contas and Ituaçu.

The municipality of Ituaçu, which is close to Barra da Estiva, was included in the geographic delimitation for having good production (2,208 tons of coffee, in 2021 (IBGE, 2022)), quality and characteristics similar to other coffees in Chapada, verified in the UESB study (UESB, 2022).

The potentialities and restrictions for registering the GI of coffee produced in the municipalities of Chapada Diamantina - Bahia, in this study, was based on the five stages of the Virtuous Circle of Quality Linked to Origin:

#### *Stage 1 – Identification of local resources*

In the first stage of the Virtuous Circle, local resources are identified, which involve the identification of the product linked to the territory and the actors involved (Vandecandelaere et al., 2010).

All entities reported that coffee cultivation is of great socioeconomic importance for the municipalities involved in the research. Regarding specialty coffees, they were unanimous in saying that they have specificities in flavor and aroma due to climatic, geographic and human factors (production and drying) linked to the territory (Chapada Diamantina). This information is supported by some authors, like Oliveira (2017); Santos et al., (2020); and Sabio and Spers (2020).

PJ1, PJ2 and PJ6 reported some specific characteristics related to these coffees, such as: flavor, aroma, intensity and lightness (fruity and chocolatey; light sweetness; with notes of caramel and sugarcane molasses; accentuated bitterness and full-bodied coffee).

The interviewees highlighted three products from the region's specialty coffee: green coffee beans, roasted beans and roasted and ground coffee. PJ3 and PJ7 reported on the sale of green coffee beans; and the other entities, on roasted coffee beans, and roasted and ground coffee. This information is reiterated by Oliveira (2017).

In identifying the actors involved in production, the entities reported on small and medium-sized rural producers (family farming), associations, cooperatives and private cooperative companies (large producers) that stand out in the production of specialty coffees

(arabica). PJ3 informed fertilizer and chemical fertilizer suppliers. PJ1, PJ2, PJ3 and PJ6 reported the workers involved in the production process, as those who help with cultural practices; those who are responsible for harvesting, and those who help with processing, including the role of local roasters, as observed by Saes and Nakazone (2002) in the coffee agro-industrial system diagram in Brazil.

As external actors interested in coffee in the region, all interviewees reported the coffee shops and retailers (small and medium). PJ3 reported on exporters (international market). PJ7 reported the existence of middlemen, who intermediate the commercialization. PJ2 and PJ5 reported interest from external roasters, verified by Saes and Nakazone (2002).

### *Stage 2 – Qualification of the Product*

In the second stage of the Virtuous Circle, the qualification of the product is verified, based on information about the production process and product quality management (Vandecandelaere et al., 2010).

All interviewees reported the use of artisanal production systems for specialty coffees: no use of pesticides in cultivation; use of organic fertilizers; manual and selective harvesting, usually by small teams (family members) and artisanal roasting.

PJ5 and PJ6 affirmed the use of artisanal and semi-industrial systems. Companies (cooperated) use chemical fertilization and more productive varieties, observed by Turco et al. (2013). The harvest is manual and selective; processing and classification using machinery that uses the following processes: ventilation, stone picker and sieve (separate by grain size). Roasting is artisanal, and grinding is of good performance. PJ2 has a roaster with software monitoring and high-quality control in production.

Specialty coffee quality management in the region of Chapada Diamantina is carried out using the Protocol of Specialty Coffee Association (SCA) to define quality, with rules that begin with cultural practices, harvesting (ripe beans), post-harvesting (drying, storage) and in the laboratory (sensory analysis), as indicated by all interviewees, and corroborated by SENAR (2017a, 2017b) and ICO (2022). In addition, there are certifying bodies that attest to quality through certifications.

Regarding certifications, PJ5 informed that cooperative members use a seal referring to ABIC (quality) and Organic certifications by a certifier accredited by MAPA (organic products from Brazil) and by the Biodynamic Institute of Rural Development (IBD). PJ4 informed that there is an IBD inspection for its coffees. PJ3, PJ4, PJ5 and PJ6 make use of the Seal of Identification of Participation in Family Agriculture (SIPAF), which identify products from family

farming in the State of Bahia, guaranteeing consumers a product free of pesticides, based on fair trade relations and solidarity and respect for nature and social relations (Portal SDR, 2023).

PJ1, PJ2, PJ3, PJ4 and PJ6 reported that they have their own brands to sell their products and have appropriate packaging and labels, with all the necessary information for sale. PJ5 still does not have its own brand for roasted and ground coffee, but many of its cooperative members do. PJ7 still does not have its own brand, nor packaging and labels, but it is in the process of creating it.

The partnership of producers with SEBRAE, city halls and universities provided the structure for the future GI of coffee in Chapada Diamantina (Ibicoara, 2021; SEBRAE, 2019; UESB, 2022). ACCD, in partnership with Sebrae, prepared the Technical Specifications Booklet based on the processes required for gourmet and specialty coffee, ABIC and BSCA, respectively.

With well-established rules and specifications, the use of packaging, appropriate labels and own brands, guarantee the quality and origin of the product, imparting confidence to the consumer. This allows producers who are set outside the geographic delimitation not to misuse the GI name, marketing a product of inferior quality (Vandecandelaere et al., 2010).

### *Stage 3 - Remuneration*

The third stage of the Virtuous Circle addresses product remuneration, establishing systematic issues, ensuring production sustainability. At this stage, producers need to know the market, consumer demands, outline marketing strategies to promote and commercialize their products (Vandecandelaere et al., 2010; Ribeiro et al., 2020).

PJ1 sells both roasted beans, and roasted and ground coffee beans through emporiums, fairs, markets and retailers (physical and online stores). Also provides roasting services to other partner producers of family farming in the municipality where it is located and produces an average of 500 kg per month.

PJ2 sells roasted and ground coffee through social networks and partner retailers located in Salvador, Feira de Santana, Jequié, Santo Antônio de Jesus and Amargosa. It provides roasting services to producers located in the Chapada Diamantina region. It has an average production of 500 kg of coffee per month on its own property and 600 kg as provider of services.

PJ3 sells green coffee beans, roasted beans, and roasted and ground coffee. It markets at the cooperative's headquarters, retailers (websites) and emporiums. It also sells 8 brands owned by its cooperative members. Serves customers in the state of Bahia and 18 Brazilian



states, in addition to 4 countries (exportation). It has an average annual production of 3,000 thousand bags (60 kg).

PJ4 sells roasted coffee beans, and roasted and ground. It circulates in the region and in the state of Bahia through retailers and exhibitor fairs. It has already exported to Portugal.

PJ5 still does not sell on behalf of the cooperative. Some cooperative members sell roasted, roasted and ground coffee beans on their own sites and coffee shops. Most sell locally and in some cities across the state.

PJ6 sells roasted, roasted and ground coffee beans. Other coffee-based products are also sold at the establishment, such as liqueur and candies. Sales are made through the company's own website, at fairs, coffee shops, retailers, and online partner stores.

PJ7 sells green coffee beans through a social media, partner stores and coffee shops.

The entities informed that their competitors are other specialty coffees from the Chapada Diamantina region and from other states, with similar quality. The way to promote the product is through social networks. PJ3, PJ4 and PJ6 also reported advertising at fairs and events.

On coffee prices PJ4, PJ5 and PJ6 practice similar prices, with a profit margin of 30%. PJ1 and PJ3 have higher prices, with a margin that can vary from 30% to 80%. This price variation occurs due to the amounts received from winning lots in competitions. PJ2 reported a margin between 10 to 15%.

#### *Stage 4 – Local reproduction local of resources*

The fourth stage of the Virtuous Circle portrays the local reproduction of resources, ensuring that human and natural resources are preserved, renewed and enhanced throughout the circle to provide economic, social and environmental sustainability in the long-run (Vandecandelaere et al., 2010; Ribeiro et al., 2020; Silva et al., 2022).

With the entities involved, it was observed that coffee production in the region, represents its main source of income for companies and cooperative members (family farmers). Therefore, over time, they improved their production methods so that their coffees were valued by their customers, meeting the new demand for specialty and gourmet coffees.

Regarding economic sustainability relating coffee, all respondents reported that the main difficulties faced in marketing their products are issues related to logistics, mainly distribution.

PJ1 mentioned that the municipality is poorly served by logistics companies. PJ2 also reported having difficulty with marketing strategies. PJ3 reported difficulty in logistics.

PJ5 dealt with legal and sanitary issues. It was observed and informed by all entities that the health surveillance does not carry out periodic inspections, despite requesting.

PJ6 has difficulty in labor during the harvest period. As the productive area is large, it requires more people to collect the mature grains.

PJ7, PJ8 and PJ9 reported lower than expected prices. PJ8 stressed about the high values of fertilizers. PJ9 mentioned the organization of producers in the municipality, in associations or cooperatives, to sell their coffees and purchase inputs.

Within the sociocultural issue, it was addressed that there should be greater recognition and appreciation of the professionals involved in the entire production process and products, according to PJ3, PJ4, PJ7, PJ8 and PJ9. It was informed by PJ1 about the consolidation based on the origin of the products, to attract and keep young people in the field, as reiterated by Bezerra et al. (2019). PJ2 reports that there is an incentive to purchase and advertise the products. PJ5 and PJ6 also address that there should be public actions to encourage the production of specialty coffees.

Regarding environmental sustainability, it was observed that most of the coffee production areas in the region involve rainfed coffee, which does not require large amounts of water for its cultivation. In the period when the plant needs a greater absorption of water, and there is no rain, some producers use irrigation, usually from tanks or artesian wells on the rural property itself.

All entities interviewed reported that the husks and pulp resulting from coffee processing are used as fertilizer in coffee plantations. PJ3 informed that some of its cooperative members produce in the wet way, which use water in fermentation, which is reused in irrigation.

PJ5 informed that there are projects and partnerships with governments and private companies for recompositing of Permanent Preservation Areas (APP). PJ6 has a tilapia breeding tank and uses this water for irrigation, as it contains urea released by the fish, helping in dealing with coffee plantations.

### *Stage 5 - Public Politics*

The fifth stage of the Virtuous Circle deals with knowledge about GI and the relationship with public authorities (Vandecandelaere et al., 2010). All the entities interviewed stated that they knew what the GI is, that they had participated in lectures, meetings and discussions on the subject and spoke of the benefits that it could bring to the region in terms of strengthening the production chain, as well as stimulating tourism, since the region has many natural attractions that encourage tourist visits, very well highlighted by PJ3.

This theme about the relationship between GIs and the stimulation of local tourism with the creation of peculiar products was addressed in studies by D'Alexandria (2015) e Scheneider et al. (2017). According to Belletti et al. (2017), the GI can provide the creation of tourist itineraries, enhancing some ventures related to gastronomy, hospitality, tourism agencies and new business models.

PJ8 and PJ9 reported having supported the coffee production chain, in the respective municipalities, with technical assistance and professional qualification courses for producers, in partnership with SEBRAE and SENAR.

The other entities reported having the support of SENAR and SEBRAE in courses and training, and for participating in events and fairs. PJ1 also mentioned that the cooperative has an important role in this process, providing guidance and information to members. PJ2 said it does not have municipal support for its activities but has received support from the Federation of Industries of the State of Bahia (FIEB) for a loan.

PJ3, PJ4 and PJ5 pointed out to the support of the state government, through the Bahia Produtiva Project, with technical assistance and investments in infrastructure for the coffee production chain, with the provision of equipment for the production, industrialization and commercialization of coffee; technical assistance; and actions to support institutional management (cooperatives). This project was presented as the only public policy that allocates resources to the coffee chain in the region.

The other entities reported having support from the municipality with training, but there is no policy linked to the federal government for the coffee production chain.

PJ3 reported missing Scientific, Technological and Innovation Institutions (ST&I) for research related to coffees in the region.

According to Vandercandelaere et al. (2010), public policies are necessary at all stages of the implementation of a GI, encouraging the production and use of local resources, the representation of GI actors, and considering economic, social, cultural, and environmental aspects. The cooperation between public policies with the agricultural and tourism sectors can give greater visibility to the product and the region. Combining public and private initiatives can ensure that the GI works properly.

It was observed, as potentialities, that the coffees (green beans, roasted beans and roasted and ground beans) from the Chapada Diamantina region have market potential, importance and of great socioeconomic importance, for small, medium, large producers and local roasters. There is standardization for products (specialty and gourmet coffees), own brands, appropriate packaging and certified quality. There is collective action, as a group of producers created a representative association (ACCD).

The observed restrictions relate to public policies to strengthen the production chain and the logistics and product marketing processes.

According to studies by Belletti et al. (2017) and Pellin (2019), it may be that producers, after granting the GI registration, need support to meet the scale of production, the costs involved in production and the misunderstanding of consumers who do not want to pay the established value product with certified quality.

It was verified that some municipalities still do not have an effective organization of producers (associations or cooperatives) and should initiate this process to assist them in the commercialization and purchase of raw materials, for acquisition at lower prices, according to the guidance of Saes and Nakazone (2002).

Figure 4, below, represents the synthesis of potentialities and restrictions identified for the future GI of coffee in Chapada Diamantina-BA.

Figure 4 - Summary of potentialities and restrictions for the GI of Chapada coffee  
Diamantina- BA

Virtuous Circle Dimension	Diagnosis of potentialities and restrictions
IDENTIFICATION OF LOCAL RESOURCES	Socioeconomic and cultural importance, edaphoclimatic factors and know-how establish the link with the Chapada Diamantina region.
	Specialty and gourmet coffee have market potential and importance.
	The coffee chain's standout products are green beans; roasted beans; and roasted and ground grains.
	The territorial coverage of quality coffees involves 9 municipalities: Barra da Estiva, Bonito, Ibicoara, Mucugê, Piatã, Seabra, Morro do Chapéu, Rio de Contas and Ituaçu
	Small, medium and large producers; associations; cooperatives and roasters make up the main actors involved in the coffee production chain in the region.
QUALIFICATION OF PRODUCT	Standardization of products according to rules for specialty coffees (SCA) and Gourmet (ABIC).
	Own brands and suitable packaging.
	Quality guaranteed by certifying bodies (ABIC, MAPA, IBD) and seal (SIPAF).
	The Technical Specifications Booklet has already been drawn up.
REMUNERATION	Local, regional, state and, some entities, interstate and foreign marketing.
	Similar prices and profit margins. The exception involves products that are awarded in contests.
	Disclosure on social media, fairs and events.
LOCAL REPRODUCTION OF LOCAL RESOURCES	It has an entity representing the region's specialty coffee producers, the ACCD (association). There are well-organized collective entities (cooperatives).
	The coffee growers follow good agricultural practices (food safety, preservation of the environment and social responsibility).
	Restrictions faced by the producers: distribution logistics; sanitary legal aspects; improvement of strategies for interstate marketing; labor for harvesting; and some of the municipalities involved do not have producer organizations (associations or cooperatives).
PUBLIC POLICIES	Adequate knowledge about GI.
	Municipal performance in courses and training in partnership with SENAR and SEBRAE.
	State performance by the <i>Barra Produtiva</i> Project. Ensuring the continuity of implemented policies.
	Lack of ST&I initiative in research.
	Lack of action by the federal government.

ACCD and partners prepared the Technical Specifications Booklet, the figurative element for the GI, and on December 14, 2022, began the legal procedures to file with the INPI

the request for recognition of the GI coffee from Chapada Diamantina, as Denomination of Origin (INPI, 2022)

The expectation is that INPI will analyze the documentation sent and favorably grant the DO Café da Chapada Diamantina.

## **6. Conclusion**

The research achieved its objective of presenting the potentialities and restrictions for the registration of the GI of the coffee produced in the municipalities of Chapada Diamantina - Bahia, by the Methodology of the Virtuoso Circle of Quality Linked to the Origin, having an innovative characteristic in the application of this methodology for this productive chain, worldwide.

It was found that some municipalities in the region have human and edaphoclimatic factors, which provide a quality product and peculiar characteristics, linked to the territory. Therefore, the type of GI to be requested is the Denomination of Origin.

It was observed as potentialities that the coffees (green beans, roasted beans and roasted and ground beans) from the Chapada Diamantina region have market potential, importance and of great socioeconomic importance, for small, medium, large producers and local roasters. There is standardization of products, own brands and adequate packaging, appropriate for the commercialization of products with GI.

In addition, they have collective representation, by the Alliance of Coffee Growers of Chapada Diamantina (ACCD), which represents the region's specialty coffee producers, and is a substitute for the GI procedure.

The main restrictions observed relate to public policies to strengthen the production chain, to help the logistics and marketing processes of products.

In this sense, the GI's relationship with other sectors of the regional economy does not occur individually, but through the contribution of civil society and actors of the ecosystem that are part of the object of the Geographical Indication.

### **Author contribution**

Conceptualization, D.S, M.S; methodology, D.S, M.S, L.O.M; investigation D.S, M.S; writing—original draft preparation, D. S.; writing—review and editing D.S, M.S, L.O.M, C.S. and J.L; visualization and supervision, D.S, M.S, L.O.M, C.S. and J.L. All authors have read and agreed to the published version of the manuscript.

**Funding**

This research received no external funding.

**Institutional Review Board Statement**

Not applicable.

**Informed Consent Statement**

Not applicable.

**Data Availability**

Not applicable.

**Conflicts of interest**

The authors declare no conflicts of interest.

**Reference**

- ABIC. Brazilian Coffee Industry Association, 2021. Certificações. Qualidade. Website: <https://www.abic.com.br/certificacoes/qualidade/>. (Accessed on: 20.11. 2021).
- ABIC. Brazilian Coffee Industry Association, 2022a. Concurso Nacional ABIC de Qualidade do Café – Origens do Brasil. Website: <https://www.abic.com.br/category/concurso-abic-origens/#:~:text=19%C2%BA%20Concurso%20Nacional%20ABIC%20de,per%C3%A Dodo%20de%20in%C3%ADcio%20da%20colheita>. (Accessed on: 15.11.2022).
- ABIC. Brazilian Coffee Industry Association, 2022b. O café brasileiro na atualidade. Website: <https://www.abic.com.br/tudo-de-cafe/o-cafe-brasileiro-na-atualidade/>. (Accessed on: 18.11.2022).
- Almeida, L. F.; Zylbersztajn, D., 2017. Key Success Factors in the Brazilian Coffee Agrichain: Present and Future Challenges. *International Journal on Food System Dynamics*. (8), 45–53. <https://doi.org/10.18461/ijfsd.v8i1.814>
- Almeida Silva, A.; Rodrigues, B.; da Silva, G. F., 2022. Brief overview of geographical indications of northeast Brazil and reflections on local business. *Informe GEPEC*, 26 (1), 238–256. <https://doi.org/10.48075/igepec.v26i1.28146>.
- Bardin, L., 2010. *Análise de Conteúdo*. Edições 70.
- Barjolle, D.; Quiñones-Ruiz; X. F; Bagal, M.; Comoé, H., 2017. The Role of the State for Geographical Indications of Coffee: Case Studies from Colombia and Kenya. *World Development*, 98, 105–119. <https://doi.org/10.1016/j.worlddev.2016.12.006>
- Belletti, G.; Marescotti, A.; Touzard, Jean-Marc., 2017. Geographical Indications, Public Goods, and SustainableDevelopment: The Roles of Actors' Strategies and Public

Policies. *World Development*, 98, 45–57.  
<https://doi.org/10.1016/j.worlddev.2015.05.004>

Bezerra, M. G. F.; Sartori, R.; Santos, W. P. C.; Segundo, G. S. A., 2019. Indicação Geográfica: conceitos, legislação e proposição. In: SANTOS, W. P. C. dos (org.). *Conceitos e aplicações de propriedade intelectual*. 2 ed., 2. Salvador: IFBA.

Boaventura, P. S. M.; Abdalla, C. C.; Araújo, C. L.; Arakelian, J. S. , 2018. Cocriação de valor na cadeia do café especial: O movimento da terceira onda do café. *RAE-Revista de Administração de Empresas*, [S. l.], 58, (3), 254–266.  
<http://dx.doi.org/10.1590/S0034-759020180306>

BSCA. Brazil Specialty Coffee Association, 2022a. Concursos. Cup of Excellence. Website: <https://brazilcoffeenation.com.br/contest/show/id/1>. (Accessed on: 27.11.2022).

BSCA. Brazil Specialty Coffee Association, 2022b. Chapada Diamantina. Website: <https://brazilcoffeenation.com.br/region/show/id/9>. (Accessed on: 22.12. 2022).

BSCA. Brazil Specialty Coffee Association, 2022c. A BSCA. Website: <https://bsca.com.br/absc>. (Accessed on: 22.12. 2022).

Caldas, A. S.; Araújo, C. C.; Cury, R. L. M., 2017. As Indicações Geográficas (IGs) como estratégia de Desenvolvimento Territorial: desafios e potencialidades no Distrito de Maragogipinho, Aratuípe, BA. *Revista de Desenvolvimento Econômico*, Salvador, BA, ano XIX, v. 3, n. 38, p. 81-108, dezembro. <http://dx.doi.org/10.21452/rde.v3i38.5032>

Carvalho, J. P.; Arevalo, J. L. S.; Passador, J. L., 2020. Interfaces and changes in the institutionalization process of special coffee in Brazil. *Gestão & Produção*, 27(2), e4751. <https://doi.org/10.1590/0104-530X4751-20>

Cei, L.; Stefani, G.; Defrancesco, E.; Lombardi, G. V., 2018. Geographical indications: A first assessment of the impact on rural development in Italian NUTS3 regions. *Land Use Policy*, 75, 620–630. <https://doi.org/10.1016/j.landusepol.2018.01.023>

Cerdan, C. M. T.; Bruch, K. L.; Silva, A. L.; Copetti, M.; Fávero, K. C.; Locatelli, L., 2014. Indicação geográfica de produtos agropecuários: importância histórica e atual. In: Pimentel, L. O. (Org.). *Curso de propriedade intelectual e inovação no agronegócio*. 4. ed. Florianópolis. Módulo II – Indicação Geográfica. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. 415p.

CONAB. National Supply Company, 2022. Boletim da safra de café. Website: <https://www.conab.gov.br/info-agro/safras/cafe/boletim-da-safra-de-cafe>. (Accessed on: 26.12.2022).

CQI. Coffee Quality Institute, 2023. Q Graders - Profissionais internacionalmente reconhecidos na avaliação da qualidade. Website: <https://pt.coffeeinstitute.org/certification/people/q-graders>. (Accessed: 10.02.2023).

D’Alexandria, M. A. B., 2015. O Turismo nas Indicações Geográficas: a Potencialidade do Turismo de Experiência na Denominação de Origem Vale dos Vinhedos. *Cadernos de Prospecção*, 8 (2), 395-405. <https://doi.org/10.9771/s.cprosp.2015.008.044>



- EMBRAPA. Brazilian Agricultural Research Corporation, 2021. Website: <https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/62550507/cafe-e-o-produto-com-maior-numero-de-indicacoes-geograficas-no-brasil>. (Accessed on: 05.03.2022).
- FAO. Food and Agriculture Organization of the United Nations, 2010. Linking people, places and products. 2. ed. Rome, Italy: Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAO); Siner-GI, 2010. Disponível em: <https://www.fao.org/3/i1760e/i1760e.pdf>. Acesso em: 16 mai. 2023.
- Ferrão, M. A. G., Mendonça, R. F. de ., Fonseca, A. F. A., Ferrão, R. G., Senra, J. F. B., Volpi, P. S., Verdin Filho, A. C., & Comério, M., 2021. Characterization and genetic diversity of Coffea canephora accessions in a germplasm bank in Espírito Santo, Brazil. *Crop Breeding and Applied Biotechnology*, 21(2). <https://doi.org/10.1590/1984-70332021v21n2a32>
- Garrido, E. C., 2019. Indicações geográficas na Bahia: a segurança jurídica do saber-fazer e os desafios e oportunidades pós-concessão do registro. Website: <http://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/33361>. (Accessed on: 03.12.2022).
- Giesbrecht, H. O.; Minas, R. B. A.; Gonçalves, M. F. W.; Schwanke, F. H., 2014. Indicações geográficas brasileiras. Brasília: SEBRAE, INPI, 2014, 264 p.
- Guimarães, E. R.; Leme, P. H. M.V.; Rezende, D. C.; Pereira, S. P.; Santos, A. C., 2019. The brand new Brazilian specialty coffee market. *Journal of Food Products Marketing*, 25 (1), p. 49. <https://doi.org/10.1080/10454446.2018.1478757>
- IBGE. Brazilian Institute of Geography and Statistics, 2022. Produção Agrícola Municipal de 2021. Website: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/1613#resultado>. (Accessed on: 15.11.2022).
- Ibicoara, 2021. Acordo de Cooperação que Entre si Celebram a Aliança dos Cafeicultores da Chapada Diamantina, e as Prefeituras que Compõem a IG do Café da Chapada Diamantina. Diário Oficial do Município de Ibicoara. Ibicoara, ano IX, nº 2573, 5 p., 8 setembro 2021. Website: <https://www.ibicoara.ba.gov.br/Handler.ashx?f=diario&query=2573&c=297&m=0>. (Accessed on: 10.01.2023).
- ICO. International Coffee Organization. A história do café. Website: [https://www.ico.org/pt/coffee\\_storyp.asp](https://www.ico.org/pt/coffee_storyp.asp). (Accessed on: 05.01.2022).
- INPI. National Institute of Industrial Property, 2020. Indicações geográficas. Indicação Geográfica no Brasil. Website: <https://www.gov.br/inpi/pt-br/servicos/indicacoes-geograficas/indicacao-geografica-no-brasil>. (Accessed on: 29.04.2022).
- INPI. National Institute of Industrial Property, 2022. Pedidos de Indicação Geográfica no Brasil. Website: <https://www.gov.br/inpi/pt-br/servicos/indicacoes-geograficas/pedidos-de-indicacao-geografica-no-brasil>. (Accessed on: 07.12.2022).
- Kobayashi, E. S.; Sakai, E.; Pires, R. C. M.; Silva, E. A., 2007. Condições ambientais e o manejo da irrigação influenciando a qualidade do café. *O Agrônomo*, Campinas, 59 (1), p. 30. Website: [https://www.iac.sp.gov.br/publicacoes/arquivos/oagronomico\\_volume\\_59.pdf](https://www.iac.sp.gov.br/publicacoes/arquivos/oagronomico_volume_59.pdf).

- Law nº 9.279 (14 of May 1996). Regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 15 maio 1996. Seção 1, p. 8353. [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19279.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19279.htm)
- MAPA. Ministry of Agriculture, Livestock and Food Supply, 2018. Política Agrícola. Café no Brasil. Website: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/politica-agricola/cafe/cafeicultura-brasileira>. (Accessed on: 02.01.2022).
- MAPA. Ministry of Agriculture, Livestock and Food Supply, 2022a. Mapa Interativo-Signos distintivos registrados e produtos potenciais. Website: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/sustentabilidade/indicacao-geografica/mapa-interativo-1>. (Accessed on: 12.01.2022).
- MAPA. Ministry of Agriculture, Livestock and Food Supply, 2022b. Dia Mundial do café. Conheça a história do café no mundo e como o Brasil se tornou o maior produtor e exportador da bebida. Website: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/noticias/conheca-a-historia-do-cafe-no-mundo-e-como-o-brasil-se-tornou-o-maior-produtor-e-exportador-da-bebida#:~:text=O%20Brasil%20possui%20aproximadamente%20300,s%C3%A3o%20os%20maiores%20estados%20produtores>. (Accessed on:20.01.2023).
- Marques, B. N.; Bulcao, C. S.; Lima, A. M. F.; Lopes, J. M.; Silva, M. S., 2019. Artefatos de Couro de Ipirá: potencial de Indicação Geográfica no território da Bacia do Jacuípe/Bahia. *Cadernos de Prospecção*, 12, 1598-1611. <https://doi.org/10.9771/cp.v12i5.31018>
- MDA/SDT. Ministry of Agrarian Development/Secretary of Territorial Development, 2010. Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável do Território Chapada Diamantina – BA. Website: [http://sit.mda.gov.br/download/ptdrs/ptdrs\\_qua\\_territorio031.pdf](http://sit.mda.gov.br/download/ptdrs/ptdrs_qua_territorio031.pdf). (Accessed on: 24.03.2022).
- MDA/SDT. Ministry of Agrarian Development/Secretary of Territorial Development, 2015. Perfil Territorial. Chapada Diamantina – BA. Desenvolvimento Territorial. Dados básicos do Território. Bahia. Website: [http://sit.mda.gov.br/download/caderno/caderno\\_territorial\\_031\\_Chapada%20Diamantina%20-%20BA.pdf](http://sit.mda.gov.br/download/caderno/caderno_territorial_031_Chapada%20Diamantina%20-%20BA.pdf). (Accessed on: 24.03.2022).
- MDIC. Ministry of Industry, Foreign Trade and Services, 2023. COMEX STAT- COMEX VIS. Website: <http://comexstat.mdic.gov.br/pt/comex-vis>. (Accessed on: 02.05.2023).
- Medeiros, M. L.; Terra, L. A. A.; Passador, C. S.; Passador, J. L., 2020 Indicação Geográfica para o Desenvolvimento Territorial: Críticas e dimensões no caso da Indicação de Procedência Serro (Brasil). *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, 16 (3), 108- 121. <https://doi.org/10.54399/rbgdr.v16i3.5874>
- Niederle, P. A., 2012. O mercado vitivinícola e a reorganização do sistema de indicações geográficas na região do Languedoc, França. *Organizações Rurais & Agroindustriais*. 14 (2). Website: <http://www.revista.dae.ufla.br/index.php/ora/article/view/505>.
- Niederle, P. A.; Wilkinson, J.; Mascarenhas, G. C. C., 2016. Introdução, In: J. WILKINSON, P. A. NIEDERLE & G. MASCARENHAS. O sabor da origem (p. 257-316). Porto Alegre: Escritos.

- Oliveira, M. V. F., 2017. Avaliação de amostras de café Arábica procedentes da Chapada Diamantina quanto aos parâmetros físico-químicos específicos. 65 f. Dissertação (Mestrado em Ciência de Alimentos) – Faculdade de Farmácia da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017.
- Pellin V.; Silva, L. F., 2016. CONTRIBUIÇÕES E DESAFIOS DAS INDICAÇÕES GEOGRÁFICAS PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL NO BRASIL. In: Workshop Catarinense de Indicação Geográfica, 4., Joinville. *Anais...* Santa Catarina: UNIVILLE, p.79-86.
- Pellin, V., 2019. Indicações Geográficas e desenvolvimento regional no Brasil: a atuação dos principais atores e suas metodologias de trabalho. *Interações* (Campo Grande), 20 (1), 63-78. <https://doi.org/10.20435/inter.v20i1.1792>
- Portal SDR. SIPAF Selo de Identificação da Participação da Agricultura Familiar. Website: <http://portalsdr.ba.gov.br/sipaf/Produto>. (Accessed on: 20.01.2023).
- Projeto Florada, 2022. Concurso 3 Corações Florada Premiada. Website: <https://projetoFlorada.com.br/florada/concurso-florada-premiada/>. (Accessed on: 18.12.2022).
- Raimundi, M. K., Souza, R. M. de ., Figueira, A. dos R., Silva, G. M., Santos, A. C. de P., & Guimarães, S. S. C., 2021. Diagnosis of leaf bacterial diseases of coffee reveals the prevalence of halo blight. *Ciência E Agrotecnologia*, 45. <https://doi.org/10.1590/1413-7054202145000121>.
- Resolution nº 510/2016. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 24 maio 2016. <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf>
- Ribeiro, N. M.; Oliveira, M. A. R.; Silva, M. S., 2020. Oportunidades e Entraves Para a Proteção por Indicação de Procedência para os Biscoitos Artesanais de Vitória da Conquista-BA. *Revista do Desenvolvimento Regional*, 25, 2592-2615. <https://doi.org/10.17058/redes.v25i0.15115>.
- Rinallo, D.; Pitardl, V., 2019. Open conflict as differentiation strategy in geographical indications: the Bitto Rebels case British. *Food Journal*, v. 121, n. 12, pp. 3102-3118. <https://doi.org/10.1108/BFJ-11-2018-0738>
- Sabio, R. P.; Spers, E. E., , 2020. Chapter 15 - Does coffee origin matter? An analysis of consumer behavior based on regional and national origin. Editor(s): Luciana Florêncio de Almeida, Eduardo Eugênio Spers. In Woodhead Publishing Series in Consumer Sci & Strat Market, Coffee Consumption and Industry Strategies in Brazil, Woodhead Publishing, p.297-320. <https://doi.org/10.1016/B978-0-12-814721-4.00011-1>.
- Saes, M. S. M. and Nakazone, D., 2002. *Estudo da competitividade de cadeias integradas no Brasil: impactos das zonas de livre comércio*. Cadeia: Café. Campinas: UNICAMP-IE-NEIT/MDIC.
- Santos, H. D.; Alvarenga, Y. A.; Boffo, E. F., 2020. 1H NMR metabolic fingerprinting of Chapada Diamantina/Bahia (Brazil) coffees as a tool to assessing their qualities. *Microchemical Journal*, 152. <https://doi.org/10.1016/j.microc.2019.104293>.

- Schneider, M. D.; Zilli, J. C.; Vieira, A. C. P., 2017. Os Impactos da Indicação de Procedência no Desenvolvimento Econômico na Produção de Uva, nos Municípios dos Vales da Uva Goethe-SC. *Cadernos de Prospecção*, 10 (2), p. 327-340. <https://doi.org/10.9771/cp.v10i2.17928>
- SEBRAE. Brazilian Service of Support for Micro and Small Enterprises, 2016. Agência SEBRAE de Notícias. Projeto Café da Chapada é tema de encontros. Website: <http://www.ba.agenciasebrae.com.br/sites/asn/uf/BA/projeto-cafe-da-chapada-e-tema-de-encontros.fb5102b561ae2510VgnVCM1000004c00210aRCRD>. Accessed on: 01.12.2021).
- SEBRAE. Brazilian Service of Support for Micro and Small Enterprises, 2017. Diagnóstico Potencial para Indicação Geográfica Piatã ou Chapada Diamantina para Café. UNIDADE DE ACESSO A INOVAÇÃO E TECNOLOGIA – UAIT. Unidade Regional 08 – Irecê. 2017. 10 p.
- SEBRAE. Brazilian Service of Support for Micro and Small Enterprises, 2018. Agência SEBRAE de Notícias. Produtores da Chapada Diamantina buscam Identificação Geográfica para café da região. Website: <http://www.ba.agenciasebrae.com.br/sites/asn/uf/BA/produtores-da-chapada-diamantina-buscam-identificacao-geografica-para-cafe-da-regiao.dc130cb5bfab2610VgnVCM1000004c00210aRCRD>. (Accessed on: 01.12.2022).
- SEBRAE. Brazilian Service of Support for Micro and Small Enterprises, 2019. Agência SEBRAE de Notícias. Reunião institui a Aliança dos Cafeicultores da Chapada Diamantina. Website: <http://www.ba.agenciasebrae.com.br/sites/asn/uf/BA/reuniao-institui-a-alianca-dos-cafeicultores-da-chapada-diamantina.cc6edf3476959610VgnVCM1000004c00210aRCRD>. (Accessed on: 03.12.2021).
- SENAR. National Rural Learning Service, 2017a. Café: cafés especiais. Brasília: SENAR, 104 p. <https://www.cnabrazil.org.br/assets/arquivos/193-CAF%C3%89.pdf>
- SENAR. National Rural Learning Service, 2017b. Café: colheita e pós-colheita. Brasília: SENAR, 104 p. <https://www.cnabrazil.org.br/assets/arquivos/191-CAF%C3%89.pdf>
- Silva, K. F., Lima, A. F., Silva, M. S., 2022. Potencialidade de Indicação Geográfica do licuri do semiárido baiano sob a ótica do Círculo Virtuoso da Qualidade. *Revista Brasileira De Gestão E Desenvolvimento Regional*, 18 (1). <https://doi.org/10.54399/rbqdr.v18i1.6291>
- Teixeira, A. S., 2020. O azeite da Costa do Dendê: um produto do território. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 151 f.
- Turco, P. H. N.; Fronzaglia, T.; Vegro, C. L. R.; Firetti, R.; Tôsto, S. G.; Bliska, F. M. M., 2013. Trajetória Tecnológica cafeeira no Brasil, 1924 a 2012. *Revista de Economia Agrícola*, 60 (2), p. 105-119. Website: <http://www.iea.agricultura.sp.gov.br/ftpiea/publicar/rea2013-2/rea7.pdf>
- UESB. State University of Southwest Bahia, 2022. Notícias. Uesb busca Indicação Geográfica dos cafés do Planalto da Conquista e da Chapada Diamantina. Website:

<http://www.uesb.br/noticias/uesb-busca-indicacao-geografica-dos-cafes-do-planalto-de-conquista-e-da-chapada-diamantina/>. Accessed on: 09.09.2022.

- USDA. United States Department of Agriculture, 2022. Foreign Agricultural Service. Dados e análises. Café: Mercados e Comércio Mundial. <https://www.fas.usda.gov/data/coffee-world-markets-and-trade>
- Valente, M. E. R.; Perez, R.; Fernandes, L. R. R. M. V., 2013. O processo de reconhecimento das indicações geográficas de alimentos e bebidas brasileiras: regulamento de uso, delimitação da área e diferenciação do produto. *Ciência Rural*, 43 (7), p. 1330-1336. <https://doi.org/10.1590/S0103-84782013005000076>
- Vandecandelaere, E.; Arfini, F.; Belletti, G.; Marescottl, A., 2010. Uniendo personas, territorios y productos. *Guía para fomentar la calidad vinculada al origen y las indicaciones geográficas sostenibles*. Website: <http://www.fao.org/3/a-i1760s.pdf>. (Accessed on: 20.09.2021).
- Velloso, A. L.; Sampaio, E. V. S. B.; Pareyn, F. G. C., 2002. Ecorregiões propostas para o bioma Caatinga. Recife: Associação Plantas do Nordeste; Instituto de Conservação Ambiental The Nature Conservancy do Brasil. 76 p.0020Website: <http://www.bibliotecaflorestal.ufv.br/bitstream/handle/123456789/5391/Ecorregioes-Propostas-para-o-bioma-da-caatinga.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. (Accessed on: 07.11.2022).
- Vieira, A. C. P., & Pellin, V., 2015. As Indicações Geográficas como Estratégia para Fortalecer o Território: o caso da indicação de procedência dos vales da uva Goethe. *Desenvolvimento Em Questão*, 13(30), 155–174. <https://doi.org/10.21527/2237-6453.2015.30.155-174>

## APÊNDICE D – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)



### INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA BAHIA

#### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Convidamos o (a) Sr.(a) para participar da Pesquisa intitulada **“Potencialidade de Indicação Geográfica (IG) do café na região da Chapada Diamantina – Bahia”**, sob a responsabilidade da pesquisadora Daliane Teixeira Silva, mestranda do Programa de Pós-Graduação em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para a Inovação – PROFNIT, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA), sob orientação do Prof. Dr. Marcelo Santana Silva, e coorientação do Prof. Dr. Jerisnaldo Matos Lopes.

O objetivo principal da pesquisa consiste em “Apresentar a potencialidade de registro de Indicação Geográfica para o café produzido nos municípios da Chapada Diamantina- Bahia, pela ótica do Círculo Virtuoso da Qualidade Ligada à Origem”.

Sua participação é voluntária e se dará por meio de respostas a um roteiro de entrevista/questionário para aplicação do Círculo Virtuoso de Qualidade desenvolvido pela Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO). Será disponibilizado presencialmente ou em ambiente virtual (forma não presencial), atendendo assim as orientações estabelecidas no Ofício Circular Nº 2/2021/CONEP/SECNS/MS, que trata dos procedimentos em pesquisas com qualquer etapa em ambiente virtual.

Esclarecemos que a sua participação na pesquisa ocorrerá por meio de entrevista/questionário aos *stakeholders*, produtores ou organizações de café da região da Chapada Diamantina, que abordará os seguintes tópicos: Características do empreendimento; Identificação do produto; Vínculo com o território; Identificação dos atores envolvidos; Informações sobre processo de produção e sobre gestão da qualidade do produto; Informações sobre a comercialização do produto; Sustentabilidade econômica, sociocultural e ambiental; e Conhecimento sobre Indicação Geográfica (IG) e relação com o poder público.

Ressaltamos que o acesso às perguntas somente ocorrerá após a sua concordância com os termos do TCLE, apresentado antes do instrumento de coleta de dados, sendo pertinente que mantenha sobre os seus cuidados uma cópia deste documento. Esclarecemos ainda que ao responder a entrevista/questionário o Sr.(a) está manifestando a sua anuência em participar da pesquisa.

A Pesquisa proposta pelo presente projeto contempla os requisitos éticos previstos na legislação atual, seguirá e respeitará, portanto, o que determina as Resoluções 466/2012, e Nº 510/2016 no que diz respeito ao anonimato a confiabilidade e participação voluntária, garantindo assim o exercício pleno do seu direito de manifestar sua liberdade (autonomia) expressa abaixo em seu de acordo (ou não) com o que está sendo apresentado como proposta. Deixamos claro o nosso

interesse em disponibilizar para você os dados gerados e os resultados finais do estudo.

Esclarecemos que, não há pesquisas envolvendo seres humanos com risco zero, portanto nesta pesquisa o risco a ser evitado é o compartilhamento dos aspectos de sua vida pessoal ou profissional, ainda que involuntária e não intencional, que possam causar-lhe constrangimento. Ressaltamos que cabe ao pesquisador procurar garantir a confidencialidade das informações, conforme preconizado na Resolução 466/2012 Capítulo III inciso III, alínea (i) e no Artigo 2º, inciso IV da Resolução 510/2016. Diante disso, enfatizamos que a pesquisa manterá o seu sigilo, assegurando sua privacidade quanto às informações confidenciais envolvidas. Asseguramos, ainda, o direito à indenização e assistência imediata e integral em caso de danos decorrentes do estudo, pelo tempo que for necessário.

O material resultante desta pesquisa será armazenado pelo pesquisador pelo período de 5 anos, que serão analisados e, possivelmente, publicados em artigos científicos e dissertação, mas sua identidade não será divulgada, sendo guardada em sigilo. Os resultados estarão à sua disposição quando finalizada. Seu nome ou o material que indique sua participação não será liberado sem a sua permissão. Sua identidade será tratada com padrões profissionais de sigilo, atendendo a legislação brasileira (Resolução Nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde), utilizando as informações somente para os fins acadêmicos e científicos.

Embora toda coleta de dados envolvendo seres humanos implique em algum tipo de risco, seja ele moral, intelectual, psíquico, social e outros, será assegurado aos sujeitos da pesquisa a garantia da dignidade da pessoa humana, e o direito de interromper a sua participação a qualquer momento, sem precisar justificar a sua decisão, caso se sinta constrangido ou tenha dificuldade em expor suas dificuldades e opiniões.

Quanto ao risco da pesquisa, podem ser considerados mínimos, pois referem-se a situações corriqueiras de avaliação, uma vez que entende-se que a aplicação do roteiro de entrevista/questionário pode gerar no participante alguma irritação ao responder uma significativa quantidade de questões, ou frustração, caso tenha dificuldade em compreender ou responder alguma pergunta, razão pela qual, ciente da responsabilidade que lhe cabe quanto ao bem-estar e integridade dos participantes em todas as suas dimensões, o pesquisador reconhece os mais variados direitos dos participantes desta pesquisa e a importância da observância dos seus aspectos éticos. Desta forma, será assegurada a garantia de sua dignidade, mantendo o princípio da integridade e da justiça e equidade, bem como o direito de manifestar a sua liberdade (autonomia) expressa no acordo (ou não) com o que será apresentado como proposta.

Quanto aos riscos inerentes a realização da pesquisa em ambiente virtual, esclarecemos que os seus dados pessoais serão mantidos em sigilo através de senha de uso pessoal do pesquisador responsável e que tão logo seja concluída a coleta dos dados os mesmos serão armazenados em dispositivo eletrônico local. E ainda, com o objetivo de minimizar o risco de acesso indevido será apagado todo e qualquer registro de ambiente virtual compartilhado ou disponibilizado na “nuvem”.

Ademais, o pesquisador estará atento a possíveis limitações de autonomia dos participantes, assegurando-lhes que a participação, a não participação, ou mesmo a desistência após fornecer o consentimento, não acarretará qualquer tipo de represália, conforme IV.6 da Resolução nº 466/2012 e Seção I, Art. 11 da

Resolução nº 510/2016. Dessa forma, em caso de desconforto por parte dos pesquisados, a pesquisa poderá ser adiada ou até cancelada, se necessário, sendo que, em caso de qualquer alteração na pesquisa, o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA) será imediatamente informado.

Dentre os benefícios desta pesquisa, destacam-se evidências para o potencial de IG para o café da Chapada Diamantina, a partir da comprovação da notoriedade por parte da tradição do cultivo na região em premiações em concurso de qualidade do café, publicações científicas, reportagens jornalísticas, proporcionando subsídios científicos às comunidades da Chapada Diamantina para a implantação da IG do café.

Se depois de consentir em sua participação o Sr. (a) desistir de continuar participando, tem o direito e a liberdade de retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, seja antes ou depois da coleta dos dados, independente do motivo e sem nenhum prejuízo a sua pessoa. O (a) Sr. (a) não terá nenhuma despesa e também não receberá nenhuma remuneração. Os resultados da pesquisa serão analisados e publicados, mas sua identidade não será divulgada, sendo guardada em sigilo. Para qualquer outra informação, o (a) Sr. (a) poderá entrar em contato com a pesquisadora Daliane Teixeira Silva, no endereço Condomínio Ouro Verde, Rua D, casa 2, Bairro Jequezinho, Jequié-BA, CEP 45.207-576, telefones (73) 988867775 ou (73) 991411832, e-mails: [daliane.economia@hotmail.com](mailto:daliane.economia@hotmail.com) / [daliane.economia@gmail.com](mailto:daliane.economia@gmail.com), ou poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa – CEP/IFBA, Av. Araújo Pinho, Nº 39 - Canela - Salvador - BA 40.110-150, telefone (71) 3221-0332, e-mail [cep@ifba.edu.br](mailto:cep@ifba.edu.br).

O Comitê de Ética em Pesquisa envolvendo Seres Humanos (CEP) é definido de acordo com as resoluções 466/12 e 510/16, "Os CEP são colegiados interdisciplinares e independentes, de relevância pública, de caráter consultivo, deliberativo e educativo, criados para defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos."


### Consentimento Pós-Informação

Eu, \_\_\_\_\_, fui informado sobre o que a pesquisadora quer fazer e porque precisa da minha colaboração, e entendia explicação. Por isso, eu concordo em participar do projeto, sabendo que não vou ganhar nada e que posso sair quando quiser. Este documento é emitido em duas vias que serão ambas assinadas por mim e pelo pesquisador, ficando uma via com cada um de nós.

Local \_\_\_\_\_

Data: \_\_\_ / \_\_\_ / \_\_\_\_\_

Assinatura do participante da pesquisa

Documento assinado digitalmente  
 DALIANE TEIXEIRA SILVA  
 Data: 16/01/2023 15:12:21-0300  
 Verifique em <https://verificador.iti.br>

Pesquisadora: Daliane Teixeira Silva  
 CPF: 034.672.575-50



**APÊNDICE E – ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA OS STAKEHOLDERS DE  
CAFÉ DA REGIÃO DA CHAPADA DIAMANTINA – BA PARA APLICAÇÃO DO  
CÍRCULO VIRTUOSO**

Dimensão do Círculo Virtuoso da Qualidade Ligada à Origem	Critérios	Questões	Resposta
-----	Características do empreendimento	Características físicas do estabelecimento (sede própria, tamanho, abrange quais municípios, entre outras).	
		Como surgiu? Quais são os principais objetivos?	
		Possui quantos funcionários?	
		Os trabalhadores possuem carteira assinada?	
		Quantos cooperados a Cooperativa possui??	
		Como ocorrem os processos de tomada de decisão em relação à produção, vendas, novos mercados? Existem conflitos? Em caso positivo, como são solucionados?	
IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS LOCAIS	Identificação do produto	Quais são as características específicas do seu produto que o diferenciam dos similares vendidos no mercado?	
		Quais são os atributos de qualidade do seu produto que compradores e consumidores mais gostam?	
		Por que a região se destaca na produção de café?	
	Identificação dos atores envolvidos	Quem são os atores envolvidos no processo de produção (Quem são os fornecedores da cadeia de suprimentos)?	
		Quem são os atores externos interessados no produto (por exemplo, universidade, governo, varejistas, empresas de processamento)?	
QUALIFICAÇÃO DO PRODUTO	Informações sobre processo de produção e sobre gestão da	Quais são as características tecnológicas dos sistemas de produção?	
		Existe inspeção periódica da Vigilância Sanitária?	

	qualidade do produto	O produto possui algum tipo de certificação?	
		Como é feito o controle de qualidade? Existem regras, especificações, controle interno?	
		A embalagem é adequada para a comercialização do seu produto em longas distâncias?	
		Possui rótulo e embalagem próprio?	
		A rotulagem é apropriada para oferecer aos consumidores todas as informações necessárias?	
REMUNERAÇÃO	Informações sobre a comercialização do produto	Em que locais o seu produto é comercializado?	
		Volume de produção (Kg/mês)	
		Quem são os concorrentes?	
		Pratica preços diferentes da concorrência?	
		Qual a margem de lucratividade (%) dos produtos?	
		Quais as formas de divulgação do produto?	
REPRODUÇÃO LOCAL DOS RECURSOS	Sustentabilidade econômica	Quais são as principais dificuldades que enfrenta para comercializar seus produtos?	
	Sustentabilidade sociocultural	De que forma é possível reforçar o sentimento de identidade local e autoestima dos produtores?	
	Sustentabilidade ambiental	Existem problemas relacionados à contaminação ou escassez de água durante o processo de produção do café (qualidade, quantidade)?	
		Há medidas individuais e/ou coletivas que contribuem para proteger ou melhorar os recursos naturais locais? Quais são?	
POLÍTICAS PÚBLICAS	Conhecimento sobre IG e relação com o poder público	Conhece a ferramenta de proteção Indicação Geográfica?	
		Acredita que a Indicação Geográfica para o café produzido na Chapada Diamantina traria benefícios para a região?	
		Tem recebido o apoio do governo municipal, estadual ou federal nas atividades que desenvolve?	
		Tem algum programa do poder público que lhe atende?	
		Há o apoio de alguma Instituição? De que forma isso acontece?	

Fonte: Elaborado pela autora com base em Vandecandelaere *et al.* (2010).

**APÊNDICE F – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM ENTIDADE PÚBLICA DA  
REGIÃO DA CHAPADA DIAMANTINA – BA PARA APLICAÇÃO DO CÍRCULO  
VIRTUOSO**

- 1- A Entidade desenvolve ou apoia algum projeto relacionado ao café no município? Em caso positivo, especifique e detalhe esse apoio.
- 2- Há alguma articulação ou parceria com outros atores (EMBRAPA, SENAR, SEBRAE, entre outros) em projetos relacionados ao café no município? Caso haja, de que forma ocorre essa parceria/articulação?
- 3- O que é necessário para fortalecer a imagem da região relacionando-a ao café? Como a Entidade poderia contribuir nisso?
- 4- Quais são as principais dificuldades dos produtores de café no município? Como poderiam ser solucionadas ou amenizadas?
- 5- Tem recebido o apoio do governo estadual ou federal para as atividades relacionadas ao café?
- 6- A entidade conhece o que é a Indicação Geográfica?
- 7- Já houve ou há discussões relacionadas a solicitação de reconhecimento da Indicação Geográfica do café para a Chapada Diamantina? A Entidade participou dessas discussões? Em caso positivo, de que forma?
- 8- Quais as vantagens que o reconhecimento da Indicação Geográfica do café da Chapada Diamantina traria para o município e a região?

## ANEXO A - Comprovante de publicação do artigo à *Journal of Sustainable Development*

*Journal of Sustainable Development*; Vol. 16, No. 3; 2023  
ISSN 1913-9063 E-ISSN 1913-9071  
Published by Canadian Center of Science and Education

---

### Coffee Production and Geographical Indications (GI): An Analysis of the World Panorama and the Brazilian Reality

Daliane Teixeira Silva<sup>1</sup>, Cleiton Braga Saldanha<sup>1</sup>, Luís Oscar Silva Martins<sup>2</sup>, Jerisnaldo Matos Lopes<sup>3</sup> & Marcelo Santana Silva<sup>1</sup>

<sup>1</sup> Federal Institute of Education, Science and Technology of Bahia, Araújo Pinho Avenue, 39, Canela, Salvador, BA, Brazil

<sup>2</sup> Federal University of Reconcavo of Bahia, Center for Science and Technology in Energy and Sustainability, Centenary Avenue, 697, SIM, Feira de Santana, BA, Brazil

<sup>3</sup> State University of Bahia, Barreiras road, 190, São Gonçalo, Salvador, BA, Brazil

Correspondence: Luís Oscar Silva Martins, Federal University of Reconcavo of Bahia, Center for Science and Technology in Energy and Sustainability, Centenary Avenue, 697, SIM, Feira de Santana, BA, Brazil. Tel: 55-759-9981-3170. E-mail: [luisoscar@ufrb.edu.br](mailto:luisoscar@ufrb.edu.br)

Received: March 3, 2023

Accepted: April 4, 2023

Online Published: April 6, 2023

doi:10.5539/jsd.v16n3p47

URL: <https://doi.org/10.5539/jsd.v16n3p47>

## ANEXO B - Comprovante de submissão de artigo à Revista Mercator

The screenshot displays the submission interface for the journal Mercator. The top navigation bar includes the journal name, language (English), and user information (View Site, luisoscar20). The main content area shows the article title: "PROMOTION OF THE BAHIA PRODUTIVA PROJECT FOR THE COFFEE PRODUCTION CHAIN IN THE STATE OF BAHIA, BRAZIL: AN ANALYSIS OF PUBLIC POLICIES AND GEOGRAPHICAL INDICATION" by Daliane Teixeira Silva, Cleiton Braga Saldanha, Luís Oscar Silva Martins, and others. The submission status is "Submission", with options for "Review", "Copyediting", and "Production". Below this, the "Submission Files" section lists two files: "18103-1 luisoscar2007, Author, Paper\_Produtiva Project\_coffee production\_Bahia Brazil.docx" (Article Text) and "18104-1 luisoscar2007, Author, Cover letter.docx" (Other).

Submission Files		Search
▶	18103-1 luisoscar2007, Author, Paper_Produtiva Project_coffee production_Bahia Brazil.docx	Article Text
▶	18104-1 luisoscar2007, Author, Cover letter.docx	Other

**ANEXO C - Comprovante de submissão de artigo à Journal of Open Innovation:  
Technology, Market, and Complexity**

**Journal of Open Innovation: Technology, Market, and Complexity**  
**Potentiality of Geographical Indication of coffee from the Chapada Diamantina Region**  
**(Bahia, Brazil) from the Perspective of the Virtuous Circle of Quality**  
 --Manuscript Draft--

<b>Manuscript Number:</b>	JOITMC-D-23-00317
<b>Full Title:</b>	Potentiality of Geographical Indication of coffee from the Chapada Diamantina Region (Bahia, Brazil) from the Perspective of the Virtuous Circle of Quality
<b>Article Type:</b>	Full Length Article
<b>Keywords:</b>	Denomination of Origin; Production Chain; Virtuous Circle of Quality Linked to Origin
<b>Corresponding Author:</b>	Luís Oscar Silva Martins, Doctor Universidade Federal do Recôncavo da Bahia Feira de Santana, Bahia BRAZIL
<b>Corresponding Author Secondary Information:</b>	
<b>Corresponding Author's Institution:</b>	Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
<b>Corresponding Author's Secondary Institution:</b>	
<b>First Author:</b>	Daliane Teixeira Silva, Ms.
<b>First Author Secondary Information:</b>	
<b>Order of Authors:</b>	Daliane Teixeira Silva, Ms. Cleiton Braga Saldanha, Master's Degree student Luís Oscar Silva Martins, Doctor Jerimaldo Matos Lopes, Doctor Marcelo Santana silva, Doctor
<b>Order of Authors Secondary Information:</b>	
<b>Manuscript Region of Origin:</b>	BRAZIL
<b>Abstract:</b>	The Chapada Diamantina region has been standing out in the production of specialty and gourmet coffees, with peculiar characteristics. The objective of this study was to present the potentialities and restrictions for the registration of the GI of coffee produced in the municipalities of Chapada Diamantina – Bahia, by the Methodology of the Virtuous Circle of Quality Linked to Origin, developed by the Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAO), possessing innovative technology in the application of this methodology for this production chain worldwide. The research has a qualitative approach with data collection through bibliographical and documentary surveys and interviews with the main coffee entities in the region. It was found that some municipalities in the region have human and edaphoclimatic factors, which provide a product of quality and peculiar characteristics, so the GI modality to be needed is the Denomination of Origin (DO). Observe as potentialities that coffees have market potential, importance, and great socioeconomic importance, for small, medium, large producers and local roasters. There is standardization of products, own brands, adapted packaging, and collective representation of producers, the Alliance of Coffee Growers of Chapada Diamantina (ACCD). One of the main restrictions concerns public policies to strengthen the production chain, to help the logistics and product distribution processes. In this sense, the GI's relationship with other sectors of the regional economy does not occur autonomously, but with the contribution of civil society and actors of the ecosystem that are part of the object of the Geographical Indication.
<b>Suggested Reviewers:</b>	Kelly Lissandra Bruch, Doctor Titular Professor, Federal University of Rio Grande do Sul kellybruch@gmail.com Professor Bruch holds a PhD in Law from UFRGS/Université Rennes I, France, with a

**ANEXO D – Certificado de publicação de artigo no Encontro Nacional de Propriedade Intelectual – ENPI (2021)**



**ANEXO E – Menção Honrosa pelo artigo apresentado no Encontro Nacional de Propriedade Intelectual – ENPI (2021)**

